



SEMINÁRIO ACADÊMICO ESTÁCIO BH

SEMINÁRIO ACADÊMICO - ESTÁCIO BH
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO BELO HORIZONTE

**EVENTO REALIZADO ENTRE OS DIAS
04 A 10 DE MAIO DE 2024**

Belo Horizonte, 2024.

Organização Institucional

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte

Bruno Antunes
REITOR

Caroline Leal Ribas
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO, DE PESQUISA, EXTENSÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO

Regiane Priscilla Monteiro Gonçalves
PRÓ-REITORA ACADÊMICA

SEMINÁRIO ACADÊMICO - ESTÁCIO BH

**COMITÊ INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE - ESTÁCIO BH**

Alan de Matos Jorge
Alisson de Souza Batista
Beatriz de Miranda Brusantin
Bruno Rodrigues
Bruno Viveiros Martins
Carolline Leal Ribas
Cintia Varandas Ladeira
Daniela Maria da Cruz dos Anjos
Danusa C. Teixeira dos Santos
Flávia Graciela de Alcântara
Frederico Crepaldi Nascimento
Frederico Divino Dias
Larissa Laura Gonçalves Fernandes de Souza
Miria Angela Coelho Reis
Priscilla Jordane Silva Oliveira

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE - ESTÁCIO BH

Regiane P. Monteiro Gonçalves
Danusa C. Teixeira dos Santos
Carolline Leal Ribas
Jailton Santos
Maria Claudia Viana Hissa
Beatriz Martins Bicalho
Alisson de Souza Batista
Cintia Varandas Ladeira
Aline Simas
Gilciane Neves

LIGA ACADÊMICA DE PESQUISA E EXTENSÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE - ESTÁCIO BH

Alisson de Souza Batista
Beatriz de Miranda Brusanti
Carolline Leal Ribas
Hélio Augusto Goulart Diniz
Larissa Laura Gonçalves Fernandes de Souza
Manoela Fernanda Canalis Florian
milca Viana da Silva

ADMINISTRAÇÃO E MARKETING	11
A GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO COMO FATOR DETERMINANTE DE SUSTENTAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE UM EMPREENDIMENTO	12
COLETA SELETIVA OU SELETIVIDADE SOCIAL	14
COMPRA POR IMPULSO	19
DESIGN THINKING COMO UMA FERRAMENTA DE INOVAÇÃO	21
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	23
EDUCAÇÃO INOVADORA COMO FATOR DE SUCESSO PARA INSERÇÃO DO ALUNO NO MERCADO DE TRABALHO	26
EMPREENDEDORISMO FEMININO E SEUS DESAFIOS	28
ENDOMARKETING	30
GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM	32
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	34
INOVAÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA LEAN	36
MARKETING DE SERVIÇOS	37
O FENÔMENO EMPREENDEDOR POR NECESSIDADE	39
BIOMEDICINA, MEDICINA VETERINÁRIA E ODONTOLOGIA	41
AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O ASCARIS LUMBRICOIDES EM UM ABRIGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	42
INTERVENÇÃO EM UMA CRECHE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE SOBRE O TEMA “ASCARIS LUMBRICOIDES” E SUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO	44
O PAPEL DA ODONTOLOGIA FORENSE NA IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES EM MASSA	46
O USO TÓPICO DE 5-FLUOROURACIL E SUA ASSOCIAÇÃO COM A DIMINUIÇÃO DO RISCO DE RECORRÊNCIA NO MANEJO DOS CERATOCISTOS ODONTOGÊNICOS	48
PERTURBADORES ENDÓCRINOS	51
PIOLHOS (PEDICULOSE)	53
RELAÇÃO ENTRE APARELHOS FIXOS E ALINHADORES ORTODÔNTICOS E O DESENVOLVIMENTO DO BRUXISMO	55
UTILIZAÇÃO DA ULECTOMIA COMO ALTERNATIVA CIRÚRGICA PARA FACILITAR A ERUPÇÃO DENTÁRIA	59
DIREITO	61
A CAPACIDADE CIVIL PLENA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELECTUAL NO PARADOXO FÁTICO DA AUSÊNCIA OU REDUÇÃO DO DISCERNIMENTO	62
AÇÃO SOCIAL- PROJETO DE EXTENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS	64
ADOÇÃO REALIZADA POR PAIS LGBTQIPN+	65
DIREITO DO CONSUMIDOR IDOSO	67
DIREITO DO CONSUMIDOR – SUPERENDIVIDAMENTO	69

ELEIÇÕES NA ERA DIGITAL, A INTERFERÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DAS FAKE NEWS , UMA VISÃO JURÍDICA	71
LICENÇA-MATERNIDADE À MULHER NÃO GESTANTE EM UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA	73
NOVOS DESAFIOS PARA A INTEGRIDADE PÚBLICA	77
PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO E DISPENSA DE EMPREGADO PÚBLICO CONCURSADO	90
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	97
TRIBUTAÇÃO E GÊNERO	99
TRIBUTAÇÃO E RAÇA	102
VULNERABILIDADE POLÍTICO-LEGAL E QUEBRA DA CREDIBILIDADE DO PODER PÚBLICO	105
ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA	109
A ATUAÇÃO DO CONSULTOR DE AMAMENTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO INFANTIL	110
A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR.	113
A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA AMAMENTAÇÃO EXCLUSIVA	115
A INVISIBILIDADE NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE MODERNA	118
ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	120
AÇÃO RECREATIVA E O SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	122
ADOLESCÊNCIA E A RELAÇÃO COM MEIO DIGITAL	124
AMAMENTAÇÃO NA TRISSOMIA DO 21 – ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES	126
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NO PUERPÉRIO	128
AVALIAÇÃO DE EQUILÍBRIO E CONTROLE POSTURAL EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SEVERA	130
CONHECIMENTO DAS PUÉRPERAS SOBRE PRIMEIROS SOCORROS FRENTE A OBSTRUÇÃO DAS VIAS AÉREAS EM NEONATOS	136
CONSCIENTIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DAS MANOBRAS DE REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR EM LUTADORES DE JIU-JITSU	138
EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER, ADESÃO AO PREVENTIVO NA ATENÇÃO BÁSICA.	140
EDUCAÇÃO EM SAÚDE	142
EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO	145
EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA	148
EFEITO DE UM PROGRAMA DE CINESIOTERAPIA DE EQUILÍBRIO E COORDENAÇÃO MOTORA EM CRIANÇAS	150
EFEITOS DA GINÁSTICA LABORAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR	152
ENFERMEIROS E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE	154

FORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA DAS PESSOAS DIABETES MELLITUS TIPO 1 (DM1)	157
FUTEVÔLEI	160
IMPACTO DA GAMIFICAÇÃO NA ADESÃO AO TRATAMENTO E NOS RESULTADOS CLÍNICOS DE PACIENTES COM DOR NA COLUNA	161
IMPACTO DO DIABETES MELLITUS NA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS	162
MANEJO DE BRINCADEIRAS TERAPÊUTICAS COM ENFOQUE NA REDUÇÃO DO MEDO INFANTIL EM RELAÇÃO ÀS VACINAS	164
O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA	166
OS DESAFIOS DAS TRANSSEXUAIS NO ATENDIMENTO PRIMÁRIO À SAÚDE	168
PARALISIA CEREBRAL	171
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NA FASE DO CLIMATÉRIO	172
PREVENÇÃO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA SAÚDE DA MULHER	174
PROJETO DE EXTENSÃO NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR	176
PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS E SERVIÇOS DO SUS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	178
SARCOPENIA E RELAÇÃO COM DECLÍNIO DA FORÇA EM MEMBROS INFERIORES EM PESSOAS IDOSAS	180
SAÚDE BASEADA EM VALOR EM SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	181
SAÚDE DA CRIANÇA-HIGIENE PESSOAL NO ÂMBITO ESCOLAR	183
UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA AS BRASILEIRAS EM SUAS DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS E SOCIAIS	185
ENGENHARIA, E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	187
A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES	188
ANÁLISE DO POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DO BIOGÁS NOS ATERROS SANITÁRIOS DE BELO HORIZONTE – MG E REGIÃO METROPOLITANA	190
APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO METANO (CH ₄) GERADO POR SISTEMAS DE TRATAMENTO ANAERÓBIO DE EFLUENTES SANITÁRIOS EM PEQUENAS COMUNIDADES	192
DESAFIO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA PARA CONSUMO HUMANO	194
KATAK	196
MÁQUINA DE SABÃO A BASE DE ÓLEO E GORDURA RECICLADA	199
MÍDIAS PAGAS	201
PETANALYZE	204
PRIORIZAÇÃO DE RESOLUÇÃO DE DEFEITOS DE SOFTWARE	205
SOLUÇÃO COMPUTACIONAL PARA CÁLCULO E GEOLOCALIZAÇÃO DE MICROBACIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	207

PEDAGOGIA E PSICOLOGIA	209
ALÉM DO SILÊNCIO	210
COMO VOCÊ SE VÊ?	212
DISCIPLINA POSITIVA E PARENTALIDADE CONSCIENTE COMO PROCESSOS EDUCATIVOS INFORMAIS	214
INTERVENÇÃO SOMOS 21	216
O LÚDICO NA PSICO ONCOLOGIA NO TRATAMENTO DO PACIENTE PEDIÁTRICO	218

ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO COMO FATOR DETERMINANTE DE SUSTENTAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE UM EMPREENDIMENTO

Cintia Varandas Ladeira¹

O presente artigo aborda o fenômeno empreendedor no Brasil sob a ótica do capital de giro como sendo um importante alicerce para a perenidade destas empresas. O objetivo proposto é entender se de fato os empreendedores brasileiros estão preparados para gerir seus negócios se preocupando com a correta condução financeira dos processos. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva bibliográfica com a utilização de dados secundários do Sebrae. O empreendedorismo no Brasil está cada vez mais fortalecido, apesar do empreendedor não ter sido educado para visualizar o capital de giro, fator primordial para assegurar a operação da empresa. Muitos empreendedores montam seus negócios pensando apenas no operacional e por terem características imediatistas, esquecem de estruturar uma área administrativa e financeira adequada e eficiente. De acordo com o Sebrae (2023) as principais razões para as empresas fecharem suas portas estão os problemas financeiros, falta de linha de crédito, capital de giro, problemas administrativos e contábeis, além da inadimplência. Obter capital de giro é fundamental para a empresa operar regularmente, pois permite alocar os recursos na sua administração e operação, garantindo a sua sobrevivência no longo prazo. O Sebrae SC apresentou um levantamento informando que 34% dos empreendedores entrevistados buscaram empréstimo para manter o seu negócio após o início da crise. Porém, entre estes, apenas 37% conseguiram efetivar a operação, 40% não conseguiram e 23% estão com o pedido em análise pela instituição. Os dados acima mostram que ser um empreendedor exige mais do que uma boa ideia, sendo necessário compreensão sobre os diversos aspectos de gestão e finanças. Dentre os fatores componentes o capital de giro, que deve ser uma preocupação e sempre gerido de forma eficiente para que haja consonância entre as despesas e receitas responsáveis pela lucratividade da organização. Esse ativo essencial para o financiamento das empresas, é, na ótica de Assaf Neto (2009), o valor dos recursos necessários à empresa para financiar o seu ciclo operacional. O autor acredita que a mortalidade das empresas advém da falta de gestão ou de uma gestão ineficiente desse ativo. Segundo Hoji (1999) o capital de giro são recursos financeiros alocados em ativos circulantes que sofrem transformação constante dentro do ciclo operacional de uma empresa. Assaf Neto (2009) definiu que capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado. Sabe-se que a obtenção de empréstimo bancários como pessoa jurídica são difíceis e caros e justamente por isto os empreendedores acabam iniciando com pouco capital de giro já que utilizam recursos próprios, de parentes e de amigos para enfrentar as necessidades de caixa da empresa. Ao desconsiderar o capital de giro previsto no investimento inicial e não adotar um planejamento financeiro adequado, o empreendedor, no decorrer do tempo, acaba necessitando recorrer aos bancos para acesso a crédito no intuito de financiar sua operação. Pode-se dizer que a exceção de algumas linhas de financiamento que são oferecidas por bancos oficiais, o custo de capital de terceiros no Brasil é elevado e na maioria das vezes superior à taxa de retorno dos projetos. Uma queda na taxa de juros básica é condição necessária, mas não suficiente para se reduzir o custo do crédito bancário. No Brasil tem-se

¹ Professora da Estácio BH. e-mail : cintia.ladeira@estacio.br

uma ampla demanda não atendida de crédito e ao mesmo tempo um sistema financeiro sólido e com tecnologia de países desenvolvidos capaz de em momentos de euforia econômica expandir o crédito assim como em momentos de incerteza preservar os interesses concentrando os custos das altas taxas de juros sobre os setores mais frágeis da economia, no caso as micro e pequenas empresas. Foi possível perceber que as Micro e pequenas empresas brasileiras enfrentam sérios problemas de racionamento de crédito para capital de giro, especialmente as informais. Entre os principais fatores que dificultam o acesso ao crédito por parte destas empresas estão a falta de garantias reais, falta de recursos próprios e a insuficiência de informações, como documentação atualizada e demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Capital de Giro, empreendedorismo,

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009 HOJI, M. Administração financeira: uma abordagem prática. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE. Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas. Observatório Sebrae, 2023 acesso em: <https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio>.

COLETA SELETIVA OU SELETIVIDADE SOCIAL

Ana Carolina M. Monteiro²

Paola S. Reis³

Teilon H.N Oliveira⁴

O excesso de lixo e do descarte inadequado tem sido um desafio persistente para Belo Horizonte ao longo dos anos. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) calculou que "cada um dos 2.315.560 habitantes de Belo Horizonte gerou, no ano passado (2023), em média, 760 gramas de lixo domiciliar por dia", o que gerou 643.748,86 toneladas de resíduos domiciliares na cidade durante o ano. O excesso de lixo e o descarte indevido têm causado muitos problemas à população. Vilhena (2013), define que pode ser aplicada três tipos de metodologias para fazer uma coleta seletiva: I - Separação na fonte geradora dos diferentes tipos de materiais recicláveis, em um local disponível para armazenamento. Esta separação deverá ser feita baseada no "modelo de seleção" que for adotado pelo município. II – Um galpão de triagem é útil mesmo no caso da segregação na fonte pelo sistema secos/úmidos, já que haverá necessidade de separação dos secos (papéis, plásticos, vidros, etc.), úmidos (fração de orgânicos) e outros (considerados rejeito). É claro que, dependendo da dimensão do programa, o galpão poderá ser transformado em uma estrutura mais simples e de menor custo. III – A coleta seletiva dos diferentes tipos de materiais recicláveis simultaneamente, mas com separação rigorosa entre todos os tipos já na fonte geradora. Para sua implantação, deve-se levar em conta uma série de aspectos técnicos e econômicos: necessidade de veículos coletores especiais; espaço físico para armazenamento dos materiais em separado; maior frequência 10 (dias) de coleta; capacidade de escoamento (venda) de todos os materiais; necessidade de uma campanha educativa mais detalhada. No entanto, é possível observar no site da PBH que a coleta seletiva não é oferecida em todos os bairros da cidade. Há um maior esforço para a realização desse serviço na região centro-sul, que possui os "bairros nobres". Nessa região, mais de 20 bairros são atendidos, sendo que 16 deles recebem atendimento completo. Caldeira (2009), estudou os determinantes da coleta de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais e constatou que aqueles que não têm acesso ao serviço de coleta seletiva habitam principalmente nas pequenas cidades das regiões mais pobres do Estado e nas periferias urbanas dos grandes centros, representando a parcela populacional mais pobre e menos escolarizada, com acesso limitado também ao conhecimento e à saúde. Nas regiões norte, apenas três bairros em cada são atendidos pela coleta seletiva, sendo predominantemente parcial, com apenas um bairro na Pampulha totalmente atendido. Em Belo Horizonte, a (SLU) coordena a coleta diária de resíduos na cidade, oferecendo tanto o recolhimento de lixo domiciliar comum quanto a coleta seletiva porta a porta. De acordo com Vilhena (2013), a coleta seletiva pode ser executada de três formas: porta a porta, pontos de coleta voluntária ou com postos de recebimento. O modelo de coleta porta a porta é semelhante a coleta tradicional, em que os veículos percorrem as ruas em determinado dia e horário, porém seria recolhido apenas o material que pode ser reciclado que devem ser dispostos em contêineres ou sacos plásticos. Levando em consideração a dica de descarte correto do lixo produzido em domicílio que a própria PBH divulga em seu site, "o descarte correto evita que os resíduos se espalhem pelas vias causando acidentes, atraindo vetores de

² Aluna da Estácio BH E-mail: caroldlavi@gmail.com

³ Aluna da Estácio BH E-mail: paolareis-02@hotmail.com

⁴ Aluno da Estácio BH E-mail: teilonh@gmail.com

doenças ou entupindo bocas de lobo, principalmente no período chuvoso", a coleta seletiva domiciliar ajudaria a diminuir o excesso de resíduos descartados em lixões, com a SLU providenciando toda a estrutura para a triagem dos recicláveis doados para tratamento correto. É crucial investigar por que não há um estímulo maior da prefeitura e da SLU para expandir a coleta seletiva em todas as áreas de Belo Horizonte, já que o descarte inadequado do lixo afeta toda a cidade. Com as chuvas aumentando e a produção de lixo crescendo, é urgente que todos se unam para reduzir a poluição e seus impactos. A colaboração de todos é essencial para enfrentar os desafios do lixo e construir um futuro mais sustentável.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, M. C. REZENDE, S. HELLER, 2009. Estudo dos determinantes da coleta de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais. Eng Sanit Ambient. v.14 n.3. p, 391-400. jul/set, 2009.

Prefeitura de Belo Horizonte. Belo-horizontino gera em média 760 gramas de lixo domiciliar por dia. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizontino-gera-em-media-760-gramas-de-lixo-domiciliar-por-dia#:~:text=Cada%20um%20dos%202.315.560,da%20cidade%20durante%20o%20ano>. Acesso em: __ de abr. de 2024.

Prefeitura de Belo Horizonte. Coleta Seletiva Porta A Porta. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/slu/informacoes/servicos/porta-a-porta>. Acesso em: __ de abr. de 2024.

VILHENA, A. Guia da Coleta Seletiva de Lixo. CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, São Paulo, 2013.

COMPLIANCE CORPORATIVO: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA ÉTICA E DA INTEGRIDADE EMPRESARIAL

Carolline Leal Ribas⁵
Manoela Fernanda Canalis Florian⁶

A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, tem um papel fundamental na regulação e no combate à corrupção no ambiente empresarial, uma vez que estabelece responsabilidades claras para empresas que praticam atos lesivos contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, promovendo a transparência e a integridade nas relações comerciais. Com a promulgação da lei federal, incorporou-se ao ordenamento jurídico uma legislação específica que passou a prever uma análise da conduta social e de “personalidade” da empresa de forma que quanto mais ética e em conformidade às leis e regulamentos estiver a corporação, menor poderá ser a sanção a ela imposta e, assim, o compliance definitivamente passou a ser adotado pelo empresariado brasileiro. Nesse sentido, o presente artigo tem por finalidade demonstrar a importância da aplicação do compliance nas empresas, visto que a conformidade com regras e regulamentos internos e externos se tornou requisito de suma importância no competitivo mundo corporativo contemporâneo. Em vista de que determinadas empresas optarem pela implementação de programas de conformidade ao passo que outras caminham no sentido inverso aderindo o non-compliance, será feito um paralelo entre estas e aquelas sendo demonstrado, ainda, os resultados obtidos e consequências da sua não aplicação que impactam tanto na organização quanto na sociedade. Para tanto, foram utilizados tanto o método indutivo com a abordagem de categorias consideradas fundamentais para o desenvolvimento do tema “Compliance”, valendo-se do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica – que forneceu as bases teóricas e doutrinárias a partir do livro do autor de referência – quanto do método dialético para exploração de fenômenos sociais que estão em contínuas transformações. Ademais, recorre-se ao estudo de caso do programa de compliance na ArcelorMittal. Ao implementar medidas de conformidade com a Lei Anticorrupção, as empresas enfrentam diversos desafios. Desde a necessidade de criar programas de compliance robustos até garantir o treinamento adequado de funcionários e realizar due diligence em relação a parceiros comerciais, a conformidade requer esforços contínuos e dedicados. Estudos de caso de empresas que enfrentam desafios relacionados à corrupção oferecem insights valiosos. Esses exemplos destacam a importância de uma abordagem proativa para lidar com questões éticas e legais, além de ilustrar as consequências significativas de não cumprir os requisitos da Lei Anticorrupção. Olhando para o futuro, é essencial que as empresas estejam preparadas para os desafios em constante evolução no campo da legislação anticorrupção. Isso inclui estar atento às tendências regulatórias emergentes e adotar uma abordagem ágil e adaptável para garantir a conformidade contínua. Apesar de existirem empresas envolvidas com corrupção, planos de ação sem atualização e ainda aquelas que adotam o non-compliance (não conformidade), há companhias que prezam pela ética, transparência e conformidade com leis e regulamentos. Neste sentido, a ArcelorMittal, conglomerado industrial multinacional de empresas de aço com sede em Luxemburgo, formada em 2006, a partir da fusão da Mittal Steel Company e da Arcelor, optou desde logo pela implementação do programa de compliance conforme Oliveira (2019, p. 288-289):

Concluída a complexa operação de fusão dos dois gigantes da siderurgia, uma das primeiras medidas adotadas pela alta Administração do grupo ArcelorMittal foi o

⁵ Docente da Estácio BH. - Email:

⁶ Aluna da Estácio BH - Email:

lançamento oficial, em 2007, de um programa único de compliance, pautado nas melhores práticas internacionais e aplicável indistintamente a todas as empresas do grupo. O programa em sua essência, busca reforçar o forte compromisso do grupo ArcelorMittal como os mais elevados padrões de integridade e de responsabilidade corporativa. Isso significa que independentemente do local ou do contexto econômico ou financeiro em que o grupo ArcelorMittal opera, todas as suas decisões e negócios devem se basear nos mais altos padrões éticos e legais.

Desta forma, a corporação passou a ser considerada referência e exemplo de organização devido a implementação do programa compliance, pois, foi a primeira empresa no Brasil a aderir em sua política organizacional o termo da ONG Transparency International (TI), organização global fundada em 1993 com sede em Berlim que tem como principal objetivo a luta contra a corrupção, em uma plataforma de comunicação, intercâmbio e desenvolvimento de conjunto especializado. Uma empresa que adota o “Transparency International” dá um passo muito importante, pois demonstra compromisso e responsabilidade com a finalidade de garantir um ambiente de negócio mais íntegro afastando de si práticas ilegais e antiéticas visto que a probidade e a retidão de condutas se fazem de suma importância nas organizações:

A cultura da integridade pode ser um elemento transformador na construção da sociedade mais ética, estimulando a reflexão da necessidade de cada um de nós ser mais autêntico. Consolidar a consciência e, sobretudo, a atitude de fazer o que é certo é o caminho mais promissor para qualquer organização ou para as nações que pretendem implantar um Estado democrático de direito. Este é o papel de cada um, individualmente, e de todos, conjuntamente. (OLIVEIRA. 2019. p. 310)

Assim, a ArcelorMittal espera que esta parceria reflète em toda sua cadeia produtiva, incentivando outras empresas a também buscarem uma melhor administração, equidade e sustentabilidade dos negócios. Com toda boa política organizacional que a ArcelorMittal possui, o que se vê são os excelentes resultados positivos obtidos pela empresa tais como lucro de US\$ 374 milhões no quarto trimestre de 2017 comparado ao mesmo período de 2018 registrando alta de 49,6%. Além disso, a empresa se destaca em relação ao posicionamento que ocupa no seu setor de atividade visto que devido ao sucesso, o grupo atualmente é líder no setor da siderurgia mundial representando 7% da produção internacional de aço, além de liderar o ranking de mineração mundial. Percebe-se ainda muitos benefícios para a ArcelorMittal uma vez que por possuir uma estrutura corporativa bem organizada, suas ações estão dentre as maiores altas do mercado financeiro nesses últimos anos devido às progressivas altas registradas nas bolsas de valores. Preocupada com a questão ambiental, a empresa criou o Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente visando a conscientização de estudantes e filhos de empregados premiando iniciativas coletivas de ideias viáveis para problemas ambientais a partir de um tema anual. Tal iniciativa além de incentivar a conscientização ambiental, contribui para que as novas gerações alcancem sua maturidade melhor preparadas para preservar e valorizar o meio ambiente garantindo o conhecimento científico como veículo de promoção da educação ambiental. Assim, nota-se o quão importante se fez a implementação do programa de compliance na ArcelorMittal já que, como exposto, hoje a empresa colhe diversos e significativos frutos que contribuem para o crescimento e desenvolvimento da organização que por sua vez, por meio da ética e da sustentabilidade, contribui com a sociedade num todo.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Guilherme. Lucro da ArcelorMittal cresce 15% no 4º trimestre e chega a US\$ 1,2 bi. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/noticias/lucro-arcelormittal-cresce-trimestre>. Acesso em: 19 abri. 2024.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de; SOUZA FILHO, Paschoal Naddeo de. A importância do compliance tributário no cenário brasileiro. João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/a-importancia-do-compliance-tributario-no-cenario-brasileiro>. Acesso em: 19 abri. 2024.

OLIVEIRA, Luis Gustavo Miranda de. Compliance e integridade: aspectos práticos e teóricos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

COMPRA POR IMPULSO

as estratégias de marketing no mercado consumidor

Alisson De Souza Batista⁷

Aline Ferreira

Leonardo Ramalho

Natanael Gomes

Scarlet Alorrany

Introdução: A presente pesquisa tem como propósito identificar os principais fatores e consequências que leva as pessoas a fazer uma compra por impulso. Para tanto, foram desenvolvidos um modelo teórico com objetivo de se ilustrar e entender o que levam as pessoas a comprar algo de forma compulsiva, buscando demonstrar de que forma as empresas (principalmente as dos ramos: alimentício, vestuário e eletrônico) junto com o profissional do marketing atua perante a esse mercado, quais as estratégias utilizadas por eles para atrair o consumidor. Demonstrando a relação entre o ambiente (loja), ao comportamento do indivíduo quanto aos principais atrativos do mercado consumidor que o leva a satisfação em adquirir algo que não necessita de forma direta. A pergunta que norteou esta pesquisa foi quais fatores favorecem as empresas a utilizar de estratégias para impulsionar as vendas? Os objetivos desta pesquisa são a) geral, elucidar o conceito de comportamento de compra por impulso e b) específico, caracterizar as nuances do consumo. Comportamento De Compra do Consumidor; A Compra Por Impulso: Mediante a tantas propostas tentadoras que o mercado oferece ao consumidor, pode acontecer comportamentos as vezes não controláveis na hora de fazer uma compra, as ofertas e produtos são muitas, no qual desperta o interesse em comprar por diversos motivos, sendo por: preço, qualidade, aparência, ou até mesmo pelo simples fato de sentir-se atraído pelo produto, onde a compra acaba sendo feita de maneira impensada. “A compra por impulso é um forte estímulo interno que requer uma ação. Ele se torna um motivo quando é direcionado para um determinado objeto de estímulo. Que podem influenciar a reação de uma pessoa no que se refere a seu interesse por comprar tudo” (KOTLER 2015, p.161). Segundo Kotler (2012, p.161) “Quando está altamente envolvida uma compra e percebem diferenças esse comprador passará por um processo de aprendizagem, desenvolvendo primeiras crenças sobre o produto e, em seguida, atitudes em relação a ele, para então fazer uma escolha de compra consciente”. Dessa forma, quem trabalha com o marketing deve compreender e sempre ficar bem informado sobre o comportamento dos consumidores da forma que consiga coletar mais informações sobre seu comportamento, com isso eles iram ajudar os compradores a entender as características de cada marca para influenciar na compra final. Muitas das vezes compramos o consumidor adquire uma específica marca, mesmo quando outra marca seja igual o produto que ele adquirir até mais barato e muito difícil eles trocarem de imediato. A compra por impulso nada mais é do que despertar o interesse do consumidor para experimentar o novo, o ideal é que o consumidor passe pelos cinco estágios do processo de adoção, desde a conscientização até o momento em que ele compra o produto para experimentar. Schultz, Robinson e Peterson (1966), citado por J. B. Pinho (2008, p. 50), “atribuem a quatro fatores o crescente uso da promoção de vendas pelas empresas e o consequente aumento dos investimentos em ações promocionais”. O primeiro é que ela produz resultados, pois o consumidor tem uma predisposição natural aos seus apelos. O segundo fator é que os efeitos da promoção de vendas ocorrem rapidamente. O

⁷ Professor da Estácio BH - E-mail: alisson.batista@gmail.com

terceiro fator é que o retorno das ações promocionais é facilmente mensurável. O quarto fator é que a promoção de vendas é relativamente fácil e de baixo custo para ser implementado. Dessa forma, essas diversidades de promoção, tem o objetivo de atrair não só os consumidores, mas todos que fazem parte do processo de comercialização dos produtos.

METODOLOGIA: A metodologia aplicada na pesquisa foi a descritiva, na qual foram abordados diversos temas através de embasamentos teóricos já existentes, foram utilizados como fonte de pesquisa artigos científicos publicados em sites e periódicos. Também foi caracterizado por pesquisas bibliográficas de diversos autores (Kotler; Silva; Costa; Talarico; Cobra; J. B. Pinho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com base no trabalho descrito, conclui-se que a compra por impulso é na maioria das vezes um comportamento impensado e não planejados pelas pessoas, o consumidor se sente atraído frente a tantas ofertas de produtos variados que o mercado oferece, isso se dá pelo desejo repentino e emocional que um indivíduo desperta em si, que o faz comprar algo imediatamente, sem pensar nas consequências que uma determinada compra repentina pode leva-lo. O comprador que age de forma compulsiva acaba por fazer uma aquisição de um produto pelo fato de simplesmente satisfazer a vontade de consumir e não pela necessidade do produto que é adquirido, acaba perdendo o controle da situação e fazendo de determinadas compras uma dívida financeira desnecessária, agindo muita das vezes pela emoção momentânea e não racional.

Palavras-chave: Compra por impulso, elementos ambientais, estratégia de marketing, mercado consumidor, influencia psicológica.

DESIGN THINKING COMO UMA FERRAMENTA DE INOVAÇÃO um ensaio teórico

Cintia Varandas Ladeira⁸

O presente artigo apresenta uma revisão de literatura sobre o tema *Design Thinking* e inovação, com o objetivo de caracterizar o seu significado e, principalmente, pontuar os diversos temas ligados ao assunto, buscando compreender como o processo ocorre no contexto organizacional. A inovação tem sido um tema amplamente abordado e efetivamente aplicado nas últimas décadas, considerando o histórico de mudanças e adequações das organizações frente a Evolução tecnológica e reinvenção dos empresários para se adaptarem ao atual cenário de negócios. Grande parte das empresas tem buscado novas conquistas, principalmente com foco na capacidade de auto realização, em entender a realidade e agregar valor; sempre atentas à percepção do ambiente e identificação de necessidades, movimentos e tendências; e na busca constante de oportunidade. Com a revolução do mundo digital, associado com a evolução da tecnologia, surge a constante necessidade de os empreendimentos buscarem atualizações em relação a aplicação de novos modelos de gestão com conceitos inovadores, se adequando aos novos cenários que surgem a todo o momento. Diante da necessidade de mudanças, emerge uma área de conhecimento no cenário atual, o *Design Thinking*. O termo é uma abordagem humanista de inovação e criatividade, centrada no trabalho colaborativo e que parte de uma perspectiva multidisciplinar embasada em princípios de engenharia, *design*, artes, ciências sociais e descobertas do mundo corporativo (PLATTER; MEINEL e LEIFER, 2011, apud CAVALCANTI, 2014). O caminho na busca das empresas por um diferencial competitivo diante da mesmice de produtos massificados e baratos perpassa pela inovação. Drucker (1994) reforça esta ideia discorrendo sobre a importância da inovação incorporada aos produtos e aos negócios. Para o autor, as organizações inovadoras são receptivas às mudanças e criam condições que possibilitam que o trabalho de hoje seja feito em paralelo com a geração de inovações futuras. Através da “destruição criativa, o empresário transforma o que vem sendo praticado no mercado introduzindo, criativamente, novas formas de analisar os recursos, produtos ou serviços. O economista Schumpeter (1984, p.103) desenvolveu os conceitos de “destruição criativa, através da inovação. Este processo que, de acordo com ele, “é o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista”, produz constantemente novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados, através do processo contínuo de criação e substituição da ideia vigente por outra. Através deste conceito, a caneta tinteiro tornou-se obsoleta em favor da esferográfica, a válvula em favor do transistor, a régua de cálculo em favor da calculadora eletrônica, a locomotiva a vapor em favor da elétrica ou a diesel, dentre outros. O conceito de Destruição Criativa deu origem ao que, nos dias de hoje, é conhecido como inovação através do *Design Thinking*, um método em que se estimula o comportamento criativo e prático direcionado para resolução de problemas ligados a concepção de projetos, que tem sido investida por diversas organizações. De acordo com Viana et al. (2015) A ferramenta tem mostrado eficaz na busca de processos inovadores e está associado à maneira de ver as coisas e resolver os problemas, pois utiliza um tipo de raciocínio pouco convencional no meio empresarial, o pensamento abduutivo, que é um processo participativo para formar hipóteses explicativas. Para entender o conceito de *Design Thinking*, inicialmente é necessário ter em mente que o design não se limita a criar objetos elegantes ou embelezar o

⁸ Docente da Estácio BH E-mail: cintia.ladeira@estacio.br

mundo. Esta é uma área de estudo que tem foco em compreender o cenário no qual as empresas atuam e o papel que elas desempenham, entender quais as dores e necessidades das pessoas que estão no centro do processo e criar soluções baseadas na inovação, capazes de despertar desejo, surpreender e emocionar. Segundo Brown (2010, p.6) o conceito de *Design Thinking* é melhor representado como “[...] um conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas”. Na perspectiva do autor supracitado, o *design thinking* é uma abordagem sistemática que permite a inovação e vai além da necessidade de se produzir um produto ou serviço, pois é assertivo a ponto de entrar diretamente na vida do consumidor, podendo até ditar certos comportamentos futuros, adicionando valor ao negócio. Viana (2015) complementa afirmando que o Design Thinking ajuda na imersão e no entendimento de parâmetros e padrões essenciais para criar projetos de melhor qualidade.” Para Dune e Martin (2006), o design thinking é o caminho no qual os designers pensam: os processos mentais que eles usam para desenhar os objetos, serviços ou sistemas, a diferença é o resultado final de produtos diferenciados e úteis. Brown (2010, p.10) acredita que a missão do *Design Thinking* é traduzir observações em insights, e estes em produtos e serviços para melhorar a vida das pessoas. Ele afirma que o resultado destes insights tem se tornado uma tendência nos últimos anos, em diferentes áreas, possibilitando a solução de problemas complexos. Para o autor, a abordagem vem estimulando um crescimento de mercado em diversos setores por meio do desenvolvimento de produtos e de novas tecnologias, que vão além do *design* tradicional. *O Design Thinking* reflete numa abordagem direcionada ao indivíduo, e nas suas necessidades, considerando que ele está imerso em um ambiente multidisciplinar imposto pela tecnologia, pelos novos movimentos emergentes no mundo, além dos pensamentos e processos cada vez mais aprimorados. Ou seja, o atual cenário de um mundo em rápida evolução favorece a discussão e aprimoramento acerca de soluções e práticas inovadoras para os diversos negócios.

Palavras-chave: Inovação, *Design Thinking*, Diferencial Competitivo, Mudança

REFERÊNCIAS

BROWN, T. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Elsevier. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

CAVALCANTI, C. M. C.. **Design Thinking como metodologia de pesquisa para concepção de um ambiente virtual de aprendizagem centrado no usuário**. In: Anais do Simpósio Internacional de Educação a Distância, São Carlos, Ufscar, 2014.

DRUCKER, P. F. (1994) **Inovação e Espírito Empreendedor** (Entrepreneurship): Práticas e princípios. 4 ed. São Paulo: Ed. Pioneira

DUNE, David; MARTIN, Roger. **Design thinking and how It will change management education: an interview and discussion**. *Academy of Management Learning & Education*, v. 5, n. 4, p. 512–523. 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1984.

VIANNA, M., VIANNA Y., ADLER I., LUCENA B. E RUSSO B. **“Design Thinking: Inovação em Negócios”**. MJV Press. Rio de Janeiro, RJ. 2012.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Uma Análise Da Jurisprudência Do Tribunal Superior Do Trabalho

Ana Luisa das Graças Coutinho⁹
Carolline Leal Ribas¹⁰

Ao longo da história do Brasil, as percepções em relação às pessoas com deficiência variaram significativamente, refletindo contextos sociais, culturais e políticos distintos. Nas últimas décadas, um dos maiores avanços foi o reconhecimento dos direitos humanos e sociais das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de virada significativo, reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência e estabelecendo bases para políticas públicas mais inclusivas, o que proporcionou um crescente movimento pela inclusão e acessibilidade, com a conscientização pública sobre os direitos das pessoas com deficiência e a necessidade de eliminar barreiras sociais, físicas e culturais. Segundo o Decreto 3.298, de 20/12/1999, pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Em 2015, fora promulgada a Lei 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com a finalidade de assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (art. 1º). Dentre os direitos arrolados na legislação federal, tem-se o direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais. Em consequência, há obrigatoriedade de as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza garantirem ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, além de percentuais de vagas destinadas exclusivamente a pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei 8.213/91). O mercado de trabalho para pessoas com deficiência tem passado por transformações significativas, impulsionadas por mudanças legislativas, avanços na conscientização e iniciativas de inclusão. Neste contexto, é crucial entender o panorama atual e os desafios enfrentados por esses profissionais. O presente trabalho tem como objetivo estabelecer um cotejamento entre os direitos das pessoas com deficiência e sua real inclusão no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, recorre-se a uma metodologia de revisão bibliográfica e de análise de conteúdo, bem como estudo de caso de dois Recursos de Revistas julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) no final de 2023. Empresas e organizações estão implementando uma variedade de iniciativas de inclusão para apoiar a contratação e retenção de pessoas com deficiência. Isso inclui programas de mentoria, treinamento de sensibilização, adaptações no local de trabalho e políticas de diversidade inclusivas. Além de cumprir as obrigações legais, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho traz uma série de benefícios para as empresas, incluindo aumento da criatividade e inovação, melhoria do clima organizacional e acesso a um talento diversificado e qualificado. Segundo a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei 8.213/91). As proporções para empregar pessoas com deficiência variam de acordo com a quantidade de funcionários. De 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As

⁹ Aluna da Estácio BH

¹⁰ Docente da Estácio BH

empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo. As multas para instituições que descumprirem a legislação podem chegar a R\$ 228 mil. Apesar dessa previsão normativa, ainda são frequentes os casos de descumprimento desta imposição legal. Nesse sentido, verifica-se julgado recente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em que se discute a questão das cotas. O caso refere-se ao RR - 1000858-35.2020.5.02.0033, cujo acórdão fora publicado em 18/09/2023. Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor da Uniesp S.A, em razão da inobservância da cota legal de contratação de pessoas com deficiência. Embora a universidade tivesse 1.688 postos de trabalho em setembro de 2019, apenas três deles eram ocupados por pessoas com deficiência. A empresa admitiu a irregularidade e fora condenada ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Ressalta-se que, até a data de elaboração do presente trabalho, o processo acima não transitou em julgado, uma vez que fora interposto Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, sendo que o último andamento do processo é da data de 01/04/2024.

RECURSO DE REVISTA. LEIS NºS 13.015/2014 E 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA SOCIAL RECONHECIDA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. DANO MORAL COLETIVO. DANO IN RE IPSA. [...] Há a configuração de ato ilícito pela não contratação de pessoas com deficiência conforme cota legal, que atinge a todos trabalhadores que poderiam ingressar no mercado de trabalho, e o dano moral coletivo, por se cuidar de tutela de direitos metaindividuais. (BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. 2023).

Nota-se que a conscientização sobre a importância da inclusão tem crescido, levando a uma mudança gradual na percepção das habilidades e contribuições das pessoas com deficiência. As empresas estão reconhecendo cada vez mais o valor da diversidade no local de trabalho e as habilidades únicas que as pessoas com deficiência podem trazer para as equipes. Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Isso inclui preconceitos e estereótipos, falta de acesso a oportunidades de educação e treinamento, bem como obstáculos físicos e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. RR - 65-70.2021.5.09.0749. Brasília/DF. Ministro Alberto Bastos Balazeiro. 18/09/2023. Disponível em [24](https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?g-recaptcha-response=03AFcWeA7rguH7Zh2hnx-rusOmUiDMgWJ9jFhXl7hosQWiq7UqRxn3BSrX9u uGkuBW5p0uaARVTozwC59FITFUfbQQPGtIDrhj91ADGSlScc52YpKOFA7ircWUqUnx1 WmpL3hvrcNC1JmTMcuQnsV01D1JTtPdIcGFrcb3K6ZC57ABOG3A7CZpL0ChAU7-yyy DHIVuTnZJ7Rl_1E11pvX9MXnRsFr_kdsWde8ZZThalt6m43sO3r5Vq_Tj9MC6pmK8f4bd5 JP_IL0ot8RImJ7pW5pf7eVJqd7ckUz7JwYPmNzwgxhbp5S9iulFmsKdNjtue0C_F8TwXFKL 9HHCG-ssGwuPlXn86yU9vj_WZyV71xIVc8f9KIalgVmkUUQQO9u1UIItTdFum4--D5I4q NO0-eQjbNC19trc252Yu6WFWualZWP_FeQPAf3JYcW-MO1mbuMjXMXZ3X_dK964A_s anRTdopvVgtSNn2mk9zGQzGGqyJjTrsvV4kKdJevTwnFY5mMyh2IH1HqEVdDjhoXMrov ZbBM_Fi1h669E3n9stpZyz3zlrNe9HsXOgtLFmMJ5ILrIRsfhwVmlNi7eWbadhKMEZc_3E ZIUWlqx1NoyUg8KtLa8wVkJ6C_mFnEonJqXtuyjLkuVoUIW1opzH3tCDmaMgNfH0aBM atn1yfTNYqvwF54QTSvbVYaOWXOVKCEOhvFKyY-GfH1RGiYXY2Lcez9QMUK47pBiB nMZ_sjoIjtsQ1RleWUC_gdlJnmhAmHV1u9xiiF4JAe&captcha=&conscsjt=&numeroTst=& digitoTst=&anoTst=&orgaoTst=&tribunalTst=&varaTst=&consulta=Consultar. Acesso em 08 mar. 2024.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 08 mar. 2024.

EDUCAÇÃO INOVADORA COMO FATOR DE SUCESSO PARA INSERÇÃO DO ALUNO NO MERCADO DE TRABALHO

Um estudo de caso no curso de Administração da Estácio de Belo Horizonte

Cintia Varandas Ladeira¹¹

Com as constantes mudanças no mercado, especialmente neste momento de recuperação pós pandemia, o desemprego ainda permanece como uma realidade que atormenta a vida de milhares de brasileiros. Neste cenário de instabilidade, a população tem buscado nas instituições de Ensino maior qualificação visando aumentar sua empregabilidade. A crescente procura por educação em níveis de graduação e pós-graduação, somada ao quadro da necessidade atual de mudanças rápidas de ideias e de atitudes em todas as áreas do conhecimento, exige tanto a disseminação como a gestão da inovação nos cursos superiores. A educação inovadora é um dos caminhos encontrados para a criação de um ambiente que estimule comportamentos sociais voltados para o desenvolvimento da capacidade de geração do próprio trabalho. O desafio é construir um ambiente favorável à criação de uma cultura empreendedora, que passa pela formação de agentes de estímulo à inovação. O presente artigo, um estudo de caso exploratório, pretende provocar uma reflexão sobre a educação inovadora e a metodologia no curso de Administração da Estácio de Belo Horizonte na formação de profissionais aptos a se tornarem cada dia mais empregáveis no mercado de trabalho competitivo e exigente. A nova era privilegia o conhecimento e a informação e não mais o apego a antigas características do profissional tradicional (RIFKIN, 1997). A educação com foco na busca de processos diferenciados é um dos caminhos encontrados para a criação de um ambiente que estimule o desenvolvimento da capacidade de gestão do próprio conhecimento. Além disto, o uso de inovação no processo de ensino traz mais interesse do aluno em se envolver com a sua aprendizagem. A IES estudada entendeu a importância de inovar neste cenário de educação, especialmente devido ao perfil do seu aluno que, na sua maioria, trabalha de dia e chega para as aulas cansado. Em detrimento ao acima exposto, a Estácio tem um currículo atualizado e em constante mutação, para atender as necessidades do mercado e as individualidades do seu público. As disciplinas contam com um conteúdo abrangente e bem estruturado através não só de material escrito, mas também vídeos, podcast e exercícios de fixação do conteúdo estudado. Quando o aluno erra ou tem dúvidas, a própria plataforma o direciona para o ponto do material a ser estudado novamente, facilitando o processo de aprendizado. No currículo em vigor, além das disciplinas extensionistas que tem um caráter prático aplicado à comunidade, as demais possuem parte da sua carga horária dedicada à vivência dos alunos, para tangibilizar o conhecimento teórico adquirido. Nestas atividades tem-se oportunidade de instrumentalizar o conteúdo de várias disciplinas. No processo de mudança e condução desse novo profissional, faz-se necessária a busca de novas estratégias metodológicas e a reestruturação curricular, tendo como base a interdisciplinaridade, a visão holística do conhecimento e a abertura daqueles que vão “fazer acontecer” (BRAGA E LEITE, 1999). Neste sentido, com a evolução do currículo de administração da IES Estudada, o professor é estimulado a redimensionar a educação, produzindo um processo de cooperação, interação e integração com alunos e colegas. No entanto, percebe-se que a quebra de paradigmas, tanto por parte do professor, quanto pelo aluno, não se assemelha a uma tarefa fácil. Tem disso aplicada uma metodologia didática inovadora baseada em questionamentos, participação em projetos, desenvolvimento de

¹¹ Docente da Estácio BH - Email: cintia.ladeira@estacio.br.

conhecimentos, e habilidades aliadas à tecnologia da informação. Além das atividades práticas propostas, a IES também tem no seu modelo o uso de aprendizagem baseada em problemas, mapa mental, utilização de estudos de caso e vivências, permitindo o aprendizado globalizado e universal. Para isto os professores são constantemente capacitados e tem à disposição uma universidade corporativa com diversas trilhas de conhecimento. Os alunos do curso de Administração contam com a possibilidade de vivência dos desafios práticos através do Laboratório de Práticas de Gestão – LPG, parcerias com o Sebrae em desafios empreendedores, capacitações, dentre outros. Esta visão prática vivenciada pelos alunos provoca contínuas reflexões nas tarefas da educação superior, permitindo e facilitando o crescimento acadêmico do aluno com um olhar crítico, estratégico, de autoconhecimento e de aceitação das diferenças e potencialidades. Pode-se constatar que a Estácio está disposta a mudar, crescer e aprender com ações pautadas na inovação, qualidade, vanguarda e na vontade de transformar. Como uma organização que aprende, existe a preocupação no constante aperfeiçoamento de seus conhecimentos e entendimentos de si mesmas e do meio ambiente, facilitando e utilizando o aprendizado dos membros que a compõem. Em relação aos alunos, apesar dos dados ainda não estarem consolidados, eles já demonstram que, ao terem acesso ao conhecimento inovador e disruptivo, a empregabilidade deles aumentou e as margens salariais também.

Palavras-chave: Inovação, educação, mercado de trabalho

EMPREENDEDORISMO FEMININO E SEUS DESAFIOS

Cintia Varandas Ladeira¹²

O interesse acadêmico pelo empreendedorismo no Brasil tem crescido a cada ano desde a década de 90, e pode ser explicado por acontecimentos importantes como o desequilíbrio econômico, o que ocasionou o desemprego de muitas pessoas (DORNELAS, 2016). Neste cenário destaca-se o papel das mulheres que, por terem demandas com a casa e a família, muitas vezes tem dificuldade de conseguir um trabalho externo e encontram no empreendedorismo uma opção para manter sua empregabilidade. Objetivo deste estudo é entender o papel das mulheres no cenário empreendedor brasileiro. Como metodologia foi realizada pesquisa quantitativa através de entrevista com 3 mulheres empreendedoras, além de pesquisa bibliográfica, e utilização de dados secundários do relatório GEM - Global Entrepreneurship Monitor publicado anualmente. O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é um projeto de pesquisa cujo objetivo é entender, de forma mais profunda, o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social no mundo. No Brasil, para o ciclo de 2023, a pesquisa entrevistou 2.000 indivíduos da população adulta e 54 especialistas. As 3 entrevistadas ressaltaram que ainda existem preconceitos com relação à mulher empreendedora, e que, apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam algumas barreiras sociais e culturais que afetam o desenvolvimento do seu papel como líderes. Esta percepção pode ser comprovada através dos dados do relatório GEM de 2023 que aponta que as mulheres representam apenas 40% dos empreendedores nascentes no Brasil. Nos dados do relatório GEM percebe-se também que o distanciamento dos indicadores entre homens e mulheres se distancia e aumenta conforme o negócio amadurece. Este fato se justifica uma vez que dadas as circunstâncias, as mulheres enfrentam mais dificuldades para permanecer na atividade empreendedora. Esta dificuldade de disponibilidade diária para conduzir os negócios também foi apontada durante as entrevistas. O relatório ainda mostra outros dados importantes de análise. Em 2022, ao analisar os dados do relatório GEM, verificou-se uma variação positiva de 11% na taxa entre as mulheres e uma variação bem menor entre os homens (1%). “Aqui é digno de nota que, embora, em 2022, a taxa de empreendedorismo estabelecido entre as mulheres tenha sido bem menor do que a dos homens (6,8 contra 14,2), a variação da taxa feminina foi significativamente maior do que a masculina (variação de 11% contra 1%), o que denota o esforço das mulheres por uma maior inserção entre os empreendedores estabelecidos.” (GEM 2022, p.8). Sabe-se que o elevado índice de desemprego acarreta em um maior número de empreendedores por necessidade que encontram na abertura de um novo negócio meios de sobreviverem. Em países menos desenvolvidos, onde existem maiores taxas de desemprego, segundo Barros e Pereira (2008), é sugerido que as políticas governamentais sejam intensificadas visando aumentar os fatores econômicos através do empreendedorismo, levando a um menor indicador de desemprego. Das empreendedoras entrevistadas, duas delas empreenderam pela necessidade de gerar renda e a dificuldade de conseguir um emprego e se manter nele. Estes dados também foram apontados no estudo GEM que demonstra que a principal motivação para as pessoas iniciarem suas trajetórias empreendedoras está na necessidade de “ganhar a vida porque os empregos são escassos”. No relatório percebeu-se que este motivo teve um peso alto tanto para homens quanto para mulheres uma vez que 84,3% das empreendedoras iniciais e 80,1% dos empreendedores iniciais indicaram esta motivação. Com pequena diferença, as

¹² Professora da Estácio BH. e-mail : cintia.ladeira@estacio.br

empreendedoras iniciais querem “fazer a diferença no mundo”, 76,6%, relativamente aos empreendedores iniciais, 74,1%. Diante dos dados analisados, percebe-se que as barreiras para as mulheres iniciarem um negócio ainda são maiores, mas este cenário vem evoluindo a cada ano. O movimento de empreendedorismo feminino tem contribuído para o empoderamento das mulheres mostrando suas potencialidades e contribuindo para a construção de sua trajetória profissional e pessoal.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino, Relatório GEM.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M .A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. RAC Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, out./dez. 2008. Dornelas, José Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. José Dornelas – 6. ed. – São Paulo: Empreende/Atlas, 2016 GEM-Brasil 2013.

Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2013. Curitiba: IBQP, 2022 disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/11/GEM-2022-Recorte-Tematico-Sexo_FI_NAL.pdf. Acesso em 26/04/2024

GEM-Brasil 2013. Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo 2013. Curitiba: IBQP, 2023 disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-Executivo-GEM-BR-2023-2024-Diagramacao-v5.pdf>. Acesso em: 26/04/2024

ENDOMARKETING

Adaptando o antigo conceito de marketing interno a uma roupagem atual.

Alisson de Souza Batista¹³

Josenira Pereira

Marcilene Fernandes

Shirley Ramalho

Introdução: O presente artigo tem como objetivo demonstrar a relação entre marketing e o Endomarketing e suas importâncias para com as organizações. Entende-se que o marketing trabalha um conjunto de ações planejadas estrategicamente para identificar as necessidades e o desejo do cliente externo, podendo ser bens ou serviços, e reverter essas necessidades em lucros. Mas para atender melhor os serviços e manter melhores concorrência deve se entender que por trás existe o Endomarketing que empresas de pequeno e médio porte normalmente não trabalham nessa área da administração. Como o mercado está cada vez mais competitivo, este artigo mostra que o Endomarketing é uma área que utiliza ferramentas ajudando no setor de recursos humanos, e podendo ser utilizada em qualquer organização na motivação dos seus colaboradores. A pergunta que orientou este trabalho foi: Quais fatores impulsionaram o uso do endomarketing nas empresas? Dentre os objetivos, destacam o objetivo geral Analisar as características aplicáveis do Endomarketing, e específico Estudar o endomarketing em uma empresa do setor automobilístico. Por marketing devemos entender como um conjunto de ações planejadas e implementadas estrategicamente com o objetivo de identificar necessidades e desejos do público consumidor, seja de bens ou de serviços, para melhor satisfazê-lo, revertendo esses esforços em lucro para a empresa.”(GARCIA et al, 2006, p.17). Já dizia Bekin (2004, p.47), Endomarketing baseia-se em ações dirigida de marketing eticamente dirigidas aos funcionários das organizações (...), observando conduta de responsabilidade comunitária e ambiental. Considerando as informações relacionadas à imagem institucional da empresa, vê-se a impor A importância das empresas possuem meios para divulgar essas informações aos funcionários como: vídeo institucional, material de integração, regulamento interno e canais de divulgação. Essas informações possibilitam aos funcionários conhecer a origem da empresa, seus fundadores, diretores, valores, sua visão entre outros fatores diretamente relacionados ao que a empresa julga ser importante assim como, indiretamente, a postura a ser adotada. Conforme afirma Cerqueira (2002, p.48), numa cultura avançada, todos devem falar a mesma linguagem, baseada em valores. (...) é preciso globalizar, atingir chefias e, se possível, todos os funcionários da empresa. Endomarketing é a inovação na administração, que objetiva adaptar estratégias e elementos do marketing tradicional, normalmente utilizado no meio externo às empresas, para uso no ambiente interno das corporações. Está diretamente ligada à de comunicação interna, que agregada a técnicas de marketing, e a conceitos de recursos humanos. O Endomarketing tem como finalidade atrair e reter seu primeiro cliente: o cliente interno, resultando no significado de resultados para as empresas e, também, atraindo e retendo clientes externos. Resultados: O Endomarketing tem como objetivo motivar os funcionários de uma forma diferenciada, de modo que eles se sintam realmente parte integrante da empresa e importantes com o seu trabalho. Realmente é muito importante, as ações com o fim de promover a interação do funcionário juntamente com a empresa, criando métodos motivacionais, práticas que envolva os familiares, treinamentos, valorizações e atividades do gênero para que a satisfação no

¹³ Professor da Estácio BH e-mail: alisson.batista@gmail.com

ambiente de trabalho seja sempre prático para o colaborador, trazendo assim retornos cada vez mais rentáveis para a empresa. Na filosofia aplicada no Endomarketing, o colaborador deve ser tratado da mesma forma e com a mesma atenção que o cliente externo. A empresa pesquisada acredita nisso, e como prática real disso, é que os primeiros clientes que fazem testes-drives em seus lançamentos são seus colaboradores. Além dos funcionários serem os beneficiados pelas ações e a empresa com os resultados, o Endomarketing também faz parte da vida da família dos funcionários. A empresa oferece festas de bodas de aniversário de casamento e de debutantes para as filhas de seus colaboradores como forma de incentivo. E ainda não acaba por aqui. A empresa dispõe de uma plataforma tecnológica que auxilia na comunicação interna, disponibilizando vagas, promoções e um link “Fale com o Presidente”, possibilitando que qualquer funcionário se comunique diretamente com o chefe. Considerações Finais: Citamos como exemplo uma montadora de veículos automóveis, porque é uma empresa que conta com o Endomarketing nos seus negócios e que o frequente crescimento apresentados por ela pode estar diretamente ligados às ações, e a empresa dispõe de uma plataforma que auxilia na comunicação interna. A empresa pesquisada acredita que clientes que fazem testes-drives em seus lançamentos são seus colaboradores, os funcionários são os beneficiados pelas ações e a empresa, e a empresa com os resultados. O Endomarketing também faz parte da vida da família dos funcionários. Dessa forma conclui-se que o Endomarketing é o meio de motivar e satisfazer as necessidades dos colaboradores, para que eles apresentem melhores desempenhos nos trabalhos desenvolvidos, atendendo e suprindo as necessidades de seus clientes. E como abordou o artigo, a empresa pesquisada utiliza essas etapas com o objetivo de valorizar sua equipe. Assim fica claro a importância da ferramenta Endomarketing para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores.

Palavras-chave: Organização, Planejamento, Endomarketing, Público Interno, Marketing.

GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

Cintia Varandas Ladeira¹⁴

Foi realizado levantamento bibliográfico sobre gamificação, analisando a percepção do público acadêmico em uma Instituição de Ensino, nos cursos de Gestão, verificando se a metodologia funcionou como estratégia de engajamento dos alunos na construção de conhecimento, visando melhor qualificação do egresso. O estudo se justifica uma vez que a educação tem sido forçada a galgar novos passos, com o advento da tecnologia e as novas formas de geração de conhecimento, fazendo-se necessário a utilização de diferentes estratégias e metodologias mais atrativas aos alunos. O mundo vivenciado nos dias de hoje está rapidamente evoluindo para um contexto dinâmico nas organizações, envolto em novas tecnologias que tem ditado a reorganização do trabalho e o *modus operandi* das empresas na sua relação com os colaboradores. Nas últimas décadas, a sociedade vivenciou o aparecimento de novas tecnologias e inovações, que tem revolucionado a maneira em que a ordem das coisas acontece, gerando mudança no modo de vida, aumentando a competitividade, gerando hegemonia geopolítica e desenvolvimento socioeconômico. Para Castells (1999), as mudanças nos processos tecnológicos se refletem em todos os setores da sociedade e o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas, o que gera um processo interativo entre ambas. Neste contexto tecnológico dentro da sociedade da informação e do conhecimento, surge o interesse pela gamificação nas organizações. O nome se origina da palavra *gamification* em inglês e tem sido largamente discutido no Brasil como metodologia ativa de conhecimento. O entendimento da palavra supracitada perpassa pela descoberta do que são games e do entendimento de que a gamificação contribui para que as pessoas mudem seu comportamento. Segundo Liu (2011) citado por Orlandi (2018) o objetivo máximo da Gamificação é incentivar o usuário de sistemas não relacionados a jogos a ter o chamado ‘comportamento de jogador’: foco na tarefa em mãos, realização de várias tarefas ao mesmo tempo sob pressão, trabalhar a mais sem descontentamento e sempre tentar novamente quando falhar. A nova geração, chamada de “nativos digitais”, cresceu com a revolução digital, encarando Games e o processo de aprendizagem através de jogos eletrônicos como lazer são parte integrante da construção de sua cultura. Os jogos motivam a ação à medida em que os jogadores avançam nas etapas, superando os desafios e desenvolvendo. No ambiente educacional, a gamificação tem se tornado parte da estratégia para a atualização dos procedimentos de ensino e aprendizagem, corroborando para a construção do conhecimento mais leve e focada nos objetivos. Ela surge como uma possível alternativa no ambiente Educacional que, através da multimodalidade, pode captar o interesse dos alunos, despertar a sua curiosidade, conjugando elementos que levam à participação, ao engajamento, resultando na reinvenção do aprendizado. (ORLANDI, 2018). Estudiosos sobre o assunto têm levantado a bandeira de que os jogos são agentes transformadores na educação, deixando os alunos mais motivados engajados no processo de construção do conhecimento. A aprendizagem e a tecnologia têm algo em comum, afinal ambas buscam simplificar o complexo, se diferindo na velocidade. Enquanto a tecnologia evolui muito rapidamente, professores parecem insistir na utilização de apresentações de PowerPoint que só dificultam o aprendizado, dispersando a atenção de

¹⁴ Professora da Estácio BH. e-mail : cintia.ladeira@estacio.br

aprendizes que encontram um universo bem mais interessante em seus smartphones. Esta reflexão leva à problemática de pesquisa indagando se a gamificação é um dos caminhos da inovação na educação ou apenas mais um modismo.

Palavras-chave: Gamificação, Aprendizagem, Engajamento

REFERÊNCIAS

ALVES, Flora. **Gamification - como criar experiências de aprendizagem engajadoras.** Um guia completo: do conceito à prática. 2ª ed. São Paulo: DVS, 2015.

CASTELLS, M. A era da informação – economia, sociedade e cultura. Vol I. **A Sociedade em Rede.** São Paulo. Paz e terra, 1999

ORLANDI, T. R. C.; GOTTSCHALG-DUQUE, C.; MORI, A. ORLANDI, M. T. de A. L. **Gamificação: uma nova abordagem multimodal para a educação.** *Journal of Librarianship and Information Science*; Núm. 70 (2018); 17-30, Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68278>

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

estratégias para atração, retenção e desenvolvimento de talentos

Nilton Cesar Marques¹⁵
Danusa Campos Teixeira¹⁶

Faz-se necessário definir a melhor estratégia para atração, retenção e desenvolvimento de talentos no ambiente corporativo, bem como lidar com as diferenças entre as gerações dos indivíduos. O presente artigo tem por objetivo estabelecer um paralelo entre as diversas estratégias utilizadas na Gestão de Recursos Humanos, bem como lidar com as diferenças entre as gerações dos indivíduos, de forma possibilitar o uso de ferramentas de gestão adequadas para incentivar e obter os melhores resultados corporativos e pessoais. Atualmente o processo de contratação de funcionários ultrapassa em muito a simples análise do “curriculum vitae” enviado à empresa. Se antes a opção era a entrega pessoal do currículo junto a empresa pretendida, atualmente o corriqueiro é o envio do currículo por e-mail ou WhatsApp, haja vista que a tramitação de documentos ocorre predominantemente por meio digital, bem como realização de entrevistas, dinâmicas e análises diversas. Tem-se assim a primeira diferença de gerações entre os pretendentes, o que enuncia que as estratégias para atração, retenção e desenvolvimento dos talentos deve se adequar, necessariamente, ao perfil dos seus funcionários. Usualmente os indivíduos são classificados em gerações, as quais possuem intervalo de 20 anos, sendo possível observar características de comportamentos e objetivos comuns aos indivíduos pertencentes a uma mesma geração. Faz-se necessário esclarecer que tal condição, por si só, não é limitante ou determinante aos indivíduos e suas características. Os nascidos entre 1960 e 1980 são classificados como pertencentes à Geração X, cuja etimologia tem origem no termo utilizado em ensaios fotográficos, são os que acompanharam o começo do desenvolvimento das tecnologias de computador pessoal, internet, celular, impressora, e-mail, etc. Caracterizados como uma geração que gosta de variedades e odeia rotina e que possui metas voltadas para nossas oportunidades e desafios. Já os nascidos entre 1980 e 2000 são classificados como Geração Y, vindos logo após a Geração X, caracterizados pela liberdade e inovação, com marcantes mudanças em relação a comportamentos e estilos de vida. É uma geração que se desenvolveu em meio a era da informação e avanços tecnológicos, sempre conectados em decorrência da convivência tecnológica desde a infância. Por fim, os nascidos entre 2000 e 2020 são pertencentes à Geração Z, os quais possuem, inevitavelmente, convívio com tecnologia desde cedo. Desconhecem o mundo sem a presença de computadores, celulares, tablets e internet. É considerada a geração mais diversificada no contexto histórico em termos raciais e étnicos. De tal modo, os gestores responsáveis pela atração, retenção e desenvolvimento de talentos no ambiente corporativo devem estar atentos às características predominantes entre os indivíduos pertencentes às diferentes gerações, evitando sempre conflitos de interesses e metas corporativas e pessoais. A análise do perfil social do indivíduo, suas habilidades pessoais e profissionais, devem estar em consonância com os objetivos corporativos. O desenvolvimento das atividades laborativas no ambiente corporativo deve servir de estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo, o que ultrapassa a relação caracterizada

¹⁵ NILTON CESAR MARQUES – DISCENTE - Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: niltoncmarques@gmail.com.

¹⁶ DANUSA CAMPOS TEIXEIRA – DOCENTE - Engenharias – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br.

pela simples remuneração pelo trabalho realizado. Outro aspecto a ser considerado é que os funcionários devidamente motivados tendem a contribuir e produzir em grandezas bem maiores do que aqueles que realizam as atribuições puramente pela remuneração ofertada. Assim, encontrar alternativas que envolvam os funcionários de forma que os motivem cada vez mais é um desafio que perpassa pela análise das características comumente atribuídas às gerações X, Y e Z. Neste sentido, a título de exemplo, um cargo que exige maior concentração, dedicação exclusiva e desafios a serem solucionados de forma individual, perpassa por características que exigem habilidades atribuídas a determinada geração, não obstante, é perfeitamente possível que indivíduos de outras gerações atendam aos requisitos e cumpram satisfatoriamente o que lhes foi proposto, sem que isso signifique um sacrifício pessoal para uma adequação ao cargo. Assim, vislumbra-se que além da análise das habilidades pessoais e profissionais do funcionário se deve também considerar as características inerentes à geração na qual o indivíduo está inserido como forma de definir a melhor estratégia para atração, retenção e desenvolvimento de talentos no ambiente corporativo, como forma de proporcionar a continuidade da relação de trabalho.

Palavras-chave: Geração X, Y e Z; eficiência; motivação; trabalho; recursos humanos.

REFERÊNCIAS

SEGMENTO. Instituto de Pesquisas. As gerações e suas características. Porto Alegre. 2019. Disponível em <https://www.segmentopesquisas.com.br/blog/2019/5/24/as-geracoes-e-suas-caracteristicas>. Acesso em 27 abr 24.

INOVAÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA LEAN

ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE ENGENHARIA

Metodologias ágeis aplicadas em uma obra de infraestrutura em mineração

Guilherme Rafael Duarte Rocha¹⁷

O presente artigo irá abordar a inovação como ferramenta de gestão em empresas de engenharia, através da metodologia Lean Construction. O objetivo deste estudo é analisar como é utilizada a construção enxuta é aplicada no dia a dia do setor de Planejamento em uma obra de infraestrutura para mineração. Como metodologia, será realizado um estudo de caso em uma obra na empresa alfa, nos arredores de Belo Horizonte. Para o desenvolvimento, foi realizado um levantamento teórico conceituado inovação, passando pelo processo de produção do modelo Toyota até a construção com que ficou conhecido como metodologia Lean ou construção enxuta. Além disto foi abordada a ferramenta BIM, ciclo PDCA e planejamento na engenharia. Após o breve relato teórico, foi realizada uma contraposição da teoria com a prática desenvolvida na empresa estudada, através da análise de observação de um membro da empresa.

Palavras-chave: Inovação; Lean Construction; Construção Enxuta; Planejamento

¹⁷ Ex- aluno da Estácio BH E-mail: guilherme.rocha@terra.com.br

MARKETING DE SERVIÇOS

Fidelização e relacionamento com o cliente

Edna Carvalho ¹⁸
Isabela Costa
Luara Paula
Marcela de Paula
Mirian Naiara Ferraz

INTRODUÇÃO: Com os grandes números de profissionais que vêm sendo colocados no mercado de trabalho anualmente, a cada ano vem se formando diversos profissionais pelas universidades, onde o mercado torna-se mais concorrido, pois os clientes estão cada vez mais exigentes e mais sofisticados na área de serviços, o nível de insatisfação é ainda maior, pois mesmo sendo raros os bons profissionais prestadores de serviços, a área apresenta grandes oportunidades e desafios. Objetivo Geral do presente estudo é analisar o departamento de Marketing, observando como é realizado o processo de divulgação dos serviços prestados compreendendo melhor suas necessidades dentro de uma organização e a partir de um referencial teórico nos basear de como são aplicados em prática. Este artigo também procura analisar como são estabelecidas as estratégias de marketing voltadas para a fidelização de clientes. Desenvolvimento: Sabemos que o que movimenta as empresas são os clientes, por isso, se preocupar com a satisfação do mesmo, é imprescindível, mas que muitas das vezes não são levados como algo primordial em uma organização. A primeira pergunta a nos fazer é o que fazer para satisfazer nossos clientes? É fato que todos nós quando vamos adquirir algum produto ou serviço, olhamos o valor (preço), e também a qualidade, algumas marcas, indicações, dentre outros custos benefícios. Diante disso, as organizações devem estar totalmente dispostas, para saber ouvir, e entender a necessidade de cada cliente, pois cada indivíduo possui um desejo ou uma necessidade diferente de outrem, contudo, empresas que estão a fim de se manter competitivas no mercado devem estar sempre buscando inovação, com um único propósito, satisfazer o cliente. Portanto as organizações que desejam se manter competitivas no mercado, com seriedade e com bom desempenho, é preciso buscar alternativas para satisfazer seus clientes, como consequência os mantendo fieis a sua organização, para que venha indicações de outros, e a empresa cresça cada vez mais. A Fidelização se refere a um conjunto de ações efetuadas pelas organizações no intuito de fidelizar ou reter os seus clientes mais importantes, assim o impedindo que vá para a concorrência. Uma organização para ser bem sucedida, ela precisa criar valor para manter seus clientes, para isso ela pode criar programas como, programas de fidelidade, os programas de fidelidade fortalecem o vínculo do cliente com a empresa. **METODOLOGIA** : Foi utilizada a metodologia para a realização deste artigo o método indutivo. Para Gonçalves (2004, p. 69), este “método é utilizado através do particular para o geral, a partir da observação de fatos e casos concretos buscando uma generalização”. Através de pesquisas bibliográficas, foi possível realizar uma pesquisa de campo para obtermos um conhecimento mais detalhado do assunto. Segundo Gil (2002, p.54), a pesquisa de campo envolve um estudo intenso do objeto pesquisado, permitindo um conhecimento detalhado. “A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA, 2001, p.119). E o Método qualitativo, “pois aborda de maneira detalhada os significados e as características dos

18 Ex- aluna de Estácio HB.

objetos a ser observados, através de opiniões transmitidas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa”. (RICHARDSON, 1999, p.90). **ANÁLISE DE RESULTADOS:** Foi realizada uma entrevista com a diretora da empresa, e com embasamento nas teorias citadas na pesquisa, é possível verificar a semelhança entre a empresa uma prestadora de serviços em cursos de informática que investe em marketing dos mais variados meios de comunicação, verificou-se que a empresa oferece confiança no relacionamento com os clientes, e isso é fundamental para a contratação de um serviço, pois os clientes estão à procura de uma empresa onde oferece funcionários capacitados e ágeis durante o processo de prestação do serviço e isso contribui bastante na percepção do cliente em relação à empresa. Outro método utilizado pela empresa em manter a satisfação do cliente é o questionário de satisfação, que é aplicado ao cliente com o objetivo de manter a comunicação aberta com seus clientes e também reforçar o compromisso da empresa em buscar e manter a satisfação dos clientes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pode-se afirmar que marketing de serviços é um elemento essencial na vivência de todas as organizações, pois ele possibilita que a empresa se apresenta e mostre seus produtos/serviços, para seus consumidores/clientes. Destaca-se que, cada organização tem seu próprio modo de expor ao seu público alvo, deixando assim sua marca registrada no mercado. Podemos observar que existem inúmeras técnicas para que as empresas possam utilizar para que seu plano de marketing chegue ao planejado, fazendo que a empresa possa gerar sua receita. Conclui - se, portanto, que a empresa onde foi realizada a entrevista exerce alguns dos requisitos dos autores e que o processo de Marketing de Serviços da empresa é flexível, pois utiliza várias técnicas para aperfeiçoar de acordo com as exigências do mercado e dos consumidores.

Palavras-chave: Marketing; Cliente; Relacionamento; Satisfação; Fidelização.

O FENÔMENO EMPREENDEDOR POR NECESSIDADE

Fauze El Hadje Silveira Jibrán¹⁹
Cintia Varandas Ladeira²⁰

Pretende-se com este artigo fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema empreendedorismo haja visto sua importância nos dias de hoje, especialmente neste momento de pandemia que gerou fechamento de muitas empresas, crise econômica, desemprego. Este cenário é propício para se empreender, uma vez que a abertura de um negócio se faz necessário para gestão do próprio sustento. O empreendedorismo está em crescimento há alguns anos no Brasil e com a pandemia este fenômeno tem aumentado a cada dia. Sabe-se que o empreendedor é aquela pessoa que é pioneiro e inovador se não tiver as duas ou pelo menos uma destas não pode ser chamado de empreendedor. Segundo Dolabela (1999) o termo “empreendedorismo” é uma livre tradução da palavra entrepreneurship, utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades e o seu universo de atuação. O termo designa uma área de grande abrangência, além da criação de empresas: a geração do auto-emprego, empreendedorismo comunitário, intra-empendedor e as políticas públicas. O empreendedorismo é um campo de estudos emergente, e não existe, ainda, uma teoria consolidada a respeito do assunto. Tudo está em criação, inclusive a própria conceituação e, especialmente, uma metodologia para o desenvolvimento dessa competência, que envolve bem mais do que a aquisição de conhecimentos, mas o aprender a aprender, a ser, a fazer e, principalmente a conviver. Nesse sentido, um dos desafios da universidade é proporcionar ao aluno o desenvolvimento de uma relação pró-ativa com o aprendizado (FILION, 2000). Nos dias de hoje, acelerado pela pandemia, para sobreviver em um cenário de globalização e conseqüentemente, do e commerce faz-se necessário que a empresa inove constantemente, aplicando o conceito de empreendedorismo. O austríaco Schumpeter (1982), foi um dos economistas que estudou o assunto, influenciando no desenvolvimento da teoria e prática do empreendedorismo. Ele associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios. Para ele, “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente introduzindo novos produtos e serviços, a criação de novas formas de organização ou exploração de novos recursos materiais”. Diante desta constatação, fica evidente que a empresa deve sempre estar à frente dos concorrentes, sempre renovando seus processos, suas ofertas no mercado, e isso só se consegue com empreendedorismo focado na inovação. De acordo com Vale Corrêa, dos Reis (2014) o mundo corrente é caracterizado pelo desemprego estrutural, e, por este motivo, observa-se o desenvolvimento de um tipo de empreendedor movido, não necessariamente pela oportunidade, e, sim, pela necessidade de sobrevivência. Indivíduos muitas vezes sem condições de se inserir, de maneira adequada, no mercado formal de trabalho, dirigem-se para a atividade empreendedora. Buscam uma alternativa possível de trabalho e geração de renda. Torna-se comum encontrar, em revistas e jornais artigos e reportagens sobre o desemprego, o novo conceito de carreira e as necessidades do mercado por um profissional de perfil inovador. Estas transformações surgem no atual contexto nacional, impondo rápida reação e adequação tanto das empresas quanto dos trabalhadores. A pandemia acelerou ainda mais este processo e faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre este novo ciclo empreendedor que o país está vivenciando, bem como acompanhamento de perto destes indicadores.

¹⁹ Ex- aluno da Estácio BH E-mail: fauze1@hotmail.com

²⁰ Aluna da Estácio BH E-mail: teilonh@gmail.com

Palavras-chave: Empreendedorismo, inovação, desemprego

REFERÊNCIAS

DOLABELA, F. O segredo de Luísa. 14 ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

FILION, L. J. Empreendedorismo e Gerenciamento: processos distintos, porém complementares. Revista de Administração de Empresas - RAE Light, São Paulo v. 7, n. 3, p. 2-7, Jul./Set. 2000.

VALE, Glaucia. , CORRÊA, Vitor , DOS REIS, Renato. Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade?. ANPAD, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 4.

BIOMEDICINA, MEDICINA VETERINÁRIA E ODONTOLOGIA

AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O ASCARIS LUMBRICOIDES EM UM ABRIGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Ana Kelly Felix Da Silva²¹
Blanda Agnes Dornelas Lopes²²
Gabriela De Jesus Ribeiro²³
Keila Aparecida Cezario Da Silva²⁴
Pâmela Gabryelle Gonzaga Da Silva²⁵
Rebeca Dayanne Do Carmo Lapa²⁶
Tamiris Borges Paiva²⁷
Nathalia Luiza Nogueira Mercini Conde Do Carmo²⁸
Natasha Delaqua Ricci²⁹

Tema geral e problema da pesquisa: No curso de Parasitologia Clínica, grande parte das parasitoses abordadas relacionam - se com a falta de saneamento básico, atingindo uma população de maior vulnerabilidade social. Outro fator que contribui para a prevalência de parasitoses no Brasil é a precariedade na higiene pessoal e domiciliar, relacionada, principalmente, com a dificuldade de acesso à informação (NEVES 2018). A principal estratégia de enfrentamento das doenças parasitológicas é a prevenção. Desse modo, a extensão é uma valiosa ferramenta de divulgação de métodos preventivos, tais como a higienização adequada de alimentos e lavagem correta das mãos. Esta é uma importante ferramenta de aprendizagem para o discente de biomedicina. **Objetivos:** Informar sobre sintomas, transmissão e tratamento da infecção. Realizar dinâmicas com o público alvo. Orientar o público alvo sobre a comunicação com o adulto ou responsável quando houver sintomas aparentes. Confeccionar uma cartilha com linguagem acessível ao público-alvo sobre a prevenção do *Ascaris*. **Referencial Teórico** As enteroparasitoses são causadas por parasitos intestinais, sendo em sua maioria protozoários e helmintos. É um grave problema socioeconômico, geralmente relacionado a falta de saneamento básico e condições de higiene, contribuindo para a manutenção do ciclo (Silva *et al.*, 2018). A faixa de idade mais propensa à contaminação com parasitoses são crianças de 0 a 12 anos de idade, pois frequentam creches ou escolas, estando mais susceptíveis devido ao hábito de levar objetos à boca, como forma de exposição, bem como, a imaturidade de higiene (Fonseca, Barbosa & Ferreira, 2017). Os parasitas mais comuns de serem encontrados no território brasileiro são: *Ascaris lumbricoides*, *Trichuris trichiura*, Ancilostomídeos, *Entamoeba histolytica*, *Giardia lamblia*, *Endolimax nana* e *Entamoeba coli* (Caldeira et al., 2019) Na infecção por *Ascaris lumbricoides*, as manifestações clínicas comuns são cólica, náusea, desconforto abdominal (NEVES 2018). **Metodologia:** Realizar uma oficina sobre a prevenção contra a infecção do parasito *Ascaris lumbricoides*, em abrigo de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos na região

²¹ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: anakellybiomedica@gmail.com

²² Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: blandahbfj@gmail.com

²³ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: gabrielajribeiro@hotmail.com

²⁴ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: keilacezario34@gmail.com

²⁵ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: pamelamed15@gmail.com

²⁶ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: rdclapa@gmail.com

²⁷ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: tamirispaival@hotmail.com

²⁸ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: nathaliadpi@hotmail.com

²⁹ Docente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova e Floresta. E-mail: natasha.dricci@professores.estacio.br

metropolitana de Belo Horizonte. Desenvolvimento de atividades interativas: dinâmicas sobre como lavar as frutas corretamente e como identificar o verme através dos desenhos de cartolina. **Resultados preliminares:** A intervenção foi realizada no dia 28 de abril de 2024 e os resultados preliminares estão sendo organizados pelo grupo para a apresentação final do projeto. **Considerações finais:** É importante que o discente de biomedicina tenha ciência quanto aos fatores que refletem na saúde, resultando em sua formação integral, contribuindo para a qualidade de vida das comunidades, por meio da conscientização sobre a importância da prevenção de doenças parasitárias.

Palavras-chave: *Ascaris lumbricoides*, intervenção na comunidade, crianças

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, I. P., SALES, I. M. M., BESSA, A. N., MOURA, A. C. T. S., GUERRA, K. D. O. S., POPOFF, D. A. V., D'ANGELIS, C. E. M., JÚNIOR, G. E. S. G. (2019). Prevalência de parasitas em pacientes atendidos em laboratório de um centro universitário da cidade de Montes Claros, MG. *Revista Brasileira de Análises Clínicas (RBAC)*, 51(3), 234-40.
- FONSECA, R. E. P., BARBOSA, M. C. R., & FERREIRA, B. R. (2017). High prevalence of enteroparasites in children from Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(3), 566-571.
- NEVES, D. P., MELO, A. L., & GENARO, O. (2011). *Parasitologia humana*. 12ªed. Rio de Janeiro: Atheneu, 35.
- SILVA, P. V. D., MACIEL, L. D. S., CASTRO, L. S., MURAT, P. G., HIGA JUNIOR, M. G., ZERLOTTI, P. H., MOTTA-CASTRO, A. R. C., PONTES, E. R. J. C., CAVALHEIROS, M. E., & DORVAL, M. E. C. (2018). Enteroparasites in Riverside Settlements in the Pantanal Wetlands Ecosystem. *Journal of parasitology research*, 2018.

INTERVENÇÃO EM UMA CRECHE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE SOBRE O TEMA “*ASCARIS LUMBRICOIDES*” E SUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO

Flávia Martins Motta³⁰

Luna Lori Gigli³¹

Mariah Mila Do Amaral Carneiro³²

Nathalia Da Silva Lima³³

Raissa Roberta Marra Da Costa Chagas³⁴

Natasha Delaqua Ricci³⁵

Tema geral e problema da pesquisa: As crianças, principalmente com idades entre 0 e 5 anos, normalmente apresentam hábitos higiênicos precários e ausência de imunidade a reinfecções. As ações de prevenção ao parasitismo intestinal nas creches têm grande importância, pois podem evitar a redução da absorção intestinal causada por parasitas que pode influenciar negativamente nas taxas de crescimento e desenvolvimento das crianças. (PINHEIRO,2011). Para Faria (2015), a criança continua sendo a parte da população mais atingida pela *Ascaris lumbricoides*, principalmente por ainda não possuir noções de higiene formadas. A creche é um local propício à propagação de parasitoses, visto que neste ambiente há maior contato interpessoal. **Objetivos:** Conscientizar os alunos, pais e funcionários do Instituto Educacional Comunitário Recomeçar sobre a Ascariíase e suas formas de transmissão; apresentar um teatro para as crianças sobre boas práticas de higiene; Entrega de folheto informativo para ser encaminhado aos pais; Trabalhar junto aos funcionários da creche para a melhoria das práticas de higiene. **Referencial Teórico:** Conhecido popularmente como “lombriga”, o “*Ascaris Lumbricoides*” é um nematódeo pertencente à família Ascarididae e gênero *Ascaris*. É o geo-helminto que acomete o intestino delgado humano, sendo considerado um grande problema de saúde pública. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), estima-se que mais de um bilhão de pessoas estejam infectadas pelo parasita. (Brasil, 2018). **Metodologia:** Após revisão bibliográfica de artigos científicos realizadas nas Bases Scielo e Pubmed, verificou-se que a doença helmíntica com maior incidência em creches no Brasil é a *Ascaris lumbricoides*. Com os dados colhidos, apresentou-se a doença helmíntica aos professores, auxiliares e diretora da escola, e em conjunto, definiu-se que o tema da apresentação para as crianças sobre o *Ascaris* e suas formas de prevenção. **Resultados:** Todas as atividades propostas pelo grupo foram desenvolvidas. O objetivo do projeto foi satisfatoriamente alcançado e a coordenadora pedagógica da instituição se mostrou satisfeita com o projeto. As crianças ao saírem para o lanche reforçaram a importância da lavagem das mãos antes das refeições para evitar contaminações. **Considerações finais:** O grupo adquiriu novos conhecimentos ao término deste projeto, sendo que a maior parte destes não são abordados nas disciplinas de graduação em Biomedicina, referentes ao crescimento dos valores humanos do grupo. É importante destacar a importância da melhoria das condições higiênico-sanitárias das populações carentes

³⁰Discente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: flavia.bancor@gmail.com

³¹Discente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: luu.025@outlook.com

³² Discente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: mariahmilabh@gmail.com

³³ Discente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: nathfgh123@gmail.com

³⁴ Discente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: raissarmcosta@gmail.com

³⁵ Docente – Curso Biomedicina – Unidade Acadêmica Venda Nova e Floresta. E-mail: natasha.dricci@professores.estacio.br

no Brasil, fazendo com que projetos como esse se tornem cada vez menos necessários devido a diminuição dos números de parasitoses em nossa população infantil.

Palavras-chave: Ascaris lumbricoides, intervenção na comunidade, crianças

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia Prático para o Controle das Geohelmintíases. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_controle_geohelmintias.es.pdf

FARIA, Carolina Rocha. Educação em saúde: Uma ferramenta para prevenção e controle de parasitoses intestinais na estratégia saúde da família, 2015. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/educacao_saudeferramentaprevencao-controle-parasitose.pdf.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Trabalhando para superar o impacto global de doenças tropicais negligenciadas: 2010. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/publications/pt>.

PINHEIRO, Patricia Lopes. Enteroparasitoses na infância, seus determinantes sociais e principais consequências: Uma Revisão Bibliográfica. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Governador Valadares/MG, 2011. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3216.pdf>.

O PAPEL DA ODONTOLOGIA FORENSE NA IDENTIFICAÇÃO DE VÍTIMAS DE DESASTRES EM MASSA

Mariana Mourão de Azevedo Flores Pereira

Bárbara Beatriz Moretto Nunes Fiorini³⁶

Bruno César Ladeira Vidigal

Isabella Avelar Santos Oliveira³⁷

Laís Tainá Alves Pereira³⁸

Nathalia Raquel Santos Silva

Thaís Martins da Silva³⁹

40

Segundo a Resolução CFO-63/2005, no artigo 63, a Odontologia Legal é uma das áreas da ciência forense, estabelecida como especialidade odontológica, cujo objetivo consiste na pesquisa de fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos, que podem atingir seres humanos, vivos, mortos ou sua ossada, e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando em lesões parciais ou totais reversíveis ou irreversíveis, comparando os dados ante-mortem e post mortem. Os desastres em massa são eventos catastróficos e repentinos de grande magnitude, que necessitam de uma resposta rápida e eficiente. Acidentes coletivos, nos quais são verificadas múltiplas vítimas, sendo elas graves ou fatais. Tais desastres, podem ser consequência de uma tragédia natural ou fruto da ação do homem. Nos desastres os corpos das vítimas sofrem alterações em que muitas das vezes são encontrados carbonizados, macerados, saponificados, fragmentados, mutilados ou até mesmo em processo de decomposição avançado, o que torna difícil o reconhecimento visual e a identificação realizada por métodos de primeira escolha, como por exemplo a datiloscopia, tendo em vista que as polpas digitais são destruídas com a degeneração do corpo (Stavrianos et. al., 2006; Ratnakar et. al., 2010). Diante do forte impacto emocional, comoção social e da extrema responsabilidade na busca incessante pela identificação dos corpos envolvidos em um desastre em massa, a perícia torna se responsabilidade de uma equipe multidisciplinar, que inclui o odontologista, responsável pelas atividades inerentes à odontologia (Hinchliffe et. al., 2010). De acordo com o Guia de Disaster Victim Identification (DVI) da Interpol, a odontologia forense é considerada um método primário de identificação, assim como, o DNA, e a datiloscopia, seguindo os fundamentos biológicos (unicidade, imutabilidade e perenidade) e os fundamentos técnicos (praticabilidade e classificabilidade), esses, são métodos por si só, capazes de resolver e solucionar a identificação humana. É notório, a existência de métodos secundários no processo de identificação, como tatuagens, implantes e próteses utilizados em cirurgias, além de objetos pessoais; os quais nos permitem reunir detalhes do indivíduo a fim de direcionar a busca pela identificação, mas a presença deles somente, não é suficiente para conclusão de um caso (Biancalana et al., 2015). A odontologia forense, segue alguns passos para organizar o processo de identificação, utilizando-se de quatro fases, que serão descritas a seguir. Na primeira fase, acontece a captação dos registros primários, que consiste em reunir as características do indivíduo quando vivo. Na segunda fase, acontece o registro, onde é realizado o levantamento de indivíduos mortos; enquanto na terceira fase, temos as informações de cada vítima, com base nas verificações realizadas

³⁶ Aluna da Estácio BH

³⁷ Email: isabella.oliveira@professores.estacio.br.

³⁸ Aluna da Estácio BH.

³⁹ Aluna da Estácio BH.

⁴⁰ Aluna da Estácio BH.

através da comparação de dados ante-mortem e post-mortem. Por fim, na quarta e última fase, temos os resultados dos levantamentos, onde serão afirmadas ou afastadas as hipóteses de identificação, tendo assim, uma análise qualitativa e quantitativa, levando a conclusão da perícia. (Velho et. al., 2013). Sabendo-se que cada indivíduo é único, a Odontologia Legal é um método muito eficiente e de baixo custo, se comparado aos outros meios de identificação comumente empregados. Ao analisar as arcadas dentárias, para uma possível identificação, conseguimos perceber todos os requisitos biológicos, por isso, sabemos que os dentes possuem alta durabilidade, longevidade e alta resistências às condições adversas como degradação, altas temperaturas, umidades e alterações da pressão, preservando assim, todas as suas características individuais. Assim, o presente trabalho foi baseado em pesquisas bibliográficas e informações coletadas em bases eletrônicas, como Scielo, Google Acadêmico e PubMed, referenciando estudos entre os anos de 2000 a 2023. Através da pesquisa conceitual, foram utilizadas as principais terminologias relacionadas a atuação da odontologia nos desastres em massa, como métodos de identificação humana, odontologia legal, processos de identificação em odontologia legal, atuação do perito odontologista, marcas de mordida, criminalística moderna em desastres em massa e a importância do prontuário odontológico no processo de identificação. Foi possível então, observar as diversas contribuições da odontologia forense no processo de identificação de vítimas dos desastres em massa e concluir, que a Odontologia Legal é um método de identificação primária, considerando que os elementos dentários são estruturas do corpo humano muito resistentes. Em situações onde outros métodos primários de primeira escolha tornam-se impossibilitados de serem utilizados, a presença dos dentes com suas características únicas de cada indivíduo e perenes, permitem a identificação, de forma ágil e barata. Desse modo, a presença do perito odontologista é imprescindível, pois em alguns casos, a identificação cadavérica só será possível por meio dos arcos dentais. Os estudos incluídos no trabalho, contemplam relatos de caso, estudos transversais, avaliações de laudos e revisões de literatura.

Palavras-chave: Odontologia forense, identificação humana, desastres em massa.

REFERÊNCIAS

HINCHLIFFE, J. **Forensic odontology: part 2.** Major disasters. *British Dental J* 2010; 210(6):269-74.

STAVRIANOS, C.; KOKKAS A.; ELIADES A. **Applications of forensic dentistry: part i.** *Res J Med Sciences* 2006; 4(3):179-86.

Sweet D. INTERPOL DVI best-practice standards -an overview. *Forensic Sci Int.* 2010; 201(1):18-21. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.forsciint.2010.02.031>.

BERKETA, J.W.; JAMES H.; LAKE A.W. **Forensic odontology involvement in disaster victim identification.** *Forensic Sci Med Pathol* 2012; 8(2):148-56.

RATNAKAR, P.; SINGARAJU G.S. **Methods of identification in forensic dentistry.** *An Essenc Dent* 2010; 2(1):26-8.

O USO TÓPICO DE 5-FLUOROURACIL E SUA ASSOCIAÇÃO COM A DIMINUIÇÃO DO RISCO DE RECORRÊNCIA NO MANEJO DOS CERATOCISTOS ODONTOGÊNICOS

Gabriela Ribeiro de Araújo⁴¹
Isabella Avelar Santos Oliveira⁴²
Mariana Mourão de Azevedo Flores⁴³
Bernardo de Carvalho Dutra⁴⁴
Bruno Henrique Fidelix da Silva⁴⁵
Tarcio Xavier Pinheiro⁴⁶

O ceratocisto odontogênico é classificado como cisto odontogênico benigno, representando cerca de 10-20% de todos os cistos odontogênicos (Chan et al., 2017). Eles são considerados o 3º cisto mais comum dos maxilares, acometendo em 80% dos casos na região de corpo posterior e ramo ascendente da mandíbula (Janes et al., 2006; Johnson et al., 2014). Clinicamente, ele apresenta com crescimento anteroposterior em corpo de mandíbula, causando pouco ou nenhum aumento de volume de forma assintomática, mas sintomas como dor e deformidade facial podem ser observados em casos de maior diâmetro (Chan et al., 2012). O tratamento geralmente envolve a enucleação total cirúrgica do cisto, entretanto, devido à fina espessura cápsula cística, altos índices de recorrências são observados (Morgan et al., 2021). Existem diversas condutas clínicas abordadas nos mais diversos estudos na tentativa de redução dos números de recorrências, dentre elas a técnica associada a nucleação com ostectomia periférica e uso da solução química de Carnoy (álcool absoluto, ácido glacial acético, clorofórmio e cloreto férrico) tem se mostrado muito eficaz (Al-Moraissi et al., 2023). Contudo, devido a presença do clorofórmio na composição, substância essa que apresenta potencial carcinogênico, teve sua utilização proibida, o que levou formulação da Solução de Carnoy Modificada, que demonstrou não ter mesma efetividade da anterior, com a presença do clorofórmio (Lone et al., 2020). Dessa forma, um novo manejo no tratamento do tumor queratocístico odontogênico tem ganhado notoriedade, apesar de o número de evidências e pesquisas ainda serem bem reduzidos, o 5-Fluorouracil (Fluorouracil 5%) (Al Moraissi et al., 2023). O fluorouracil é um medicamento que pertence à classe dos quimioterápicos, utilizado no tratamento de diversos tipos de câncer, principalmente os carcinomas basocelulares, agindo principalmente na inibição da timidilato sintetase, essencial para síntese de componentes do DNA celular, impedindo dessa forma a duplicação do DNA e das células diminuindo assim a atividade proliferativa do tumor (Lone et al., 2020). Em casos

⁴¹ Professora do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial pela UFMG. Mestre em Estomatologia, Doutoranda em Patologia Bucal UFMG. E-mail: gabrielaribeiroaraujo@hotmail.com

⁴² Professora do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Ortodontia pela UNINCOR. Mestre e Especialista em Dor Orofacial pela São Leopoldo Mandic. E-mail: Isabella.oliveira@professores.estacio.br

⁴³ Professora do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Endodontia – PUCMG. Especialista em Odontologia Legal – Unilavras. Mestre em Biologia Buco dental, área de concentração Odontologia Legal pela FOP UNICAMP. E-mail: mariana.flores@estacio.br

⁴⁴ Professor do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Periodontia pela PUC. Mestre e Doutor em Periodontia pela UFMG. E-mail: bernardocdutra@gmail.com

⁴⁵ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: brunohfidelix@gmail.com

⁴⁶ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: tarcioxp7@gmail.com

do queratocisto odontogênico, essa substância em concentração de 5% é aplicada em uma gase estéril, de forma tópica e em quantidade considerável, após enucleação da lesão tumoral, inserida na cavidade, em contato com o máximo de superfície possível. Em seguida é feita a síntese dos tecidos, mantendo cerca de 1 cm da gase aparente dentro da cavidade oral, permitindo a sua remoção 24 horas após o procedimento cirúrgico (Ledderhof et al., 2017). Estudos apontam que a utilização tópica do 5-Fluorouracil apresenta efetividade considerável e quedas nos índices de recorrência, além de menores efeitos adversos quando comparado à aplicação da Solução de Carnoy Modificada (Wanye et al., 2023; Caminiti et al., 2021). Todavia, apesar de ser um enorme e promissor avanço, há uma necessidade de evidências científicas para comprovação de sua eficiência e para uma maior seguridade em sua utilização no tratamento de tumores queratocísticos odontogênicos.

REFERÊNCIAS

Akhter Lone, P., Ahmed Wani, N., Ahmed Janbaz, Z., Bibi, M., & Kour, A. (2020). Topical 5-fluorouracil application in management of odontogenic keratocysts. *Journal of oral biology and craniofacial research*, 10(4), 404–406. <https://doi.org/10.1016/j.jobcr.2020.07.008>

Al-Moraissi, E. A., Kaur, A., Gomez, R. S., & Ellis, E., 3rd (2023). Effectiveness of different treatments for odontogenic keratocyst: a network meta analysis. *International journal of oral and maxillofacial surgery*, 52(1), 32–43. <https://doi.org/10.1016/j.ijom.2022.09.004>

Caminiti, M. F., El-Rabbany, M., Jeon, J., & Bradley, G. (2021). 5-Fluorouracil Is Associated With a Decreased Recurrence Risk in Odontogenic Keratocyst Management: A Retrospective Cohort Study. *Journal of oral and maxillofacial surgery : official journal of the American Association of Oral and Maxillofacial Surgeons*, 79(4), 814–821. <https://doi.org/10.1016/j.joms.2020.07.215>

Ledderhof, N. J., Caminiti, M. F., Bradley, G., & Lam, D. K. (2017). Topical 5-Fluorouracil is a Novel Targeted Therapy for the Keratocystic Odontogenic Tumor. *Journal of oral and maxillofacial surgery : official journal of the American Association of Oral and Maxillofacial Surgeons*, 75(3), 514–524. <https://doi.org/10.1016/j.joms.2016.09.039>

Morgan, S., & Schlieve, T. (2021). Review of 5-Fluorouracil is Associated With a Decreased Recurrence Risk in Odontogenic Keratocyst Management: A Retrospective Cohort Study. *Journal of oral and maxillofacial surgery : official journal of the American Association of Oral and Maxillofacial Surgeons*, 79(4), e3–e6. <https://doi.org/10.1016/j.joms.2020.12.028>

Wanve, S. A., Andrade, N. N., Venkatakrishnan, L., & Desai, H. (2023). Comparison of the effectiveness of 5-Fluorouracil and modified Carnoy's solution in reducing the recurrence of odontogenic keratocyst. *Journal of oral biology and craniofacial research*, 13(3), 436–441. <https://doi.org/10.1016/j.jobcr.2023.03.007>

Johnson NR, Ganr1on OM, Savage NW, Batstone MD (2014). Frequency of odontogenic cysts and tumors: a systematic review. *J Investig Clin Dent*. 5:9- 14. PMID:23766099

Janes AV, Craig GT, Franklin CD (2006). Range and demographics of odontogenic cysts

diagnosed in a UK population over a 30-year period. *J Oral Pathol Med*, 35:500-7.
PMID:16918602

Chan JKC, El-Naggar AK, Grandis JR, Takata T, Slootweg PJ. WHO Classification of Head and Neck Tumours. World Health Organization, 4th edition; 2017.

PERTURBADORES ENDÓCRINOS impactos na saúde e no meio ambiente

Danusa Campos Teixeira⁴⁷
Leonardo Aguiar Azevedo⁴⁸
Nilton Cesar Marques⁴⁹
Natasha Dricci Delacqua⁵⁰

Os perturbadores endócrinos (PEs) são substâncias químicas que interferem no sistema endócrino dos organismos, causando disfunções hormonais. Esses compostos podem ser encontrados em uma variedade de produtos, desde pesticidas e produtos de cuidados pessoais até plásticos e produtos industriais. Seus efeitos são uma preocupação crescente devido aos impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente. O objetivo do presente trabalho é explorar os principais conceitos relacionados aos perturbadores endócrinos, seus efeitos adversos e as medidas para mitigar seus danos. Os PEs podem interferir em várias etapas do funcionamento do sistema endócrino, incluindo a síntese, secreção, transporte, ligação e eliminação de hormônios. Podem imitar a ação dos hormônios naturais, bloquear seus receptores, alterar a produção de hormônios ou interferir na sinalização hormonal. Essas perturbações podem levar a uma série de efeitos adversos, como distúrbios reprodutivos, câncer, disfunções metabólicas, problemas de desenvolvimento e comprometimento do sistema imunológico. Os PEs têm sido associados a uma variedade de problemas de saúde em humanos. Por exemplo, o bisfenol A (BPA), presente em plásticos e revestimentos de alimentos, foi relacionado a distúrbios hormonais, problemas de fertilidade, obesidade e câncer. Os ftalatos, encontrados em produtos de cuidados pessoais e plásticos, estão ligados a distúrbios reprodutivos e problemas de desenvolvimento em crianças. Além disso, pesticidas como os organofosforados podem interferir na função da tireoide e causar danos neurológicos. Os PEs também representam uma ameaça significativa para os ecossistemas aquáticos e terrestres. Podem contaminar rios, lagos e oceanos, afetando a vida selvagem e os organismos aquáticos. Por exemplo, o DDT, um pesticida amplamente utilizado no passado, foi associado ao afinamento das cascas dos ovos de aves, levando ao declínio de populações de aves predatórias. Além disso, os PEs persistem no ambiente por longos períodos, acumulando-se na cadeia alimentar e afetando espécies em todos os níveis tróficos. A crescente conscientização sobre os impactos dos PEs levou à implementação de regulamentações em todo o mundo. Por exemplo, a União Europeia proibiu o uso de certos PEs em produtos de consumo, enquanto os Estados Unidos têm regulamentações específicas para substâncias como o BPA em mamadeiras e produtos infantis. Além disso, iniciativas para substituir PEs por alternativas mais seguras estão em andamento em diversos setores industriais. Os perturbadores endócrinos representam uma ameaça significativa para a saúde humana e o meio ambiente, com potenciais consequências devastadoras a longo prazo. A compreensão de seus efeitos adversos e a implementação de medidas de regulamentação e mitigação são

⁴⁷ DANUSA CAMPOS TEIXEIRA – DOCENTE - Engenharias – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br.

⁴⁸ LEONARDO AGUIAR AZEVEDO – DISCENTE - Engenharia Elétrica – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: leo_aguiar99@hotmail.com

⁴⁹ NILTON CESAR MARQUES – DISCENTE - Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: niltonmarques@gmail.com.

⁵⁰ NATASHA DRICCI DELACQUA – DOCENTE - Biomedicina – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: natasha.dricci@professores.estacio.br.

essenciais para proteger a saúde pública e a biodiversidade. É necessário um esforço coordenado entre governos, indústrias e consumidores para reduzir o uso de PEs e promover alternativas mais seguras. A pesquisa contínua sobre os efeitos dos PEs e seus mecanismos de ação é fundamental para desenvolver políticas eficazes e proteger nosso futuro. Ao adotar uma abordagem proativa, podemos minimizar os danos causados pelos perturbadores endócrinos e garantir um ambiente saudável para as gerações futuras.

Palavras-chave: perturbadores endócrinos, meio ambiente, disfunções metabólicas.

REFERÊNCIAS

Gore, A.C. et al. (2015). EDC-2: The Endocrine Society's Second Scientific Statement on Endocrine-Disrupting Chemicals. *Endocrine Reviews*, 36(6), E1-E150.

Heindel, J.J. et al. (2017). Parma consensus statement on metabolic disruptors. *Environmental Health*, 16(1), 74.

Trasande, L. et al. (2015). Estimating Burden and Disease Costs of Exposure to Endocrine-Disrupting Chemicals in the European Union. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, 100(4), 1245-1255.

Vandenberg, L.N. et al. (2012). Hormones and endocrine-disrupting chemicals: Low-dose effects and nonmonotonic dose responses. *Endocrine Reviews*, 33(3), 378-455.

Zoeller, R.T. et al. (2012). Endocrine-disrupting chemicals and public health protection: A statement of principles from The Endocrine Society. *Endocrinology*, 153(9), 4097-4110.

PIOLHOS (PEDICULOSE)

compreender para combater - projeto de extensão em parasitologia clínica

Camila Fernandes⁵¹
Geisiane Aparecida⁵²
Karen Stefane Pires⁵³
Karmem Nunes De Souza⁵⁴
Joice Assis Fráguas⁵⁵
Maria Clara Dias⁵⁶
Nayara Jennifer⁵⁷
Patricia Oliveira De Jesus⁵⁸
Natasha Delaqua Ricci⁵⁹

Tema geral e problema da pesquisa: O Biomédico é o profissional da área da ciência médica com formação superior em Biomedicina, tendo formação técnico-científica, o conhecimento do organismo humano tanto nos seus aspectos estruturais, quanto funcionais, investigando as interações tóxico-ambientais bem como os vetores e agentes causais das diversas doenças humanas. É de grande importância que o profissional esteja ligado aos problemas sociais na quais refletem na saúde pública. Entender que as patologias prevalentes em cada região são resultadas dos problemas socioeconômicos da comunidade. É de responsabilidade do profissional da saúde instruir e repassar o seu conhecimento para a sociedade, como divulgação de campanhas de vacinação, cuidados, prevenção e tratamento de doenças (BRASIL 2007). **Objetivos:** Ações individuais e coletivas para cuidado com higiene pessoal, direcionadas às crianças matriculadas em uma escola do Ensino Fundamental de Belo Horizonte. Como objetivos específicos temos: A importância da higiene e lavagem correta da cabeça; A importância de não se compartilhar utensílios de cabeça, como prendedores, toucas e bonés; importância do banho correto a fim de prevenir diversas doenças; importância da lavagem das mãos antes das refeições, para prevenção de parasitoses como giardíase. O uso correto de pente fino para retirada dos piolhos. **Referencial Teórico** Pediculose da cabeça é a infestação dos cabelos pelo parasito *Pediculus humanus*. Os piolhos são insetos pequenos, sem asas, que se alimentam de sangue. A transmissão ocorre pelo contato direto ou pelo uso de bonés, chapéus, escovas de cabelo, pentes ou roupas de pessoas contaminadas. (BRASIL 2014). **Metodologia:** Inicialmente será ministrada uma aula expositiva sobre a pediculose, seguida de ações interativas como teatro e a apresentação de uma música composta pelas participantes do projeto intitulada “Xô piolho” com foco sobre a orientação correta sobre higienização. Ao final foi entregue uma cartilha elaborada pelo grupo que foi anexada à agenda dos alunos contendo orientações para a prevenção da pediculose. **Resultados preliminares:** A intervenção foi realizada no dia 15 de abril de 2024 e os resultados preliminares estão sendo organizados pelo grupo para a apresentação final do projeto e

⁵¹ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: camilagalantini02@hotmail.com

⁵² Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: geisisilva4@gmail.com

⁵³ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: karenpiresoli@gmail.com

⁵⁴ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: karmennunes1000@gmail.com

⁵⁵ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: joiceassis.ja@gmail.com

⁵⁶ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: ma_cavalcante17@hotmail.com

⁵⁷ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: nayarajennifer841@gmail.com

⁵⁸ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Floresta. E-mail: salaopatyliveira@gmail.com

⁵⁹ Docente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova e Floresta. E-mail: natasha.dricci@professores.estacio.br

elaboração do relatório final. **Considerações finais:** É importante que o discente de biomedicina esteja ligado aos problemas sociais na quais refletem na saúde pública, resultando em sua formação integral, contribuindo para a qualidade de vida das comunidades, por meio da conscientização sobre a importância da prevenção de doenças parasitárias.

Palavras-chave: *Pediculus humanus*, intervenção na comunidade, crianças

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério da Educação (12 de janeiro de 2007). [Residência Multiprofissional em Saúde](#). Portaria Interministerial nº45, de 12 de janeiro de 2007. Acesso em 09/04/2024.

RELAÇÃO ENTRE APARELHOS FIXOS E ALINHADORES ORTODÔNTICOS E O DESENVOLVIMENTO DO BRUXISMO

Isabella Avelar Santos Oliveira⁶⁰
Gabriela Ribeiro de Araújo⁶¹
Bruno César Ladeira Vidigal⁶²
Maria Fernanda Moraes Costa⁶³
Mayara Laís Oliveira Cunha⁶⁴
Vitória Araújo dos Santos⁶⁵
Victor Daniel Freitas Corrêa⁶⁶
Yuri Leonardo Goulart Mendes⁶⁷

Em meados dos anos de 1980 e 1990, houve uma tendência, em que a moda era esbanjar bráquetes coloridos e fios metálicos durante o tratamento ortodôntico, principalmente, entre os jovens em âmbito escolar. Atualmente, essa moda foi transferida para o uso dos inovadores alinhadores ortodônticos transparentes, que ganharam bastantes espaço, tornando-o uma febre entre as pessoas que buscam um tratamento ortodôntico e se preocupam, primordialmente, com a estética (CURY et al;2021). Por outro lado, o fator de desenvolvimento do bruxismo tem sido um tema muito recorrente, visto que distúrbios emocionais, como o estresse e a ansiedade, contribuem para essa causa. Dessa forma, é inegável que com a pandemia de Covid-19, o bruxismo e as disfunções temporomandibulares (DTM) tiveram um aumento significativo. Assim, o agravamento dessas disfunções está relacionado às condições emocionais e psicológicas impostas pela crise sanitária (SILVA et al;2021). Sob esse viés, Minakuchi (2016), definiu o bruxismo como uma atividade constante da mandíbula e dos músculos da mastigação, que também pode ser caracterizado por ranger, apertar ou bater a mandíbula, podendo ocorrer quando o paciente está acordado ou quando está dormindo. Com isso, o bruxismo pode ser dividido em noturno, quando acontece durante o sono, ou em vigília quando acontece acordado. Seguindo essa linha de raciocínio, tal pauta, torna-se importante, principalmente entre os pesquisadores, cirurgiões-dentistas e até mesmo os pacientes, na dúvida se o uso dos alinhadores e aparelhos fixos ortodônticos podem agravar ou não o desencadeamento do bruxismo durante o tratamento. Nesse sentido, foram selecionados 2 artigos e 3 normativas odontológicas sobre essa temática. Durante os estudos, ocorreu uma grande comparação de dor e aspectos relacionados não apenas ao bruxismo, mas também a DTM, como o uso dos aparelhos ortodônticos fixos e os alinhadores. Foi constatado que após o uso dos alinhadores e aparelho fixo em pacientes com bruxismo, ou até com uma disfunção

⁶⁰ Professora do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Ortodontia pela FACSET/BH. Mestre e Especialista em Dor Orofacial pela São Leopoldo Mandic. E-mail: isabella.oliveira@professores.estacio.br

⁶¹ Professora do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Especialista em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial pela UFMG. Mestre em Estomatologia, Doutoranda em Patologia Bucal UFMG. E-mail: gabrielaribeiroaraujo@hotmail.com

⁶² Professor do Curso de Graduação em Odontologia da Estácio- BH. Doutor em Odontologia pela PUC Minas (2017), Mestre em Clínicas Odontológicas ênfase em Radiologia (2014) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Bolsista CAPES. E-mail: bruno.vidigal@nofodontologia.com.br

⁶³ Graduada do Curso de Odontologia da Estácio- BH. E-mail: mariafernandamoraescosta@gmail.com

⁶⁴ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: mayaracunha@icloud.com

⁶⁵ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: victoria.araujo.santos13@gmail.com

⁶⁶ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: victordanielfreitascorrea6@gmail.com

⁶⁷ Graduando do Curso de Odontologia da Estácio-BH. E-mail: yurigoulart2001@gmail.com

temporomandibular, foi observado um leve contato entre os dentes, ocasionando um pico de dor semelhantes entre eles nas primeiras 48 horas e, após isso, era diminuído. Dessa maneira, sabe-se que o estudo de (Casteluci et al;2020), com duração de pesquisa de 6 meses, obteve resultados parecidos, não havendo uma diferença significativa na percepção de dor e agravamento do bruxismo durante o uso dos aparelhos fixos e, principalmente, dos alinhadores ortodônticos. Logo, existe na literatura, desde os estudos mais clássicos aos mais recentes, uma grande quantidade de obras abordando a relação entre oclusão, ortodontia, disfunção temporomandibular (DTM) e bruxismo. Enquanto muitos acreditavam que a ortodontia poderia diminuir essas disfunções, foi percebido que o uso do tratamento ortodôntico não serve como forma de tratamento para disfunções como (DTM) e bruxismo, como também o uso do mesmo não agrava tais condições (CARRARA; CONTI; BARBOSA, 2010). Além disso, foi corroborado que o aumento de dor por causa da atividade muscular, após a instalação dos alinhadores ortodônticos, é por causa de um dispositivo novo em si na cavidade oral do paciente que precisa de um tempo para se adaptar ao tratamento, bem como que essa dor é temporária. Em síntese, com base esses artigos, foi comprovado que não existe relação alguma no uso dos alinhadores ortodônticos e aparelhos fixos com o aumento da atividade muscular (bruxismo). Portanto, por ser um tema inovador no ramo odontológico, que precisa ser mais estudado a longo prazo para uma melhor confirmação científica.

Palavras-chave: Bruxismo, alinhadores ortodônticos, aparelhos fixos, ortodontia.

RELATO DE PROJETO DE EXTENSÃO NA DISCIPLINA DE PARASITOLOGIA CLÍNICA - “ESQUADRÃO PENTE FINO”

Gabriel Vitor De Souza⁶⁸
Amanda Victoria Godim de Jesus⁶⁹
Darlaine Rodrigues Gonçalves⁷⁰
Juliana Kattielly Silva Juliani⁷¹
Marcela Ferreira Neves⁷²
Vivian Paula Do Carmo Duarte⁷³
Yasmim Fernandes Rocha De Oliveira⁷⁴
Natasha Delaqua Ricci⁷⁵

Tema geral e problema da pesquisa: A infestação por piolhos, ou pediculose, é uma condição parasitária que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente de idade, gênero ou condição socioeconômica. Apesar de sua prevalência global, os piolhos são frequentemente subestimados e pouco compreendidos em termos de seus efeitos na saúde e no bem-estar das pessoas (PALOMBELLO 2012). Embora os piolhos não sejam vetores de doenças graves, a infestação pode ter implicações significativas para a qualidade de vida das pessoas, especialmente quando ocorre em crianças (SILVANO 2012). **Objetivos:** Reduzir a disseminação desse parasito através da informação. Ministrando aula lúdica sobre a infecção por piolhos para alunos em uma Escola da Rede Municipal de Belo Horizonte. Confecção de cartilha informativa para os pais ou responsáveis. **Referencial teórico:** A pediculose, ou infestação por piolhos, (*Pediculus humanus*) é uma condição parasitária comum que afeta seres humanos em todo o mundo. Os piolhos são pequenos insetos que se alimentam de sangue humano e podem infestar o couro cabeludo, os cabelos, as sobrancelhas e os cílios (CATALÁ 2004). A transmissão dos piolhos ocorre principalmente por contato direto entre as pessoas, especialmente em ambientes onde há aglomeração, como escolas, creches e ambientes domésticos. A infestação pelo parasito é um problema comum no Brasil, afetando crianças em idade escolar, adolescentes e adultos. A prevalência pode variar de acordo com a região e as condições socioeconômicas. Embora os piolhos não transmitam doenças graves, a infestação pode ser muito desconfortável e embaraçosa. O tratamento da pediculose geralmente envolve o uso de produtos para matar os piolhos, como shampoos ou loções, juntamente com a remoção manual dos piolhos e de seus ovos (lêndeas) dos cabelos. (CAION, 2018). A escolha da pediculose como parasitose para o projeto tem relação com a necessidade de conscientizar a população em geral, focado no principal meio de disseminação, o meio escolar. A infestação por piolhos é um desafio comum que afeta crianças, principalmente devido à natureza social e suas atividades e ao contato próximo com outras crianças. No entanto, com educação, conscientização e ação adequada, é possível prevenir e controlar a pediculose, minimizando o desconforto e o constrangimento, associados a essa condição. **Metodologia:** Aula expositiva teórica e atividades lúdicas para alunos de 6 a

⁶⁸ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: gvitor080@gmail.com

⁶⁹ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: amandagodim45@gmail.com

⁷⁰ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: darlinvp@hotmail.com

⁷¹ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: julianajuliani93@gmail.com

⁷² Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: marcelaferneves@hotmail.com

⁷³ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: vivipduarte52@gmail.com

⁷⁴ Discente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova. E-mail: yasmimfernandes9336@gmail.com

⁷⁵ Docente – Curso Biomedicina– Unidade Acadêmica Venda Nova e Floresta. E-mail: natasha.dricci@professores.estacio.br

10 anos na Escola Municipal Francisco Campos. Entrega de cartilha informativa sobre a parasitose. **Resultados:** A intervenção aconteceu na tarde de 20 de outubro na escola da rede municipal de Belo Horizonte com crianças do 1º ao 5º ano. Às dez turmas foram divididas por ano, sendo duas turmas por apresentação. Aula expositiva sobre o tema e posteriormente realizado uma dinâmica onde duas crianças de turmas opostas competiam escolhendo entre verdadeiro ou falso para as frases ditas sobre a pediculose. As turmas vencedoras foram premiadas com o distintivo do “Esquadrão Pente Fino”. Para finalizar, cada criança recebeu uma cartilha contendo todas as informações necessárias sobre a parasitose para que fosse encaminhada aos responsáveis. Durante a etapa de intervenção os discentes de biomedicina presentes na escola tiveram a oportunidade de compartilhar todo o conhecimento sobre o *Pediculus humanus* com as crianças de uma forma simples e criativa. **Considerações finais:** Essa experiência prática foi imensuravelmente grandiosa para todos os envolvidos, este projeto teve impacto positivo na formação acadêmica do grupo. Importante entender que um gesto simples de falar sobre um problema real para as crianças pode fazer tanta diferença na comunidade.

Palavras-chave: *Pediculus humanus*, intervenção na comunidade, crianças

REFERÊNCIAS

- CAION. O QUE É PEDICULOSE (PIOLHO), TRATAMENTO, REMÉDIOS E SINTOMAS. Saúde – Blog OPAS, 2018.
- PALOMBELLO, Priscilla ; SILVA, A INFESTAÇÃO POR PEDICULOSE E O ENSINO DE SAÚDE, Saúde e Pesquisa, v. 5, n. 2, 2012.
- SILVANO, S et al, PREVALÊNCIA E INTENSIDADE DA INFESTAÇÃO POR *Pediculus humanus capitis* (Anoplura: Pediculidae) EM ESCOLARES DA COMUNIDADE TAMARINDO – CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, Biológicas & Saúde, v. 5, n. 18, 2015.

UTILIZAÇÃO DA ULECTOMIA COMO ALTERNATIVA CIRÚRGICA PARA FACILITAR A ERUPÇÃO DENTÁRIA

Bruno César Ladeira Vidigal⁷⁶
Isabella Avelar Santos Oliveira⁷⁷
Gabriela Ribeiro Araújo⁷⁸
Mariana Mourão de Azevedo Flores Pereira⁷⁹
Maria Fernanda Moraes Costa⁸⁰
Mayara Laís Oliveira Cunha⁸¹
Victória Araújo dos Santos⁸²
Victor Daniel Freitas Corrêa
Yuri Leonardo Goulart Mendes

A ulectomia em dentição decídua é um procedimento odontológico realizado como opção terapêutica para o retardo erupção dental. Essa intervenção é essencial para garantir o posicionamento dos dentes e contribuir para o desenvolvimento dentário adequado em crianças. Quando um dente permanente não consegue erupcionar naturalmente devido a obstáculos, como a presença de tecidos moles, é necessária a realização de uma incisão cirúrgica para permitir a saída adequada do dente. Essa intervenção é importante para prevenir problemas de alinhamento dentário e promover a saúde bucal a longo prazo. O procedimento de ulectomia envolve uma incisão cuidadosa nos tecidos moles que estão obstruindo a erupção do dente permanente. Essa incisão é realizada por profissionais qualificados em ambiente clínico adequado, visando garantir a eficácia da intervenção e o conforto da criança durante o procedimento. Trata-se de um relato de caso descritivo, narrativo e reflexivo realizado na clínica Odontológica da Estácio – BH, quando a paciente K. E. B. R., 11 anos, sexo feminino, procurou atendimento com sua responsável relatando que fez a exodontia do elemento 51 e o elemento 11 ainda não “desceu”. Ao exame clínico e radiográfico, observou-se tecido fibroso na gengiva, verificando a necessidade da cirurgia de ulectomia. Realizou-se a anestesia do nervo alveolar superior anterior. Feita a incisão com bisturi de forma elíptica removendo todo o capuz gengival expondo o dente. Após este procedimento o local foi irrigado com soro fisiológico e feito o tamponamento com gaze estéril. A responsável pela paciente foi orientada a administrar a medicação Dipirona 500mg, de 6 em 6 horas em caso de dor. Após duas semanas da cirurgia, a paciente retornou na clínica para reavaliação. A ulectomia em dentição decídua traz diversos benefícios a longo prazo para a saúde bucal da criança. Ao permitir a erupção de dentes permanentes, esse procedimento contribui para o alinhamento dentário, evitando problemas como apinhamento e má oclusão. Ao realizar a ulectomia em crianças, os profissionais de saúde bucal devem ter em mente considerações especiais para garantir o sucesso do procedimento e o conforto da criança. É importante adotar uma abordagem lúdica e cuidadosa, proporcionando um

⁷⁶ bruno.vidigal@nofodontologia.com.br

⁷⁷ Aluna da Estácio BH E-mail: isabella.oliveira@professores.estacio.br

⁷⁸ gabrielaribeiroaraujo@hotmail.com

⁷⁹ E-mail: mariana.flores@estacio.br

⁸⁰ Aluna da Estácio BH E-mail: mariafernandamoraescosta@gmail.com

⁸¹ mayaracunha@icloud.com

⁸² Aluna da Estácio BH E-mail: victoria.araujo.santos13@gmail.com

ambiente acolhedor e explicando o procedimento de forma adequada para reduzir a ansiedade da criança e de seus responsáveis. Conclui-se que, a ulectomia em dentição decídua é uma intervenção odontológica fundamental para facilitar a erupção adequada de dentes permanentes e promover o desenvolvimento bucal saudável em crianças. Com uma abordagem adequada, cuidados pós-operatórios e acompanhamento regular, os benefícios a longo prazo desse procedimento podem ser maximizados, garantindo um sorriso saudável e bonito ao longo da vida da criança.

Palavras-chave: ulectomia; odontopediatria; erupção dentária.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Mateus Sousa; MAGALHÃES, Ataydes Dias; FRAZÃO, Bianca Diniz. O uso da técnica de ulectomia como opção cirúrgica em casos de retenção prolongada na erupção dentária no âmbito odontopediátrico: Uma série de casos. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, p. e14900-e14900, 2024.

GAMA, Eduardo Andrade et al. ULECTOMIA COMO OPÇÃO CIRÚRGICA NO RETARDO DA IRRUPÇÃO DENTÁRIA EM CRIANÇA: RELATO DE CASO CLÍNICO. Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 34, 2022.

SANCHES, Gabriele Ichara et al. Utilização da técnica de ulectomia em Odontopediatria no auxílio da erupção dentária: relato de caso. Archives Of Health Investigation, v. 10, n. 5, p. 829-833, 2021.

DIREITO

A CAPACIDADE CIVIL PLENA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL NO PARADOXO FÁTICO DA AUSÊNCIA OU REDUÇÃO DO DISCERNIMENTO a assistência e a representação como instrumentos de tutela de direitos sexuais e reprodutivos⁸³

Priscilla Jordanne Silva Oliveira⁸⁴
Simone Gabriela dos Anjos Rodrigues⁸⁵
Júlia Cristine Ribeiro de Oliveira⁸⁶

A deficiência mental ou intelectual, não afetará, por disposição normativa, a plena capacidade civil da pessoa para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos, que são direitos subjetivos existenciais. Pressupondo a possibilidade de extensão da curatela, para tutela de direitos subjetivos existenciais da pessoa com deficiência mental ou intelectual, sem capacidade de discernir, demandando situações de assistência ou representação (SOUZA, 2016), busca-se questionar quais os fundamentos e os limites que deverão condicioná-la no exercício de direitos sexuais e reprodutivos. Para tanto, o objetivo geral consiste em perquirir os fundamentos e os limites que deverão condicionar a extensão da curatela para tutela de direitos sexuais e reprodutivos, operacionalizando, a representação e a assistência como instrumentos de proteção e promoção dos direitos de personalidade da pessoa com deficiência mental ou intelectual, e notadamente, de direitos sexuais e reprodutivos. Já objetivos específicos: a) esclarecer o tratamento jurídico conferido às pessoas com deficiência mental ou intelectual, no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos; b) apresentar a revisitação do regime da teoria das incapacidades promovida pela Lei n. 13.146 de 2015; c) problematizar a presunção inafastável de capacidade plena conferida à pessoa com deficiência mental ou intelectual para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos; d) propor os fundamentos e os limites de conteúdo para o alcance da representação e da assistência como instrumentos de proteção e promoção dos direitos de personalidade da pessoa com deficiência mental ou intelectual. O referencial teórico se embasa no argumento desenvolvido por Iara Antunes de Souza (2016), segundo a qual, a incapacidade civil de uma pessoa deve decorrer da sua falta de discernimento para deliberar, autonomamente, acerca de situações subjetivas patrimoniais ou existenciais. A pesquisa em desenvolvimento fundamenta-se na vertente teórico-metodológica jurídico-sociológica, e será proposta com a utilização de diferentes métodos de investigação no campo do Direito, quais sejam: histórico-jurídico, jurídico-comparativo, jurídico-descritivo e jurídico-propositiva. Espera-se concluir que, ante a maior suscetibilidade das pessoas com deficiência de sofrerem lesão aos seus direitos de personalidade, no paradoxo entre a presunção de capacidade civil plena e verificação fática da ausência ou redução do discernimento, a curatela poderá ser expandida para situações subjetivas existenciais, operacionalizando, nesse contexto, a representação e a assistência, no referencial de proteção e promoção dos direitos de personalidade que demarcará seus fundamentos e limites de sub-rogação, quando for o caso.

Palavras-chave: capacidade civil; pessoa com deficiência; direitos sexuais e reprodutivos.

⁸³ O presente resumo expandido é fruto das pesquisas realizadas em projeto de iniciação científica, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – PIBIC, ciclo agosto/2023 a julho/2024, realizada pelas discentes coautoras e orientação da docente coautora, vinculado ao curso de graduação em Direito.

⁸⁴ Docente da Estácio BH - E mail: priscilla.jordanne@estacio.br

⁸⁵ E-mail: simonegabriela2018@gmail.com

⁸⁶ E-mai: juliaroliveira25@gmail.com

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

SOUZA, Iara Antunes de. **Estatuto da pessoa com deficiência: curatela e saúde mental**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

ACÇÃO SOCIAL- PROJETO DE EXTENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Kathlyn Thalia Silva Braga⁸⁷

Priscilla Jordane⁸⁸

O tema foi escolhido com base em dados preocupantes de acordo com o IBGE acerca da quantidade de pessoas em situação de rua que ultrapassa o número de 281,4 mil brasileiros que por falta de informação acarreta no crescimento do número. O objetivo da atividade extensionista escolhida foi alcançar públicos variados em situações de vulnerabilidade (falta de moradia, alimentação, educação, informação e etc) através da visita ao instituto escolhido (Inaper) que recebe pessoas nessas situações oferecendo-lhes café da manhã, banho, barbearia, informática, atendimento social e psicológico, oficinas pedagógicas, orientação e apoio. Nossa colaboração foi levar a informação que estudantes de uma faculdade de direito recebem, diferente do que eles tem acesso. De acordo com Marconi Pequeno, atividades como essa levam a reafirmar a uma pessoa os direitos básicos que devem ser garantidos aos humanos. Em publicação do Ministério Público do Distrito Federal encontramos referências para nos incentivar a dar assistência aos moradores de rua de forma a resgatar a cidadania. Graças ao nosso projeto foi possível alcançar parte dos visitantes que compareceram ao Inaper no dia de nossa apresentação, menos da metade participou do momento de conscientização onde foram levadas cartilhas informativas e palestra sobre localizações onde seus direitos podem ser exigidos. Alcançamos maior quantidade de pessoas no momento de ofertar um lanche especial e um kit higiênico feito pelos integrantes do grupo. Em conclusão podemos observar que pessoas em situações de vulnerabilidade em maior parte das vezes se importam mais com o que está facilmente ao seu alcance e já perderam as esperanças de terem seus direitos garantidos, por isso muitas delas não fizeram questão do momento de palestrar. Portanto a importância de tentar atingir esses públicos para diminuir o número de pessoas moradoras de rua deve se fazer prevalecer.

⁸⁷ Discente de graduação da Estácio BH - Email: thaliakatt@gmail.com

⁸⁸ Docente de graduação da Estácio BH

ADOÇÃO REALIZADA POR PAIS LGBTQIPN+

desmistificando o mito da impossibilidade a adoção belo horizonte – minas gerais – brasil

Gabriel Albuquerque Amaral Pinal⁸⁹

Jonatas Diniz Figueiredo⁹⁰

Kamilla do Nascimento⁹¹

Maria Claudia Viana Hissa Dias do Vale⁹²

Paula Daniele De Oliveira Barros⁹³

Ubirajara Fontoura de Sá⁹⁴

Referencial teórico (subsídio teórico para propositura de ações da extensão) Constituição Federal de 1988 é fundada no princípio da igualdade de todos, sendo vedado qualquer tipo de discriminação. Em seu artigo 227, parágrafo 6º, a Constituição eliminou a distinção entre filhos adotivos e biológicos: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988) Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, artigo 1723: É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, em seu preâmbulo, propugna que: A família é uma unidade fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os membros e em particular das crianças deve receber a proteção assistência necessários para que possa assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade. A criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em ambiente em clima de felicidade e amor compreensão. (SANTOS, 2005, p.185) ADI 4.277 e da ADPF 132 no ano de 2011 - Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo a união estável homoafetiva como entidade familiar: Jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça: [...] em dois precedentes históricos ambos sob segredo de justiça, o Ministro Luis Felipe Salomão traz uma nova visão sobre o casamento e o conceito de família. Inaugurou em 1988 um novo marco histórico no Direito das Famílias e Sucessões "baseada na adoção de um explícito poliformismo familiar em que arranjos multifacetados são igualmente aptos a constituir esse núcleo doméstico chamado “família” – devendo todos esses arranjos segundo o ministro, receber a proteção do Estado. A concepção constitucional do casamento - diferentemente do que ocorria com os diplomas superados - deve ser necessariamente plural, porque plurais também são as famílias e, ademais, não é ele, o casamento, o destinatário final da proteção do Estado, mas apenas o Adolescente, intermediário de um propósito maior que é a proteção da pessoa humana em sua inalienável dignidade." upremo Tribunal Federal (STF), que reconhece adoção por casal homoafetivo sem limitação de idade do adotado, através da decisão da Ministra Cármen Lúcia, que argumentou o conceito de família e a importância do afeto na adoção, afastando limitações de idade ou sexo da criança:

APELAÇÃO CÍVEL. ADOÇÃO POR CASAL HOMOAFETIVO. SENTENÇA TERMINATIVA. QUESTÃO DE MÉRITO E NÃO DE CONDIÇÃO DA AÇÃO.

⁸⁹ Aluno da Estácio BH E-mail: galbuquerquea@gmail.com

⁹⁰ Aluno da Estácio BH E-mail: Dinizjonatas@gmail.com

⁹¹ Aluna da Estácio BH E-mail: milladornneles@gmail.com

⁹² Docente da Estácio BH

⁹³ Aluna da Estácio BH

⁹⁴ Aluno da Estácio BH

HABILITAÇÃO DEFERIDA. LIMITAÇÃO QUANTO AO SEXO E À IDADE DOS ADOTANDOS EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DOS ADOTANTES. INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. APELO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Se as uniões homoafetivas já são reconhecidas como entidade familiar, com origem em um vínculo afetivo, a merecer tutela legal, não há razão para limitar a adoção, criando obstáculos onde a lei não prevê. 2. Delimitar o sexo e a idade da criança a ser adotada por casal homoafetivo é transformar a sublime relação de filiação, sem vínculos biológicos, em ato de caridade provido de obrigações sociais e totalmente desprovido de amor e comprometimento

Em Belo Horizonte no ano de 2014, o juiz da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Marcos Flávio Lucas Padula: [...] julgou procedente uma ação de adoção ajuizada por uma mulher que vive com a companheira e o filho dela. O magistrado determinou ainda que, no nome da criança, deve constar o sobrenome da adotante. Já no registro civil de nascimento do menor, de acordo com a decisão, o nome da autora da ação e da mãe devem constar no campo da filiação, e os dos pais delas, como avós sem especificação se maternos ou paternos. Desde Março de 2015, a adoção para casais homoafetivos é reconhecida em nosso país como adoção homoparental, sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Em seu artigo 42 descreve quem pode adotar; Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil... § 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. E conforme projeto de lei nº propõe a alteração do artigo 42 § 2º da Lei 8.069/1990 para § 2º Para adoção conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente, ou mantenham união estável heteroafetiva ou homoafetiva, comprovada a estabilidade familiar.” De acordo com reportagem veiculada no Jornal Nacional no dia 29/06/2023, Casais homoafetivos ajudam a dobrar o número de adoções no Brasil nos últimos 4 anos e, nesta mesma reportagem aborda a temática da adoção de irmão por pais homoafetivos para não quebrar o vínculo familiar destes. Em Belo Horizonte no ano de 2014, o juiz da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Marcos Flávio Lucas Padula, julgou procedente uma ação de adoção ajuizada por uma mulher que vive com a companheira e o filho dela. O magistrado determinou ainda que, no nome da criança, deve constar o sobrenome da adotante. Já no registro civil de nascimento do menor, de acordo com a decisão, o nome da autora da ação e da mãe devem constar no campo da filiação, e os dos pais delas, como avós sem especificação se maternos ou paternos.

DIREITO DO CONSUMIDOR IDOSO

Jacqueline Maltez Campos Godoy⁹⁵

Alan de Matos Jorge⁹⁶

Rafael Tadeu dos Santos⁹⁷

Anna Gabriella Rogana Moreira Carvalho Bimbi⁹⁸

Fernanda Rodrigues de Paiva⁹⁹

Gilmar Antônio Ferraz¹⁰⁰

Jardeni Nazaré Gomes Costa¹⁰¹

Kevin Alvez Lomar¹⁰²

Maria Luiza Luz Alves¹⁰³

Rejane Santos Souza¹⁰⁴

Roberta de Queiroz Dimas¹⁰⁵

Rogério Antônio de Melo¹⁰⁶

Talisson Luis Paiva¹⁰⁷

Este trabalho extensivo visa apresentar os direitos do consumidor idoso e contribuir para a conscientização e proteção dos idosos, particularmente na cidade de Belo Horizonte. O Direito do Consumidor idoso é um tema de grande relevância, considerando o aumento dessa população e a necessidade de proteção específica deste grupo. Além de informar os idosos sobre seus direitos como consumidores, também pretendemos capacitá-los para identificar e denunciar práticas abusivas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como todo consumidor, há uma clara vulnerabilidade em relação às contratações de produtos e serviços, sendo fundamental o engajamento de diversos setores da sociedade, incluindo a área acadêmica, para o alcance dos objetivos propostos. Para demonstrar alguns desses direitos básicos, abordamos a Legislação correlata, a saber o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8079/90, a Lei Municipal 11.536/2023, a Lei Federal 14.181/2021 e a Lei Federal 9656/98. Recentemente, a Lei nº 11536/2023 foi promulgada pela Prefeitura de Belo Horizonte, estabelecendo medidas de proteção aos idosos contra empréstimos abusivos. Esta lei proíbe a contratação de empréstimo consignado e de cartão de crédito consignado sem que o idoso solicite explicitamente o serviço financeiro. Além disso, exige a assinatura de contrato com apresentação de documento de identidade, proibindo autorizações por telefone ou gravações de voz. A legislação também se alinha com alterações no Código de Defesa do Consumidor para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e tratar do superendividamento, conforme a Lei n. 14.181, de 1º de julho de 2021. Todo consumidor tem o direito de ser informado sobre taxas de juros, detalhamento do cálculo das parcelas,

⁹⁵ Discente- Curso: Direito – Prado.

⁹⁶ Docente – Faculdade Estácio de Sá.

⁹⁷ Discente- Curso: Direito – Prado.

⁹⁸ Discente- Curso: Direito – Prado.

⁹⁹ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰⁰ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰¹ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰² Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰³ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰⁴ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰⁵ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰⁶ Discente- Curso: Direito – Prado.

¹⁰⁷ Discente- Curso: Direito – Prado.

comprometimento da renda, prazo total da operação, entre outros aspectos importantes na hora da contratação. Além da proteção contra os empréstimos abusivos, entre os principais direitos do consumidor idoso está o atendimento prioritário em estabelecimentos comerciais e bancários, inclusive com caixas específicos designados por placas indicativas, planos de saúde adequados à faixa etária e proteção contragolpes e fraudes, que são, infelizmente, comuns contra esse segmento da população. Com relação aos planos de saúde, o Autor Marlus Keller Riani (membro da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/MG e mestre em Direito pela Faculdade Milton Campos) no livro *O Direito do Consumidor na Visão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais* cita a Lei Federal 9656/98 e esclarece que o TJMG se posiciona considerando a relação de consumo entre beneficiário e plano de saúde, dirimindo qualquer discussão sobre se tratar de Justiça do Trabalho, uma vez que não está configurada entre as partes esse tipo de vínculo. Ou seja, o empregador firma contrato com a operadora de plano de saúde, entretanto o empregado utiliza os serviços, sendo configurado assim como consumidor, indubitavelmente. Dessa forma, como o art. 31 do CDC brasileiro (Lei n.8.078, de 11 de setembro de 1990) disciplina in verbis: “Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. § 1º Ao aposentado que contribuir para planos coletivos de assistência à saúde por período inferior ao estabelecido no **caput** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de um ano para cada ano de contribuição, desde que assuma o pagamento integral do mesmo”. Assegurar que os idosos vivam com dignidade e segurança, protegidos de práticas abusivas e com pleno acesso aos seus direitos como consumidores é um dever do Estado e da sociedade em geral. Assim, a discussão do tema e a ampliação da divulgação desses direitos é de grande relevância, não apenas acadêmica, mas como uma boa prática cidadã. A metodologia utilizada nesse projeto extensivo incluiu ferramentas tecnológicas para maior alcance de pessoas, uso do aplicativo Instagram e Facebook para divulgação e live no dia 15/03/2024. Além disso, optamos por apresentar palestra e pesquisa de satisfação junto ao Grupo da Maturidade da Faculdade Estácio de Sá – Unidade Prado, visando a integração da Graduação a esse grupo. Foi elaborado um banner e afixado na Faculdade Estácio de Sá, unidade Prado para a divulgação interna e distribuída uma cartilha para dirimir dúvidas sobre o conteúdo abordado. Elaboramos e enviamos pesquisa através do Google Forms, incluindo campo destinado a perguntas sobre o tema Direito do Consumidor Idoso, para esclarecer quaisquer questionamentos posteriores.

Palavras-chave: Direito; Consumidor idoso; Plano de saúde.

REFERÊNCIAS

JORGE, A. D. M.; MLANEZ, F. C.; OLIVEIRA, J. M. **O Direito do Consumidor na visão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: O Direito de Manter Sua Condição de Consumidor no Plano de Saúde.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, v.1, 2021. ISBN: 978-65-5510-887-3.

DIREITO DO CONSUMIDOR – SUPERENDIVIDAMENTO

Rosiane de Freitas Ribeiro¹⁰⁸
Alan de Matos Jorge¹⁰⁹
Francelino Pereira de Andrade¹¹⁰

Este trabalho extensivo visa orientar nossos leitores e ouvintes sobre uma questão de grande importância, no qual todos os dias vivemos, sem nenhum tipo de discriminação, atingindo idosos, jovens, trabalhadores, e também os “sonhadores” quando uma pessoa sonha em ter a oportunidade de realizar seu sonho com a casa própria, um carro novo, um empréstimo, até mesmo com uma viagem dos sonhos. Abordaremos neste trabalho o tema hoje conhecido como Superendividamento no Brasil, um dos temas mais polêmicos e complexos da nossa população, onde grande parte encontra-se neste quadro de superendividados, uma realidade triste para todos. São várias formas de endividamentos destacadas hoje em dia, como o uso de cartão de crédito, empréstimos, financiamentos, e o famoso “pendura aí”, desta forma foram ficando cada vez mais incontrolláveis as dívidas, onde os juros dos cartões ficaram excessivamente mais altos, os empréstimos tiveram grande alta e procura, os financiamentos atrasaram por conta da pandemia, causando assim uma longa perduração das dívidas e cada vez mais difíceis de serem sanadas. Diante deste tema, fizemos palestras em locais de público-alvo diverso, para orientar pelo menos uma pequena fatia de ouvintes sobre o quanto o superendividamento não é saudável economicamente e nem psicologicamente na vida das pessoas. Nosso projeto extensivo visa orientar, comunicar, expressamente, nossos ouvintes e leitores sobre formas de não se superendividar. O objetivo deste trabalho extensivo é alertar aos leitores e ouvintes de nossas palestras, quanto às formas de cuidado para não se tornarem superendividados. O conceito clássico de superendividamento é quando o consumidor não consegue mais pagar suas dívidas de maneira regular e sem comprometer seu orçamento de forma excessiva. Isso ocorre normalmente quando se compromete mais do que 50% da sua renda mensal com dívidas e em pagamento de créditos adquiridos, impossibilitando o devedor de cobrir suas despesas, desta forma o superendividamento pode resultar tanto no aumento exorbitante das dívidas quanto na diminuição dos ativos. O consumo excessivo apresenta diversas formas e causas que se entrelaçam motivando o crescimento do superendividamento populacional. Essas causas contemplam questões sociais, culturais, econômicas, psicológicas e, até mesmo, políticas. Nossos projetos extensivos foram realizados na Escola Estadual João Guimarães Rosa, na Av. Sycaba, 1.200 no bairro Icaivera em Betim no dia 16 de abril de 2024 às 19h30min e no Terreiro de Umbanda Pai Mamé, Vovó Maria Conga e Mestre Simbamba – Casa de Pai Ogum na Rua Boassara, 110 no bairro Dom Bosco em Belo Horizonte no dia 20 de abril de 2024. Nestes locais, foram ministradas palestras sobre o tema deste trabalho extensivo de caráter informativo e preventivo onde foram esclarecidas e respondidas algumas dúvidas sobre o superendividamento no Brasil.

Palavras-chave: Direito; consumidor; superendividamento

REFERÊNCIAS

Responsabilidade civil nas relações de consumo – Editora Foco – IBERC de: Carlos

¹⁰⁸ Discente- Curso: Direito – Prado. rosi.rfr@gmail.com

¹⁰⁹ Docente – Faculdade Estácio de Sá. alanmatosjorge@gmail.com

¹¹⁰ Discente- Curso: Direito – Prado. fpadiretoria@gmail.com

Edilson do Rego Monteiro Filho – Guilherme Magalhães Martins – Nelson Rosenvald
– Roberta Densa

ELEIÇÕES NA ERA DIGITAL, A INTERFERÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DAS FAKE NEWS, UMA VISÃO JURÍDICA

Hycaro Bretas Moreira de Andrade¹¹¹

O Brasil passa por eleições a cada 02 anos e desde 2016 as fake News tem distorcido a realidade a fim de manipular eleitores em busca do poder. O TSE monitora, regula e pune esses crimes eleitorais. Em 2024 foram criadas novas regras e normas para ordenar e punir essa prática. **Contextualização:** Em 2024 teremos em 5.569 cidades com eleições para prefeito no Brasil, serão cerca de 155 milhões de eleitores escolhendo 5.569 prefeitos e mais de 15 mil vereadores. Para isso os partidos utilizam de campanhas e propaganda política para expor seus ideais e programas de governo em busca dos votos. Porém há 08 anos, uma prática de propaganda eleitoral tem sido comum, a fake News, que tem o conceito definido como: “falsa narrativa de eventos, escritos e lidos em sítios eletrônicos” de acordo com Oxford Dictionary. **Objetivo proposto:** Diante do cenário exposto, o paper tem como objetivo responder: Quais as ações do TSE para criar regras e punir os infratores que utilizem fake News, deep fake e da inteligência artificial para manipular os eleitores? **Introdução: A propaganda eleitoral e as redes sociais.** Segundo o TSE, a propaganda eleitoral é a forma pela qual partidos políticos e candidatos comunicam suas candidaturas e propostas aos eleitores, buscando conquistar votos. A legislação eleitoral regula diversas formas dessa propaganda, visando evitar abusos de poder econômico e político e garantir a igualdade entre os candidatos. (TSE, 2024) Pela primeira vez em 2018, partidos puderam "impulsionar" conteúdos nas redes sociais para fazer propaganda. Permitindo que a propaganda eleitoral seja direcionada a segmentos específicos da população, já que o impulsionamento permite definir o público para cada publicação por meio de critérios estabelecidos pelas plataformas, como localização, gênero, idade, escolaridade ou interesses. **Desenvolvimento: O poder negativo das fake News** Os crimes de Fake News distorcem informações, confundem eleitores e minam a confiança nas instituições democráticas, manipulando emoções e comprometendo a liberdade de expressão e decisão das pessoas. Isso prejudica a integridade do processo democrático, a coesão social e a confiança nas instituições. (CONJUR, 2024). A legislação eleitoral proíbe trucagens e informações falsas para garantir decisões informadas. O combate às fake news requer educação cívica e fact-checking, evitando censura. Felipe Braga Albuquerque defende uma propaganda política focada na resolução de problemas e critica a banalização das campanhas políticas pelo excesso de marketing, destacando a importância da dignidade na divulgação de informações, em conformidade com os princípios constitucionais. (MACHADO, 2018) **Inteligência emocional nas eleições e nas ações do TSE a fim de evitar e punir** A Inteligência Artificial (IA) é a área da Ciência da Computação que visa desenvolver máquinas capazes de imitar a inteligência humana. As habilidades que uma inteligência deve ter incluem raciocínio, representação de conhecimento, aprendizado, comunicação e interação com o ambiente. A IA busca dotar os computadores de características como conhecimento, criatividade, raciocínio, solução de problemas complexos, percepção, aprendizagem, entre outras. Nesse contexto, o TSE a fim de evitar e punir essas ações, tomou algumas medidas além de definir limites. O TSE abriu o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE), visando cooperação entre a Justiça Eleitoral, órgãos públicos e privados, especialmente redes sociais.

¹¹¹ Email: hybreman@gmail.com

O Siade permite denúncias diretas de desinformação eleitoral. Desde 2019, o Programa de Enfrentamento à Desinformação combate narrativas falsas, contando com mais de 150 parceiros. Dicas foram divulgadas nas redes sociais do TSE e TCU para identificar e evitar compartilhar narrativas enganosas, incluindo checar a fonte e a data, observar erros de português e a possibilidade de deepfakes. (TSE, 2024) Objetivando normatizar as propagandas veiculadas, o TSE implantará nessa eleição de 2024 regulamentação do uso da inteligência artificial na propaganda eleitoral: Foram aprovadas a proibição de *deepfakes*; a obrigação de aviso sobre o uso de IA na propaganda eleitoral; a restrição do emprego de robôs; e a responsabilização das *big techs* que não retirarem do ar, imediatamente, desinformação, discurso de ódio, ideologia nazista e fascista, além dos antidemocráticos, racistas e homofóbicos. Se candidata ou candidato usar *deepfake* (conteúdo em áudio ou vídeo, digitalmente manipulado por IA), poderá ter o registro ou o mandato cassado. Provedores e plataformas serão considerados solidariamente responsáveis, civil e administrativamente, quando não removerem imediatamente conteúdos e contas durante o período eleitoral. (TSE, 2024) Referente as demais ações de regramento e punição o TSE assim determina conforme Art. 57h da Lei Eleitoral - Lei 9504/97 Art. 57-H. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, será punido, com multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00 quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) § 1º Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação, punível com detenção de 2 a 4 anos e multa de R\$ 15.000,00 a R\$ 50.000,00 (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013) § 2º Iguamente incorrem em crime, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00, as pessoas contratadas na forma do § 1º. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013) (Fonte: JUSBRASIL, 2024) **Conclusão:** O TSE está ativamente monitorando as tecnologias utilizadas na propaganda eleitoral para combater ilegalidades, mas as atuais normas podem ser insuficientes diante do impacto das notícias falsas na escolha dos candidatos pelos eleitores. Além das multas previstas, as consequências das infrações afetam a democracia e o futuro do país. É crucial envolver especialistas na formulação de leis e normas, bem como desenvolver ferramentas para detectar e punir essas violações de forma rápida e eficaz.

Palavras-chave: Inteligência artificial, Fake News, propaganda eleitoral

REFERÊNCIAS

Direito eleitoral / Raquel Cavalcanti Ramos Machado. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

Gabriel, Martha. Inteligência Artificial: Do Zero ao Metaverso. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2022.

Inteligência artificial: do zero ao metaverso / Martha Gabriel. - 1. ed. [3ª Reimp.] - Barueri [SP]: Atlas, 2024.

LICENÇA-MATERNIDADE À MULHER NÃO GESTANTE EM UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA uma análise do RE 1.211.446/SP, STF

Vanessa Aparecida dos Santos¹¹²

Carolline Leal Ribas¹¹³

O presente trabalho tem como objetivo analisar, sob o crivo Constituição Federal de 1988, em especial, pelos princípios da dignidade da pessoa humana, liberdade reprodutiva e da isonomia, a possibilidade de concessão de licença maternidade à mulher não gestante em caso de união homoafetiva. Para tanto, recorre-se à metodologia de revisão bibliográfica e estudo de caso do Recurso Extraordinário RE 1.211.446/SP, STF, fixado no Tema 1072, apreciado em 13/03/2024, pelo Supremo Tribunal Federal. A licença maternidade desempenha um papel fundamental na saúde física e emocional das mães, no bem-estar dos bebês e no desenvolvimento saudável da família. A licença maternidade permite que as mulheres se recuperem física e emocionalmente do parto, além de facilitar o estabelecimento do vínculo entre mãe e bebê, o que é essencial para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Ademais, trata-se de um período para a família se adaptar à sua nova realidade e estabelecer rotinas que promovam o bem-estar de todos os membros. Os artigos 7º, XVIII e 39, § 3º da Constituição Federal de 1988 garantem o direito à licença maternidade exclusiva à mãe gestante, que necessita de um período de recuperação após alterações físicas decorrentes da gravidez e do parto. Trata-se, pois, de benefício de natureza previdenciária destinado a assegurar à mãe um período de amplo convívio com a criança, mediante afastamento laboral remunerado. Embora haja expressa previsão no texto constitucional neste sentido, sabe-se que foi a partir da Constituição de 1988 que o antigo modelo de família patriarcal, centrado no vínculo indissolúvel do casamento, fora substituído pelo vínculo do afeto, responsável por possibilitar novos modelos de família construídas por relações afetivas interpessoais, tais como uniões estáveis heteroafetivas e homoafetivas e famílias monoparentais. É nesse contexto que, nos últimos anos, frequentemente julgados vêm discutindo sobre a possibilidade de licença-maternidade à mãe não gestante, que convive em união estável homoafetiva com companheira que engravidou após procedimento de inseminação artificial. Ora, se de um lado, argumenta-se que interpretação extensiva atribuída ao direito à licença-maternidade à mãe não gestante contraria o princípio da legalidade administrativa; por outro, preza-se por uma interpretação da Constituição como um tanto, fundamentando-se nos princípios da igualdade, da liberdade reprodutiva, do melhor interesse do menor e da dignidade da pessoa humana. Não se desconhece que a licença-maternidade é importante tanto para a mãe quanto para o bebê. Se, antes, pensava-se que esse direito era apenas para a mãe se recuperar do parto, agora entende-se que é, também, para proteger mães que não gestaram, mas têm responsabilidades após o nascimento do bebê. Além de tudo, há de se destacar o princípio da igualdade. O princípio da igualdade, por sua vez, busca garantir tratamento isonômico aos membros da sociedade, garantindo que não haverá distinções de direitos entre as pessoas, conforme critérios estabelecidos pelo ordenamento jurídico. Dessa forma, o princípio da igualdade faz o papel de “princípio da justiça social”, conforme preceitua Canotilho (2003, p. 430). sob o ponto de vista formal, a igualdade é vista como um princípio essencial a vida republicana no país, uma vez que assegura o tratamento igual dos cidadãos perante a lei. Entretanto, tal conceituação mostra-se insuficiente, tendo em vista que ao se tratar todos iguais, se desconsidera as desigualdades previamente existentes entre diferentes grupos ou indivíduos, o

¹¹² Discente da Estácio BH - carollinelr@hotmail.com

¹¹³ E-mail: carollinelr@hotmail.com

que poderia gerar um sentimento de injustiça em uma análise concreta. Assim, torna-se relevante o sentido de igualdade material, a qual aproxima-se da ideia de igualdade concreta e real. Em sua faceta vigente no século XXI, os direitos fundamentais sociais requerem que o Estado transcenda o princípio da igualdade e atue com base em uma ideia de isonomia (quiza de equidade), consistente em adotar medidas que sejam de natureza compensatória, ou seja, abandone a igualdade formal e passe a oferecer melhores condições a quem teve menos oportunidades. Para o Ministro Gilmar Mendes, o princípio da igualdade material, ou princípio da isonomia, como o autor a denomina, “significa em resumo tratar igualmente os iguais, e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades” (MENDES, COLEHO E BRANCO, 2008, p.179). Sobre a necessidade de efetivação do princípio da igualdade, destaca-se passagem ao acórdão do STF:

“(…) o não reconhecimento ou o falso reconhecimento (...) pode ser uma forma de opressão, aprisionando o sujeito em um modo de ser falso, distorcido e reduzido. Além da simples falta de respeito, isso pode infligir uma grave ferida, submetendo as pessoas aos danos resultantes do ódio por si próprias. O devido reconhecimento não é meramente uma cortesia, mas uma necessidade humana vital (TAYLOR, apud BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2019).

Nesse caso, reconhecer uma mulher em uma união homoafetiva como mãe, mesmo que ela não seja a gestante, ao conceder a licença-maternidade, ajuda a promover a igualdade de tratamento como ferramenta importante para que as pessoas possam se entender como detentoras dos mesmos direitos e responsabilidades. Isso mostra o respeito do Estado pelas diferentes escolhas de vida e configurações familiares. O caso objeto de apreciação neste trabalho, Recurso Extraordinário RE 1.211.446/SP, STF, tratava-se de mãe servidora pública que pleiteava direito a licença mesmo sem ter sido a gestante, enquanto sua companheira, que vivenciou a gestação, era trabalhadora autônoma e não usufruiu do direito à licença-maternidade. O caso debatido apresentou repercussão geral sob o prisma social, jurídico e econômico.

(i) social, em razão da própria natureza do direito à licença- maternidade e do impacto gerado pela sua extensão a qualquer servidora pública ou trabalhadora (art. 7o, XVIII, e art. 39, § 3o, da Constituição Federal) que vivencie a situação fática sub examine; (ii) jurídico, posto que envolve a proteção especial consagrada à maternidade (CF, art. 6o c/c art. 201), bem como a construção do âmbito de incidência do art. 7o, XVIII, da Constituição Federal, que deve albergar as múltiplas hipóteses de criação do vínculo maternal, e (iii) econômico, porque discute a concessão de benefício de natureza previdenciária, com custos para a coletividade e reflexos no equilíbrio atuarial dos sistemas de previdência social. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2019).

Nota-se que este debate vai além das questões pessoais, pois pode se repetir em muitos casos em que o interesse da mãe não gestante em uma união homoafetiva em obter licença-maternidade é confrontado com o interesse social relacionado aos custos do benefício previdenciário e à criação de critérios justos para uniões heteroafetivas. Isso mostra a importância do assunto tanto socialmente quanto legalmente, e justifica o porquê de esta questão ter analisada pela Corte. Nesse contexto, o caso específico foi levado em sede de repercussão geral e o Supremo, em março de 2024, fixou a seguinte tese: “A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2024). A jurisprudência da Corte, seguindo os princípios da dignidade humana, proporcionalidade e razoabilidade, e a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, adotou uma interpretação ampla do conceito de família, reconhecendo vínculos afetivos diversos. Nesse sentido, o Estado tem a obrigação de garantir uma proteção especial ao vínculo materno, independentemente da origem da filiação ou da configuração familiar. A licença-maternidade é um benefício previdenciário destinado a proteger tanto a mãe quanto a criança, e, portanto, deve ser

assegurado à mãe não gestante. Isso é essencial para evitar uma violação ao princípio constitucional da igualdade entre os pais em casos de adoção, bem como ao melhor interesse da criança. No caso em questão, a gravidez do casal homoafetivo resultou de um procedimento de inseminação artificial heteróloga, com a doação de óvulos da servidora pública e a gestação realizada por sua companheira, de forma autônoma e sem vínculo com a previdência social. Assim, a servidora não gestante fazia jus à licença maternidade. Na mesma oportunidade, o STF ainda fixou a tese de que se a mãe gestante gozar de seu direito à licença maternidade, nesse caso, a mãe não gestante fará jus à licença paternidade, equiparando à relação homoafetiva às uniões heteroafetivas. Dessa forma, vê-se, mais uma vez, um avanço significativo na equiparação das uniões e no reconhecimento da entidade familiar pelo vínculo do afeto. O direito à licença maternidade que encontra previsão constitucional deve ser interpretados conforme os atuais entendimentos jurisprudenciais acerca da união homoafetiva e da multiparentalidade, possibilitando o convívio familiar e o cuidado com a criança. O fato é que o reconhecimento deste direito tem como fonte o convívio integral com o filho durante os primeiros meses de vida, constituindo-se como uma proteção à maternidade e possibilitando o cuidado e apoio do filho no estágio inicial de sua vida, independentemente da origem da filiação. Assim, o afastamento por tempo determinado das funções profissionais e a aproximação ao lar da mãe que acaba de receber novo ente na família é fundamental para a harmonia daquele ambiente e atende aos princípios elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a exemplo de seu artigo 4º, que zela pelo “melhor interesse do menor”, levando-se em conta que o convívio da criança com a família é essencial para sua criação. Com efeito, configurada a entidade familiar, a partir do reconhecimento da união estável entre a mãe e sua companheira (ADPF 132/RJ), não há como negar que o direito à licença maternidade deveria ser estendido para mãe não gestante, sob o fundamento maior de maximização de direitos fundamentais – tanto para as mães quanto para a criança, no âmbito familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário (RE) 688267**. Brasília, DF, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341717987&ext=.pdf> Acesso em 21 abr. 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 1072** - Possibilidade de concessão de licença-maternidade à mãe não gestante, em união estável homoafetiva, cuja companheira engravidou após procedimento de inseminação artificial. Brasília, DF, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5701548&numeroProcesso=1211446&classeProcesso=RE&numeroTema=1072> Acesso em 21 abr. 2024

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª Ed. Coimbra: Brochura, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONCILIAÇÃO

Gimenes De Faria Vasconcelos¹¹⁴
Selma Dias De Souza¹¹⁵
Priscilla Angélica Flôr¹¹⁶
Paulo Henrique Nolasco Ferreira¹¹⁷
Warley Carneiro Barbosa¹¹⁸

O projeto extensionista se deu a partir da matéria métodos adequados de solução de conflitos. Onde tentamos buscar uma solução extrajudicial para um conflito de acidente de trânsito envolvendo dois veículos: uma moto é um carro, no qual o veículo colidiu com a moto causando diversas avarias e escoriações no condutor da moto. O condutor da moto nós procurou para auxiliá-lo no sentido de buscar uma conciliação para que a condutora do veículo arcasse com o conserto da moto. Entramos em contato com ela para agendar uma reunião de conciliação que foi realizada no dia 01/04/2024 as 18:00hs pela ferramenta teams, pois esta foi a forma que ela aceitou para realizar a reunião. Durante a reunião as duas partes não chegaram a um acordo pois ambos acreditavam não serem os causadores do acidente, devido ao impasse o acordo infelizmente não foi concretizado e o caso foi levado para o NPJ da faculdade para que seja ajuizado uma ação. O projeto busca a socialização de informações, a propagação da cultura e junção da integração entre a Universidade e a comunidade externa, para atingir resultados positivos na condução da conciliação denota-se de extrema relevância a observância dos princípios norteadores consolidados como a liberdade das partes a não competitividade, o poder de decisão das partes a informalidade processual e a confidencialidade no processo estabelece que a conciliação e a mediação são formadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. O projeto possibilitou que 02 pessoas distintas, obtivessem a oportunidade de serem acolhidas, em relação a situação que vivenciaram, assim como também ofereceu ao participantes como partes assistentes, a difundir a prática da conciliação nos mais diversos contexto, podendo ser um elemento de transformação da vida das pessoas com o exercício de cooperação e solidariedade. O objetivo não foi de certo modo alcançado, mas a semente foi plantada.

¹¹⁴ E-mail: gimenesbh@hotmail.com

¹¹⁵ E-mail: sdsouza2014@hotmail.com

¹¹⁶ florpriscilla10@gmail.com

¹¹⁷ Aluno da Estácio BH E-mail: paulonolasco1921@gmail.com

¹¹⁸ E-mail: warleycarneiro2@gmail.com

NOVOS DESAFIOS PARA A INTEGRIDADE PÚBLICA natureza transformadora da Corrupção e os retrocessos democráticos – Direito Econômico e Execução Fiscal no Estado de Minas Gerais

Carolina A. Montolli¹¹⁹

A integridade é um componente fundamental da boa governança pública, pois garante legitimidade às outras atividades de governo. Para assegurar que o programa de integridade está caminhando na direção correta, é necessário implementar um processo de avaliação e monitoramento constante, bem como realizar auditorias periódicas que visam identificar se os diversos pilares do programa de integridade estão funcionando conforme planejado. O retrocesso democrático como “a debilitação ou eliminação, sob a liderança do Estado, das instituições políticas que sustentam uma democracia”, esse retrocesso se deu inclusive através de Projetos de Leis que visam desjudicializar a execução fiscal. Nesse sentido, o TJMG desenvolve desde setembro de 2014 o “Projeto Execução Fiscal Eficiente”, que busca minimizar a taxa de congestionamento das execuções fiscais no âmbito do referido Tribunal, propondo meios alternativos de cobrança menos dispendiosas ao erário, tais como: o protesto extrajudicial, a cobrança bancária ou a conciliação. **Introdução** O aperfeiçoamento da gestão pública e a atuação baseada em riscos são traços que destacam o papel que deve ser desempenhado pelos gestores na atualidade. Nessa esteira, cabe ao poder público elaborar estratégias para a melhoria dos serviços públicos e para a utilização racional dos recursos. Em tempos de crise econômica, em que a conjuntura orçamentário-financeira dos países revela um desnível entre receitas e despesas, deixando em perigo o cumprimento de responsabilidades estatais em diversos campos da vida social, desponta o surgimento de mecanismos de contenção de seus efeitos, ancorados em políticas de austeridade, que levantam discussões sobre o espectro de alcance das decisões tomadas pelos legítimos representantes da vontade popular. Se as novas disposições legislativas que sofreram aquiescência dos poderes constituídos mostraram-se aptas ao combate às implicações de uma crise econômica e se revelaram inadequadas aos fundamentos e objetivos insertos numa Constituição, notadamente, em sede de um estado constitucional democrático, como o Brasil, ter-se-á como principal prejudicada a própria população, em especial no seu direito de acesso a bens valiosos tendentes à proteção de sua própria dignidade humana. A corrupção alcança de forma negativa a coletividade, pois prejudica e impossibilita a implementação de políticas públicas. Devido a essa conduta, os recursos deixam de ser aplicados em ações de interesse público e na implantação de infraestruturas que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e passa a favorecer apenas os interesses pessoais e privados, incluindo de pessoas jurídicas que tem algum tipo de relação com o poder público. Tais atos não são problemas pontuais, que ocorrem em uma cidade ou estado brasileiro, mas sim, um problema global, que fez com que diversos países firmarem compromissos internacionais com o intuito de combater a corrupção, como por exemplo, a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Para conferir celeridade e efetividade ao combate à corrupção se faz oportuno atuar de forma articulada em nível internacional, nacional e regional, através da cooperação técnica entre órgãos e entidades visando potencializar suas atribuições claramente previstas na legislação, através da elaboração e implementação de ações conjuntas e alinhadas. Assim,

¹¹⁹ Docente da Estácio BH E-mail: carolinamontolli@gmail.com

tenho conhecimento da importância da cooperação técnica e da atuação em rede, a Advocacia-Geral do Estado (AGE/MG), a Controladoria-Geral do Estado (CGE/MG), Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG), Ouvidoria-geral do Estado (OGE/MG), Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) elaboraram o presente Plano Anticorrupção, que tem como objetivo central realizar o diagnóstico das iniciativas já existentes para o combate a corrupção, identificando quais ações podem ser implementadas nos próximos 5 anos para que o Estado de Minas Gerais incremente a sua atuação na prevenção, detecção e na repressão à corrupção. No capítulo 1 é apresentada a definição de integridade no âmbito da governança pública e o uso de estratégias de *compliance* para combater os atos de corrupção em qualquer uma das estâncias de governo. No capítulo 2 é descrito a estratégia do governo do estado de Minas Gerais a partir da criação do Eixo Anticorrupção. No capítulo 3 é abordado o processo de desmonte dos processos democráticos no Brasil através dos últimos governos. Finalmente, no capítulo 4 é apresentada a estratégia aplicada pelo TJMG para evitar a desjudicialização (processo iniciado no desmonte da democratização) das execuções fiscais no estado.

A promoção da integridade – *compliance* O conceito de integridade expressa a condição das agências públicas ou corporativas que atuam em conformidade com os princípios e normas que orientam a sua gestão. Promover uma cultura de integridade pública é um requisito essencial para o aumento da confiança da sociedade no Estado e em suas instituições. Manter um elevado nível de integridade pública e corporativa e desenvolver uma cultura organizacional baseada em elevados valores e padrões de conduta é uma política fundamental para o desenvolvimento de todo o Estado. O primeiro tipo de mecanismo de integridade é o compromisso com a promoção da ética que visa assegurar o comportamento virtuoso do agente, público ou corporativo, privilegiando o seu progresso ético, baseado na consciência do próprio indivíduo, capaz de discernir e agir de forma correta, orientado por valores e princípios, dispostos em códigos, transmitidos em treinamentos, incentivados por meio do exemplo da liderança. O segundo tipo de mecanismo de integridade é a promoção do *compliance, stricto sensu*, que visa garantir o cumprimento das leis que são observadas, privilegiando o comportamento legalmente orientado dos agentes, capazes de reconhecer as normas e procedimentos que devem ser observados, sob pena de responsabilização. Segundo essa concepção, os mecanismos de ética e *compliance* são complementares, pois visam, por meio de incentivos de natureza distinta, internos ou externos ao indivíduo, promover a integridade pública. Os programas de integridade e de *compliance* têm assumido posição de evidência na literatura jurídica especializada, bem como vêm sendo introduzidos na ordem jurídica brasileira paulatinamente. O tema da integridade desempenha papel central, notadamente, no setor privado. Mais especificamente como uma atividade de controle, essencialmente preventiva, dos comportamentos de pessoas jurídicas de direito privado, abrangendo não apenas a transparência e auditorias internas em matéria contábil (*disclosure approach*), mas também a exigência de parâmetros de governança corporativa, gestão de riscos e *compliance* ou cumprimento normativo. Atualmente, padronização sobre a aplicação das práticas de governança corporativa nas empresas; entretanto, pode-se afirmar que estas práticas se baseiam nos princípios da transparência, independência e prestação de contas (*accountability*), utilizados como meios para atrair investimentos aos negócios¹²⁰ corporativos e obter os benefícios esperados como eficiência e conformidade às regras dos órgãos auditores. A adoção e aprimoramento das práticas de governança corporativa passaram a ter

¹²⁰ A palavra negócio está sendo utilizada pelo TCU nos itens 1.4 e 1.5 do Relatório de Prestação de Contas exigido para as instituições públicas, indicando que a palavra não é apenas uma referência a empresas privadas. Negócio pode ser com fins lucrativos ou sem fins lucrativos. A adoção de práticas de governança busca agregar valor ao negócio da instituição.

uma tendência de crescimento em resposta ao crescente número de investidores externos que passaram a atuar no mercado brasileiro. Este influi nos potenciais investidores brasileiros que se tornaram mais conscientes e exigentes de seus direitos e seu poder de participação no processo de decisão. As empresas passaram a ser vistas como mais confiáveis e seguras, e esse procedimento impactou o próprio mercado e a economia como um todo. O *compliance* público tem como seu principal alicerce a constituição, assim, deve ser baseado em princípios que devem reger o programa e proteger as estruturas da administração e prover um ambiente seguro e confiável para seus agentes e para o povo. Em razão disso, os passos dentro do *compliance* público devem ser muito bem calculados e estruturados a fim de criar um caminho seguro e estável a se trilhar. A tutela da integridade no setor público ainda se afigura tema incipiente no cenário brasileiro, mas de profunda relevância para a concreção de uma gestão pública eficiente e capaz de efetivar os direitos fundamentais, sobretudo, nos casos dos chamados direitos prestacionais (*Leistungsrechte*), como os atinentes à saúde e à educação. Diante do cenário de desconfiança, evidencia-se aquilo que já foi afirmado acerca *compliance* empresarial: não basta ser íntegro, é preciso demonstrar que suas atitudes caminham nesse sentido. Essa simples atitude de se promover com uma efetiva demonstração de ética, resulta em diversos benefícios, sendo o principal deles, a criação de relações de confiança. Salienta-se, entretanto, que, tal confiança não serve apenas para promoção popular, mas também para a confiabilidade requerida no mundo corporativo, sendo importantíssimo para as entidades que realizam licitações, por exemplo. Na compreensão do ordenamento jurídico brasileiro, os chamados programas de integridade possuem a natureza de parâmetro ou critério de valoração da medida da sanção a ser imposta à pessoa jurídica cometidora de ilícitos. Eis o disposto no inciso VIII, art. 7º da Lei 12.846: “a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica”. A integridade se mostra, portanto, como: a) princípio de governança pública, expresso no Decreto n. 9.203/17, no inciso II do art. 3º, consistente na conformidade entre o conjunto de normas, procedimentos e atos que tem por escopo a observância dos direitos fundamentais e a prática dos atores incumbidos desta tarefa à luz dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência; b) programa de conduta, conforme expresso nos arts. 41 e 42 do Decreto n. 8.420/15 c.c inciso VIII do art. 7º da Lei n. 12.846, o que inclui uma série de posturas como auditorias, canais de denúncia, mecanismos de interrupção de práticas ilícitas, códigos de ética, procedimentos internos de controle, entre outros; c) mecanismo ou atividade de controle sobre a conduta do setor privado e público enquanto atores no processo de implementação de direitos fundamentais. Neste sentido, faz-se imperioso conjugar o disposto no Decreto n. 9.203/2017 com o Decreto-Lei nº 200, de 1967. No Brasil, os órgãos reguladores sobre a governança corporativa no setor financeiro são a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (autarquia federal com a função de regulamentar o mercado de capitais), a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) (que contribui com normas para assegurar as boas práticas de Governança) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), desde 1995. Estudos desenvolvidos nos campos da ciência econômica e da política sustentam os fundamentos da governança pública. Pesquisas de grande importância sobre governança na área econômica estão apoiadas na teoria de custos de transação e na teoria institucional. Na ciência política, destacam as formas de relação entre o Estado, Governo e sociedade. Kissler e Heidemann destacam que a Governança Pública é um conceito importante que muitos utilizam sem compreender de fato o seu significado. Para esses autores, o significado original estava associado aos debates político-desenvolvimentistas ao associar o termo a políticas de desenvolvimento fundamentadas em determinados pressupostos, como de gestão responsável, transparente e legal. Esse modelo de gestão pública, idealizado por organizações

internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Organization for European Cooperation and Development* (OECD) deveria orientar os Estados-Nações. A mudança de comportamento por parte do Estado associa a governança a processos democráticos de gestão e, sob este enfoque, permite a participação de atores em arenas públicas e de controle social, dando-lhes oportunidade e incentivando a participação nos processos decisórios e formulação de políticas públicas. Sob esta visão, Ronconi⁵ considera a governança pública como um importante meio de composição de caráter institucional para implementar princípios democráticos. Por outro lado, para compreender a noção da boa governança, utilizamos o trabalho de Matias-Pereira, que, ao abordar as diferentes visões de governança, destaca a boa governança. Para o autor, a boa governança refere-se ao desempenho do Estado, em termos de eficácia na oferta de seus serviços, eficiência na gestão de suas instituições, o rigor orçamentário e a descentralização administrativa; noção baseada nos resultados esperados pelo Banco Mundial ao realizar empréstimos. Um de seus critérios é garantir que o Estado Nação se comprometa com a boa governança de seus recursos socioeconômicos. Ainda o autor destaca o comportamento ético e a transparência na gestão como elementos centrais da boa governança. Em relação ao estado de direito, de acordo com Matias-Pereira, a boa governança requer uma estrutura legal justa que se aplica a todos os cidadãos do Estado. Ela deve garantir total proteção dos direitos humanos, e cabe ao poder judiciário atuar de forma independente do poder executivo e do legislativo e que as forças policiais sejam imparciais e incorruptíveis. É importante ressaltar que a norma ISO 19600:2014 estabelece explicitamente que a falha na prevenção ou detecção de uma obrigação de compliance não significa necessariamente que o sistema de gestão do *compliance* não é efetivo. Entretanto, deve reagir à não conformidade adotando as ações de controle e correção necessárias, além do gerenciamento adequado das consequências. É dever da agência tomar qualquer medida necessária para eliminar a causa da não conformidade para evitar que ocorra novamente. **Eixo de combate à corrupção** O combate à corrupção requer a convergência de iniciativas, dentre elas, a articulação entre as instituições — com o escopo de otimizar a atuação do Estado— e a elaboração de ações de caráter preventivo, detectivo e repressivo. A elaboração de uma estratégia que equilibre as ações nesses eixos é essencial para a efetividade do Plano Anticorrupção. Considerada produto das mobilizações de junho de 2013 e dos compromissos internacionais firmado pelo país, conforme é declarada em sua exposição de motivos, a Lei Anticorrupção foi promulgada para suprir uma lacuna no sistema jurídico pátrio no que tange à responsabilização de pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira. A Lei Anticorrupção contribui diretamente para internalizar os compromissos recentemente firmados pelo país e aprimora a estratégia de prevenção e combate à corrupção brasileira por meio da adoção de boas práticas regulatórias que incentivam a colaboração entre os setores público e privado na promoção da integridade. A norma aumenta o rigor das sanções impostas às empresas que sejam beneficiadas pela prática de atos de corrupção, fortalece os órgãos de fiscalização e incentiva a adoção de programas de integridade corporativa. A Constituição Federal Brasileira e vários estatutos específicos criaram as instituições e autoridades que fazem parte do sistema federal anticorrupção. São estes os principais órgãos e instituições: (i) Receita Federal do Brasil (RFB), (ii) Comissão de Valores Mobiliários (CVM), (iii) Banco Central do Brasil (Bacen), (iv) Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), (v) Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), (vi) Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE), (vii) Polícia Federal (PF), (viii) Controladoria-Geral da União (CGU), (ix) Advocacia-Geral da União (AGU), (x) Tribunal de Contas da União (TCU), (xi) Ministério Público Federal (MPF), (xii) Poder Judiciário Federal e (xiii) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). É importante destacar que, neste sistema, cada instituição tem atribuições e competências próprias. O Poder Judiciário,

incluindo os Juízos Federais de 1ª instância, os Tribunais Regionais Federais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, é responsável não apenas pelas decisões quanto aos atos de investigação e processuais, como também pela homologação de acordos de leniência e de colaboração. Além disso, recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Justiça Eleitoral também é competente para julgar caso de corrupção quando envolver, simultaneamente, “caixa 2” de campanha e outros crimes comuns (Inquérito nº 4435). Após a edição de Decreto no 4.420/2015 (Lei Anticorrupção) e do Decreto no 9.203/2017 (governança pública), a Controladoria-Geral da União passou a expedir orientações, normas e procedimentos complementares referentes à avaliação dos programas de integridade de natureza corporativa e pública. Além disso, no âmbito dos esforços de aprimoramento da governança das agências públicas, o Tribunal de Contas da União publicou o Referencial de combate à fraude e corrupção que também contribui para aprimorar a metodologia dos programas de integridade pública. Assim, desde a aprovação da Lei Anticorrupção, as agências públicas também começaram a implementar seus próprios programas de integridade pública, de forma voluntária ou como resultado das obrigações impostas pelo Decreto da Governança (Decreto no 9.203/2017) ou decretos estaduais que regulamentam a aplicação da Lei Anticorrupção nos Estados. De acordo com a CGU-MG⁸, a atuação harmônica da Administração Pública no âmbito dos eixos da prevenção, detecção e da repressão é imprescindível para a concretização do combate à corrupção e para a utilização adequada dos recursos públicos. Ademais, a atuação equilibrada nas três searas irá viabilizar a tomada de providências com assertividade e rigor técnico. Em Minas Gerais, as ações preventivas, detectivas e repressivas possuem importância similar, devendo ser vistas como complementares. O foco somente em um dos eixos traz soluções parciais e pontuais, não tratando o tema de forma abrangente e contínua. No eixo da prevenção, as instituições irão formular ações e controles que evitem a ocorrência da corrupção. Nesta esteira podem ser incluídas ações de orientação à gestão, o gerenciamento dos riscos, atividades de consultoria e a elaboração de Planos de Integridade. No eixo da detecção, as instituições irão elaborar ações que permitam o conhecimento de irregularidades que já ocorreram ou que estejam na iminência de ocorrer. O canal de denúncias pode ser exemplificado como o principal instrumento de detecção de casos de corrupção, por meio do qual a sociedade comunica às instituições competentes fatos em desconformidade com as normas vigentes. Quando da utilização do referido canal, os cidadãos têm a possibilidade de exercer o controle social, contribuindo para o combate à corrupção. O terceiro eixo necessário ao combate à corrupção é o repressivo. Por meio da repressão, o poder público aplica as sanções cabíveis em face de agentes públicos e privados que praticaram irregularidades, observadas as garantias e diretrizes do devido processo legal. Nesta seara estão os procedimentos de natureza sancionadora, como o processo administrativo para a aplicação de multas e outros tipos de penalidade. Para assegurar que o programa de integridade está caminhando na direção correta, é necessário implementar um processo de avaliação e monitoramento constante, bem como realizar auditorias periódicas que visam identificar se os diversos pilares do programa de integridade estão funcionando conforme planejado, se os efeitos esperados de conscientização dos colaboradores estão se materializando no âmbito organizacional e se os riscos identificados previamente estão sendo controlados como previsto. O monitoramento contínuo permite aos agentes públicos observar que ajustes devem ser realizados nas práticas e nos controles internos. O importante é que, quando identificada, uma falha na prática ou controle interno que possa ser explorada por um fraudador ou corrupto seja rapidamente sanada. Isso só é possível se a atividade de monitoramento for contínua. As deficiências relatadas devem ser consideradas no âmbito da gestão de risco de fraude e corrupção a fim de se verificar a necessidade de alguma alteração. O propósito do monitoramento é assegurar que as práticas e controles internos

estejam apropriados para as operações da organização e alcancem os objetivos para os quais foram estabelecidos. **Retrocesso democrático** Bermeo⁹ define o retrocesso democrático como “a debilitação ou eliminação, sob a liderança do Estado, das instituições políticas que sustentam uma democracia”. Waldner e Lust¹⁰, por sua vez, o definem como “a deterioração das qualidades associadas com a governança democrática, em qualquer tipo de regime”. Trata-se de mudanças sutis, dentro do próprio regime político, sem que se configure uma transição do regime democrático para o regime autoritário. No Brasil, os avanços socioeconômicos alcançados a partir dos anos 2000, a crise econômica iniciada em 2014, os desdobramentos da Operação Lava Jato e a contestação dos resultados eleitorais por Aécio Neves se transformaram em fontes de *backlash* que culminaram em uma traumática ruptura institucional sob forma de *impeachment* em 2016, dando início ao retrocesso democrático no país. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff representou a mais importante conjuntura crítica no período analisado. A princípio, o *impeachment* trouxe mudanças abruptas para a institucionalidade de alguns setores de política pública e abriu caminho para a criação de limites fiscais sem precedentes, a partir da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos. Contudo, os impactos gerados não foram apenas de natureza fiscal ou administrativa, mas também o comprometimento da ordem institucional democrática. Essa deterioração da democracia brasileira começou a se formar com a confluência de inúmeros processos, muitos deles espelhando as causas identificadas por Haggard e Kaufman. Por um lado, os impactos gerados pela Operação Lava Jato se fizeram sentir tanto na economia, com a desarticulação dos setores petroquímico e da construção civil, quanto na cultura política, com a criminalização da atividade política e o fortalecimento de grupos de direita radical. A eleição de Bolsonaro equiparou o Brasil aos demais países que experimentam o declínio democrático sob a liderança de um líder populista reacionário. Os quatro anos de seu governo foram marcados por uma liderança que desafiou os limites da legalidade, rompendo-os em alguns casos. Foram marcados também por um governo que recorreu a medidas infralegais de enfraquecimento das instituições e das políticas públicas; que preencheu um amplo número de cargos civis com militares simpatizantes de seu projeto antidemocrático; que assediou servidores públicos; e desmobilizou capacidades estatais construídas a duras penas desde a redemocratização do país. No que concerne às motivações do desmonte, a literatura assume a existência de atores políticos “racionalmente limitados” voltados a objetivos e sensíveis aos custos/benefícios decorrentes de suas decisões. Assume também que a ação de tais atores ocorre dentro de uma constelação de interesses e recursos de outros atores e é estrangida (ou facilitada) por contextos institucionais específicos. Assim, os atores tomam suas decisões com base em suas percepções e avaliações sobre os potenciais custos e benefícios políticos de suas ações e na visibilidade destas Bauer e Knill. Analisando os programas finalísticos dos Planos Plurianuais (PPAs) dos períodos 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023, o capítulo de Carolina Pereira Tokarski, Krislane de Andrade Matias, Luana Simões Pinheiro e Ranna Mirthes Sousa Correa reconstrói, de maneira detalhada e aprofundada, o histórico da construção e da desconstrução da institucionalidade dedicada a amparar as políticas para as mulheres e a igualdade de gênero no Brasil. Neste processo, as autoras identificam um processo de clara redução da densidade e intensidade das políticas para as mulheres no período recente. A partir de janeiro de 2019, elas apontam ainda duas dinâmicas que passam a caracterizar o desmonte: o enfraquecimento do marco institucional, iniciado no período anterior e que as autoras denominam desinstitucionalização; e a ressignificação da agenda de políticas para as mulheres, com a substituição da “transversalidade de gênero” pela “transversalidade da família”. Portanto, simultaneamente ao desmonte e à desinstitucionalização, o governo Bolsonaro introduziu o revisionismo da própria agenda de políticas para as mulheres, agora voltada à centralidade do conceito normativo de família. Esse processo multidimensional de desconstruções se animou

e se anima pela busca por atender uma parte conservadora e religiosa do eleitorado, que passou a se dedicar a uma cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”. No capítulo de Frederico A. Barbosa da Silva, Hilyn Hueb e Raquel Moreira analisa as políticas culturais federais, incluindo a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), que foi alvo de ataques nos últimos anos no contexto de disputas ideológicas entre o governo Bolsonaro e os setores da classe artística (“guerra cultural”). Deve-se lembrar que, além dos incentivos fiscais, a lei contempla como instrumentos da política de cultura o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico.

Lei de Execução Fiscal em Minas Gerais e os controles internos As execuções fiscais, conforme relatórios do Conselho Nacional de Justiça, são um dos tipos de ação que mais assoberbam o Poder Judiciário, podendo ser consideradas uma das principais causas da morosidade desse Poder. O procedimento que rege tais ações encontra-se na Lei nº 6.830/80, o qual não tem muita eficácia para que possa ser recebido o crédito tributário, fazendo com que, ao final, o Estado tenha apenas gastos sem que possa efetivamente receber o que é devido. Pelo fato de essa lei ter mais de 40 anos, foram várias as mudanças quanto à sua interpretação, principalmente pelo Superior Tribunal de Justiça. As modificações legislativas já estão incorporadas à lei. Já quanto à interpretação pelo Poder Judiciário, serão feitas algumas considerações, citando o posicionamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre algumas situações que geram um pouco mais de dúvida. Inicialmente, dívida ativa tributária é aquela proveniente de créditos tributários que foram regularmente inscritos na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. Feita a inscrição, emite-se a CDA (certidão de dívida ativa), na qual deverão constar os requisitos previstos no art. 2º da lei. Os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 36% do total de casos pendentes e 68% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2020, apenas 13 foram baixados. Desconsiderando esses processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cairia 6,1 pontos percentuais, passando de 73% para 66,9% em 2020. O Projeto de Lei nº 4.257, de 2019, de autoria do Senador Antônio Anastasia (PSDB MG), não substituiu a Lei de Execução Fiscal, mas apenas acrescenta alguns artigos a ela, possibilitando que o executado opte pela adoção do juízo arbitral, permitindo ainda que a Fazenda Pública faça a execução administrativa da dívida, devendo ela mesma notificar o devedor e, caso não haja o pagamento, lavrar termo de penhora de bens. Somente se o devedor quiser ofertar defesa, é que deverá ajuizá-la, a qual necessita de garantia do juízo. Já o Projeto de Lei nº 6.204, de 2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), objetiva simplificar e desburocratizar a execução de títulos executivos civis, e, por conseguinte, alavancar a economia do Brasil, propõe-se um sistema normativo novo, mas já suficientemente experimentado com êxito no direito estrangeiro. Nele, o tabelião de protestos passa a ter a função de agente de execução, passando a ter poderes para realizar a execução administrativa do débito, inclusive com a prática de expropriação de bens. Caso tenha dúvidas, fará consulta ao juízo competente que as sanará. A defesa do devedor será feita através de embargos, que será judicial, mas sem necessidade de prévia segurança do juízo. Assim há a desjudicialização da execução fiscal, que passa a ser feita de forma administrativa, somente sendo levada à apreciação do Poder Judiciário caso o devedor apresente defesa. Esse projeto prevê um procedimento administrativo para cobrança da execução fiscal, diferindo dos demais, pois quem seria incumbido de realizar a execução extrajudicial seria o tabelião de protestos. Nesse sentido, visando reduzir o ajuizamento de execuções fiscais de baixo valor pelo Estado e pelos municípios mineiros, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – desenvolve desde setembro de 2014 o “Projeto Execução Fiscal Eficiente”, que busca minimizar a taxa de congestionamento das execuções fiscais no âmbito do referido Tribunal, propondo meios alternativos de cobrança menos

dispendiosas ao erário, tais como: o protesto extrajudicial, a cobrança bancária ou a conciliação¹⁴. O “Projeto Execução Fiscal Eficiente” foi implantando no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do TJMG pela Portaria Conjunta nº 373/PR/2VP/3VP/CGJ/2014 (TJMG, 2014), cujo preâmbulo destacou a necessidade de observância à Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – que prevê em seu art. 14, §3º, inciso II, a possibilidade de cancelamento do crédito que possua valor abaixo do custo da cobrança, sem que isso importe em renúncia de receita tributária; ou seja, o gasto empreendido para a cobrança deve ser superado pela quantia a receber. O projeto visa atender à determinação do CNJ de que os Tribunais implantem políticas voltadas à gestão adequada do acervo de cobranças fiscais por meio: a) da adoção de alternativas para o ajuizamento criterioso de novos processos; b) da extinção das execuções fiscais que demandem gastos superiores ao valor do próprio crédito; c) da aceleração na tramitação das execuções fiscais em curso. De acordo com uma apuração realizada pelo TJMG, à época do início do projeto, o tempo médio de tramitação de uma execução fiscal ajuizada por um município era de 4,4 anos; enquanto a cobrança fiscal de autoria do Estado tinha duração de 10,8 anos e a proposta pela União, 8,4 anos. O projeto demanda a realização de parcerias com os municípios mineiros a fim de que estes também promovam as medidas necessárias para a redução do estoque de execuções fiscais na Comarca, através da diminuição do ajuizamento de novas ações dessa natureza o que, por decorrência, favorece a maior celeridade na finalização das ações em curso¹⁶. Do mesmo modo, devem os municípios se comprometer quanto à efetivação de programas e ações juntamente com o TJMG, no intuito de promover a aceleração da atividade jurisdicional através do ajuizamento seletivo de novas execuções fiscais; bem como da triagem de processos em trâmite, em atuação simultânea com as respectivas Procuradorias Municipais; além da priorização da baixa e extinção de processos através: do reconhecimento da prescrição do crédito, quando ocorrido; do parcelamento ou do pagamento do débito. Acerca do protesto extrajudicial, conforme estudo do TJMG, no ano de 2015, enquanto os municípios conseguiam 10% de êxito na recuperação do crédito através das execuções fiscais, a cobrança administrativa mediante protesto chegaria a 80% de êxito; com o agravante de que a maior parte dos débitos executados totalizava entre R\$ 500,00 e R\$ 1 mil e o custo médio da ação perfazia R\$ 4 mil, restando nítida a desproporção entre a quantia despendida e o eventual valor a receber. Os controles internos são mecanismos formalizados por escrito que, além de minimizar os riscos operacionais e de compliance, asseguram que os relatórios e registros contábeis e financeiros reflitam precisamente as atividades e operações da organização. Os controles internos podem ser considerados eficientes e eficazes se a alta administração tiver uma segurança razoável de que os objetivos da organização estão sendo alcançados, os relatórios contábeis são preparados de maneira confiável e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos (conformidade). Não obstante a relevância das medidas de controle interno, são úteis também as auditorias específicas (*compliance audits*) que, pelo fato de serem externas e independentes, reduzem as chances de serem controladas ou manipuladas pela direção da agência. Por sua vez, a norma ISO 37001 tem como principal objetivo apoiar as agências, públicas e corporativas, na prevenção e combate ao suborno, por meio da adoção de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os riscos de suborno e a promoção de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. O sistema de gestão antissuborno pode ser implementado como um sistema separado ou como parte integrante de um sistema de gestão de compliance (nesse caso, observando as orientações da ISO 19600. O sistema de gestão antissuborno deve conter medidas concebidas para identificar e avaliar o risco, bem como prevenir, detectar e responder ao suborno. A implementação desse sistema requer liderança e comprometimento da alta direção, sendo que a política e o programa devem ser comunicados a todas as partes

interessadas (o quadro funcional, contratados, fornecedores, parceiros e colaboradores). **Conclusão** A integridade é um componente fundamental da boa governança pública, pois garante legitimidade às outras atividades de governo. Uma gestão da integridade pública bem estruturada, em que todos os sistemas (correição, controles internos, gestão da ética, dentre outros) estão adequadamente coordenados, favorece o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisões que passa a ser orientado em função de critérios técnicos, e não com base em interesses pessoais, corporativos ou político-clientelistas, o que contribui para aumentar a qualidade na prestação dos serviços públicos. As execuções fiscais acabam por assoberbar o Poder Judiciário, contribuindo muito para a morosidade na solução dos litígios. Diante disso, algumas tentativas de solucionar esse problema vêm sendo adotadas, principalmente no que diz respeito à desjudicialização das execuções fiscais, possibilitando a cobrança do crédito tributário de forma administrativa. A relação entre administração pública e governança, portanto, deve ser compreendida da seguinte forma: enquanto a administração pública constitui as técnicas gerenciais aplicadas ao setor público e que, em grande parte de sua história, isolou a política de suas propostas, a governança constitui um novo modelo de gestão que pode retratar desde a relação que o Estado estabelece com a sociedade para formular e implementar políticas públicas até a definição mais específica de todo um aparato administrativo para a implementação de suas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Manual para implementação de programas de integridade. Brasília: CGU, 2017.
- MARTÍN, Adán Nieto (Coord). Manual de cumprimento normativo e responsabilidade penal das pessoas jurídicas. 1.ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018, p.29.
- MATIAS-PEREIRA, J. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 263 p.
- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479- 499, maio/jun. 2006.
- RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia. Emancipação, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2011.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 19600:2014 – Compliance management systems – Guidelines. Genève: ISO, 2014.
- BRASIL. Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 2013.
- CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Plano anticorrupção: Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.
- BERMEO, N. On democratic backsliding. Journal of Democracy, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016.

WALDNER, D.; LUST, E. Unwelcome change: coming to terms with democratic backsliding. *Annual Review of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 93-113, 2018.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. *Backsliding: Democratic regress in the contemporary world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SILVA, F. A. B.; CARDOSO JUNIOR, J. C. Assédio institucional no setor público e o processo de desconstrução da democracia e do republicanismo no Brasil de Bolsonaro. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. et al. (Org.). *Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea; Eduepb, 2022.

BAUER, M.W. A conceptual framework for the comparative analysis of policy change: measurement, explanation and strategies of policy dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 16, n. 1, p. 28-44, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). Portaria Conjunta nº 373/PR/2VP/3VP/CGJ, de 4 de setembro de 2014. Institui, no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais, o “Projeto Execução Fiscal Eficiente”. Diário do Judiciário eletrônico, Belo Horizonte, MG, 9 set. 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. TJMG, TCEMG e Prefeituras - Parceria Para a Execução Fiscal Eficiente (Portaria Conjunta nº 373, de 2014). Belo Horizonte, 2015.
BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Ações e Programas. Execução Fiscal Eficiente*. Belo Horizonte, 2017.

GARCÍA CAVERO, Percy. *Criminal compliance*. Lima: Palestra, 2014.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). *ISO 37001:2016 – Anti bribery management systems – Requirements with guidance for use*. Genève: ISO, 2015.

O SISTEMA ONR E A DIGITALIZAÇÃO DO SERVIÇO NOTARIAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE O PRISMA DA PROTEÇÃO DE DADOS

Regiane Priscilla Monteiro Gonçalves¹²¹
Isabella Cristina Nunes¹²²

O objetivo deste trabalho é compreender um pouco mais sobre o sistema ONR¹²³ especialmente na sua real contribuição ao princípio da publicidade¹²⁴ nas relações de Direito Real. Considerando que a expedição de certidões por notários e registradores está instituída no artigo 6º da lei 8.935/94¹²⁵ e no artigo 19 da lei 6.015/73, conjuntamente. A sistemática instituída no direito notarial e registral vem tendo diversas mudanças nos últimos dois anos, passando a voltar sua atenção à tutela da Lei Geral de Proteção de Dados, a qual trouxe a imposição de determinados princípios, garantias e deveres ao agente responsável pelo tratamento e coleta dos dados pessoais. No presente estudo iremos nos concentrar nos Cartórios Notariais e Registrais, sobretudo, na análise da proteção à privacidade, da proteção de dados (incluindo os dados sensíveis) à luz das novas tecnologias das informações. Historicamente, os tabeliães de notas exercem a função de redatores e conservadores dos documentos que consignam a manifestação da vontade dirigida a criar, modificar ou extinguir direitos. Consequentemente atribuir à responsabilidade da guarda e conservação dos documentos, e até mesmo a expedição de cópias fidedignas do conteúdo desses instrumentos públicos¹²⁶. Os artigos 217 do Código Civil e 425, II do Código de Processo Civil determinam que as certidões extraídas dos instrumentos arquivados pelo tabelião terão a mesma força probante que os originais. Neste contexto como poderá ser contextualizada o acesso e a não violação do espaço privado do sujeito e da sua esfera de atuação do exercício de seus direitos e deveres, podem ser exercidos dentro dos ditames traçados pelo ONR? Após o desenvolvimento de pesquisas doutrinárias a respeito do tema, encontra-se casos práticos que auxiliam em enxergar como o direito brasileiro vem tratando do tema, mesmo que seja algo inovador. O tema ganha ainda mais importância quando se evidencia o caráter fundamental de seus elementos para a vida humana. Não apenas do direito à privacidade é indispensável para as pessoas, como também a própria publicidade que deve ser conferida à toda propriedade privada. A metodologia a ser utilizada à clássica da pesquisa em doutrinas,

¹²¹ Docente do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – Email: goncalves.regiane@estacio.br

¹²² Discente do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte - Email: nunes.27bella@gmail.com

¹²³ Operador Nacional do Registro de Imóveis eletrônico denominado ONR, foi criado pela Lei Federal 13.465/2017 e tem por finalidade implementar e operar o SREI – Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no país. No âmbito da Corregedoria Nacional, a Coordenadoria de Gestão dos Serviços Notariais e de Registro (CONR) exerce as atribuições de secretária executiva no Agente Regulador do ONR. Disponível no site CNPJ <https://www.cnpj.jus.br/corregedoriacnj/extrajudicial/agente-regulador-do-onr/#:~:text=O%20Operador%20Nacional%20do%20Servi%C3%A7o,Eletr%C3%B4nico%20de%20Im%C3%B3veis%20no%20pa%C3%ADs.>

¹²⁴ Neste cenário, a aplicação da captação de dados e de seu compartilhamento se atrela à publicidade dos atos relacionados à transparência do ato. Este, atrela-se à fomentação jurídica, não se admitindo elementos de ambiguidade ou obscuridade. Assim, nenhum ato se manterá em sigilo perante ao fomento social, possibilitando o acesso pleno de terceiros, ainda que constem em tais atos dados vinculados e pessoais de seus contratantes, opositores e demais entes atuantes. (NALINI, 2011)

¹²⁵ Lei 8.935/95: “Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução.”

¹²⁶ Sarlet, Info Wolfgang. O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais na Constituição Federal Brasileira de 1988. Privacy and Data Protection Magazine - Revista Científica na área jurídica, n. 01, 2021, online. Disponível aqui. (Acesso em 4 Março 2024)

como também da existência de casos práticos e conflituosos sobre tema, somada à artigos disponíveis na internet. As reflexões acerca das relações estabelecidas configuram o presente artigo e a terceira fase da pesquisa. A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa quanto à abordagem do problema foi a qualitativa e quanto à técnica foi a pesquisa bibliográfica. A conclusão primária obtida foi a de que devemos buscar o correto enquadramento das bases legais da LGPD, nas atividades desenvolvidas pelas serventias extrajudiciais, bem como a revisão de atos e documentos em conformidade com a lei protetiva, especialmente quando no uso de sistemas como o ONR. Uma completa integração sistêmica, facilitando-se a consulta aos registros em todo o país é parte do projeto a ser implementado pelo ONR, especialmente o de buscar ampliar o acesso das informações, especialmente ao Poder Público, pode contribuir para um maior eficácia do mapeamento até mesmo de imóveis que não cumprem sua função social. Isto posto considerando, à guisa de conclusão sumária, entende-se que a criação e implantação do Sistema Nacional de Registro de Imóveis Eletrônico (SREI) e do Operador Nacional de Registro (ONR), em respeito ao princípio da Supremacia do Interesse Público, possuem amparo constitucional pela interpretação teleológica a ser dada ao comando do § 4.º do art.103-B[21] e 236 da CF/88. Devemos assim acima de tudo, buscar cumprir as funções atribuídas, mas sem que isso acabe por ferir o que hoje tratamos no patamar de direito fundamental, que é o sigilo das informações obtidas por meio deste acessos.

Palavras-chave: ONR, LGP, direito à informação e serventia notarial.

REFERÊNCIAS

ANOREG (Associação de Notários e Registradores de Goiás). Implementação da LGPD nos cartórios, significa o fortalecimento das relações democráticas com o cidadão. Disponível em:

<https://www.anoreg.org.br/site/implementacao-da-lgpdnoscarterios-significa-o-fortalecimento-das-relacoes-democraticas-com-ocidadao/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 Abril. 2024

BRASIL, Assembleia Legislativa. Lei 13.709/2018. Regulamenta a proteção de dados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto2018-787077-publicacaooriginal-156212-pl.html>. Acesso em: 20 Abril 2024.

BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CNB (Colégio Notarial do Brasil) A Publicidade versus privacidade no sistema notarial e registral: uma análise da nova lei geral de proteção de dados e suas repercussões jurídicas na democracia. Disponível em:

<https://www.notariado.org.br/artigo-a-publicidade-versus-privacidade-nosistema-notarial-e-registral-uma-analise-da-nova-lei-geral-de-protecao-de-dadose-suasrepercussoes-juridicas-na-democracia-por-adriano-santana/>. Acesso em 28 abr. 2024.

DE SIQUEIRA, Graciano Pinheiro. ONR: Natureza Jurídica do Operador Nacional do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico–ONR. 2019.

NALINI, José Renato. Os princípios do direito registral brasileiro e seus efeitos. Direito Imobiliário Brasileiro: Coord. Alexandre Guerra e Marcelo Benacchio, São Paulo, 2011.

NALINI, José Renato. Medida Provisória n.º 756, de 22 de dezembro de 2016.

NALINI, José Renato. Lei n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994.

PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO E DISPENSA DE EMPREGADO PÚBLICO CONCURSADO

Uma análise do Recurso Extraordinário (RE) 688267 de 2024 do STF

Daniele Gonçalves dos Santos¹²⁷

Carolline Leal Ribas¹²⁸

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer um cotejamento entre o regime jurídico dos servidores públicos estatutários e os empregados públicos à luz da Constituição Federal de 1988, tendo como parâmetro a regra do concurso público para ingresso na Administração Pública e a estabilidade elencada no art. 41, § 1º, II, da Constituição Federal de 1988. Para tanto, recorre-se à metodologia de revisão bibliográfica e estudo de caso do Recurso Extraordinário (RE) 688267, julgado no mês de fevereiro de 2024. Sabe-se que servidores públicos concursados são aqueles que ocupam cargos efetivos, em virtude de aprovação em concurso público. Dessa forma, o regime jurídico dos servidores públicos federais é estabelecido pela Lei nº 8.112/90, que prevê normas sobre provimento, vacância, remuneração, licenças, aposentadoria, entre outros aspectos. Já empregados públicos são regidos pela CLT e ocupam cargos de natureza temporária ou permanente em empresas estatais e sociedades de economia mista. Essa distinção é crucial para determinar o regime jurídico aplicável a cada categoria e seus direitos e deveres. A Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos e deveres dos servidores públicos, garantindo-lhes, por exemplo, a estabilidade após três anos de efetivo exercício, salvo em hipóteses excepcionais previstas no art. 41, § 1º, II, da CF/88. Já os empregados públicos têm seus direitos e deveres regidos pela CLT, embora também possam ter sido aprovados em concurso público. O principal ponto de distinção entre o cargo e o emprego público refere-se ao fato de os empregados públicos, mesmo concursados, poderem ser dispensados sem justa causa de empresas públicas e sociedades de economia mista, onde exercem suas atividades. A dispensa de empregado público concursado é um tema complexo que envolve a intersecção entre a legislação trabalhista e o regime jurídico dos servidores públicos. Tal demanda foi levada ao Supremo Tribunal Federal, por meio do Recurso Extraordinário (RE) 688267, e em fevereiro de 2024 a Corte Suprema definiu que é possível a dispensa sem justa causa do empregado público mesmo sem processo administrativo. Porém, o empregado tem o direito de saber o motivo pelo qual está sendo dispensado, por exemplo, se é por descumprimento de metas, insuficiência de desempenho, cortes orçamentários, dentre outros. Assim, faz-se necessária a indicação por escrito dos motivos da dispensa, mesmo sem prévio processo administrativo ou contraditório. O caso foi originado de demandas de ex-empregados do Banco do Brasil, concursados, que foram dispensados sem justa causa. Os ex-empregados ajuizaram ações na Justiça trabalhista pleiteando reintegração ao emprego, pelo entendimento de que o regime de trabalho dos empregados do banco é o mesmo do pessoal de empresas privadas, não havendo como atribuir aos empregados públicos a qualidade de servidor público capaz de submetê-lo às normas do direito administrativo. Se não bastasse, o artigo 173, §1º, inciso II, da Constituição submete as empresas públicas e sociedades de economia mista ao regime jurídico das empresas privadas. Dessa forma, embora haja exigência de aprovação em concurso público para ocupar empregos públicos em empresas públicas ou sociedades de economia mista, elas não perdem o direito de dispensar seus empregados sem justa causa,

¹²⁷ Discente da Estácio BH - E mail.: carollinelr@hotmail.com

¹²⁸ E-mail.: carollinelr@hotmail.com

como fazem as empresas da iniciativa privada. Nesse sentido, assim fora fixada a seguinte tese pelo STF:

As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2024).

Dessa forma, verifica-se que, embora os empregados públicos concursados possam ser dispensados, a Administração Indireta deve motivar os motivos da dispensa, promovendo a transparência e permitindo que os cidadãos compreendam os motivos por trás da decisão e avaliem sua legitimidade. Se não bastasse, a exigência de justificativa para a dispensa ajuda a prevenir abusos e arbitrariedades por parte da Administração Pública Indireta, o que pode proteger empregados públicos concursados de dispensas injustas ou motivadas por razões políticas, pessoais ou discriminatórias. Ademais, a devida motivação do ato de gestão pode fornecer insights sobre questões de desempenho, competência ou necessidades organizacionais. Isso permite que a Administração avalie e ajuste sua força de trabalho de forma mais eficaz, garantindo a alocação adequada de recursos humanos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário (RE) 688267. Brasília, DF, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4245763>. Acesso em 21 abr. 2024

PRINCÍPIOS DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA ANALISADOS À LUZ DO RACISMO ESTRUTURAL

Cláudia Pires Vieira¹²⁹

Alan de Matos Jorge¹³⁰

Nucineia Gomes e Silva¹³¹

Aline Michelle Sima¹³²

Alyne Massensini Figueiredo¹³³

O sistema tributário brasileiro atual produz uma série de distorções que acabam trazendo repercussões em questões relativas a consumo, raça, gênero, pobreza e potencialização das desigualdades sociais. Tal percepção fática se dá, pois o sistema de tributação de bens de consumo onera sobremaneira o custo de vida da população, especialmente daqueles sujeitos que são atravessados por marcadores sociais, como classe, gênero e raça. Neste sentido, a tributação onera ainda mais pesadamente o custo de vida da mulher pobre, preta e periférica, tendo em vista que ela é vítima de todo um conjunto normativo tributário que não leva em consideração as especificidades de determinados grupos. Pensar, por exemplo, a questão racial na fixação da tributação é se dispor a compreender as relações que permeiam a vida em sociedade. Embora a raça tenha se constituído como um conceito que carrega forte carga fenotípica, o seu assento está, sobretudo na conformação das relações que se estabelecem na sociedade. Raça é um elemento relacional, isto é, deriva das relações estabelecidas social, política, economicamente e culturalmente. Assim, o elemento raça é importante e até mesmo determinante para se compreender o modo como as sociedades se articulam em torno do poder. No caso da tributação, o elemento raça permite algumas reflexões sobre como este marcador social influenciou (e influencia até hoje) o poder de tributar do Estado. A Constituição Federal de 1988 privilegia o princípio da isonomia, inclusive pela via da tributação. No entanto, pela sistemática tributária existente atualmente, o sistema enfatiza o consumo como principal elemento arrecadador de receitas para o Estado e as pessoas negras (especialmente as mulheres) reverterem toda ou grande parte de sua renda para esta finalidade. Ainda que se trabalhe, no campo da tributação, com o viés de um tratamento desigual dos indivíduos que se apresentem em situações desiguais, existe uma grande camada da sociedade, notadamente aquela atravessada por marcadores sociais, que acaba imobilizada, exatamente por ser o grupo minoritário politicamente. Quando se trabalha a ideia de justiça fiscal, parte-se do marco de que os todos os contribuintes devem repartir entre si o ônus da tributação com base em sua capacidade contributiva, mas levando-se também em conta as desigualdades existentes entre esses mesmos contribuintes, principalmente aquelas ocasionadas pelo atravessamento de marcadores sociais. Não levar este aspecto em consideração, principalmente no Direito Tributário, pode significar uma negativa fática envolvendo a constatação de que há grupos sociais que sofrem de maneira bem mais acentuada os efeitos da tributação. Nosso sistema tributário tem caráter regressivo, isto é, determinados tributos são cobrados em um mesmo percentual para todos, desconsiderando-se a capacidade contributiva de cada sujeito e sem levar em conta os marcadores sociais que os atravessam. Desta forma, a realidade revela que quem tem maior renda tem capacidade de pagar os tributos devidos e ainda investir boa parte de sua renda, mas aquele que tem uma

¹²⁹ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. cacaupivi@gmail.com

¹³⁰ Docente – Faculdade Estácio de Sá. alanmatosjorge@gmail.com

¹³¹ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. nucineiasilva@gmail.com

¹³² Discente- Curso: Direito – Venda Nova. linesima@gmail.com

¹³³ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. alynemassensinifigueiredo@gmail.com

renda menor (ou mesmo não possui renda), utiliza quase tudo que tem para consumir os produtos e serviços indispensáveis à sua sobrevivência. Por outro lado, admitir e entender a influência dos marcadores sociais, especialmente na tributação, pode contribuir para o estudo, análise e oferecimento de soluções que visam apresentar correções em inúmeras distorções discriminatórias que impedem a plena implementação da justiça fiscal na tributação brasileira. Desta forma, a presente pesquisa possui como objetivo geral a necessária compreensão técnica sobre a relação existente entre tributação e raça. No campo dos objetivos específicos, a presente pesquisa possibilitará aos discentes a compreensão de como o marcador social raça influencia o Direito Tributário e a própria tributação em si. Com base nos estudos propostos, objetiva-se responder à seguinte pergunta: **As noções que temos atualmente sobre os princípios constitucionais da isonomia tributária e da capacidade contributiva permanecem as mesmas se estes princípios forem analisados à luz do racismo estrutural?** Para o cumprimento dos objetivos traçados, a pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente através de pesquisa bibliográfica exploratória de autores que já abordaram, até o momento, o tema. Os resultados preliminares obtidos até o momento nos levam a uma negativa para a questão central da pesquisa. O que se percebe é que o sistema tributário brasileiro, ao ter sua maior incidência sobre o consumo, não considera os princípios da capacidade contributiva e da isonomia, e acaba se constituindo em instrumento para a perpetuação das desigualdades sociais e do racismo estrutural. Historicamente, a população negra, recebe os menores salários e, como utiliza a maior parte de sua renda, senão toda ela, para consumir bens e serviços, acaba ficando com a obrigação de arcar com um alto pagamento de tributos, dada a regressividade no sistema tributário brasileiro. Este sistema, majoritariamente regressivo, impede que a população pobre e negra pague os tributos segundo a sua capacidade econômica, pois os impostos já estão embutidos nos produtos e serviços que consome. Por outro lado, a população branca e rica não tem a maioria de seus rendimentos, e muitas vezes nem seu patrimônio, devidamente tributados. Isto porque, além do sistema tributário brasileiro ser majoritariamente regressivo, quando se analisa a cobrança progressiva, vê-se que a tributação sobre a renda é suave e moderada, em especial sobre os rendimentos do capital, representados eminentemente pelos lucros e dividendos, que são, em sua maioria, isentos de tributação no Brasil.

Palavras-chave: princípios; isonomia; capacidade; racismo

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CAMPEDELLI, Laura Romano; BOSSA, Gisele Barra. O efeito perverso da regressividade no sistema tributário brasileiro. Conjur. Divulgado em 06 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-06/efeito-perverso-regressividade-sistematributario-brasileiro>. Acesso em: abril de 2023

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no Direito Tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTOS, Maria Angélica dos. Tributação e Raça: fabulações tributárias – uma imersão na teoria racial crítica do direito tributário. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2019.

SISTEMA TRIBUTÁRIO COMO INDUTOR DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Alan de Matos Jorge¹³⁴
Aline Michelle Sima¹³⁵
Alyne Massensini Figueiredo¹³⁶
Cláudia Pires Vieira¹³⁷
Nucineia Gomes e Silva¹³⁸

O sistema tributário brasileiro atual produz uma série de distorções que acabam trazendo repercussões em questões relativas a consumo, raça, gênero, pobreza e potencialização das desigualdades sociais. Tal percepção fática se dá, pois o sistema de tributação de bens de consumo onera sobremaneira o custo de vida da população, especialmente daqueles sujeitos que são atravessados por marcadores sociais, como classe, gênero e raça. Neste sentido, a tributação onera ainda mais pesadamente o custo de vida da mulher pobre, preta e periférica, tendo em vista que ela é vítima de todo um conjunto normativo tributário que não leva em consideração as especificidades de determinados grupos. Pensar, por exemplo, a questão racial na fixação da tributação é se dispor a compreender as relações que permeiam a vida em sociedade. Embora a raça tenha se constituído como um conceito que carrega forte carga fenotípica, o seu assento está, sobretudo na conformação das relações que se estabelecem na sociedade. Raça é um elemento relacional, isto é, deriva das relações estabelecidas social, política, economicamente e culturalmente. Assim, o elemento raça é importante e até mesmo determinante para se compreender o modo como as sociedades se articulam em torno do poder. No caso da tributação, o elemento raça permite algumas reflexões sobre como este marcador social influenciou (e influencia até hoje) o poder de tributar do Estado. A Constituição Federal de 1988 privilegia o princípio da isonomia, inclusive pela via da tributação. No entanto, pela sistemática tributária existente atualmente, o sistema enfatiza o consumo como principal elemento arrecadador de receitas para o Estado e as pessoas negras (especialmente as mulheres) reverterem toda ou grande parte de sua renda para esta finalidade. Ainda que se trabalhe, no campo da tributação, com o viés de um tratamento desigual dos indivíduos que se apresentem em situações desiguais, existe uma grande camada da sociedade, notadamente aquela atravessada por marcadores sociais, que acaba imobilizada, exatamente por ser o grupo minoritário politicamente. Quando se trabalha a ideia de justiça fiscal, parte-se do marco de que os todos os contribuintes devem repartir entre si o ônus da tributação com base em sua capacidade contributiva, mas levando-se também em conta as desigualdades existentes entre esses mesmos contribuintes, principalmente aquelas ocasionadas pelo atravessamento de marcadores sociais. Não levar este aspecto em consideração, principalmente no Direito Tributário, pode significar uma negativa fática envolvendo a constatação de que há grupos sociais que sofrem de maneira bem mais acentuada os efeitos da tributação. Nosso sistema tributário tem caráter regressivo, isto é, determinados tributos são cobrados em um mesmo percentual para todos, desconsiderando-se a capacidade contributiva de cada sujeito e sem levar em conta os marcadores sociais que os atravessam. Desta forma, a realidade revela que quem tem maior renda tem capacidade de pagar os tributos devidos e ainda investir boa parte de sua renda, mas aquele que tem uma

¹³⁴ Docente – Faculdade Estácio de Sá. alanmatosjorge@gmail.com

¹³⁵ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. linesima@gmail.com

¹³⁶ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. alynemassensinifigueiredo@gmail.com

¹³⁷ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. cacaupivi@gmail.com

¹³⁸ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. nucineiasilva@gmail.com

renda menor (ou mesmo não possui renda), utiliza quase tudo que tem para consumir os produtos e serviços indispensáveis à sua sobrevivência. Por outro lado, admitir e entender a influência dos marcadores sociais, especialmente na tributação, pode contribuir para o estudo, análise e oferecimento de soluções que visam apresentar correções em inúmeras distorções discriminatórias que impedem a plena implementação da justiça fiscal na tributação brasileira. Desta forma, a presente pesquisa possui como objetivo geral a necessária compreensão técnica sobre a relação existente entre tributação e raça. No campo dos objetivos específicos, a presente pesquisa possibilitará aos discentes a compreensão de como o marcador social raça influencia o Direito Tributário e a própria tributação em si. Com base nos estudos propostos, objetiva-se responder à seguinte pergunta: O sistema tributário brasileiro é indutor de discriminação racial? Para o cumprimento dos objetivos traçados, a pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente através de pesquisa bibliográfica exploratória de autores que já abordaram, até o momento, o tema. A pesquisa ainda está em desenvolvimento, mas alguns resultados já podem ser apresentados. Com o desenvolvimento da pesquisa, constata-se que a relação entre sistema tributário e discriminação é complexa e pode variar dependendo do contexto político, social e econômico de cada país. Alguns pontos de discussão comuns incluem: Impacto nos Grupos Sociais: As pesquisas demonstram como determinados grupos sociais são afetados de maneira desproporcional pelo sistema tributário. Isso pode incluir análises sobre a carga tributária em diferentes faixas de renda, bem como a forma como certas políticas fiscais impactam minorias étnicas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros. Equidade e Justiça Fiscal: O debate sobre a equidade do sistema tributário muitas vezes está relacionado à ideia de justiça fiscal. O sistema tributário atual contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas. Incentivos e Desincentivos: O sistema tributário pode criar incentivos ou desincentivos para determinados comportamentos econômicos. Por exemplo, subsídios fiscais específicos podem favorecer certas indústrias ou setores em detrimento de outros, potencialmente exacerbando disparidades já existentes.

Palavras-chave: tributação; discriminação; racial

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CAMPEDELLI, Laura Romano; BOSSA, Gisele Barra. O efeito perverso da regressividade no sistema tributário brasileiro. Conjur. Divulgado em 06 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-06/efeito-perverso-regressividade-sistematributario-brasileiro>. Acesso em: abril de 2023

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no Direito Tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTOS, Maria Angélica dos. Tributação e Raça: fabulações tributárias – uma imersão na teoria racial crítica do direito tributário. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Habeas Corpus Pimentel Raimundo Silva

Priscilla Oliveira ¹³⁹

TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA:. O HC 565139/SP refere-se a um habeas corpus de tráfico de drogas e condutas afins impetrado pelo advogado Rafael Yamashita Alves de Mello em favor de Vinicius Ferreira da Silva, indivíduo que teve sua prisão preventiva decretada. O caso foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de São Paulo. O processo foi atribuído ao Ministro João Otávio de Noronha, da Quinta Turma. O documento foi recebido pelo STJ em 05/03/2020 às 17:50:57, com o número de sequência 4539960. Esse resumo expandido vem apresentar os principais argumentos das partes envolvidas, bem como o entendimento do tribunal sobre o assunto. **REFERENCIAL TEÓRICO:.** O habeas corpus é uma garantia constitucional que protege a liberdade individual. De acordo com o artigo V, artigo LXVIII, da Constituição Federal de 1988, a maior parte das normas e regulamentos relativos ao habeas corpus está prevista nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal. Esta doutrina é um acontecimento importante no surgimento deste instrumento, pelo menos da mesma forma que a introdução do habeas corpus na Carta Magna de 1215, concedido em Inglaterra pelo hoje rei João Sem Terra. O primeiro dispositivo legal contendo cláusula de habeas corpus foi o artigo 340 do Código de Processo Penal de 1832, que afirma que “todo cidadão que perceber que ele ou qualquer outra pessoa foi preso ilegalmente ou teve sua liberdade restringida tem o direito de requerer habeas corpus”. Para pedido de habeas corpus O Supremo Tribunal Federal (STF) desempenha um papel importante na garantia dos direitos individuais e constitucionais. O STJ é responsável por julgar recursos especiais e ordinários que envolvam a interpretação de leis federais. As audiências de habeas corpus no STJ seguem metodologia específica, incluindo análise do Relator e demais Ministros do Judiciário. Caso seus direitos constitucionais tenham sido violados, você pode recorrer ao Supremo Tribunal da República Federal (STF). **METODOLOGIA:.** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil é um órgão do sistema judiciário responsável por julgar recursos especiais e ordinários que envolvam a interpretação da lei federal. Além disso, o STJ também desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos individuais e constitucionais dos cidadãos, inclusive no que se refere à concessão do habeas corpus. O habeas corpus é uma garantia constitucional que protege a liberdade individual de quem sofre ou está ameaçado de sofrer violência ou coação por parte do Estado ou de terceiros. Por meio desse instrumento, é possível requerer a soltura de uma pessoa presa ilegalmente, a transferência de um detento para outra unidade prisional, ou ainda a cessação de uma condição que configure constrangimento ilegal à liberdade. No STJ, o julgamento de habeas corpus ocorre por meio de uma metodologia específica. Primeiramente, o pedido é analisado por um ministro relator, que é responsável por examinar os argumentos apresentados pelo impetrante, pela autoridade coatora (aquela que está praticando a violência ou coação) e pelo Ministério Público. O relator, então, elabora um relatório do caso e apresenta seu voto, no qual pode conceder ou negar o habeas corpus. Esse voto é submetido à apreciação dos demais ministros da respectiva turma julgadora, que podem acompanhar ou divergir do relator. Em caso de empate, prevalece a situação mais favorável ao paciente. Cabe ressaltar que, em algumas situações excepcionais, o presidente da turma pode proferir uma decisão monocrática, ou seja, decidir sozinho sobre o habeas corpus, sem necessidade de submetê-lo ao colegiado. É importante destacar que o STJ é a última instância para julgamento de recursos que envolvem matéria

¹³⁹ Discente da Estácio BH E-mail: shirleypimentelraimundo@gmail.com

infraconstitucional, ou seja, questões que não estão relacionadas diretamente com a violação de dispositivos da Constituição Federal. Em casos nos quais se discute a violação de direitos constitucionais, existe a possibilidade de interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que é a última instância do sistema judicial brasileiro para matérias constitucionais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:.** No caso em questão, o paciente foi denunciado pelo Ministério Público por suposta prática de um crime de estelionato. O juiz de primeira instância decretou a prisão preventiva do acusado, fundamentando-a na gravidade do crime, na necessidade de garantir a ordem pública e na conveniência da instrução criminal. A defesa do paciente impetrou um habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), alegando a ausência de fundamentação da prisão preventiva. Segundo a defesa, não havia elementos concretos que justificassem a decretação da prisão, tais como a existência de risco de fuga, de reiteração delitiva ou de obstrução à investigação. O TJSP negou o pedido de habeas corpus, entendendo que a prisão preventiva foi fundamentada de maneira adequada e em conformidade com a legislação processual penal. Alegou-se que a gravidade do crime, a suposta participação ativa do paciente no esquema fraudulento e a necessidade de preservar a ordem pública eram suficientes para justificar a prisão cautelar. Insatisfeita com a decisão do TJSP, a defesa impetrou um novo habeas corpus, desta vez perante o STJ. Para tanto, sustentou a inadequação da prisão preventiva como medida para garantir a ordem pública, uma vez que o paciente era réu primário, possuía endereço fixo e profissão lícita, não apresentando qualquer indicativo de periculosidade. No julgamento do habeas corpus, o STJ considerou que a prisão preventiva do paciente era necessária para garantir a ordem pública e a instrução criminal. O tribunal entendeu que a gravidade do crime, combinada com a existência de indícios suficientes de participação do paciente, justificava a privação da liberdade como forma de prevenir a reiteração delitiva e assegurar a eficácia da persecução penal. Assim, o STJ manteve a prisão preventiva do paciente, nos termos da decisão proferida pelo TJSP, entendendo que a medida era adequada e proporcional diante das circunstâncias do caso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:.** No presente caso, foram apresentadas diversas alegações pelas partes envolvidas e analisadas com cuidado todas as provas e argumentos apresentados. Após uma análise minuciosa do caso, conclui-se que a decisão a ser proferida deve levar em consideração os princípios constitucionais e legais aplicáveis, buscando sempre a justiça e a equidade. Durante o processo, foram levantadas questões relativas ao direito, à moralidade, ao interesse público e aos direitos individuais envolvidos. Levando em conta todos esses aspectos, chegamos a uma conclusão que visa o bem-estar da sociedade e a garantia dos direitos das partes envolvidas. Considerando todos os argumentos apresentados, a decisão a ser proferida deve ser baseada nos fatos e nas leis aplicáveis ao caso, buscando sempre uma solução que preserve os direitos e interesses de todas as partes envolvidas. Portanto, há de se esperar que a decisão final seja justa e equilibrada, levando em consideração todos os aspectos deste caso específico e respeitando os direitos das partes envolvidas.

Palavras-chave: Habeas Corpus, STJ, crime, prisão.

TRIBUTAÇÃO E GÊNERO

Alyne Massensini Figueiredo¹⁴⁰Alan de Matos Jorge¹⁴¹Nucineia Gomes e Silva¹⁴²Cláudia Pires Vieira¹⁴³Aline Michelle Sima¹⁴⁴

O sistema tributário brasileiro atual produz uma série de distorções que acabam trazendo repercussões em questões relativas a consumo, raça, gênero, pobreza e potencialização das desigualdades sociais. Tal percepção fática se dá, pois o sistema de tributação de bens de consumo onera sobremaneira o custo de vida da população, especialmente daqueles sujeitos que são atravessados por marcadores sociais, como classe, gênero e raça. Neste sentido, a tributação onera ainda mais pesadamente o custo de vida da mulher pobre, preta e periférica, tendo em vista que ela é vítima de todo um conjunto normativo tributário que não leva em consideração as especificidades de determinados grupos. Ao contrário, o marcador social gênero (ao lado do marcador raça) tem intensificado as desigualdades em nosso país. No caso do consumo, por exemplo, todos pagam a mesma alíquota independente da renda. Assim, a situação é mais gravosa para a população de baixa renda, o que intensifica as desigualdades sociais. Assim, o elemento gênero é importante e até mesmo determinante para se compreender o modo como as sociedades se articulam em torno do poder. No caso da tributação, o elemento gênero permite algumas reflexões sobre como este marcador social influenciou (e influencia até hoje) o poder de tributar do Estado. A Constituição Federal de 1988 privilegia o princípio da isonomia, inclusive pela via da tributação. No entanto, pela sistemática tributária existente atualmente, o sistema enfatiza o consumo como principal elemento arrecadador de receitas para o Estado e as mulheres (especialmente negras) reverterem toda ou grande parte de sua renda para esta finalidade. Nosso sistema tributário tem caráter regressivo, isto é, determinados tributos são cobrados em um mesmo percentual para todos, desconsiderando-se a capacidade contributiva de cada sujeito e sem levar em conta os marcadores sociais que os atravessam. Desta forma, a realidade revela que quem tem maior renda tem capacidade de pagar os tributos devidos e ainda investir boa parte de sua renda, mas aquele que tem uma renda menor (ou mesmo não possui renda), utiliza quase tudo que tem para consumir os produtos e serviços indispensáveis à sua sobrevivência. Por outro lado, admitir e entender a influência dos marcadores sociais, especialmente na tributação, pode contribuir para o estudo, análise e oferecimento de soluções que visam apresentar correções em inúmeras distorções discriminatórias que impedem a plena implementação da justiça fiscal na tributação brasileira. Desta forma, a presente pesquisa possui como objetivo geral a necessária compreensão técnica sobre a relação existente entre tributação e gênero. No campo dos objetivos específicos, a presente pesquisa possibilitará aos discentes a compreensão de como o marcador social gênero influencia o Direito Tributário e a própria tributação em si. Com base nos estudos propostos, objetiva-se responder às seguintes perguntas: 1). Existe relação entre tributação e gênero? 2). Se a resposta ao item anterior for positiva, como o sistema tributário brasileiro atual é influenciado pelo marcador gênero? Para

¹⁴⁰ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. alynemassensinifigueiredo@gmail.com

¹⁴¹ Docente – Faculdade Estácio de Sá. alanmatosjorge@gmail.com

¹⁴² Discente- Curso: Direito – Venda Nova. nucineiasilva@gmail.com

¹⁴³ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. cacaupivi@gmail.com

¹⁴⁴ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. linesima@gmail.com

o cumprimento dos objetivos traçados, a pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente através de pesquisa bibliográfica exploratória de autores que já abordaram, até o momento, o tema. De maneira preliminar, é possível concluir que, à luz da legislação brasileira, as normas (aspecto formal) são cristalinas ao que diz que, inexistente no Brasil distinção de gênero, em qualquer aspecto. A Constituição Federal, em seu artigo 3º inciso IV, diz que um dos objetivos fundamentais da República do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ainda na constituição, na sessão sobre voltada exclusivamente para a tributação, no artigo 150 inciso II, é previsto que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos. Entretanto, a realidade da sociedade brasileira diverge, no aspecto material, daquilo que é exposto em norma. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, as mulheres no Brasil ganharam, em relação ao salário, 20,5% a menos que os homens, já em 2022, em ano de pandemia, esse número aumentou para 22%. Esses são apenas alguns dos vários dados

que tratam sobre a desigualdade da mulher no Brasil. Em todos os aspectos, ainda hoje, as mulheres são atingidas de maneira extremamente negativa pela desigualdade de gênero. Como observado, mulheres recebem menos, mulheres têm menos oportunidade de emprego mesmo sendo a maioria com alto grau de escolaridade, mulheres são a maioria como provedoras da família, e ainda mulheres pagam mais caro em produtos, unicamente por serem mulheres. A afirmativa acima refere-se a chamada “Pink tax” ou taxa rosa, que pode ser definida como uma prática de mercado em que produtos oferecidos ao público feminino são mais caros em comparação aos mesmos produtos direcionados ao público masculino. Por todo o aqui exposto, é possível concluir que devido o nosso sistema tributário possuir caráter regressivo, uma vez que determinados tributos são cobrados no mesmo percentual para todos, e considerando que ainda hoje no Brasil homem e mulher não estão no mesmo patamar de renda, a tributação onera de maneira muito pesada sobre o custo de vida da mulher, e por isso não se faz possível estabelecer uma plena igualdade se homem e mulher são tratados de maneira tão desigual no aspecto de renda.

Palavras-chave: tributação; gênero; influencia

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CAMPEDELLI, Laura Romano; BOSSA, Gisele Barra. O efeito perverso da regressividade no sistema tributário brasileiro. Conjur. Divulgado em 06 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-06/efeito-perverso-regressividade-sistematributario-brasileiro>. Acesso em: abril de 2023

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no Direito Tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTOS, Maria Angélica dos. Tributação e Raça: fabulações tributárias – uma imersão na

teoria racial crítica do direito tributário. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRIBUTAÇÃO E RAÇA

Alan de Matos Jorge¹⁴⁵

Aline Michelle Sima¹⁴⁶

Alyne Massensini Figueiredo¹⁴⁷

Cláudia Pires Vieira¹⁴⁸

Nucineia Gomes e Silva¹⁴⁹

O sistema tributário brasileiro atual produz uma série de distorções que acabam trazendo repercussões em questões relativas a consumo, raça, gênero, pobreza e potencialização das desigualdades sociais. Tal percepção fática se dá, pois o sistema de tributação de bens de consumo onera sobremaneira o custo de vida da população, especialmente daqueles sujeitos que são atravessados por marcadores sociais, como classe, gênero e raça. Neste sentido, a tributação onera ainda mais pesadamente o custo de vida da mulher pobre, preta e periférica, tendo em vista que ela é vítima de todo um conjunto normativo tributário que não leva em consideração as especificidades de determinados grupos. Pensar, por exemplo, a questão racial na fixação da tributação é se dispor a compreender as relações que permeiam a vida em sociedade. Embora a raça tenha se constituído como um conceito que carrega forte carga fenotípica, o seu assento está, sobretudo na conformação das relações que se estabelecem na sociedade. Raça é um elemento relacional, isto é, deriva das relações estabelecidas social, política, economicamente e culturalmente. Assim, o elemento raça é importante e até mesmo determinante para se compreender o modo como as sociedades se articulam em torno do poder. No caso da tributação, o elemento raça permite algumas reflexões sobre como este marcador social influenciou (e influencia até hoje) o poder de tributar do Estado. A Constituição Federal de 1988 privilegia o princípio da isonomia, inclusive pela via da tributação. No entanto, pela sistemática tributária existente atualmente, o sistema enfatiza o consumo como principal elemento arrecadador de receitas para o Estado e as pessoas negras (especialmente as mulheres) reverterem toda ou grande parte de sua renda para esta finalidade. Ainda que se trabalhe, no campo da tributação, com o viés de um tratamento desigual dos indivíduos que se apresentem em situações desiguais, existe uma grande camada da sociedade, notadamente aquela atravessada por marcadores sociais, que acaba imobilizada, exatamente por ser o grupo minoritário politicamente. Quando se trabalha a ideia de justiça fiscal, parte-se do marco de que os todos os contribuintes devem repartir entre si o ônus da tributação com base em sua capacidade contributiva, mas levando-se também em conta as desigualdades existentes entre esses mesmos contribuintes, principalmente aquelas ocasionadas pelo atravessamento de marcadores sociais. Não levar este aspecto em consideração, principalmente no Direito Tributário, pode significar uma negativa fática envolvendo a constatação de que há grupos sociais que sofrem de maneira bem mais acentuada os efeitos da tributação. Nosso sistema tributário tem caráter regressivo, isto é, determinados tributos são cobrados em um mesmo percentual para todos, desconsiderando-se a capacidade contributiva de cada sujeito e sem levar em conta os marcadores sociais que os atravessam. Desta forma, a realidade revela que quem tem maior renda tem capacidade de

¹⁴⁵ Docente – Faculdade Estácio de Sá. alanmatosjorge@gmail.com

¹⁴⁶ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. linesima@gmail.com

¹⁴⁷ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. alynemassensinifigueiredo@gmail.com

¹⁴⁸ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. cacaupivi@gmail.com

¹⁴⁹ Discente- Curso: Direito – Venda Nova. nucineiasilva@gmail.com

pagar os tributos devidos e ainda investir boa parte de sua renda, mas aquele que tem uma renda menor (ou mesmo não possui renda), utiliza quase tudo que tem para consumir os produtos e serviços indispensáveis à sua sobrevivência. Por outro lado, admitir e entender a influência dos marcadores sociais, especialmente na tributação, pode contribuir para o estudo, análise e oferecimento de soluções que visam apresentar correções em inúmeras distorções discriminatórias que impedem a plena implementação da justiça fiscal na tributação brasileira. Desta forma, a presente pesquisa possui como objetivo geral a necessária compreensão técnica sobre a relação existente entre tributação e raça. No campo dos objetivos específicos, a presente pesquisa possibilitará aos discentes a compreensão de como o marcador social raça influencia o Direito Tributário e a própria tributação em si. Com base nos estudos propostos, objetiva-se responder às seguintes perguntas: 1). Existe relação entre tributação e raça? 2). Se a resposta ao item anterior for positiva, como o sistema tributário brasileiro atual é influenciado pelo marcador raça? Para o cumprimento dos objetivos traçados, a pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente através de pesquisa bibliográfica exploratória de autores que já abordaram, até o momento, o tema. Tal pesquisa ainda está em andamento. Os resultados preliminares obtidos até o momento demonstram haver relação entre Tributação e Raça. Um primeiro aspecto que diz respeito às influências do marcador raça no Sistema Tributário se relaciona à Reformulação do Sistema Tributário Brasileiro em função da transição de status de negros e negras de coisa para sujeito. Historicamente sabemos que as negras e negros eram tratados como bens a serviço da elite econômica brasileira no período escravocrata. E com a abolição da escravatura com a Lei Áurea em 1888, pretos e pretas deixaram de ser objetos tributáveis pelo Estado. Modernamente, o Brasil é um dos países com a maior taxa de tributação sobre consumo. E uma carga tributária tão alta voltada para o consumo impacta diretamente naqueles com menor poder aquisitivo. Ou seja, como mostra os dados do IBGE, as pessoas com menor poder aquisitivo são as negras e negros. Essa taxação excessiva sobre o consumo promove um engessamento social, que limita o acesso aos mais pobres à educação, saúde e cultura, ou seja, limita a qualidade de vida. Sendo assim, para garantir a justiça fiscal no Brasil, a tributação deve considerar as diferenças raciais. O elemento raça deve ser incluído no sistema tributário, de forma a se estabelecer um sistema tributário antirracista. Assim, para alcançarmos a justiça fiscal, nosso sistema tributário deve ser antirracista, deve ter como um de seus elementos principais, o marcador raça, para que alcancemos uma sociedade menos desigual.

Palavras-chave: tributação; raça; influência

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

CAMPEDELLI, Laura Romano; BOSSA, Gisele Barra. O efeito perverso da regressividade no sistema tributário brasileiro. Conjur. Divulgado em 06 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-06/efeito-perverso-regressividade-sistematributario-brasileiro>. Acesso em: abril de 2023

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no Direito Tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de

Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTOS, Maria Angélica dos. Tributação e Raça: fabulações tributárias – uma imersão na teoria racial crítica do direito tributário. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2019.

VULNERABILIDADE POLÍTICO-LEGAL E QUEBRA DA CREDIBILIDADE DO PODER PÚBLICO uma análise do presidencialismo de coalizão

Carolline Leal Ribas¹⁵⁰
Sara Tadeu Gomes

A Constituição da República de 1988 adotou um sistema de governo presidencialista com um elevado número de atribuições ao chefe do executivo nacional, caracterizado como “poder de agenda” e de “patronagem” que interferem substancialmente no funcionamento e na rotina do Legislativo, classificado pela doutrina como “presidencialismo de coalizão”. Esse sistema de governo é híbrido, com muitos traços parlamentaristas, como a necessidade de formação de uma maioria congressista para a manutenção da governabilidade. Por isso, surge o questionamento se a necessidade de formação da coalizão para a manutenção da governabilidade é eficiente ou ineficiente ao se tomar como base os resultados das principais deliberações que estiveram na pauta do Congresso após a nova ordem constitucional. Dada a complexidade do tema, e sendo a política democrática o meio mais efetivo de autogestão de uma República e, por sua vez, complexo, pois envolve sentimentos e paixões, convicções e pragmatismo, contrariedade e satisfação, é certo que a estabilização do tênue equilíbrio político em um contexto democrático é fundamental para o prosseguimento do gradativo amadurecimento das instituições e da própria sociedade no País. Contudo, a falta de credibilidade no Poder Público implicou segmentação social, tendo em conta que a população, muitas vezes, não se sente representada pelo Poder Público ou não coaduna com as normas ou políticas elaboradas pelos seus representantes. Paralelamente, a própria estrutura social sofreu alterações nos últimos anos. Tais mudanças foram decorrentes do próprio sistema capitalista, o qual proporcionou uma redução da desigualdade social por meio de políticas de transferência de renda e de ações públicas cujo caráter volta-se para inserção de grupos vulneráveis. Com uma queda dos índices de pobreza, a classe considerada, outrora, economicamente pobre passou a se aproximar da então classe média.

Não se trata apenas da redução da desigualdade, mas de transformações em um padrão secular de integração e de exclusão pelo mercado. Portanto, é lícito supor que essas mudanças causaram impactos na sociedade brasileira, que de maneira geral parece se orgulhar da queda da desigualdade e do acesso a bens de consumo duráveis por um novo contingente da população (AVRITZER, 2016, p. 103).

Explica-se. Abranges definiu o sistema de governo utilizado no Brasil como “presidencialismo de coalizão”, que consiste em um modelo institucional típico da América do Sul¹⁵¹. (1988, p. 19- 20). Pelo Glossário – *Vade Mecum*, trata-se de sistema de governo em que “o presidente constrói base de apoio concedendo postos ministeriais a membros dos partidos com representação no Congresso, e estes, em troca, fornecem os votos necessários

¹⁵⁰ Email: carollinelr@hotmail.com

¹⁵¹ Porto (2019) deixa claro que a doutrina diverge sobre a regularidade da adoção do presidencialismo de coalizão, sob o argumento de fragilização e subserviência do Legislativo ao Executivo, na medida em que o foco do mandato parlamentar passa a ser disputa por emendas orçamentárias e provimento de cargos públicos. Isso enfraqueceria as discussões políticas e macularia a sua independência e autonomia do Legislativo como fiscalizador. Embora a autora da presente tese não desconheça questionamentos acerca da regularidade ou não do modelo de coalizão, reconhece, para este trabalho, a sua existência no cenário brasileiro, sendo um dos fatores que permitem explicar a atual crise democrática.

para aprovar a sua agenda no Legislativo” (FULGENCIO, 2007, p. 498). Na caracterização do presidencialismo de coalizão, Abranches constatou que o sistema político brasileiro possui características híbridas, sendo uma peculiaridade a combinação entre presidencialismo, multipartidarismo e representação proporcional, com a utilização de grandes coalizões, para o qual constituiria “presidencialismo imperial”. (ABRANCHES, 1988, p. 21). De acordo com Avritzer, um dos primeiros fatores que levam à queda da credibilidade de um Governo, na atual conjectura no Brasil, é a ausência de um sistema presidencialista de coalizão, e, por isso, o autor defende “a ideia de que o Executivo brasileiro possui capacidade de governar, mas pagando por isso um alto preço, que compromete a sua capacidade administrativa e a reputação do Congresso Nacional e, eventualmente, a sua credibilidade” (2016, p. 88). Sabe-se que o Brasil, ao longo da sua história constitucional, já adotou diversos sistemas políticos norteadores tanto do processo eleitoral, quanto do processo de criação e manutenção de uma base governista e oposicionista, bem como de articulação das funções do poder no âmbito do Executivo e do Legislativo. Ao investigar o modelo de sistema político adotado pela Constituição de 1988, parte-se da premissa de que a eleição do presidente Collor por um partido político pequeno, sem uma coligação forte e que não procurou formar uma coalizão majoritária no Congresso Nacional foi o principal fator para o seu “impeachment”. Collor, ao não utilizar dessa opção para governar, sofreu um desgaste inevitável nas relações com Poder Legislativo e com a base de sustentação do seu governo. Após a sua renúncia foram alteradas as formas de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, especialmente na percepção da força dos vários partidos políticos e dos seus líderes, como garantidores de uma estabilidade para a governabilidade do País. Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PSDB e presidente desde 1994 até a eleição de Lula, conseguiu equilibrar sua capacidade de governar mesmo em situação de minoria no Congresso. Sua estratégia foi recorrer à colisão com outros partidos, tanto é que conseguiu aprovar 84% de suas proposições de lei junto aos parlamentares, demonstrando alta governabilidade. (AVRITZER, 2016, p. 34). Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência, aliou-se a partidos pequenos a fim de manter sua base aliada, mas, no seu primeiro mandato, o PT decidiu não se aliar com o PSDB. (AVRITZER, 2016, p. 34). O episódio do mensalão foi fator decisivo para aliança política junto a esse partido¹⁵², como modo de amenizar os escândalos e recuperar a popularidade do Presidente. Assim, o segundo mandato de Lula (2006-2010) fora caracterizado por um forte presidencialismo de coalizão.

Se fizermos um balanço no ajuste de estratégia do governo Lula em relação ao PMDB, fica evidente a disjunção entre capacidade decisória e legitimidade política. A reação do governo Lula e do PT à crise do mensalão foi o ajuste ao presidencialismo de coalizão. Essa adaptação foi pensada em um sentido bastante claro, a saber, a melhora da capacidade decisória do governo no Congresso Nacional com a escolha de um aliado principal, o PMDB (AVRITZER, 2016, p. 43).

Nesse cenário, o governo Lula conseguiu se estabilizar e garantir sua popularidade até o fim de seu segundo mandato. Conforme anotações de Avritzer (2016, p. 32), tanto Lula quanto Fernando Henrique Cardoso optaram por uma governabilidade expressa conseguindo aprovar um enorme número de projetos junto ao Legislativo – próximo ao que ocorre na Inglaterra no sistema Parlamentarista. Já Dilma Rousseff no início de seu governo, em 2011, conseguiu manter a estabilidade política, por meio da manutenção das coalizões formadas na gestão passada. Dilma herdou as características do governo de Lula: alianças com o PMDB no Congresso e nomeações ministeriais de políticos do partido (AVRITZER, 2016, p. 43), o que, por consequência, forneceriam as bases para um governo tranquilo com relação à governabilidade. Todavia, a partir de 2012, passou a enfrentar uma série de crises que vieram

¹⁵² Nesse momento, apesar de o PMDB não ser o maior partido com representatividade no Congresso, ocupava a presidência das duas casas (Senado e Câmara dos Deputados).

a comprometer sua legitimidade. Tais problemas adviriam de três situações: reprovação de propostas de lei pelo Congresso, escândalos de corrupção e manifestações de 2013. Ora, para liderar e representar um País é preciso ter a consciência de que

As vicissitudes, obstáculos e problemas da implementação estão associadas, segundo essa perspectiva de análise, a problemas de natureza variada. Em primeiro lugar, resultam de aspectos relacionados à capacidade institucional dos agentes implementadores. Em segundo lugar, são gerados por problemas de natureza política na implementação dos programas ou políticas. Em terceiro lugar, derivam da resistência e boicotes realizados por grupos ou setores negativamente afetados pela política – em muitos casos setores da própria máquina administrativa estatal. (SILVA; MELO, 2000 p.5).

Acontece que o governo da então presidenta não conseguiu repactuações políticas julgadas necessárias para manter sua governança. A consequência foi o declínio de Dilma. Os projetos e ações que antes funcionavam em perfeitas condições já não obtinham êxito, ocasionando não apenas a queda de um governo, mas de políticas e ações públicas. Nesse sentido, pode-se dizer que as disjunções no presidencialismo de coalizão afetaram a governabilidade da presidenta. Pode-se presumir que um dos primeiros fatores que levaram à queda da credibilidade do Governo foi justamente a ausência de um sistema presidencialista de coalizão. Como exemplo, verificou-se que no primeiro mandato do governo a capacidade de o Executivo de aprovar suas propostas no Congresso já diminuiu, tal como ocorreu no momento de votação para aprovação do Código Florestal. Além da falta de governabilidade, pode-se destacar, como fator primordial para essa queda, a aparente liderança do PMDB, com Eduardo Cunha¹⁵³, contra os interesses do Governo petista (AVRITZER, 2016, p. 45). Outro fenômeno que se anuncia no mandato de Dilma Rousseff é de uma intolerância da opinião pública em relação à corrupção na base aliada e à total incapacidade do Executivo de agendar o Legislativo ou colocar limites às práticas clientelistas – fatos que comprometem fortemente a governabilidade (AVRITZER, 2016, p. 89). O presidencialismo de coalizão, institucionalizado desde o Governo Lula, fora colocado em cheque a partir do momento que a mídia divulgou casos de corrupção que envolveram o governo PT. Isso aconteceu porque, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a julgar crimes decorrentes do Mensalão (compra de votos dos parlamentares). A aliança feita com o PMDB à época de Lula, que se estendeu no governo Dilma, envolvia crimes de corrupção, que a sociedade não mais se mostrava tolerar.

Assim, fecha-se um círculo em relação à questão governo de esquerda, governabilidade e legitimidade no presidencialismo de coalizão. A forma de gestão do presidencialismo de coalizão aliena setores de classe média no apoio ao governo, setores esses que passam a se manifestar publicamente (AVRITZER, 2016, p. 48).

A relação entre o presidencialismo de coalizão e a corrupção foi um dos fatores que contribuíram para as manifestações, pois, a partir do momento em que o Executivo brasileiro, para possuir capacidade de governar, compromete a sua capacidade administrativa e a reputação do Congresso Nacional, sua credibilidade é afetada (AVRITZER, 2016, p. 88). Logo, percebe-se que o debate é complexo. Entrementes, deve-se partir da premissa de que nenhum sistema de governo é perfeito e ele, inevitavelmente, sofre implicações do sistema eleitoral, de forma que não deve ser apreciado de forma isolada e fragmentada. Por essa razão, torna-se imperioso este estudo, até mesmo para a avaliação sobre a necessidade e a pertinência de alterações do sistema político, ou se a aparente crise política seria apenas fruto de um ainda incipiente amadurecimento da prática democrática no contexto republicano.

¹⁵³ Eduardo Cunha foi deputado federal de 2003 a 2016, tendo sido eleito para presidir a Câmara dos Deputados em 2015, por um mandato de 02 anos. Contudo, em setembro de 2016 teve seu mandato cassado por 450 votos pelo Plenário da Câmara pelo fato de ter prestado depoimento falso à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras em maio de 2015. (BRASIL. Câmara dos Deputados. 2016).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 31, nº 1, pg.16/22, 1988. IUPERJ, Rio de Janeiro.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FULGENCIO, Paulo César. **Glossário - Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno nº58. Trabalho a ser apresentado na reunião do CLADE, 2000, Painel “Estado Democrático e Governança no Século XXI: reformando a reforma, República Dominicana, outubro de 2000. Pgs.1-17 Disponível em: https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em 21 abr. 2024

ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA

A ATUAÇÃO DO CONSULTOR DE AMAMENTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO INFANTIL

Debora Janice Afonso Augusto¹⁵⁴
Edmarcia Fagundes Lima¹⁵⁵
Eliane Batista de Oliveira de Faria¹⁵⁶
Jessica Louise Ferreira Vertelo¹⁵⁷
Ludmila Estefani da Silva¹⁵⁸
Maira Leane Frota Pinto¹⁵⁹
Nathália Alves Mendes¹⁶⁰
Paula Stephanie Vieira Santos¹⁶¹
Rosiane Rodrigues de Almeida¹⁶²
Vitor Hugo Avelino dos Santos¹⁶³

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: A amamentação corresponde a uma das etapas mais importantes no processo reprodutivo da mulher. Sua prática oferece benefícios tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. (Martin,M.Z..A et al;2013). Para a criança recém-nascida, ao optar por aleitamento materno exclusivo, a mãe fornece alimento ao filho, melhora sua saúde e fortalece o relacionamento afetivo, que começa na concepção, se desenvolve durante a gestação e se fortalece com a amamentação. (GALLO et al;2008). O aleitamento materno é a melhor forma de fornecer alimentos para o crescimento e desenvolvimento, além de ser parte integral do processo reprodutivo. A saúde do recém-nascido também tem um impacto importante na saúde materna (OMS; OPAS, 2005). Um consultor em amamentação é um profissional especializado que oferece suporte e orientação às mães durante o processo de amamentação. Eles fornecem assistência prática, ajudando as mães a resolver problemas comuns, como a pega correta do bebê ao seio e a posição adequada para amamentar. Além disso, oferecem informações sobre os benefícios da amamentação, técnicas de ordenha e armazenamento de leite materno, e orientações sobre como lidar com desafios como ingurgitamento mamário ou mastite. A consultoria em amamentação também pode abordar questões emocionais, fornecendo apoio emocional e encorajamento às mães, promovendo assim uma experiência positiva e bem-sucedida de amamentação (GALLO et al;2008). Na prática, porém, mesmo que existam programas de incentivo à amamentação natural, ainda há mães que optam por não amamentar, embora haja benefícios na prática (BABAKAZO et al., 2015; BOCCOLINI et al., 2012; MARGOTTI, 2014). **REFERENCIAL TEÓRICO:** A baixa adesão ao aleitamento materno exclusivo (AME) representa sérios problemas de saúde pública e, portanto, a necessidade de

¹⁵⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: deborajanice8@gmail.com

¹⁵⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: edimarcialima@gmail.com

¹⁵⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ellibaptista@hotmail.com

¹⁵⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: jessicaevander@gmail.com

¹⁵⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ludmilabh2010@hotmail.com

¹⁵⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: maira.leanel@gmail.com

¹⁶⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: nathymendes1920@gmail.com

¹⁶¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: paulastephanie275@gmail.com

¹⁶² Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

¹⁶³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vitorhugonej@gmail.com.br

implementação de estratégias de melhoria dos seus indicadores. A amamentação é influenciada por muitos fatores: história familiar, estado de saúde, apoio emocional às mães que amamentam, apoio da mídia, família e serviços de saúde (SOUZA, 2010). Pesquisas mostram que a amamentação exclusiva em crianças menores de seis meses é a melhor estratégia para evitar a morte precoce nessa fase, além de promover a saúde física e mental dessas crianças e mulheres que amamentam, segundo dados do Ministério da Saúde (2009). A consultoria em amamentação complementa a amamentação, fornecendo apoio especializado para superar desafios e garantir uma experiência de amamentação bem-sucedida. (Júnior Wil et al.,2016). Mulheres com antecedentes de ansiedade e depressão podem sofrer influência na intenção de amamentar seus filhos, na motivação e na autoeficácia de vários aspectos relacionados com a saúde da criança, inclusive a amamentação. Por isso, estudos sugerem a necessidade de identificação e tratamento precoce das nutrizes com essa sintomatologia, as quais devem ser ativamente monitoradas e gerenciadas de maneira adequada no pós-parto, para o apoio das práticas de amamentação. O papel do enfermeiro nesse processo de consultoria em aleitamento materno, constitui em formação sociocultural, como o incentivo à prática da amamentação com orientações específicas para as mães. Muitas mulheres imaginam que a amamentação é a continuidade de um processo natural pós gestação, e que no parto não serão encontradas dificuldades. Contrapondo a essa perspectiva, é preciso conscientizá-las sobre uma série de informações a serem desenvolvidas para amamentar com o sucesso esperado (HORTA, 2007). **OBJETIVOS:** Esta atividade extensionista destaca a importância do profissional que atua como consultor de amamentação no contexto do aleitamento materno infantil. Ele enfatiza não apenas a presença do consultor, mas também a relevância de sua atuação para promover e apoiar o aleitamento materno entre mães e bebês. A inclusão da expressão "A ATUAÇÃO DO CONSULTOR DE AMAMENTAÇÃO" adiciona clareza sobre o foco do projeto de extensão, enquanto "A IMPORTÂNCIA NO ALEITAMENTO MATERNO INFANTIL" ressalta o impacto positivo que essa intervenção pode ter na saúde e no bem-estar das crianças. **METODOLOGIA.** O projeto foi desenvolvido em dois locais: Igreja Adventista, localizada no bairro Laguna, e Clínica de Fisioterapia Fisiovida, onde acadêmicos da Faculdade Estácio, unidade Floresta após receber minicurso de aleitamento materno pela docente Rosiane Almeida, após conhecimento mais aprofundado e conhecimento específico das técnicas, ministraram palestra educativa sobre amamentação, tendo o público-alvo, gestantes, pais e familiares. **RESULTADOS:** Os resultados da elaboração do projeto de extensão foram satisfatórios graças às atividades realizadas pelo grupo, que foram corrigidas e explicadas em sala de aula. Durante o planejamento, os acadêmicos tiveram a compreensão da relevância do tema e da atuação do profissional de Enfermagem na orientação sobre amamentação e seus benefícios. Muitas gestantes que participaram da palestra estão vivendo sua primeira gestação, o que pode causar dúvidas e inseguranças. As palestras demonstraram a relevância do aleitamento materno, esclarecendo dúvidas quanto à influência do parto no aleitamento materno, como o tempo entre as mamadas, a ordenha gestacional quando indicado, a forma correta da pega, o tratamento e a prevenção de fissuras, dentre outros tópicos. As gestantes simularam o ato de amamentar com os materiais práticos disponíveis, tornando a prática mais próxima da realidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:.** destacamos a importância do incentivo para o aleitamento materno, visando dessa forma uma melhoria na saúde pública e causando menos dano a saúde das crianças e promovendo orientações necessárias para mulheres gestantes e puerperas.

Palavras-Chave: amamentação; benefícios da amamentação; consultoria em amamentação

REFERÊNCIAS:

- Martins, M. Z. (2013). Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde E Ambiente*, 1(3), 87–97.
- GALLO, P.R; et al. Motivação de gestantes para o aleitamento materno. *Revista de Nutrição, Campinas*. 2008.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). *Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância*. UNICEF; IBFAN Brasil. setembro de 2005.
- BABAKAZO, Pélagie; DONEN, Philippe; AKILIMALI, Pierre; ALI, Nathalis Mapatano Mala; OKITOLONDA, Emílio. Preditores de interrupção do aleitamento materno exclusivo antes dos seis meses entre mães em Kinshasa: um estudo prospectivo. *Revista Internacional de Aleitamento Materno*, v. 10, n. 1, pág. 19, dez. 2015. DOI 10.1186/s13006-015-0044-7
- SOUZA, Elaine Angélica Canuto Sales. Reflexões acerca da amamentação: uma revisão bibliográfica. . Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de medicina núcleo de educação em saúde coletiva. Belo Horizonte, 2010
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de prevenção do Ministério da Saúde, 2009
- HORTA BL, Bahl R, Martines JC, Victora CG. Evidence on the long-term effects of breastfeeding: systematic review and meta-analyses. Geneva: World Health Organization; 2007
- Júnior Wil, Anatomia e fisiologia da lactação-Mama em lactação, Pág: 16, 4ª edição, Guanabara Koogan; 2016
- Adedinsewo DA, Fleming AS, Steiner M et al. Maternal anxiety and breastfeeding: findings from the MAVAN (Maternal Adversity, Vulnerability and Neurodevelopment) Study. *J Hum Lact*. 2014; 30(1):102-9. Pág: 110
- Valdes V, Sanchez AP, Labbok M. Manejo clínico da amamentação. Assistência à nutriz ao lactente. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. Pág: 113
- Dolto F. A alimentação dos pequeninos e o desmame. In: Dolto F. As etapas decisivas da infância. São Paulo: Martins Fontes; 1999. p.67-72. (Obra original publicada em 1950.)
- Klein M, Heimann P, Isaacs S et al. Os progressos da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Obra original publicada em 1952.)

A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR.

Adrielle Carla de Amorim¹⁶⁴
Ana Paula Bianco¹⁶⁵
Fernanda Cristina Roma¹⁶⁶
Franciane Fernandes de Brito e Silva¹⁶⁷
Giulene Vieira Sanguinette¹⁶⁸
Karina das Graças Silva¹⁶⁹
Márcia de Fátima Fernandes Valente¹⁷⁰
Maria José Rebelo Horta¹⁷¹
Patrícia Felismina Leite¹⁷²
Roseli Bernardo Bittencourt Araújo Mendes¹⁷³
Vanessa Santos Corrêa¹⁷⁴
Virgínia Martins de Oliveira dos Santos¹⁷⁵

TEMA GERAL E OBJETIVO DE PESQUISA: Acidentes na infância são comuns podendo também ocorrer em ambiente escolar, e garantir o ensino de primeiros socorros assegura uma melhor assistência em situações de emergência (CABRAL; OLIVEIRA, 2019). Por esse motivo os docentes são importantes em propagar esses conhecimentos já que os mesmos se encontram em um ambiente propenso a acidentes e além do processo de educar, devem ser capazes de oferecer suporte aos alunos em situações de emergência, visto que é um ambiente em que as crianças passam cerca de um terço de seu tempo além da prática de diversas atividades (SILVA, et al., 2017). Segundo Rosa et al., 2017, a enfermagem ganha espaço nesse aspecto por se apropriar do ensino em saúde, atuando no Programa de Saúde da Escola, com foco em intervenções educativas para o público leigo. Em 2018 foi aprovada a Lei Lucas nº 13.722 que define a obrigatoriedade do ensino e treinamento básico de primeiros socorros, capacitando o corpo de funcionários do estabelecimento escolar e disponibilizando kits de primeiros socorros. (MORENO; FONSECA, 2021). **REFERENCIAL TEÓRICO:** De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 4 mil crianças brasileiras morrem anualmente em decorrência de algum acidente. Além disso, a razão mais frequente de hospitalização de crianças e adolescentes até 14 anos decorre de acidentes domésticos ou escolares. (PL 2336/2022). **OBJETIVOS:** Orientar docentes de uma Instituição de Ensino Infantil como intervir em situações de risco de forma segura através de uma campanha educativa. **METODOLOGIA:** Projeto elaborado por acadêmicos de enfermagem que visam desenvolver uma apresentação educativa sobre primeiros socorros aos docentes em uma

¹⁶⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: adriellecarla833@gmail.com

¹⁶⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ana2630.paula@gmail.com

¹⁶⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: francianefernandes407@gmail.com

¹⁶⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: giulenesanguinette@gmail.com

¹⁶⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: fernandaroma@yahoo.com.br

¹⁶⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: kasilva80@yahoo.com.br

¹⁷⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marciabia1980@gmail.com

¹⁷¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: mjrhorta@gmail.com

¹⁷² Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: patriciafelismina@yahoo.com.br

¹⁷³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: roselia74@yahoo.com

¹⁷⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vanessasantoscorreias@gmail.com

¹⁷⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: 2201virginiamartinsoliveira@gmail.com

instituição de ensino infantil, localizado no município de Belo Horizonte. As apresentações serão realizadas em dois turnos distintos para que haja a capacitação completa do corpo docente. As estratégias de ensino utilizadas para execução desse projeto serão: slides confeccionados pelos membros do projeto, utilizando referências científicas atuais, atividades lúdicas visando a participação ativa dos docentes e realização de simulações realísticas dos seguintes temas: primeiros socorros de uma síncope, crise convulsiva, alergias, epistaxe, fraturas, queimadura, engasgo, paradas cardiorrespiratórias e acidentes com animais peçonhentos. **RESULTADOS:** Espera-se com esse projeto, alcançar e fortalecer a capacitação dos docentes acerca dos primeiros socorros para o atendimento de possíveis acidentes em ambiente escolar até a chegada da assistência especializada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto conclui-se a necessidade da capacitação frequente referente ao atendimento em primeiros socorros aos professores para assim garantir o bem-estar dos alunos e colaboradores, visando buscar cada vez mais estratégias para melhor atendê-los.

Palavras-Chave: Primeiros Socorros, Escola, Capacitação

REFERÊNCIAS

JBRASIL. Projeto de Lei 2336/2022. Senado Federal. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154552>

CABRAL, Elaine Viana; OLIVEIRA, Maria de Fátima Alves. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. Revista Práxis, v. 11, n. 22, dezembro, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/712/2495>

MORENO, Silvia Helena Reis; FONSECA, João Paulo Soares. A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio. Brazilian Journal of Health Review, v.4, n.2, p. 4661-4674. mar. abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25702/20554>

ROSA, Randson et al. Estratégias baseadas em metodologias ativas no ensino-aprendizagem de primeiros socorros: relato de experiência. Revista Baiana de Enfermagem, v.11 n.2, p. 798-803. Fev., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/12002/14579>

SILVA, Larissa Graziela Sousa et al. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. Enfermagem em Foco, v.8, n.3, p. 25-29. 2017. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/893>

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DA AMAMENTAÇÃO EXCLUSIVA

Rosiane Rodrigues de Almeida¹⁷⁶
Ana Carolina Pereira de Almeida¹⁷⁷
Ariane Cristina Abdon Silva¹⁷⁸
Donizete Goncalves dos Santos¹⁷⁹
Hiago Vinicius Januário Leocadio¹⁸⁰
Jessica Alcântara Guiducci¹⁸¹
Sara Emilly de Tarso Silva¹⁸²
Thársila Evelyn Goncalves Rodrigues¹⁸³

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: A amamentação corresponde a uma das etapas mais importantes no processo reprodutivo da mulher, sua prática oferece benefícios tanto para mãe como para o recém-nascido. (GALLO et al; 2008). O aleitamento materno é um processo fisiológico que traz inúmeras vantagens bio-psico-social para as puérperas. A produção do mesmo é estimulada após a saída da placenta, que faz decair os níveis de estrógeno/progesterona e aumentar os de prolactina, incitando a fabricação do leite pelas glândulas mamárias. (AZEVEDO et al, 2010). Apesar da recomendação e dos benefícios do AM, as taxas de amamentação em todo o mundo ainda estão longe de serem atingidas e diversas são as razões interferentes nessa prática. As mulheres podem desejar amamentar, no entanto, encontram barreiras social, cultural e política, durante todo o ciclo gravídico puerperal, prejudicando seu início e continuidade. No que se refere ao incentivo e atuação profissional, a falta de apoio para o contato e aleitamento precoce, bem como o uso de leite e bicos artificiais são práticas frequentes logo após o nascimento. (CARREIRO, Juliana de Almeida et al. 2018). De acordo com Martins, M. Z. (2013) As benfeitorias que o aleitamento materno traz à criança são os tópicos mais relevantes ao abordar o tema amamentação. A mulher precisa ser informada da importância do aleitamento materno para sua saúde e que o mesmo não beneficia exclusivamente a criança; o seu corpo também sofre influência ao realizá-lo. Segundo Elsa R. J. Giugliani, (1994) além de prevenir doenças no início da vida, o leite materno parece reduzir o risco de certas doenças crônicas ligadas ao sistema imunológico, como doenças autoimunes, doença celíaca, doença de Crohn e colite ulcerativa, diabetes melitus e linfoma. Alergia alimentar também tem sido encontrada menos frequentemente em crianças amamentadas exclusivamente ao peito, e a dermatite atópica pode ter o seu início retardado com a alimentação natural. Os benefícios da amamentação para a criança são: melhor nutrição e redução da mortalidade infantil e menor número de hospitalizações, redução de alergias, redução de doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta, melhor desenvolvimento intelectual e relacionamento interpessoal, além de ocorrer um melhor desenvolvimento da cavidade bucal (BABAKAZO et al., 2015 apud DA SILVA et al, 2022). A amamentação é o fator decisivo e primordial para a correta maturação e crescimento craniofacial em nível ósseo, muscular e funcional, mantendo essas estruturas aptas para exercerem o desenvolvimento da musculatura orofacial, que guiará e estimulará o

¹⁷⁶ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

¹⁷⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: anacarpereira26@gmail.com

¹⁷⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: arianecristinaabdon@gmail.com

¹⁷⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: kayppertd@gmail.com

¹⁸⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: hiagojosh22@gmail.com

¹⁸¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: jessica.alcantara.guiducci@gmail.com

¹⁸² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: detarsosara@gmail.com

¹⁸³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: tharsila19@gmail.com

desenvolvimento das funções fisiológicas, garantindo não somente a sobrevivência, mas também uma melhor qualidade de vida. Por este motivo, procura-se enfatizar a amamentação materna como uma forma de prevenção a problemas futuros da criança, por proporcionar o preparo e o aprimoramento da condição neuromuscular das estruturas bucais para funções mais complexas. Bervian, J., Fontana, M., & Caus, B. (2010). A amamentação é a melhor maneira de proporcionar o alimento para o crescimento e desenvolvimento saudáveis dos recém-nascidos, além de ser parte integral do processo reprodutivo, com importantes implicações para a saúde materna (OMS; OPAS, 2005). OBJETIVOS: Este projeto de extensão busca explorar tanto a relevância quanto os obstáculos associados à prática da amamentação exclusiva. Ele visa educar e conscientizar sobre os benefícios do aleitamento materno exclusivo para a saúde do bebê, da mãe e da sociedade como um todo, enquanto também aborda os desafios enfrentados pelas mães durante esse processo. Ao oferecer informações precisas e apoio às mães, o projeto visa promover uma cultura de amamentação exclusiva, destacando sua importância e fornecendo orientação para superar dificuldades comuns. METODOLOGIA: Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido por acadêmicos de Enfermagem que visam ministrar um minicurso sobre amamentação, onde discutiremos os seguintes temas: a importância da amamentação, benefícios que podem trazer, formas corretas de posicionamento e pega mamária, além de orientar sobre a maneira correta de executar a abordagem de maio de e desengasgo. Iremos realizar uma visita na Maternidade Odete Valadares no dia 08 de maio de 2024, localizada na Avenida do Contorno, 9494 - Prado, Belo Horizonte. Além da visita, entrevistamos a irmã de uma das integrantes do grupo que relatará as dificuldades do pós-parto associadas à internação do recém-nascido, e sua experiência no posto de coleta de leite humano. O grupo confeccionará kits de higiene para o recém nascido. A extensão na educação a nível superior no Brasil, promove a interação entre pesquisas acadêmicas e as esferas da sociedade, contribuindo para desenvolvimentos satisfatórios (BRASIL, 2018). CONSIDERAÇÕES FINAIS: Profissionais de saúde, incluindo enfermeiros, precisam de treinamento e capacitação para fortalecer o apoio e a rede social em torno da amamentação exclusiva, a amamentação é uma das principais ações benéficas que a mãe pode oferecer ao filho, sendo vital para sua saúde e desenvolvimento. O enfermeiro desempenha um papel crucial no processo de assistência ao aleitamento materno, fornecendo apoio direcionado ao binômio mãe/bebê.

Palavras-Chave: amamentação; benefícios; cuidado materno-infantil; amamentação exclusiva, desafios

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D.S. et al. Conhecimento de Primíparas Sobre os Benefícios do Aleitamento materno. Rev. Rene. Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 53-62, abr./jun.2010. Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/vol11n2_html_site/a06v11n2.htm.

BRASIL. IMPRENSA NACIONAL. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - Imprensa Nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

CARREIRO, Juliana de Almeida et al. Dificuldades relacionadas ao aleitamento materno: análise de um serviço especializado em amamentação. Acta Paulista de Enfermagem, v. 31, p.

430-438, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/VpgWqMNCRFF5vLVJvFfPSXz/#>

Brown A. Breastfeeding as a public health responsibility: a review of the evidence. *J Hum Nutr Diet*. 2017;30(6):759–70.

DA SILVA, Jaciara Ribeiro; SOUSA, Ingredi Vitoria; DE PASSOS, Sandra Godoi. Benefícios do aleitamento materno para a criança. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 10, p. 224-234, 2022.

GALLO, P.R; et al. Motivação de gestantes para o aleitamento materno. *Revista de Nutrição, Campinas*. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v21n5/a02v21n5.pdf>.

GIUGLIANI, Elsa RJ. Amamentação: como e por que promover. *J pediatr*, v. 70, n. 3, p. 138-51, 1994.

Martins, M. Z. (2013). Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde E Ambiente*, 1(3), 87–97. <https://doi.org/10.17564/2316-3798.2013v1n3p87-97>

Bervian, J., Fontana, M., & Caus, B. (2010). Relação entre amamentação, desenvolvimento motor bucal e hábitos bucais - revisão de literatura. *Revista Da Faculdade De Odontologia - UPF*, 13(2). <https://doi.org/10.5335/rfo.v13i2.600>

Organização Mundial da Saúde (OMS). Estratégia Global para a Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância. UNICEF; IBFAN Brasil. Setembro de 2005. Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/documentos/ibfan/doc-286.pdf>

A INVISIBILIDADE NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE MODERNA

Adrielle Carla de Amorim¹⁸⁴
Franciane Fernandes de Brito e Silva¹⁸⁵
Indiana Kelly da Silva Coelho¹⁸⁶
Leilane Magalhães¹⁸⁷
Maria José Rebelo Horta¹⁸⁸
Maria Márcia Rebelo Horta¹⁸⁹
Marlúcia Ferreira de Araújo¹⁹⁰
Maria Victória Oliveira Cruz¹⁹¹
Roseli Bernardo B. Araujo¹⁹²

A violência contra a mulher é um tema atual e tem sido observado ao longo da história em todo o mundo. Em 2021, apenas no Estado de Minas Gerais foram 144.618 mulheres que denunciaram violência, de acordo com a Secretaria de Estado de Justiça Pública (SEJUSP) (VELOSO; MONTEIRO, 2022). Outro ponto a se destacar, é a observação sobre emancipação feminina, que vem acontecendo há várias décadas, no mundo inteiro, lutando contra o sistema, que define o masculino está superior ao feminino “sistema hierárquico” de gêneros. Diante disso, a escolha desse tema é muito pertinente para a realização do projeto de extensão em saúde mental e coletiva, haja vista afetar de modo genuíno essas duas vertentes: a violência de gênero que causa o adoecimento psíquico e emocional das mulheres diretamente por ela afetadas e, também de seus familiares e pessoas próximas. A casa de acolhimento onde realizamos o estudo descritivo, recebem mulheres encaminhadas pelos órgãos públicos como da Delegacia Especializada, CRAS ou CREAS. Funcionando diariamente (24 horas) com divisão de tarefas entre as mulheres ativistas do movimento. A casa recebe doações e organizam feiras e bazares para se manterem, pois não recebem apoio financeiro ou donativos de Órgãos Públicos. Conforme o controle de entrada do espaço, estiveram presentes cerca de 12 mil pessoas e mais de 150 entidades e instituições, além de 325 mulheres atendidas diretamente. Encontramos na casa voluntárias dispostas a ajudar, acolher e levantar a autoestima de mulheres vítimas de violência. São muitos os desafios encontrados na casa, por estar localizada em uma área nobre de Belo Horizonte, não estão tranquilas quanto a ocupação do espaço. De acordo com as observações realizadas, assim como a casa de acolhimento, existem várias outras instituições em Belo Horizonte e na região metropolitana direcionadas para o atendimento a mulheres vítimas de violência. Destaca-se, portanto, a importância do auxílio e proteção a essas mulheres que sofrem violência seja ela psicológica, sexual, física, patrimonial ou moral. A Lei Maria da Penha 11.340/06 garante a segurança de todas as mulheres que sofrem algum tipo de violência, sendo essa lei uma das

¹⁸⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: adriellecarla833@gmail.com

¹⁸⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: francianefernandes407@gmail.com

¹⁸⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: indianakell11@gmail.com

¹⁸⁷ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Leiliane27enf@gmail.com

¹⁸⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: mjrhorta@gmail.com

¹⁸⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marciarebelohorta@yahoo.com.br

¹⁹⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marlucia5050@outlook.com

¹⁹¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vick.oliveira2653@gmail.com

¹⁹² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: roselia74@yahoo.com

mais abrangentes do mundo no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, estabelecendo medidas de proteção às vítimas e punições mais severas aos agressores. Por último, ressalta-se a importância da atuação da assistência de enfermagem frente a violência de gênero, que mesmo enfrentando limitações como carência de capacitação profissional para lidar com o tema, falta de tempo por sobrecarga de trabalho, sentimento de impotência profissional frente a gravidade e complexidade que envolve a violência e necessidade de um atendimento mais humanizado, precisa ser contemplada de uma forma mais ampla.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência contra a mulher; Assistência integral à saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. *Interface*, v. 23, p.1-5, 2019.

FERREIRA, Mayara de Moura Souza; PINTO, Wilza Maria. O papel da enfermagem na assistência a mulheres vítimas de violência em um hospital público no município de S Talhada-PE. *Revista Multidisciplinar do Sertão*, v. 2, n. 4, p. 533-545, 2020.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski Garcia de Oliveira; PEREIRA, Rafael Diogo; CARRIERI, Alexandre de Pádua; CORREIA, Gabriel Farias Alves. Memórias em movimento: histórias da Casa Tinas Martins no combate à violência de gênero. *RAE*, v. 61, n.4, p.1-16, 2020.

SANTIAGO, Raquel de Oliveira Souza e; JESUS, Karinne Vieira de; ALMEIDA, Bruno Vasconcelos de. Casas de acolhimento como políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher. *Revista Interdisciplinar de Extensão*, v. 3, n.5, p. 58-72, 2019

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. *História (São Paulo)*, v. 38, p. 1-18, 2019.

ZANATTA, Michelle Angela; FARIA, Josiane Petry. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. *Revista de gênero, sexualidade e direito*, v. 4, n. 1, p. 99-114, 2018.

ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Leiliane Rodrigues Magalhães¹⁹³
Samara Salomé de Oliveira
Camilla Silva Fernandes¹⁹⁴
Estela Silva Baião
Hélade Paula Do Carmo Almeida
Isabela Luiza de Almeida R. Dos Santos
Nilmara Eva Da Silva¹⁹⁵
Sarah Caetano Amorim
Tatiane Lídia Costa
Vânia Dos Anjos Souza

Mulheres em situação de vulnerabilidade social são aquelas que enfrentam condições precárias em inúmeros aspectos cotidianos, como social, cultural, político e econômico. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres em vulnerabilidade enfrentam maior risco de discriminação de gênero, violência doméstica, exclusão social e exploração no mercado de trabalho. Entre esses dados, estima-se que em 2019, 1 a cada 3 mulheres no Brasil já tenha sofrido algum tipo de violência (IPEA, 2019). A partir desses dados, questiona-se como está o acesso à saúde das mulheres que vivem em vulnerabilidade, mostrando ser um desafio de saúde pública. O SUS visa atender a integralidade e a equidade na saúde mulher, atentar se às necessidades de cada uma, levando em consideração suas individualidades. A prevenção traz inúmeros benefícios, entre eles, o fato que qualquer condição descoberta previamente, torna o tratamento mais curto e eficaz. Estudos relatam que quando o indivíduo tem conhecimento sobre o assunto e esteja ciente de sua importância, mais adepto se torna, podemos exemplificar com o exame citopatológico mais conhecido como Papanicolau, segundo o Acervo Saúde, foi constatado que um dos fatores que influenciam positivamente na adesão das mulheres ao exame é o conhecimento sobre a importância dele. Visando aumentar o índice de autocuidado e de informações, a proposta dos acadêmicos de enfermagem dentro de um projeto de extensão do curso de Enfermagem da Estácio Belo Horizonte é o desenvolvimento de uma palestra, de forma descontraída e com linguagem de acordo com o público, sendo este mulheres em situação de vulnerabilidade social, a princípio foi escolhido para realização do trabalho o movimento de luta nos bairros, vilas e favelas. Na ocupação residem mulheres em diversas situações sociais, dentre elas desempregadas, trabalhadoras autônomas, de variadas idades, sem formação do ensino médio e até mesmo do fundamental, haverá também a participação de uma casa de acolhimento de mulheres, que visa gerar suporte às mulheres vítimas de violência doméstica. O objetivo do projeto é retratar as principais ações de cuidado que serão desenvolvidas e estão relacionadas a saúde feminina, as principais demandas recolhidas foram sobre exame ginecológico preventivo, conhecido como Papanicolau: qual é a finalidade, a quem é destinado, como é realizado; IST's: quais são, como prevenir, como identificar, quais e como são os tratamentos; Menopausa: principais acontecimentos, mudanças hormonais e

¹⁹³ Docente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: leiliane.magalhaes@estacio.br.

¹⁹⁴ Discente da Estácio BH - E-mail: lupycamilla@gmail.com

¹⁹⁵ Discente da Estácio BH - E-mail: nilmaraevasilva@yahoo.com.br

comportamentais; CA de Mama: como realizar o autoexame, quando procurar ajuda; Além de esclarecer as demandas identificadas pelo próprio público, abranger temas de sexualidade e planejamento reprodutivo também se faz necessário. O projeto apresenta a oportunidade de aprendizagem dentro da formação acadêmica, para transformar profissionais de enfermagem preocupados no desenvolvimento de ações de promoção e prevenção à saúde para pessoas em vulnerabilidade, fortalecendo os princípios do SUS. Anseia-se que com as informações adquiridas as mulheres tenham mais autonomia sobre sua própria saúde, saibam como se cuidar e possam buscar o serviço de saúde sempre que necessário. Que elas obtenham a possibilidade de acessar informações que auxiliem nos cuidados com a saúde e assim, desempenhem o papel central em sua própria saúde.

Palavras-chave: Saúde da Mulher, Vulnerabilidade social, prevenção, promoção de saúde

REFERÊNCIAS

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/desigualdadesderacaegenero>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MEDICOS SEM FRONTEIRAS, 8 MARÇO DE 2021, <https://www.msf.org.br/noticias/praticando-o-autocuidado-empoderando-mulheres-para-cuidar-de-sua-propria-saude/>. Acesso em: 14 abr. 2024

Nascimento A. C. F.; Assis D. G. de; Souza G. M. de; Souza M. R. P. de; Cunha M. E. U. S.; Uwada T. M. Avaliação dos fatores que interferem na adesão das mulheres ao exame de papanicolau. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, n. 2, p. e14432, 18 fev. 2024.

Saúde da Mulher - Atenção Básica do RS (saude.rs.gov.br) Acessado em 11 de Abril de 2024.

ACÇÃO RECREATIVA E O SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Leiliane Rodrigues Magalhães¹⁹⁶

Julia Cardi Santos¹⁹⁷

Karen dos Santos Teixeira¹⁹⁸

Karina das Graças Silva¹⁹⁹

Luiz Carlos de Souza Camisassa²⁰⁰

Pammelli Melry da Conceição²⁰¹

O envelhecimento populacional é uma realidade cada vez mais evidente no Brasil. De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, a população idosa no país alcançou 32.113.490 em 2022, representando um aumento significativo de 56,0% desde 2010. Dessa população, 55,7% eram mulheres e 44,3% eram homens. Essa tendência demográfica tem implicações profundas em diversos aspectos da sociedade, desde a saúde até as políticas sociais. Os desafios do envelhecimento para os idosos e seus cuidadores levam muitos a procurarem Instituições de Longa Permanência (ILPIs) em busca de cuidados. No entanto, essa transição pode ser estressante e agravar sintomas psicológicos como ansiedade e depressão, como apontado por Polascek & Woolford (2022). A percepção da qualidade de vida nessas instituições varia conforme o ambiente e a fragilidade dos residentes, afetando a autonomia, conforme evidenciado por Panes (2020). Trata-se de um relato de experiência de uma ação recreativa realizada como parte de um projeto de extensão liderado por acadêmicos de Enfermagem do Centro Universitário Estácio, em uma instituição localizada na região norte de Belo Horizonte, visando promover o bem-estar e a autoestima dos residentes, além de facilitar o diálogo e a escuta ativa. A ação ocorreu em abril de 2024, no qual foram realizadas oficinas de maquiagem, pintura de unhas, penteados de cabelos e momentos de música e conversa, para estimular a interação social e revitalizar a autoestima. É frequente que muitos idosos descuidam do autocuidado, influenciados por comentários desestimulantes ou falta de estímulo à autonomia. As atividades propostas visaram desafiar essas percepções e promover a importância do autocuidado em todas as fases da vida, inclusive na terceira idade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e saúde mental. Conclui-se que o enfermeiro desempenha um papel crucial na promoção da saúde e no cuidado holístico dos idosos, estimulando sua autonomia e bem-estar emocional, elementos essenciais para uma melhor qualidade de vida na terceira idade. Percebe-se ainda que é crucial desenvolver e implementar estratégias eficazes para promover a saúde mental dos idosos em ILPIs. Intervenções que visam fortalecer o suporte social, promover atividades de lazer e estimular a autonomia e a participação ativa dos residentes podem ser fundamentais para melhorar o bem-estar psicológico e emocional. Além disso, nota-se que os idosos demonstraram animação e socialização com as atividades desenvolvidas.

¹⁹⁶ Docente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: leiliane.magalhaes@estacio.br

¹⁹⁷ Discente – Curso de Graduação em Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: julia.cardi.santos@gmail.com

¹⁹⁸ Discente – Curso de Graduação em Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: karencatsantos@gmail.com

¹⁹⁹ Discente – Curso de Graduação em Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: kasilva80@yahoo.com.br

²⁰⁰ Discente – Curso de Graduação em Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: luiz.scamisassa@gmail.com

²⁰¹ Discente – Curso de Graduação em Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: pammellimelryconceicao@gmail.com

Palavras-chave: Instituições de Longa Permanência; Saúde mental; Idosos; Autocuidado.

REFERÊNCIAS

ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: REVISÃO SISTEMÁTICA. Cadernos Acadêmicos, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CA/article/view/18654>.. Acesso em: 15 abr. 2024.

IBGE. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Editoria: Irene Gomes e Vinícius Britto. Arte: Brisa Gil e Jessica Cândido. [S.l.], 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2023.

JÚNIOR, G. S.; OKUNO, M. F. P.; BRECH, G. C.; ALONSO, A. C.; BELASCO, A. G. S. Fatores associados à qualidade de vida da pessoa idosa em instituições de longa permanência públicas. Revista de Enfermagem da UFSM, [S. l.], v. 12, p. e50, 2023. DOI: 10.5902/2179769269062. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/69062>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Polacsek M., & Woolford M. (2022, 24 de fevereiro). Strategies to support older adults' mental health during the transition into residential aged care: a qualitative study of multiple stakeholder perspectives. BMC Geriatrics, 22, p. 151.

Panes V.C.B., Caldana M.L., Marin M.J.S., Damiance P.R.M., & Wachholz P.A. (2020). Percepção da qualidade de vida e condição de fragilidade entre idosos com diferentes situações de moradia. Geriatr Gerontol Aging, 14(4), p. 244-5. Recuperado de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1151610>.

VASCONCELOS AZEVEDO, S. G.; ARAÚJO MOREIRA, A. C.; CUNHA DOS SANTOS, S. B.; SILVA DE OLIVEIRA, F. E.; CRUZ MAGALHÃES JÚNIOR, J. W. ESTRATÉGIAS EFETIVAS PARA O AUTOCUIDADO DO IDOSO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, [S. l.], v. 25, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2316-2171.91676. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/91676>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ADOLESCÊNCIA E A RELAÇÃO COM MEIO DIGITAL

impactos na saúde mental

Ângela Alves Pereira Sales²⁰²
Fernanda Ferreira Santos²⁰³
Leiliane Rodrigues Magalhães²⁰⁴
Lorena Costa Freire²⁰⁵
Márcia de Fátima Fernandes Valente²⁰⁶
Raquel Oliveira Nobre²⁰⁷
Suerlande dos Santos Carvalho²⁰⁸
Virginia Martins de Oliveira dos Santos²⁰⁹

Na medida que o uso dos meios digitais se torna uma atividade desregrada pelos adolescentes, ocorre uma preocupação em relação as vantagens e desvantagens sobre o seu desenvolvimento psicossocial. Essa conexão possibilita o uso de novas linguagens, que influencia na liberdade de expressão, no auxílio da superação da vida real, timidez e conflitos emocionais, o que sugere um acompanhamento maior dos responsáveis pra não ultrapassar limites, devido a essa fase de desenvolvimento biopsicossocial, principalmente quando não há uma maturidade e percepção ampla de como isso pode o afetar negativamente (SALES, 2021). Com a necessidade de comunicação e sociabilização através da internet e uso de celular, tablets, computadores, verifica-se um aumento no número de pessoas com acesso à internet que já chega a cerca de 116 milhões de usuários apenas no Brasil, e os agravos na saúde mental pelo uso das redes sociais, tem gerado dependência causando consequências e os adolescentes estão sendo afetados quase que na mesma proporção dos adultos, afetando as relações sociais (SOUZA, 2019). Por tanto o uso inadequado de meios digitais e constante pode desencadear uma série de impactos na saúde mental, trazendo para o indivíduo transtornos como ansiedade, fobia, tristeza, raiva e diversos sentimentos que muda o contexto em que se vive em sociedade (ESPER, 2021). Com a ocorrência da Pandemia da Covid19, o distanciamento social e à necessidade da utilização dos meios digitais para estudo e trabalho, verificou-se alguns fatores que afetaram diretamente a saúde mental do indivíduo; bem como a necessidade do uso racional e saudável de tecnologias. Não havia uma discussão ampla sobre a saúde digital antes da pandemia. E tanto o distanciamento social quanto os agravos psicológicos decorrentes da própria situação justificam a urgência de discussões científicas sobre intervenções mediadas pela web (SILVA et al, 2022). O objetivo do projeto é orientar, discutir e agregar conhecimento a adolescentes sobre os impactos em relação ao uso prolongado de meios digitais e o quanto isso pode afeta sua saúde mental. Trata-se de uma metodologia bibliográfica, com abordagem qualitativa. A ação visa proporcionar conhecimento para adolescentes; orientando-os através de dois encontros realizados nos meses de março e abril de 2024 com adolescentes na faixa etária entre 8 a 15 anos do projeto Integra BH no posto da guarda municipal em belo horizonte. No primeiro momento foi

²⁰² Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: angelasales222@outlook.com

²⁰³ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: nandsan13@gmail.com

²⁰⁴ Docente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: leiliane.magalhaes@estacio.br

²⁰⁵ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: contato.lorenafreire@icloud.com

²⁰⁶ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: marciabia1980@gmail.com

²⁰⁷ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: raquelnobre-24@hotmail.com

²⁰⁸ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: ssc.19carvalho@hotmail.com

²⁰⁹ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: 2201virginiamartinsoliveira@gmail.com

realizado uma palestra explicando sobre os impactos na saúde mental em relação ao uso inadequado do celular ,na sequência foi sugerido abrir uma roda de conversa para que os participantes pudessem tirar dúvidas, expor situações que possam ter vivenciado sobre esses impactos, aplicamos uma dinâmica no qual cada um refletiu sobre quais sentimentos já haviam sentido com o uso ilimitado e limitado da internet e do celular; ressaltando ao final a importância do uso seguro e consciente dos meios digitais. Observou-se um maior aproveitamento do conteúdo pelos participantes sobre os malefícios do uso inadequado dos meios digitais, de tal forma que os mesmos poderão divulgar e aplicar no dia a dia e na sociedade. Diante do exposto, conclui-se a necessidade de criar mais ações e pesquisas para disseminação dos malefícios do uso dos meios digitais. Compreendendo que o uso do celular não tem o intuito de promover comportamentos compulsivos, uma vez que facilita a vida cotidiana com seus recursos para comunicação e resolutividade de várias situações; no entanto essas facilidades induz o ser humano a ficar cada vez mais dependentes causando um impacto negativo. Quanto a enfermagem esse projeto promove conhecimento teórico científico, envolvimento com a comunidade e descobertas das formas de aplicabilidade de prevenção, promoção e recuperação da saúde, acrescentando a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo e suas habilidades.

Palavras-Chave: Adolescentes, Saúde mental, Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ESPER, M. V.; ARAÚJO, J. S.; SANTOS, M. A. dos; NASCIMENTO, L. C. Enfermagem como mediadora entre nomofobia e isolamento social em resposta à COVID-19. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/110884>. Acesso em: 22 mar 2024.

SALES, Synara Sepúlveda. COSTA, Talita Mendes da. GAI, Maria Julia Pegoraro. Adolescentes na Era Digital: Impactos na Saúde Mental. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, e15110917800, 2021. https://www.researchgate.net/publication/353449562_Adolescentes_na_Era_Digital_Impactos_na_Saude_Mental. Acesso em: 11 mar 2024.

SOUZA, Mônica Ximenes. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista educação, psicologia e interfaces*. Volume 3, Número 3, p. 204-217, setembro/dezembro, 2019. ISSN: 2594-5343. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156>. Acesso em 17.mar.2024.

SILVA, Nara Helena Lopes Pereira da; et al. Uso de tecnologias digitais na saúde mental durante a COVID-19. *Estud. Psicol. (Campinas, Online)*; 39: e200225, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1375423>. Acesso em 13 abr 2024.

AMAMENTAÇÃO NA TRISSOMIA DO 21 – ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES

Josiane Leite Barbosa²¹⁰
Rosiane Rodrigues de Almeida²¹¹

A ocorrência da síndrome de Down (Trissomia no cromossomo T21) não é impeditivo para a amamentação, porém, existem algumas condições que devem ser observadas. A T21 no pós-parto é diagnosticada através de observação de características fenotípicas (olhos oblíquos, dedos curtos, prega palmar única, dentre outras) que deve ser confirmada a ocorrência da trissomia através de exames de sangue (cariótipo) AMORIN, et al. Em alguns casos o diagnóstico é realizado durante o pré-natal. Estima-se que anualmente 3000 a 5000 crianças nascem com esta cromossomopatia e tal alteração segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem incidência é de 1:1000 nascimentos. Esta taxa varia com a idade materna, podendo chegar a 1:270 acima dos 35 anos (ADRIÃO, M. et al.,2019). O presente estudo de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, tem como intuito mensurar a produção da literatura científica acerca da amamentação em bebês com a trissomia no cromossomo 21 (Síndrome de Down). Cabe ressaltar que estudos desta natureza direcionam a profissionais da saúde (Enfermeiros, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Pediatras) a fim de apontarmos estratégias para garantia de um atendimento de qualidade. Quando o diagnóstico ocorre no pós- parto a família é envolvida por tensão, angústia e estresse, juntamente com decepção, choque, raiva e medo, que geralmente aparecem na frente da situação. É importante salientar que a mãe sofre com a influência dos hormônios após o parto e é crucial que, no primeiro acolhimento, haja uma conversa abrangente e não restrita à trissomia. Ao tomar conhecimento do estado do bebê, as mães tendem a se sentir culpadas pelo diagnóstico e a buscar justificativas para suas ações. Orienta-se que os pais recebem o diagnóstico nas primeiras 24 a 48 horas após o nascimento e deve-se fomentar a importância do vínculo com a criança. Alguns pesquisadores argumentam que, ao criar um vínculo emocional a partir dessas ações, há uma maior probabilidade de compreensão e aceitação do diagnóstico. Em caso de despreparo da equipe de profissionais no atendimento a crianças com Síndrome de Down T21 o vínculo familiar pode ser fragilizado. Tal situação é decorrente da ausência de conhecimentos específicos na área de atuação que resultam em uma abordagem incorreta que afeta diretamente como serão os primeiros meses de vida dessa criança com a família. É sabido que o aleitamento resulta em diversos benefícios para o bebê, sendo incontestável que o leite materno é o alimento mais adequado para o lactente (OMS). No entanto, da mesma forma, é inegável que, apesar de programas e profissionais de saúde incentivarem o aleitamento materno, a interrupção precoce da amamentação continua a ocorrer de maneira significativa (ARANTES, C.I.S. 1995). Como ressaltamos anteriormente algumas condições devem ser observadas durante a amamentação de bebês com síndrome de Down sobretudo o tônus muscular diminuto que pode reduzir a capacidade de sucção do leite materno (Amorim STSP, Moreira H). No entanto, segundo *Nursing* (1995) citado por Amorim et al., (1999, p. 92), a necessidade do aleitamento materno em crianças com T21 é considerada essencial devido à hipotonia muscular, fragilidade há infecções respiratórias e o estabelecimento do vínculo mãe/filho. Quando bebê recebe a nutrição do leite materno estamos fortalecendo o sistema imunológico, diminuindo a prevalência de eventuais alergias e consequentemente contribuindo no intelecto da criança. Ressaltamos que a presença de uma

²¹⁰ Discente do curso de enfermagem do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – josiane_leite@ymail.com

²¹¹ Docente do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte e Coordenadora do projeto Somos 21 – almeida.rosiane@estacio.br

equipe de profissionais especializados para o acompanhamento da família é de suma importância para reforçar os vínculos e repassar as orientações necessárias (Al-Sarheed M).

Palavras-chave: Trissomia 21; Síndrome de Down, aleitamento materno; abordagens interdisciplinar

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, M., et al., Trissomia 21: Uma Perspectiva Multidisciplinar. *Gazeta Médica*. v.6. n.2, 2019.

AMORIN, et al., Amamentação em crianças com Síndrome de Down: a percepção das mães sobre a atuação dos profissionais de saúde. *Rev. Nutr.*, Campinas, 1999.

ARANTES, C.I.S. Amamentação - visão das mulheres que amamentam. *Jornal de Pediatria*. v.71, n.4, 1995.

Al-Sarheed M. Feeding habits of children with Down's Syndrome living in Riyadh, Saudi Arabia. *J Trop Pediatr*. 2006;52(2):83-6. <http://dx.doi.org/10.1093/tropej/fmi041>
PMid:15958408.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER NO PUERPÉRIO

Ana Paula Bianco²¹²
Ayume Karen Silva Peixoto²¹³
Davi de Castro Vieira²¹⁴
Karen dos santos Teixeira²¹⁵
Karina das graças silva²¹⁶
Lorena costa freire²¹⁷
Márcia de Fátima Fernandes valente²¹⁸
Raquel Oliveira nobre²¹⁹
Rosiane Rodrigues de Almeida²²⁰
Suerlande dia santos Carvalho Gontijo²²¹
Virginia Martins de Oliveira dos Santos²²²

SAÚDE DA MULHER NO PERÍODO DO PUERPÉRIO: O puerpério é uma fase inerente ao ciclo reprodutivo feminino, configura-se como um período de profunda adaptação, onde as mulheres se veem imersas em um processo multifacetado de recuperação física e ajuste psicossocial subsequente ao parto. Caracterizado por uma miríade de mudanças fisiológicas, emocionais e sociais, este estágio demanda uma abordagem meticulosa e compassiva por parte dos profissionais de saúde e da sociedade em geral (AUED. G. K. *et al*, 2023). O Puerpério começa após o descolamento da placenta e é definido em imediato (1º ao 10º dia pós-parto), que se estende para o puerpério tardio (do 11º ao 45º dia) e remoto (após 45º dia), sem estimativa para o termino dependendo da individualidade de cada mulher (BARATIERI *et al*, 2019). No que tange às transformações físicas, destaca-se a involução uterina como um processo central, em que o útero regressa gradualmente ao seu tamanho e condição pré-gestacional, especialmente incentivado pela amamentação quando possível; este período é marcado por uma variedade de alterações corporais e emocionais. As transformações emocionais incluem frequentemente uma queda na autoestima, atribuída às exigências da maternidade e às expectativas sociais sobre o papel da mãe, que muitas vezes idealizam uma figura destituída de fragilidades e dotada de uma vocação maternal inata, percebe-se uma necessidade de cuidado e atenção à mulher pois o foco geralmente é direcionado para o bebê (COSTA *et al*, 2021). Portanto destaca-se as redes de apoio que são de extrema importância nesse processo; e a referência dessas mulheres geralmente são as mães, embora se espera também a participação mais assídua dos parceiros, no entanto vale ressaltar que existe uma amplitude dessa rede de apoio incluindo amigos, familiares, vizinhos, colaborando na prevenção da depressão pós parto e na autoestima da mulher

²¹² Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

²¹³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ana2630.paula@gmail.com

²¹⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: enfdavivieira@gmail.com

²¹⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ninasilvaap@gmail.com

²¹⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: karencatsantos@gmail.com

²¹⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: kasilva80@yahoo.com.br

²¹⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: contato.lorenafreire@icloud.com

²¹⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marciabia1980@gmail.com

²²⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail:

2201virginiamartinsoliveira@gmail.com

²²¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: raquelnobre-24@hotmail.com

²²² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ssc.19carvalho@hotmail.com

(CAMPOS *et al*, 2021). **REFERENCIAL TEÓRICO:** Segundo AUED, G. K. *et al* (2023) os cuidados voltados para as puérperas ainda são limitados, havendo a necessidade de continuidade da assistência extra hospitalar para as puérperas através de uma boa sistematização na comunicação entre hospital e postos de saúde. O autor COSTA *et al* (2021) destaca a necessidade de conhecer o perfil das puérperas suas características sociodemográficas e clínicas e a avaliação das mulheres; a fim de proporcionar uma assistência bem sistematizada e de forma individual com o propósito de alcançar melhor qualidade durante o período gestacional e puerperal; CAMPOS *et al* (2021), cita as dificuldades das puérperas perante esse momento de mudanças interpessoais e intrapsíquicas e a necessidade de conscientização da rede de apoio para evitar uma depressão pós parto; BARATIERI *et al* (2019) identificou que uma investigação sobre o puerpério ajuda na criação de atividades a serem desenvolvidas na APS em relação a estrutura física, material, humana, qualificação profissional, planejamento e gestão do programa, além de fatores externos como aspectos culturais da mulher atendida, melhorando a atuação dos profissionais e fornecendo uma maior integralidade a puérpera. **OBJETIVOS:** Produzir mecanismos de informações de acesso rápido, simples, objetivo; e que alcance o maior número de puérperas e suas redes de apoio. **METODOLOGIA:** Trata-se de um projeto de extensão criado por estudantes de enfermagem em prol de desenvolver divulgações em redes sociais para mulheres e suas redes de apoio durante o período puerperal. Será criada uma página no Instagram onde serão divulgados conteúdos com a finalidade de acolher e levar informações para gestante e puérperas. Essa página será divulgada em maternidades públicas da cidade de Belo Horizonte e 3 maternidades públicas da região metropolitana de BH, será confeccionado material para divulgação da página e este material estará disponível na recepção central das maternidades, onde possui maior fluxo de gestantes e puérperas. O acompanhamento da página será de responsabilidade dos alunos e em caso de demanda onde a puérpera necessite de acompanhamento, o serviço de clínica escola de Psicologia acompanhará de forma presencial, esse acompanhamento de informações e multidisciplinar será acompanhado pelos alunos com orientação da Docente Rosiane do curso de Enfermagem e a Docente responsável do curso de Psicologia. **RESULTADOS:** Espera-se alcançar através desse projeto de extensão o maior número de pessoas com a divulgação em rede social. Fornecendo as informações através de publicações relacionadas ao processo puerperal e sempre que necessário garantir suporte com atendimento de profissionais de Psicologia da Clínica escola do Centro universitário Estácio de Belo Horizonte. Quanto aos estudantes de enfermagem esse projeto auxilia na identificação e compreensão das necessidades relacionadas ao tema; e no desenvolvimento de habilidades assertivas durante a atuação profissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, conclui-se a necessidade de criar mais ações e pesquisas para uma abordagem assertiva e formas de orientações a essas as mulheres em relação a esse período. Ressalta que quando não há acompanhamento por uma rede de apoio a mulher pode desencadear transtornos a longo prazo afetando a saúde física, psíquica e social. O cuidado da Enfermagem nesse processo de adaptação da mulher faz toda diferença; um olhar mais atento; um acolhimento humanizado oferece a possibilidade de passar por essa fase com mais leveza, desenvolvendo o autoconhecimento e autocuidado. A partir desse projeto e a criação dos mecanismos de comunicação viabiliza alcançar o maior número de pessoas com informações de forma prática, rápida e acessível.

Palavras-Chave: Enfermagem, Acolhimento, Puerpério, Depressão pós parto.

REFERÊNCIAS

AUED, G. K., SANTOS, E. K. A. DOS ., BACKES, M. T. S., SANTOS, D. G.,

KALIVALA, K. DAS M. DE M., & OLIVEIRA, D. R. de .. (2023). Transição do cuidado à mulher no período puerperal na alta hospitalar. *Escola Anna Nery*, 27, e20220396. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/VQ5qMsXRZmnYttPS5nh6Jrv/#>. Acesso em 17/04/2024.

BARATIERI, TATIANE E NATAL, SONIA. Ações do programa de puerpério na atenção primária: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 24, n. 11, pp. 4227-4238,2019. Disponível em; <https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n11/4227-4238/>. Acesso em :17/04/2024

CAMPOS, P. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. *Psicologia USP*, v. 32, p. e200211, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gRDZZ9sPmPNXKBBJnRtrkQ/#>. Acesso em 17/04/2024.

COSTA, ALV da.; AZEVEDO, FHC. Puerpério e assistência de enfermagem: uma revisão sistemática. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 14, pág. e574101422365, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22365>. Acesso em: 18 abr. 2024.

AVALIAÇÃO DE EQUILÍBRIO E CONTROLE POSTURAL EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SEVERA

Maria Luiza Fernandes de Souza
Viviane Thais dos Santos Batista
Ataualpa Campos de Almeida
Dayane Libério Braga Batista
Marisa Rocha Carneiro
Suelen Aparecida Mendes Sousa²²³

A deficiência visual severa pode ser definida como qualquer condição que esteja associada à perda total da visão, ou acuidade visual inferior a 3/60. No Brasil, segundo dados colhidos no Ministério da Saúde no ano de 2010, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, sendo 6 milhões com baixa visão e 582 mil com cegueira. Entretanto, a visão é responsável por 85% dos estímulos enviados ao cérebro. Por isso, a perda da visão pode desencadear em perdas emocionais, de habilidades básicas diárias, comunicação, locomoção e da personalidade de modo geral, como também no comprometimento do desenvolvimento do controle postural e do equilíbrio, que induz à formação de adaptações posturais comum, em grupos de deficientes visuais. Sendo assim, pessoas com deficiência visual severa promovem adaptações posturais e apresentam atraso da resposta do sistema vestibular, somatossensorial e visual. A partir do momento em que um dos sistemas envolvidos no controle postural diminui ou perde sua atividade, no caso a visão, há um declínio funcional dos mecanismos envolvidos no controle postural. O déficit visual acarreta um atraso da resposta do sistema vestibular e maior variabilidade do centro de oscilação de pressão, levando à alteração do equilíbrio. Este estudo teve como objetivo investigar se é possível um programa de exercícios terapêuticos baseados no controle postural e equilíbrio dinâmico contribuir para uma postura ereta com menor sobrecarga e minimizar os riscos de queixas de dores futuras no sistema musculoesquelético em pessoas com deficiência visual severa. A Metodologia foi realizada diante de uma breve revisão de literatura usando os termos controle postural, equilíbrio, deficiência visual, incluindo estudos publicados nos últimos 6 anos, no idioma português. Com a utilização da Escala de Berg, Escala de Eficácia em Quedas Internacional (FES -1), Questionário de quedas adaptado (REZENDE 2011), e através do uso de imagens. Para alcançar o objetivo proposto, este estudo realizou uma pesquisa composta por 5 indivíduos com deficiência visual severa, de ambos os sexos, com idade entre 23 e 61 anos. A pesquisa foi realizada na Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte, localizada no bairro de Lourdes, região Centro Sul. Inicialmente, Os participantes foram submetidos a uma entrevista breve para averiguar se estavam aptos a participar da pesquisa. Com base na análise dos dados coletados estratégias foram adotadas com o intuito de melhorar o controle postural e equilíbrio, pensando especialmente em prevenir possíveis dores futuras e orientar a melhor maneira de se portar durante a jornada de trabalho. O projeto foi conduzido com 5 pessoas de ambos os sexos, com idades entre 23 e 61 anos. A partir da revisão da literatura esperamos encontrar pessoas com deficiência visual severa com aumento da cifose dorsal, exacerbação da lordose lombar, rotação e inclinação da cabeça para um dos lados, ptose abdominal, alteração na consciência corporal, adaptações no posicionamento da

²²³ Aluna da Estácio BH - Suelen@lifelink.com.br

cabeça e atraso da resposta do sistema vestibular, somatossensorial e visual. Nesse contexto, concluímos através dos nossos meios de pesquisa que de um modo geral todos possuem uma concordância que a aplicação de um trabalho de reeducação postural é uma ótima estratégia visando principalmente na prevenção e manutenção na qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência visual severa. Senso assim, se torna necessário a intervenção da cinesioterapia com exercícios de reeducação postural em pessoas com deficiência visual severa que apresentem alterações posturais e de equilíbrio, buscando uma melhora na qualidade de vida diária.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sara Teresinha. et al. Benefícios do Treinamento Funcional para o equilíbrio e propriocepção de deficientes visuais. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. v.22, n.6, pp. 471-475, nov-dez/2016. ISSN 1517-8692.IBGE, 2010. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

NADAI, R. A. A. D.; GONÇALVES, G. B. Análise do equilíbrio e controle postural em deficientes visuais adquiridos / Analysis of balance and postural control in visual disabilities acquired. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1754–1772, 2019.

Rougier P. Visual feedback induces opposite effects on elementary centre of gravity and centre of pressure minus centre of gravity motions in undisturbed upright stance. Clin Biomech (Bristol, Avon). 2003;18(4):341-9.

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ATUAÇÃO NA PCR

Samara Salomé de Oliveira
Rebeca Sousa Santos

INTRODUÇÃO: A parada cardíaca surge quando o coração cessa de distribuir sangue e ar para o cérebro, outros órgãos e tecidos. Ocorre que, em algumas situações, um indivíduo pode ser revivido após esse evento. Tomando por referência o fato de que a Saúde é alicerçada como um direito humano (art. 196 da Constituição), podemos relacionar a necessidade de cuidados específicos ao paciente na RCP, chegando a análise do estado crítico do paciente para que possa ser observado os ritmos chocáveis, dados sobre mortes de pacientes devido a má execução do procedimento podem variar dependendo da região, do contexto e de outros fatores (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2020). No entanto, é amplamente reconhecido que a qualidade da RCP desempenha um papel crucial no resultado do paciente em situações de PCR, principalmente na urgência (Shira A. Schlesinger, 2023). Se a mesma não é executada da forma correta pode resultar em complicações graves, como lesões torácicas, danos cerebrais por falta de oxigênio e até mesmo morte.

O objetivo inicial é instruir o profissional da saúde a realizar a tratativa correta no momento da RCP. Em resumo, um profissional treinado na PCR e RCP tem as habilidades e o conhecimento necessários para fornecer assistência imediata e eficaz em casos de parada cardíaca, aumentando significativamente as chances de sobrevivência do paciente. Referencial Teórico: A Parada Cardiorrespiratória (PCR), considerada a complicação mais grave das DCV, é caracterizada por uma súbita cessação da atividade cardíaca, que cursa com a ausência da circulação e/ou respiração, com evolução para responsividade da vítima a estímulos externos, podendo evoluir para morte caso não sejam realizadas as medidas de primeiros socorros (MELLO et al., 2019). A diferença fundamental entre um profissional treinado em PCR e alguém sem treinamento é a capacidade de agir de forma eficaz e rápida em situações de emergência cardíaca e traumática. O sucesso das manobras para aumentar a chance de sobrevida está tanto na qualidade da RCP, quanto da assistência ofertada pela equipe de saúde, associado, ainda, a avaliação clínica e laboratorial e aos cuidados pós-PCR (SANTIAGO et al., 2020). Sendo com o reconhecimento dos ritmos chocáveis os quais são aqueles que precisam da aplicação de um choque elétrico, por meio de um desfibrilador para restaurar o ritmo cardíaco, dois ritmos cardíacos chocáveis mais comuns são a fibrilação ventricular (FV) e a taquicardia ventricular sem pulso (TVSP). Entendendo a importância da RCP e como aplicar as técnicas corretamente para maximizar as chances de sobrevivência do paciente. O tempo de início da manobra de RCP é um fator determinante para o êxito assistencial e para sobrevida da vítima, haja vista que após os primeiros cinco minutos da PCR já podem ocorrer danos celulares e lesões cerebrais graves e irreversíveis (AHA, 2020). Sendo proficientes em realizar compressões torácicas de qualidade, ventilações adequadas e em utilizar dispositivos de suporte à vida, como desfibriladores automáticos externos (DAE). Analisando em âmbito profissional, o profissional treinado em PCR pode liderar equipes de resposta a emergências, coordenando esforços de ressuscitação e garantindo uma abordagem integrada e eficiente. Em resumo, o treinamento em PCR capacita os profissionais de saúde a responderem de maneira eficaz e segura a emergências cardíacas, salvando vidas e melhorando os resultados para os pacientes. **METODOLOGIA:** O método aplicado para resultados efetivos no processo de conhecimento da demanda, foi inicialmente realizado a pesquisa de artigos científicos que analisam os fatos presentes sobre a necessidade do preparo do profissional, foi apurado pesquisa prospectiva e comparativa qualitativa com profissionais da área da saúde que

estiveram presente em situações de RCP, a mesma realizada em um hospital particular em Belo Horizonte - MG, em 2024, com 10 profissionais. Foi aplicado um questionário sobre parada cardiorrespiratória antes e após capacitação, para comparação. Onde foi abordado o planejamento: sendo o conteúdo a ser discutido e aplicado, tópicos a serem abordados, nível de conhecimento dos profissionais. Abordando a importância da PCR e como o treinamento em RCP pode salvar vidas, aplicando os conceitos básicos da PCR, incluindo as causas, os sinais e sintomas, e as etapas da cadeia de sobrevivência, explicando a importância da RCP precoce e da desfibrilação rápida, realizando uma demonstração prática das técnicas de RCP, incluindo compressões torácicas e ventilações o uso de um desfibrilador automático externo (DAE) **RESULTADOS:** Mediante ao treinamento básico, o profissional de saúde pode conhecer os benefícios de um preparo para realização efetiva do paciente, incluindo habilidades essenciais de salvamento de vidas, atualização de conhecimentos e capacidade de responder de forma eficaz a emergências médicas. Além disso, pode melhorar a confiança e a segurança do profissional ao lidar com situações de específicas em âmbito hospitalar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Pode-se concluir que a o projeto de extensão expande o conhecimento do acadêmico de forma efetiva, onde o mesmo pode se integrar a ações de ensino necessária para a sua formação e conhecimento individual, se tratando de um profissional da área da saúde o preparo efetivo e o conhecimento agregado ao longo do curso é de suma importância para o desenvolvimento em campo.

Palavras-Chave: Pcr; Rcp; Choque Elétrico; Dae; Cardiologia;

REFERÊNCIAS

AHA. American Heart Association. Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020 da American Heart Association. 2020.

RESOLUÇÃO COFEN Nº 543/2017 – REVOGADA PELA RESOLUÇÃO COFEN Nº 743/2024. COFEN, [S. l.], p. 1, 12 maio 2017. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE, Cardiologia. CARDIOMETRO. **Mortes por Doenças Cardiovasculares no Brasil**, [S. l.], p. 1, 26 abr. 2024. Disponível em: <http://www.cardiometro.com.br/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção às Urgências e Rede de Atenção às Urgências**. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017; consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2017./Acesso em: 26 abr.2024

PEREIRA, E.L.C, DE OLIVEIRA, R.R, BALDISSERA, V.D.A, JAQUES, A.E. **Formação de estudantes de enfermagem sobre parada cardiorrespiratória**. Rev Enferm UFPE on line. 2019; 13. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.236369/>. Acesso em 26 abr. 2024.

BARROS FRB, Neto ML. **Parada e reanimação cardiorrespiratória: conhecimento do enfermeiro baseado nas diretrizes da American Heart Association 2015**. Enferm. Foco. 2018; 9(3): 13-18. <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2018.v9.n3.1133/>. Acesso em 26 abr. 2024.

SILVA, E. T. et al. Fatores que influenciam a segurança do paciente em serviços de urgência

e emergência: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 33, 2019.

CONHECIMENTO DAS PUÉRPERAS SOBRE PRIMEIROS SOCORROS FRENTE A OBSTRUÇÃO DAS VIAS AÉREAS EM NEONATOS

Rosiane Rodrigues de Almeida²²⁴
Amanda Mendes Luiz²²⁵
Cintia Ramos Ferreira Silva²²⁶
Fabiola Maria Viera²²⁷
Larissa de Oliveira Melo²²⁸
Mateus Henrique Lacerda Periard do Nascimento²²⁹
Naiara Roberta da Costa Marques²³⁰
Sabrina Toledo Pereira²³¹
Thamyres Hellen Ribeiro de Passos²³²

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: A definição de obstrução de vias aéreas por corpo estranho ou engasgo, também conhecida como OVACE, consiste na obstrução por aspiração de corpo estranho, geralmente localizado na laringe ou traqueia (SanarMed,2019). De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a OVACE é observada principalmente nas crianças do sexo masculino, na faixa etária de 1 a 3 anos. Mais de 50% das aspirações ocorrem em crianças menores de 4 anos e mais de 94% antes dos 7 anos de idade (Ministério da Saúde, 2022). No Brasil, de acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), a inalação, a ingestão de alimentos e outros objetos, foram as principais causas da obstrução do trato respiratório, responsáveis por 173 óbitos de crianças de até nove anos, no ano de 2020. E bebês de até um ano de idade apresentaram 128 ocorrências, sendo as maiores vítimas,(Massashi ,2023). A orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é amamentar até o sexto mês de vida, sob livre demanda. Este ato é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da criança. E é no pré-natal que a equipe multiprofissional ajuda com as orientações e os cuidados sobre a amamentação. Inclusive para os pais e responsáveis evitarem o engasgo. A amamentação é a forma mais eficaz de atender a todos os aspectos nutricionais, imunológicos e psicológicos da criança e que repercutem por toda a vida. O acidente é um acontecimento involuntário, desencadeado por ação muito rápida e repentina que resulta em interação desfavorável entre a pessoa e o ambiente em que se encontra, promovendo lesão ou morte (Melo & Santos, 2019). Os profissionais de Enfermagem atuam na orientação, sendo um elemento chave para a diminuição da morbimortalidade associada à aspiração de corpo estranho na população pediátrica e deve ser tratada de forma abrangente partir da realidade das pacientes que compõem determinada vida (Laranjeira, et al., 2021).**REFERENCIAL TEÓRICO:** de acordo com um levantamento feito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA) em 2022, foram 242 mortes por obstrução do trato respiratório, crescimento de 39,8% em relação ao registrado em 2020 (173), os bebês

²²⁴ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

²²⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: amandaluiz2001@hotmail.com

²²⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Cintiaramos0095@gmail.com

²²⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: fabiola.medi@yahoo.com.br

²²⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: larissaoliveira3m@icloud.com

²²⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Mateusperiard95@gmail.com

²³⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: naiaracosta192@gmail.com

²³¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Toledos278@gmail.com

²³² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: thamyrestetk@gmail.com

até um ano de idade são as maiores vítimas, com 185 ocorrências em 2022 (Uva,2023).
OBJETIVOS: Este projeto de extensão tem como objetivo proporcionar conhecimento e habilidades às puérperas sobre como agir diante de uma obstrução das vias aéreas em neonatos. Ao educar as mães sobre os primeiros socorros adequados nessa situação, busca-se capacitar essas mulheres para lidar com emergências que possam surgir nos primeiros meses de vida de seus bebês. Essa iniciativa visa promover a segurança e o bem-estar dos recém-nascidos, capacitando as mães para agirem de forma rápida e eficaz em situações críticas. **METODOLOGIA:** O projeto de extensão foi desenvolvido por estudantes de Enfermagem, que apresentará uma palestra sobre a importância do aleitamento materno e ensinará de forma prática assistida a execução da manobra de Heimlich, o evento acontecerá na maternidade Sofia Feldman Unidade Carlos Prates – UCP, no dia 30/04/2024 período da tarde. Será entregue cartilhas educativas, viabilizando ações práticas de primeiros socorros com o auxílio de um boneco, além disso, o grupo apresentará dinâmicas e prática com cada participante. A extensão universitária é a prática de atividades promovidas por instituições de ensino superior, destinadas à interação entre ela e a comunidade na qual está inserida, constituindo uma ponte permanente entre a universidade e a sociedade. (Biblio Ufmg, 2021). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** constatamos a importância do aleitamento materno e aplicação da manobra de heimlich. As intervenções educativas contribuirão para o aprendizado e compartilhamentos com seus familiares positivamente. É necessário que a equipe de enfermagem atue na identificação das necessidades da comunidade, para garantir que as informações sejam transmitidas de forma clara e compreensível, enfatizando campanhas educativas de prevenção, promoção e proteção.

Palavras-chave: aleitamento materno; manobra de heimlich; obstrução por aspiração de corpo estranho.

CONSCIENTIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DAS MANOBRAS DE REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR EM LUTADORES DE JIU-JITSU

Patrícia Felismina Leite²³³
Eliana Porto dos Santos²³⁴
Gleyce Kely Fátima dos Santos Carvalho²³⁵
Karen Horrane Martins Costa²³⁶
Laiane Azevedo Lopes de Souza²³⁷
Lorena Costa Freire²³⁸
Maria de Fátima Teixeira Santana²³⁹
Milleny Keren de Souza²⁴⁰
Raquel Oliveira Nobre²⁴¹
Suerlande dos Santos Carvalho Gontijo²⁴²
Vânia dos Anjos Souza²⁴³

INTRODUÇÃO: Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a principal causa de morte no Brasil é ocasionada por doenças cardiovasculares, que afetam não só o coração, mas também a circulação do corpo humano, levando a dados estatísticos que indicam mais de 1.100 mortes por dia (LIMA et al., 2022). Atualmente tem se falado muito sobre práticas esportivas e situações de emergências e socorro imediato, levando em consideração que muitas vezes a prática esportiva é feita sem uma avaliação médica sistemática e uniformizada, o que pode levar a sobrecarga do sistema cardiovascular provocando uma Parada Cardiorrespiratória (PCR). Todo indivíduo para início de práticas esportivas precisa ser orientado a realizar uma avaliação médica sistematizada a fim de identificar doenças cardiovasculares que sejam incompatíveis com a realização de determinados tipos de exercício. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Segundo (CARVALHO et., al 2021) é preciso inserir na educação de base aulas teóricas e práticas voltadas para a temática da PCR e reanimação cardiopulmonar (RCP) em ambientes extra-hospitalares; (LIMA et., al 2022) destaca a escassez tanto de conhecimento quanto de capacitações voltadas para a prática em primeiros socorros para o público leigo e (GHORAYEB et., al 2019) ressalta a importância de elaboração de um plano de contingência médica nos locais de treinos e competições, com pessoal treinado em RCP, para a eventualidade de uma emergência clínica ou cardiovascular. **OBJETIVO:** Orientar lutadores de Jiu-Jitsu sobre como realizar manobras de reanimação cardiopulmonar (RCP) em vítimas de parada cardíaca. **METODOLOGIA:** Trata-se de um projeto de extensão elaborado por acadêmicos de enfermagem que visam desenvolver campanha educativa a lutadores de Jiu-Jitsu, participantes do Projeto da Guarda Municipal de Belo Horizonte. A ação foi realizada com 15 homens, com faixa etária acima dos 30 anos, através de uma palestra e simulação realística com o propósito de orientar sobre a aplicação correta dos procedimentos da RCP e assim reduzir a mortalidade pré-hospitalar por parada

²³³ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: patriciafelismina@yahoo.com.br

²³⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: elianaporrito@gmail.com

²³⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: gleycekely.santos94@gmail.com

²³⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: kevenwaysler@gmail.com

²³⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: laianeazevedols@gmail.com

²³⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: contato.lorenafreire@icloud.com

²³⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Fatinhasantanaoiapoque@gmail.com

²⁴⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: millenykeren31@gmail.com

²⁴¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: raquelnobre-24@hotmail.com

²⁴² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ssc.19carvalho@hotmail.com

²⁴³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vanciasouza689@icloud.com

cardíaca. **RESULTADOS:** Observou-se que o conhecimento prévio dos praticantes de Jiu-Jitsu deste projeto não era suficiente para realizar atendimento imediato e de qualidade a uma vítima de parada cardiorrespiratória (PCR). Portanto a ação alcançou de forma assertiva os lutadores de Jiu-Jitsu, e foram capacitados a reconhecer precocemente uma PCR e a realizar a manobra de reanimação de forma eficaz, até que o serviço de urgência móvel chegue ao local, o que é fundamental para um desfecho positivo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, destaca-se a necessidade de ampliar as discussões sobre o atendimento à PCR entre os praticantes de Jiu-Jitsu e outras modalidades esportivas, para que sejam capazes de socorrer às vítimas em tempo hábil e realizar a reanimação de forma eficiente. Para os estudantes de enfermagem este projeto contribuiu para aprimorar o conhecimento teórico científico, possibilitando o desenvolvimento de habilidades na aplicação da prevenção, promoção e recuperação da saúde.

Palavras-chave: Reanimação Cardiopulmonar; Doenças Cardiovasculares; Práticas Esportivas;

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Thalisson Serrath et., al. A atuação do socorrista leigo em caso de parada cardiorrespiratória em ambiente extra-hospitalar. *Global Academic Nursing Journal*, v. 2, n. 4, p. 201, 2021. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/236>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GHORAYEB, Nabil; et., al. Atualização da Diretriz em Cardiologia do Esporte e do Exercício da Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e Esporte. Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE). *Arq. Bras. Cardiol.* v.112, n.3, p. 326-368, 2019. Disponível em: <https://www.medicinadoesporte.org.br/wp-content/uploads/2020/01/cardio-11203024.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024

LIMA, Mariane Cristina da Costa; et., al. Manejo da parada cardiorrespiratória para leigos: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33300>. Acesso em: 14 mar. 2024

EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA MULHER, ADESÃO AO PREVENTIVO NA ATENÇÃO BÁSICA.

Rayssa Laura De Amorim Silva²⁴⁴
Ariele Caroline Neves Cardoso²⁴⁵
Camila Vitor da Silva²⁴⁶
Fernanda Cristina Roma²⁴⁷
James Pereira Reis²⁴⁸
Júlia Francielle Alcântara Souza e Silva²⁴⁹
Milleny Keren de Souza²⁵⁰
Rafaela Ferreira Mourão²⁵¹
Rayssa Laura De Amorim Silva²⁵²
Rosiane Rodrigues de Almeida²⁵³
Josy Karly S. C. Motta²⁵⁴

INTRODUÇÃO: De acordo com o censo demográfico de 2022, as mulheres são a maioria da população brasileira, 51,5%. Além disso, elas são as maiores usuárias do sistema único de saúde (sus). Pensando nesse tema, em 2004, o Governo Federal e o Ministério da Saúde criaram a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para o período 2013-2015 (PNPM). Esses programas abordam prevenção, promoção, recuperação e integralidade da saúde das mulheres. O exame de Papanicolau, também conhecido como exame Preventivo, é um dos principais tópicos discutidos na política de saúde da mulher. O Papanicolau é um exame que visa prevenir o câncer de colo de útero (CCU), sendo indolor, simples e rápido. O objetivo principal é identificar lesões precoces, permitindo o diagnóstico precoce da doença antes que haja sintomas. É fornecido na rede pública de saúde, e realizados por profissionais capacitados (SILVEIRA BL, et al., 2018). O exame pode ajudar a prevenir e recuperar saúde das mulheres, como prevenção ao vírus HPV, visto que a cada 1 hora morre uma mulher no Brasil, o segundo que mais mata mulheres de 20 a 49 anos. **JUSTIFICATIVA:** O câncer de colo de útero é o terceiro mais incidente entre mulheres. Em 2023, estima-se uma incidência de 17.010 casos novos, o que representa um risco considerado de 13,25 casos a cada 100mil mulheres. O exame de Papanicolau é uma ferramenta importante para detectar alterações nas células do útero que podem indicar a presença de câncer cervical e outras afecções. Realizar este exame de maneira regular pode ajudar a detectar problemas de saúde em etapas temporárias, o que aumenta as possibilidades de um tratamento exitoso. É importante programar e realizar o exame de Papanicolaou de acordo com as recomendações do seu médico para manter sua saúde ginecológica em ótimas condições. **OBJETIVO:** O objetivo

²⁴⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: rayssalaura73@gmail.com

²⁴⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: arielenevesarieleneves@gmail.com

²⁴⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: camilavitordasilva@gmail.com

²⁴⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: fernandaroma@yahoo.com.br

²⁴⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: rafaelaferreira280402@gmail.com

²⁴⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: juliafrancielle13@gmail.com

²⁵⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: millenykeren31@gmail.com

²⁵¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: rayssalaura73@gmail.com

²⁵² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: rafaelaferreira280402@gmail.com

²⁵³ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

²⁵⁴ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: josei.motta@estacio.br

principal da realização da atividade extensionista é conscientizar a população sobre exame de Papanicolau, fazer essa população entender sobre alterações anormais nas células do útero que possam indicar a presença de câncer cervical e outras afecções ginecológicas. Este exame preventivo é fundamental para identificar possíveis problemas de saúde em etapas temporárias, o que aumenta as possibilidades de um tratamento exitoso. Ao realizar regularmente o exame de Papanicolaou, a população adquire conhecimento e passa essa informação e orientação para pessoas próximas de seu convívio. Fazer com que a população seja protagonista da sua saúde ginecológica e medidas de prevenção. **METODOLOGIA:** O tema será explorado na unidade básica de saúde, foi realizado uma avaliação inicial para identificar o nível de conhecimento da população sobre o exame de Papanicolau e as barreiras que podem ter para acessá-lo. Criação folhetos, banner e outros materiais visuais que expliquem de maneira clara e sencilla no que consiste o exame de Papanicolau, sua importância e como se realizar. Organização educativas no posto de saúde para explicar à população os benefícios do exame preventivo, a frequência com o que deve ser realizado e como realizar o agendamento. Realizar demonstrações práticas do procedimento do exame de Papanicolau para desmitificar possíveis temores e mostrar que é um procedimento simples e rápido. Sessões de perguntas e respostas, abrir espaços para que a população possa fazer perguntas e esclarecer dúvidas sobre o exame de Papanicolau, sua importância e os resultados que podem ser obtidos. **RESULTADOS:** O resultado esperado para a conscientização de uma população em um centro de saúde sobre a importância do exame preventivo de Papanicolaou é que as pessoas obtenham um maior conhecimento sobre o procedimento, compreendam sua relevância na prevenção do câncer cervical e se sintam motivadas a realizar o exame de maneira regular. Além disso, espera-se que a população se sinta mais fortalecida em relação à saúde ginecológica, reduzindo possíveis barreiras de acesso e aumentando a taxa de detecção de temperatura de possíveis anomalias. Em resumo, o objetivo é que a população seja mais informada, consciente e comprometida com seu bem-estar ginecológico, o que contribuirá para uma melhor saúde e qualidade de vida em geral.

Palavras-Chave: Papanicolau; Prevenção; Saúde;

REFERÊNCIAS

Política nacional de atenção integral à saúde da mulher, 2011) Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. 1a. ed., 2a. reimp ed. Brasília, DF: Editora MS, 2011.

ALVES, B. / O. / O.-M. Papanicolau (exame preventivo de colo de útero) | Biblioteca Virtual em Saúde MS. , [s.d.]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/papanicolau-exame-preventivo-de-colo-de-utero/>. Acesso em: 12 abr. 2024

O HPV é mais comum do que você imagina: Como se prevenir do HPV?. MSD, [S. l.], p. 1, 1 maio 2023. Disponível em: <https://podeacontecer.com.br/#comoprevenirinfecoespelohpv>

BOLETIM TEMÁTICO DA BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: cancer de colo de utero. 3. ed. Biblioteca virtual: Ministério da saúde, 1 abr. 2023. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/cancer_colo_utero_marco_2023.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

prevenção da obstrução de vias aéreas por corpo estranho em instituição de educação infantil

Samara Salomé²⁵⁵
Camilla Silva Fernandes²⁵⁶
Carolina Goulart Evangelista Coelho Santos²⁵⁷
Eliane Batista de Oliveira²⁵⁸
Hélade Paula Do Carmo Almeida²⁵⁹
Hiago Vinicius Januário Leocadio²⁶⁰
Nayani Amaral dos Santos²⁶¹
Rafaela Goulart Evangelista Coelho²⁶²
Sabrina Goulart Coelho Souza²⁶³
Sarah Caetano Amorim²⁶⁴
Valquiria Evelli Gomes Berti Cilira²⁶⁵

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: Os acidentes domésticos na infância caracterizam-se como um relevante problema de saúde, devido à potencial gravidade (SOBRINHO *et al.*, 2017). A obstrução das vias aéreas por um corpo estranho (OVACE) representa grave problema de saúde pública da população pediátrica, sendo considerado um acidente fatal, ocorrendo mais frequentemente (7% dos acidentes no mundo) em crianças (COSTA *et al.*, 2021). O grupo que apresenta maior risco de engasgos é o das crianças na faixa etária abaixo de quatro anos, por ter o hábito de levar objetos na boca, falta de controle motor total e dentição incompleta (HARADA *et al.*, 2000). Dessa forma, sua prevenção e identificação precoce é essencial, tendo em vista que pode levar a óbito, além de poder gerar lesões permanentes e imensuráveis repercussões em todas as esferas biopsicossocial da vítima (AMARAL *et al.*, 2019). É crucial que os pais e cuidadores estejam atentos à segurança em torno de crianças dessa faixa etária e atuando em caso de acidentes dessa natureza.

REFERENCIAL TEÓRICO: Cada vez mais o número de crianças tem apresentado obstrução de vias aéreas, parcial ou total, e o desconhecimento das manobras de primeiros socorros tem favorecido para a mortalidade precoce ainda nas residências, não dando tempo suficiente para a chegada a um serviço de saúde (VASCONCELOS, 2014). A Lei nº 13.722, também conhecida como Lei Lucas estabelece a obrigatoriedade da “capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil”. A fim de aumentar a segurança de crianças e adolescentes dentro do espaço escolar ou recreativo, oferecendo o conhecimento necessário para que os profissionais possam lidar com situações emergenciais (BRASIL, 2018). Nesse contexto, a atuação do enfermeiro vai além da

²⁵⁵ Docente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: Samara.oliveira@professores.estacio.br

²⁵⁶ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: lupycamilla@gmail.com

²⁵⁷ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: carol.goulart111@gmail.com

²⁵⁸ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: ellibaptista@hotmail.com

²⁵⁹ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: helade.almeida1@gmail.com

²⁶⁰ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: Hiagojosh22@gmail.com

²⁶¹ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: nayaniamaral925@gmail.com

²⁶² Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: sabrinagecoelho@gmail.com

²⁶³ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: goulartrec@gmail.com

²⁶⁴ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: sarah.caetano.01@gmail.com

²⁶⁵ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: valquiriabertecilira@gmail.com

assistência direta, pois a enfermagem não só executa o socorro às vítimas em situação de emergência e fora do ambiente hospitalar, mas desenvolve atividades educativas como instrutor (VASCONCELOS, 2014). Considerando que é no ambiente escolar onde as crianças passam grande parte do seu dia, este se constitui um cenário onde os agravos podem acometer a saúde infantil com maior frequência (LIMA et al., 2018). O diagnóstico precoce do engasgo é essencial, pois o retardo no seu reconhecimento e tratamento pode incorrer em sequela definitiva ou dano fatal. A manobra de Heimlich e a intervenção adequada em primeiros socorros para desobstrução de vias aéreas para todas as faixas etárias, mas a sua aplicação varia de acordo com o comprimento da criança e seu estado de consciência (DE JONGE, 2020). Sendo assim, atividades de educação para prevenção e manejo das injúrias não intencionais são primordiais para propiciar autonomia e segurança aos profissionais envolvidos neste contexto. Por isso, os educadores devem estar treinados para prevenir, identificar e intervir frente ao engasgo em crianças (DE MELO MACHADO, E. C. et al., 2017). A promoção e proteção da saúde infantil, é de responsabilidade de toda sociedade e vai além dos profissionais da saúde, portanto, enquanto acadêmicos e futuros profissionais de enfermagem presenciamos a oportunidade de prestar o papel de educador e acrescentar na sociedade como um todo (GONÇALVES et al., 2008). **OBJETIVOS:** Realizar uma ação extensionista educativa para capacitar profissionais e cuidadores de crianças do ensino infantil a prevenir e prestar os primeiros socorros no caso de obstrução de vias aéreas. **METODOLOGIA:** A realização do projeto contará com o apoio de uma Instituição privada, localizada na Região Leste de Belo Horizonte. A instituição conta atualmente com professoras fixas e 3 extracurriculares e com alunos de idade entre 04 meses e 05 anos e 11 meses. Para realização desta ação será ministrada uma palestra utilizando o projetor, caixa de som, cartazes e panfletos, apresentado de forma didática, medidas de prevenção, sinais e sintomas da OVACE e como agir frente a essa situação. **RESULTADOS:** Os acadêmicos compreenderam a pertinência do tema para a atuação profissional e a importância que as atividades a serem executadas. A proposta é instruir as professoras e os funcionários ofertando um treinamento com as manobras de primeiros socorros de forma eficaz e proporcionando autonomia para preservar e melhorar a sua qualidade de vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A extensão universitária é de suma importância para todos os estudantes em formação. Sua prática tem muitas vantagens e benefícios, uma vez que proporciona, junto com a sociedade, um processo educacional, cultural e científico de grande relevância para a partilha de conhecimento técnico-científico e vivências. O projeto tem como meta cumprir esse papel, visto a importância do tema atualmente e para o público-alvo.

Palavras-chave: OVACE, primeiros Socorro, óbito infantil, engasgo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. B. do et al. **Caracterização dos casos de óbito acidental de crianças por aspiração de corpos estranhos em Minas Gerais.** Revista Mineira de Enfermagem, v. 23, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/>. 1364 Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.** Lei Lucas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, col. 1, 04 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

COSTA, I. O. et al. Estudo descritivo de óbitos por engasgo em crianças no Brasil. **Rev Pediatr, Rio de Janeiro**, v. 21, n. 1, p. 11-14, 2021.

DE MELO MACHADO, E. C. et al. Acidentes na infância: percepção e atitudes dos professores na educação infantil. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 7, p. 35-47, 2017.

DE JONGE, A. L. et al. Conhecimentos de profissionais de educação infantil sobre obstrução de vias aéreas por corpo estranho. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 6, 2020.

FRAGA, J. C. et al. Remoção de corpo estranho da via aérea de criança por broncoscopia através de traqueotomia ou traqueostomia. **Jornal de Pediatria**, v. 79, n. 4, p. 369–372, jul. 2003.

GONÇALVES, F. D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 24, p. 181–192, jan. 2008.

HARADA, M. de J. C. S. et al. Epidemiologia em crianças hospitalizadas por acidentes. **Folha Med**, p. 43-7, 2000.

LIMA, E. P. M. de et al. Identification of knowledge of mothers in the prevention of domestic accidents with children of the first childhood. **Enferm Foco**, v. 9, n. 4, p. 77-80, 2018.

SOBRINHO, R. A. S. et al. Percepção dos profissionais da educação e saúde sobre o programa saúde na escola. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 93-108, 2017.

EDUCAÇÃO NO TRÂNSITOprojeto de extensão e [a formação de condutores na educação para o trânsito](#)

Samara Salomé de Oliveira²⁶⁶
Barbara Luiza de Jesus Bastos²⁶⁷
Danyelle Stefany Ribeiro²⁶⁸
Débora Rodrigues Duarte²⁶⁹
Gabriella Thais de Souza castro²⁷⁰
Ingrid Gomes Vilete²⁷¹
Ingrid Michele Pereira²⁷²
Nayara Luriko Ishioka Feitosa²⁷³
Tharsila Evelyn Gonçalves Rodrigues²⁷⁴
Viviane Aparecida Ferreira²⁷⁵

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: O acidente de trânsito definido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DETRAN), como evento em via pública ou calçada, que resulte em danos materiais e humanos. Sejam através de colisões, atropelamentos, capotamento, trombamento entres outros (CAMBOIN, F. F. et al, 2021). No Brasil, o trânsito é considerado um dos mais perigosos do mundo, sendo que, de maneira geral, as atenções se voltam para as tragédias, com destaque para mortos e feridos, e raramente são noticiados trabalhos que estão voltados para a segurança e a educação no trânsito (SANTOS et al., 2017). De acordo com o relatório de sinistro de trânsito com vítimas em Belo Horizonte, no ano de 2021 ocorreram cerca de 11.122 sinistros de trânsito, onde 13.062 foram classificadas como não fatais e 113 fatais dentre eles 1.124 devido a atropelamento, onde 42 deles foram atropelamento de animais (BHTRANS, 2022). Diante do exposto, processou-se em média 30,5 sinistros a cada dia, onde 36 dos acidentados sofreram algum tipo de lesão ou veio a falência. Vale ressaltar, que os sinistros entre o ano de 2020 e 2021 envolvendo acidentes com motociclistas aumentaram em 4,35%, além disso, foi evidenciado, que, houve mais sinistros envolvendo motociclistas e automóveis (BHTRANS, 2022). No ranking entre os acidentes mais registrados o atropelamento e acidente envolvendo motociclistas tem chamado atenção por serem os que mais registraram óbitos, apesar da redução de 76% para 63% entre os respectivos anos, os acidentes envolvendo ciclistas elevou-se para 75% (BHTRANS, 2021). Acredita-se que introduzindo a educação para o trânsito em todos os níveis escolares, respeitando os limites necessários para a aprendizagem e de acordo com cada faixa etária, ocorreriam mudanças na atitude dos motoristas. As estratégias para promoção e prevenção de saúde como forma de integrar o cuidado, são sustentadas pela equipe de saúde o que evidência o enfermeiro como tendo papel fundamental na prática do cuidado de forma interdisciplinar (MELO; MENDONÇA,

²⁶⁶ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: samara.oliveira@professores.estacio.br

²⁶⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: barbaraluizadejesusbastos@hotmail.com

²⁶⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Danystteffany@hotmail.com

²⁶⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: deboraroduarte@gmail.com

²⁷⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: gabi.210705@gmail.com

²⁷¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: indyvilete@gmail.com

²⁷² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ingridmipe@gmail.com

²⁷³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: na.yaraluriko@hotmail.com

²⁷⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: tharsila19@gmail.com

²⁷⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Vivi.ferreira050414@gmail.com

2021). **REFERENCIAL: TEÓRICO:** Processou-se na cidade de Belo Horizonte entre o ano de 2020 e 2021 por dia uma média de 30,5 sinistro de trânsito onde 36 deles sofreram alguma lesão ou veio a falência, onde mais de 50% são devido a causas como falhas humanas (MINISTERIO DOS TRANSPORTES). Segundo o observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), o número de internação devido a acidentes de trânsito gera ao sistema público de saúde um gasto de mais de 52 bilhões de reais por ano (FIOCRUZ, 2019). Os jovens têm sido identificados como os que mais estão envolvidos em acidentes de trânsito (MELO; MENDONÇA, 2021). **OBJETIVOS:** Educar os alunos sobre a importância da atenção no trânsito, informar sobre as causas que tem levado alguns motoristas a morte nas vias urbanas, e conscientizar sobre a importância de respeitar as leis de trânsito. **METODOLOGIA:** Trata-se de um projeto de extensão realizado pelos acadêmicos do curso de enfermagem, que visa garantir a promoção e prevenção de saúde no trânsito. A ação deseja alcançar os alunos que estão em processo de formação de condutores, a fim de levar conhecimento e educação para se evitar acidentes, devido falhas que poderiam ser evitadas. O referencial teórico utilizado foi obtido a partir de pesquisa bibliográfica em artigos científicos indexados na base de dados Google Acadêmico sobre a temática “educação para o trânsito” a fim de coletar dados. Logo em seguida, decidimos realizar uma apresentação sobre o tema em formato de palestra que será realizada na autoescola (centro de formação de condutores), localizada no centro da cidade de Belo Horizonte. Com o intuito de conscientizar sobre a temática abordada. **RESULTADOS:** O projeto foi elaborado de forma detalhada e objetiva para que este seja aplicado pelos alunos do curso de Enfermagem que cursam a disciplina de Urgência e Emergência ainda neste semestre (2024.1). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Destacamos a importância da educação sobre o trânsito, como um fator de grande relevância na saúde. E os projetos de extensão expandem a atuação dos acadêmicos para além das salas de aula, promovendo ações transformadoras que, de forma significativa integram e modificam a realidade social.

Palavras-chave: acidentes de trânsito Belo Horizonte, prevenção de acidentes de trânsito, acidentes motociclistas.

REFERÊNCIAS

CAMBOIN, F. F. et al. Traffic accidents in childhood: prevention from the nurse's perspective. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 42, n. spe, p. e20200171, 2021.

MELO, W. A. DE.; MENDONÇA, R. R. Caracterização e distribuição espacial dos acidentes de trânsito não fatais. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, p. 1–12, jan. 2021.

Estudo aponta que mais de 50% dos acidentes de trânsito são causados por falhas humanas. Disponível em:

<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/estudo-aponta-que-mais-de-50-dos-acidentes-de-transito-sao-causados-por-falhas-humanas765>. Acesso em: 28 abr. 2024.

Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/registro-nacional-de-acidentes-e-estatisticas-de-transito>

BHTRANS. INFORMAÇÕES SOBRE SINISTROS DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/seguranca-e-educacao/politica-seguranca-transito-belo-horizonte>. Acesso em: 28 abr. 2024.

INFORMAÇÕES SOBRE SINISTROS DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/seguranca-e-educacao/politica-seguranca-transito-belo-horizonte>. Acesso em: 28 abr. 2024.

EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Rosiane Rodrigues de Almeida²⁷⁶
Aline Carvalho Dos Santos²⁷⁷
Ana Paula Arcanjo²⁷⁸
Ariane Cristina Abdon Silva²⁷⁹
Gabriella Thais de Souza castro²⁸⁰
Ingrid Gomes Vilete²⁸¹
Ingrid Michele Pereira²⁸²
Larissa Rocha de Carvalho²⁸³
Luana Aparecida de Oliveira²⁸⁴
Stephanie Isabelle Vieira Da Silva²⁸⁵
Vanessa Silva Santos Sabino²⁸⁶
Wallas Dutra de Moraes²⁸⁷

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: O Câncer de mama é uma proliferação celular exacerbada, que ocorre no tecido mamário ocasionando um tumor, podendo acometer tanto homens como mulheres, porém é mais comum no sexo feminino devido a maior quantidade de tecido mamário (UNIFESO, V.2n.3, 2019). Considerado como o tipo de neoplasia que mais mata as mulheres no Brasil (INCA). A média de idade entre as pacientes com essa patologia é de 56 anos, com 10 anos de diferença entre os EUA (AGENCIA BRASIL,2024). Estima-se que cerca de 74 mil casos são diagnosticados anualmente, entre eles 41% estão em estágios avançados, estágio 3 e 4 da doença (MÔNICA DE ASSIS. C.N.S 2023), 17% deles podem ser evitados através de mudanças de hábitos diários como manter o peso corporal adequado, prática de atividade física, a amamentação, e abandono do tabagismo (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2023). A forma de detecção se dá através da mamografia em pacientes assintomáticos entre 50 e 59 anos ou pacientes com sinais sugestivos da doença. (SCIELO, 2022). Existem algumas formas de se prevenir o câncer de mama. Entende-se que a prevenção pode ser primária, secundária ou terciária. Onde a primária tem relação com manter a vida saudável, proteção contra radiações iônicas, e preservar sempre os níveis de estrogênio normais. Já o secundário se diz respeito ao rastreio através da palpação, mamografia e exames complementares, e por fim, a terciária considerada como a amenização de sintomas de depressão, ansiedade e tristeza, proporcionada com intervenção terapêutica e psicológica quando há detecção da doença, ajudando na recuperação e no enfrentamento da moléstia. (UNIFESO, V.2n.3, 2019). **REFERENCIAL TEÓRICO:** A grande preocupação em relação a ao câncer de mama, é a descoberta tardia da moléstia estando a doença em estágios já avançados (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2023),

²⁷⁶ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

²⁷⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: alinecs.enfermagem@gmail.com

²⁷⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ana_arcanjo@outlook.com

²⁷⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: arianecristinaabdon@gmail.com

²⁸⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: gabi.210705@gmail.com

²⁸¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: indyvilete@gmail.com

²⁸² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: ingridmipe@gmail.com

²⁸³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: larissarocha2631@gmail.com

²⁸⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: luana_izabela@yahoo.com.br

²⁸⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: isabellevieira874@gmail.com

²⁸⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: Sabinovanessa.silva@gmail.com

²⁸⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: wallas.viana019@gmail.com

por isso é importante que a prevenção, seja primária, secundária e terciária. **OBJETIVOS:** Conscientizar sobre a temática câncer de mama, educar, e promover a saúde da mulher. Como também, informar sobre a importância da prevenção, controle dos fatores de risco, autoexame e diagnóstico precoce. **METODOLOGIA:** Trata-se de um projeto de extensão realizado pelos alunos do curso de Enfermagem da Faculdade Estácio. Iniciou-se pela análise do tema de pesquisa, logo em seguida foi realizada coleta de dados, por busca sistemática em sites eletrônicos, temos como base de dados: Scielo, Ministério da Saúde, Unifeso, Conselho Nacional de Saúde, Agência Brasil. Como segunda etapa do projeto, foram definidos o público alvo a ser abordado (mulheres acima de 18 anos). Também, foi evidenciada a forma de abordagem, estando estabelecida como: ação direta através do direcionamento das mulheres (em média 50), a uma base física que será montada na praça da Liberdade, situada em Belo Horizonte. O público-alvo poderá aferir a pressão arterial, e concomitantemente receberá orientações sobre prevenção, cuidados, e tratamento do câncer de mama, esclarecimento de dúvidas sobre a temática, promoção de saúde e bem-estar. Pretende-se ainda, oferta água mineral e distribuir panfletos informativos sobre prevenção do câncer de mama. Além da ação já relatada, foi proposto uma apresentação do tema em sala de aula. **RESULTADOS** Os resultados alcançados até o momento, tem se mostrado satisfatório, durante todo esse processo passamos por período de longo aprendizado, foi realizado uma apresentação em sala de aula no dia 18/04/24 para os integrantes do curso de enfermagem, e para alunos matriculados na disciplina saúde da mulher. Também foi realizado em classe quiz: mitos e verdades sobre o câncer de mama, utilizado no final para fixar aprendizado e sanar dúvidas, dessa forma podemos contribuir com a educação na formação de futuros profissionais da saúde. Como etapa seguinte, buscamos levar o conhecimento a população externa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A informação e a prevenção são importantes para diminuir o número de câncer de mama, além do rastreamento, pois quanto mais cedo a moléstia for detectada, maiores serão as chances de cura.

Palavras-Chave: prevenção, câncer de mama; saúde da mulher

EFEITO DE UM PROGRAMA DE CINESIOTERAPIA DE EQUILÍBRIO E COORDENAÇÃO MOTORA EM CRIANÇAS

Diana Silva do Rosário²⁸⁸
Andrea de Jesus Lopes²⁸⁹
Dyonathan Nunes Trindade²⁹⁰
Bárbara Cinara Dias²⁹¹
Kamila Dayene de Faria²⁹²
Cindy Carolina Ramos Zeferino²⁹³
Tamires Bertoldo Alvarenga²⁹⁴
Henrique Suterio Garcia²⁹⁵
Debora Regina da Silva Santos²⁹⁶
Karine teixeira de Souza²⁹⁷

Considerando o desenvolvimento humano, compreendemos que a primeira infância consiste em um período da vida do ser humano de extrema importância para todos os âmbitos da sua evolução. O bom desenvolvimento da coordenação motora é crucial para a realização de atividades básicas do dia a dia, como andar, pular, correr, engatinhar, pular de um pé e agachar. O equilíbrio e coordenação motora são desenvolvidos e aprimorados de acordo com a necessidade de cada indivíduo, através de movimentos repetidos por inúmeras vezes, gerando interações entre o sistema musculoesquelético e sistema nervoso. O projeto vinculado à disciplina de cinesioterapia para a fisioterapia tem por objetivo principal promover um programa de cinesioterapia focado em exercícios de coordenação motora e equilíbrio em crianças na faixa etária de cinco anos. O presente trabalho teve por objetivo apresentar a proposta de avaliação e intervenção cinesioterapêutica com crianças típicas e os ganhos esperados no seu desenvolvimento. A metodologia foi a revisão de literatura científica realizada nas bases de dados SCIELO e EBSCO, publicados em português e inglês, nos últimos 4 anos que abordaram o uso da cinesioterapia. Resultados encontrados e esperados: foi construído um formulário com testes para avaliação incluindo GMFM (domínio E – andar, correr e pular). Foi agendado com a coordenação da creche no dia 23/04/2024 para executar o projeto de mini circuito com o objetivo de estimular equilíbrio e coordenação motora, a instituição selecionou crianças típicas de 5 anos de idade. O horário de chegada foi às 13:00 horas para montar o percurso com os seguintes materiais: 4 bambolês coloridos fixados em pé entre dois cones para a criança passar no meio, 5 barreiras fixadas em 10 cones em pares para a criança pular, 6 chapéus chineses alternados nas cores azul, amarelo, verde e laranja para fazerem a volta, uma escada de agilidade com pegadas de um pé e outro com 2 pés, para pular com um e depois com dois pés, três traves de equilíbrio de 2,30 metros de comprimento e 20 centímetros de largura, fixada em linha reta para a criança passar olhando para frente com os braços abertos. Não foi observado nenhum tipo de

²⁸⁸ Discente da Estácio BH - E mail : dianarosario0696di@gmail.com

²⁸⁹ E mail: andrea.jesus@estacio.br

²⁹⁰ E mail: dyonathannunes25@gmail.com

²⁹¹ E mail: bbarbara.dias2@gmail.com

²⁹² E mail: oi.milafarias@hotmail.com

²⁹³ E mail: cindycarolina86@yahoo.com

²⁹⁴ E mail: tamireshbertoldoalvarenga@gmail.com

²⁹⁵ E mail: hsuterio@gmail.com

²⁹⁶ E mail: libs.drs@gmail.com

²⁹⁷ E mail: Karineteixeira2011@hotmail.com

dificuldade com relação ao circuito proposto e realizado. Segundo a literatura, o desenvolvimento infantil é um processo multifacetado que envolve aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Dentro deste espectro, o desenvolvimento neuromotor ocupa uma posição central, especialmente nos primeiros anos de vida. A capacidade de uma criança de manter o equilíbrio, tanto em repouso quanto em movimento, bem como sua coordenação motora, são indicativos vitais de seu desenvolvimento neurológico. Estudos destacam a importância dessas capacidades, que estão intimamente ligadas ao progresso em outras áreas de desenvolvimento, como a cognição e a interação social. O equilíbrio estático e dinâmico e a coordenação motora não apenas fundamentam a capacidade da criança de explorar seu ambiente, mas também são essenciais para atividades diárias básicas, como caminhar, correr e manipular objetos. Essas habilidades motoras básicas são o alicerce sobre o qual se apoiam habilidades mais complexas, tais como a escrita e outros tipos de expressão manual. A avaliação precisa dessas habilidades motoras durante os anos pré-escolares é crucial, pois problemas não detectados podem levar a desafios substanciais. Dificuldades no equilíbrio e na coordenação podem ser sintomáticos de atrasos no desenvolvimento neurológico, que, se não tratados, podem afetar adversamente a prontidão escolar e o desempenho acadêmico. Além disso, a correção precoce de tais déficits pode levar a melhorias significativas em áreas relacionadas, como a integração sensorial e a capacidade de concentração. Portanto, este trabalho visa investigar a relação entre o equilíbrio estático e dinâmico e a coordenação motora em crianças pré-escolares, utilizando testes específicos para identificar e analisar os resultados, com o objetivo final de destacar a importância de intervenções precoces que possam beneficiar o desenvolvimento neurológico global das crianças. Através de uma abordagem baseada em evidências, procuramos não apenas entender essas relações, mas também desenvolver estratégias eficazes para apoiar crianças em seu caminho para um desenvolvimento saudável e integrado. A necessidade de uma avaliação metódica do equilíbrio e coordenação motora em crianças pré-escolares é fundamentada pela evidência de que habilidades motoras estabelecidas nesse estágio são cruciais para o desenvolvimento futuro, crianças com desenvolvimento motor inadequado apresentam riscos aumentados de dificuldades na aprendizagem e na atividade física regular, o que pode afetar sua qualidade de vida de forma prolongada. Portanto, identificar e intervir em possíveis déficits motores durante os anos pré-escolares é vital para promover um desenvolvimento saudável e integral.

EFEITOS DA GINÁSTICA LABORAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Italo Pereira de Sousa²⁹⁸

Maria Luiza de Souza Amancio²⁹⁹

Thaís Cristina Silva Santos³⁰⁰

Andrea de Jesus Lopes³⁰¹

Resumo: Este artigo teve como objetivo principal identificar como a Ginástica Laboral influencia na Qualidade de Vida dos trabalhadores, proporcionando a estes inúmeros benefícios (redução de dores devido a movimentos repetitivos, melhor postura entre outros). A Ginástica Laboral visa prevenir doenças originárias de traumas e, também, melhorar a disposição do trabalhador. O principal benefício para os trabalhadores é a prevenção de lesões devido ao esforço repetitivo, mas a ginástica laboral também pode diminuir o estresse ocupacional, aumentar a resistência à fadiga, melhorar a postura e movimentos executados durante o trabalho e até mesmo combater o sedentarismo. **Introdução:** A cinesioterapia pode ser definida como o uso de movimento ou exercício como forma de terapia. Essa técnica se baseia nos conhecimentos de anatomia, fisiologia e biomecânica a fim de oferecer um conjunto de exercícios terapêuticos que ajudam na reabilitação e na melhora de regiões comprometidas do corpo. Sendo assim, o tratamento da cinesioterapia vai se dar por meio da movimentação dos tecidos, músculos, tendões e ligamentos que a envolvem a região tensionada. O objetivo dela, portanto, é encontrar todos os pontos de disfunção do corpo e aplicar a terapia adequada para cada situação. O termo cinesioterapia vem das palavras gregas: kinesis, que significa “movimento”, e therapeia, que quer dizer “terapia”. Ela tem base na cinesiologia, que significa “estudo do movimento”. Ginástica Laboral ou cinesioterapia laboral é a atividade aplicada nas empresas pelo fisioterapeuta durante a jornada diária, para os funcionários, dentro do seu local de trabalho. A Ginástica Laboral consiste em exercícios específicos orientados que visam à promoção da saúde do trabalhador, através de sessões que, comumente, duram de 10 a 15 minutos, sendo realizada no próprio local de trabalho, com as mesmas vestimentas que o funcionário utiliza no seu dia a dia. A Ginástica Laboral pode ser efetuada antes, durante ou após a jornada de trabalho, atuando de forma preventiva e terapêutica, nos casos de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), sem levar o trabalhador ao cansaço, por ser de curta duração e trabalhar mais no alongamento e relaxamento dos músculos que permanecem contraídos durante as atividades laborais diárias. Existem três tipos mais conhecidos de Ginástica Laboral, que podem ser classificados em: preparatória ou aquecimento, compensatória ou de pausa e a de relaxamento. Os benefícios para os funcionários podem ser divididos em fisiológicos, psicológicos e sociais. Os benefícios fisiológicos são: provocar o aumento da circulação sanguínea ao nível da estrutura muscular devido ao aumento da frequência cardíaca, melhorando a oxigenação dos músculos e tendões e diminuindo o acúmulo do ácido lático; melhoria da mobilidade e flexibilidade músculo-articular aplicados; diminuição das inflamações e traumas, devido aos exercícios específicos relacionados aos traumas cumulativos; melhora da postura e da coordenação motora; diminuição da tensão desnecessária e do esforço na execução de tarefas diárias em

²⁹⁸ Aluno da Estácio BH -

²⁹⁹ Aluna da Estácio BH

³⁰⁰ Aluna da Estácio BH - E mail: silva-thais1@hotmail.com

³⁰¹ Docente da Estácio BH

que os trabalhadores aprendem a recrutar somente os músculos necessários, facilitando a adaptação ao posto de trabalho; diminuição da fadiga muscular e do estresse físico, diminuição das patologias e casos de LER/DORT; melhora da condição de estado de saúde geral. O principal exercício realizado na ginástica laboral é o alongamento. Entre os tipos de alongamento estão: dinâmico, estático e passivo." "Alongamento passivo: é realizado com o auxílio de uma outra pessoa, que aplicará determinada força para aumentar a amplitude do movimento de quem está se alongando. É essencial realizar movimentos suaves, sem rapidez, bem como respeitar o limite de cada um. O processo de inspiração e expiração são fundamentais nesse e em qualquer tipo de alongamento. Alongamento ativo ou dinâmico: é desempenhado pela própria pessoa que está se alongando. A prática consiste na maior amplitude alcançada em movimentos que permitem alongamento muscular. É necessário suavidade e ritmo tanto no mover quanto no respirar. Alongamento estático: posição de alongamento de determinado grupamento muscular até a percepção da resistência máxima alcançada. É importante manter uma boa postura na execução. **Metodologia:** Este estudo será realizado por meio de uma revisão bibliográfica, que utilizará de pesquisas na literatura por meio dos seguintes sites como fonte de busca o Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed. Serão utilizadas as seguintes palavras chaves: “Ginástica Laboral, “Saúde, Trabalhador,” Qualidade de vida” Pesquisa feita entre 2015 a 2017, na língua portuguesa, será utilizado como critério de inclusão textos pertinentes ao tema no formato de revistas, artigos e livros. **Objetivos:** Este trabalho visa de maneira geral contribuir para a avaliação dos benefícios com relação à saúde e à satisfação dos trabalhadores, obtidos com a implantação de um programa de ginástica laboral. **Resultados:** Dos resultados extraídos, foi possível observar que a Ginástica Laboral apresentou resultados positivos para a melhora da qualidade de vida, provocou redução nos sintomas de depressão e dores na coluna, bem como melhorou a autoestima dos trabalhadores.

Conclusão: Embora não tenha sido aplicada, espera-se que o efeito do programa completo resulte em ganho de funcionalidade em membro superior medida pela DASH nesses trabalhadores.

Palavras-chaves: Ginástica Laboral, Saúde, Trabalhador, Qualidade de vida

ENFERMEIROS E A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

prevenção e intervenção em casos de engasgo nas escolas

Samara Salomé de Oliveira³⁰²
Bruna Carolina Cassiano dos Santos³⁰³
Débora Janice Afonso Augusto³⁰⁴
Edineuza Borges Santos³⁰⁵
Frederico José Dias de Oliveira³⁰⁶
Larissa Cristina Bonifácio³⁰⁷
Laura Christiane Gontijo Reis Nonato³⁰⁸
Luana Silva Costa³⁰⁹
Maria Clara Gomes Rodrigues³¹⁰
Stefanye Araujo Ribeiro³¹¹

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: A obstrução das vias aéreas superiores (OVAS), popularmente conhecida como engasgo, foi identificada neste estudo como uma situação que gera medo e incerteza quanto aos cuidados a serem prestados nas escolas (NAGATA et al., 2018). Os acidentes resultantes dessa condição têm impactos significativos na vida da criança, do adolescente e de suas famílias, refletindo-se na saúde pública do país, com uma estimativa de pelo menos 24 horas de internação decorrentes dessas causas (COSTA et al., 2021). Entre os acidentes mais comuns, destaca-se a obstrução das vias aéreas superiores, que representa 53% das mortes infantis em nível global (NAGATA et al., 2018). No Brasil, em 2019, 176 crianças menores de cinco anos perderam a vida devido a essa causa; contudo, tais óbitos poderiam ter sido evitados com uma assistência adequada, ressaltando a necessidade de ações coordenadas para preservar a vida dessas crianças. **REFERENCIAL TEÓRICO:** No Brasil, entre as causas externas de morte infantil, a aspiração de corpo estranho (ACE) foi a principal causa em menores de 6 anos, onde ocorreram 3.106 óbitos e destes 334 (10,75%) foram no estado do Paraná entre 2012 e 2020, representando um importante problema de pública (JUSTINO; DE ANDRADE, 2020). Considerando que a criança e o adolescente passam a maior parte de seu dia na escola, aproximadamente oito horas diárias, esse ambiente desempenha um papel fundamental em sua socialização e desenvolvimento como indivíduos (LI et al., 2020). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, em colaboração com a família e a comunidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019). Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da capacitação de professores e cuidadores para prevenir e intervir em casos de engasgo no ambiente escolar, conforme preconizado pela Lei Lucas (LEI nº 13.722). Para embasar esta pesquisa, serão utilizadas referências como as

³⁰² Docente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: samara.oliveira@professores.estacio.br

³⁰³ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: bccassianosantos9@gmail.com

³⁰⁴ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: deborajanice8@gmail.com

³⁰⁵ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: edineuzaborges10@gmail.com

³⁰⁶ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: frederico850@gmail.com

³⁰⁷ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: laricristinabonifacio@gmail.com

³⁰⁸ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: laurachgrn@gmail.com

³⁰⁹ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: luanasilva84129@gmail.com

³¹⁰ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta.

³¹¹ Discente – Curso de Enfermagem – Estácio Floresta. E-mail: stefany.araujo.109@gmail.com

diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre primeiros socorros, as orientações do Ministério da Saúde do Brasil para atendimento de emergência e evidências científicas sobre a eficácia de programas de treinamento em primeiros socorros para profissionais da educação. Estudo aponta que a equipe de professores e funcionários não possui os conhecimentos necessários para a assistência em primeiros socorros à criança no ambiente escolar, sendo substancial esse conhecimento a fim de manter as funções vitais e evitar agravos (GALINDO NETO, N. M. et al, 2018). Portanto, atividades de educação para prevenção e manejo das injúrias não intencionais são primordiais para propiciar autonomia e segurança aos profissionais envolvidos neste contexto de educação infantil (DOS SANTOS MARTINS, A. et al.,2018). **OBJETIVO:** Capacitar profissionais e cuidadores de crianças do ensino infantil a prevenir e prestar os primeiros socorros no caso de obstrução de vias aéreas. **METODOLOGIA:** Para realização desta ação será ministrada uma palestra utilizando o projetor, caixa de som, cartazes e panfletos, apresentado de forma didática, medidas de prevenção, sinais e sintomas da OVACE e como agir frente a essa situação. O público alvo são prestadores de serviços e adolescentes residentes da associação com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. **RESULTADOS:** Os acadêmicos compreenderam a pertinência do tema para a atuação profissional e a importância que as atividades a serem executadas. A proposta é capacitar os participantes com informações e habilidades essenciais, todos os casos de engasgo na instituição possam ser abordados de acordo com os protocolos estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e demais órgãos de saúde competentes. Dessa forma, buscamos garantir o sucesso na administração dos primeiros socorros e, conseqüentemente, a preservação da saúde e bem-estar dos envolvidos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A extensão universitária é de suma importância para todos os estudantes em formação. Sua prática tem muitas vantagens e benefícios, uma vez que proporciona, junto com a sociedade, um processo educacional, cultural e científico de grande relevância para a partilha de conhecimento técnico-científico e vivências.

Palavras-chave: Saúde da criança; primeiros socorros; Prevenção de acidentes, engasgo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.** Lei Lucas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, col. 1, 04 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

COSTA, I. O. et al. Estudo descritivo de óbitos por engasgo em crianças no Brasil. **Rev Pediatr, Rio de Janeiro**, v. 21, n. 1, p. 11-14, 2021.

DOS SANTOS MARTINS, A. et al. Oficinas de primeiros socorros em crianças com profissionais da educação: um relato de experiência. **Raízes e Rumos**, v. 6, n. 1, p. 87-95, 2018.

GALINDO NETO, N. M. et al. Teachers' experiences about first aid at school. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 71, p. 1678-1684, 2018.

JUSTINO, D. C. P.; DE ANDRADE, F. B. Análise espacial das causas de mortalidade infantil no Brasil de 2000 a 2015. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 3, p. 174-193, 2020.

LI, F. et al. Effects of three different first-aid training methods on knowledge retention of caregivers and teachers: a randomized and longitudinal cohort study in China. **Public Health**, v. 178, p. 97-104, 2020.

FORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA DAS PESSOAS DIABETES MELLITUS TIPO 1 (DM1) uma análise crítica do Projeto de Lei 2687/2022

Manoela Fernanda Canalis Florian³¹²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise vertical do Projeto de Lei 2687/2022, atualmente em trâmite no Senado Federal, que tem como classifica o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais. Para tanto, recorre-se a uma metodologia de revisão bibliográfica e de conteúdo, por meio de consulta à doutrina e documentos normativos que trabalham com direitos das pessoas com deficiência. Ademais, recorre-se à metodologia de estudo de caso do Projeto de Lei 2687/2022, que está para apreciação desde 16/04 da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Sabe-se que Diabetes mellitus tipo 1 é uma condição médica crônica caracterizada pela incapacidade do pâncreas em produzir insulina em quantidade suficiente. Isso resulta em níveis elevados de glicose no sangue, o que pode levar a uma série de complicações de saúde graves. Segundo informado pelo Ministério da Saúde, trata-se de

[...] uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. A insulina é um hormônio que tem a função de quebrar as moléculas de glicose(açúcar) transformando-a em energia para manutenção das células do nosso organismo. Sabe-se que, via de regra, é uma doença crônica não transmissível, hereditária, que concentra entre 5% e 10% do total de diabéticos no Brasil. Ele se manifesta mais frequentemente em adultos, mas crianças também podem apresentar.

O Projeto de Lei 2687/2022 iniciado na Câmara dos Deputados tem como intuito classificar diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência, para todos os efeitos legais, de modo que as disposições constantes dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aplicar-se-ão ao DM1. Segundo a legislação federal citada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Os Decretos n. 3.298, de 1999 e 5.296, de 2004 ainda dispõem que pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Segundo disposto no art. 4º do Decreto, é considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas seguintes categorias deficiência física; deficiência auditiva; deficiência visual; deficiência mental; deficiência múltipla. Há leis posteriores que ampliaram o rol de pessoas com deficiência, como a Lei n.º 12.764, de 2012, que estabeleceu que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Segundo as legislações federais citadas, pessoas com deficiência devem ter seus direitos fundamentais garantidos pelo Poder Público, fazendo jus a políticas afirmativas que possam lhes assegurar inclusão e igualdade de oportunidades. Dentre os direitos arrolados, podem-se destacar: prioridade no atendimento integral à saúde; educação especializada, inclusive com profissionais de apoio escolar; direito ao trabalho, com reserva de cotas às pessoas tanto no âmbito público quanto privado; benefício da assistência social de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; redução de carga horária para servidor público; dentre outros. Assim, com a aprovação

³¹² Aluna da Estácio BH - E mail: carollinlr@hotmail.com

Projeto de Lei 2687/2022 para garantir que pessoa com diabetes tipo 1 sejam PCD, ela passaria a gozar das políticas inclusivas já garantidas por outros instrumentos normativos. Segundo Silva (2024), há incidência de déficits cognitivos em pessoas com DM1, resultante de alterações glicêmicas. Para a autora, em crianças, pode-se verificar “atenção reduzida; prejuízo em novo aprendizado e eficiência mental; baixos escores de linguagem; QI baixo e fragilidade no desempenho escolar” e em adultos é possível se constatar “déficits na eficiência psicomotora, na velocidade motora, no vocabulário e QI, na velocidade de processamento da informação, flexibilidade mental, percepção visual, atenção, memória e função executiva” (SILVA, 2024). Na Justificativa do PL, há vários fatores que motivam a aprovação do PL, como dificuldade de acesso ao trabalho de jovens e adultos, necessidade de profissional de apoio nas escolas para aplicação de insulina e limitações de atividades diárias (BRASIL. Câmara dos Deputados. 2022).

O País não conta com uma política pública estruturada para o paciente com DM1, tanto que menos de 25% dos pacientes apresentam controle adequado da doença, dado que se reflete no elevado grau de complicações associadas, tais como, perda da visão, doenças renais crônicas, amputações, cardiopatias, além de transtornos alimentares e quadros depressivos. Infelizmente, estas complicações podem ocorrer durante a adolescência (13 a 19 anos de idade) e no Brasil temos 31,4% dos adolescentes com alguma complicação crônica do diabetes, sendo complicação renal em 14%, neuropatia autonômica em 12,5%, retinopatia diabética em 8,5% e neuropatia periférica em 4,9% (BRASIL. Câmara dos Deputados. 2022)

Ainda, conforme votação pública no sítio eletrônico do Senado Federal, 8.607 votos foram a favor da aprovação do PL, contra 73 votos (BRASIL. Senado Federal. 2024).

Porém, nota-se pelo conceito legal que para uma pessoa ser considerada como deficiente faz-se necessário que haja limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade bem como enquadramento nas categorias de deficiência já mencionadas (física, auditiva, visual ou mental). Assim, se o Projeto de Lei for aprovado, pode dar margem para que outros tipos de doença autoimune também se enquadrem no rol de deficiências, o que pode, inclusive, trazer implicações para o orçamento público. Não se desconhece que o dia-a-dia das pessoas com DM1 não é fácil e que a não administração de insulina pode, inclusive, levar o paciente a óbito. Mostram-se necessárias políticas afirmativas em prol das pessoas com DM1. No entanto, no processo de tramitação do PL é indispensável que haja, por exemplo, audiências públicas, aprovação da Comissão de Orçamento do Senado, participação de médicos especializados na doença, bem como participação de Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2687/2022**. Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania. Brasília, DF. 11/11/2022. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2212069&filename=Tramitacao-PL%202687/2022 Acesso em 23 abr. 2024

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 2687/2022**. Tramitação até 16/04/2024. Brasília, DF. Disponível em [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161827#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20n%C2%B0%202687%2C%20de%202022&text=2023%20Descri%C3%A7%C3%A3o%2FEmenta-,Classifica%20o%20diabetes%20mellitus%20tipo%201%20\(DM1\)%20co](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161827#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20n%C2%B0%202687%2C%20de%202022&text=2023%20Descri%C3%A7%C3%A3o%2FEmenta-,Classifica%20o%20diabetes%20mellitus%20tipo%201%20(DM1)%20co)

[mo%20defici%C3%Aancia%2C,para%20todos%20os%20efeitos%20legais.&text=Documento%20N%C3%A3o%20categorizado-,Autor,Anna%20Patr%C3%ADcia%20de%20Pinho%20Silva.&text=Artigo%20%22Projeto%20de%20Lei%202687,Anna%20Patr%C3%ADcia%20de%20Pinho%20Silva.](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9578161&ts=1713295201040&disposition=inline)

Acesso em 23 abr. 2024

SILVA. Anna Patrícia de Pinho. **PROJETO DE LEI 2687/2022 E A FORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA DE PESSOAS COM DIABETES MELLITUS TIPO 1.** Brasília, DF. 09/04/2024, Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9578161&ts=1713295201040&disposition=inline> Acesso em 23 abr. 2024.

FUTEVÔLEI

Rodrigo Cesar de Moura Cardoso³¹³
Talita Barros Santos³¹⁴

Introdução: A expansão do futevôlei nas últimas décadas e o conseqüente aumento de praticantes dessa modalidade esportiva trazem como resultado o crescimento também dos relatos de queixas referente a lesões, principalmente em membros inferiores, provenientes dessa atividade, tornando o tema de grande relevância para a fisioterapia. As lesões mais prevalentes são em coluna lombar e membros inferiores, principalmente joelho. As lesões no futevôlei podem estar relacionadas aos gestos, impactos, quadras ineficientes e sobrecarga de treinamentos e verifica-se uma relação entre o maior tempo de prática e o aparecimento de lesões. **Objetivo:** esse trabalho pretende explorar a relação entre redução da mobilidade do quadril e lesões esportivas aplicáveis a praticantes de futevôlei e para posteriormente propor um programa de cinesioterapia para atletas amadores de futevôlei em Belo Horizonte, visando prevenir lesões e garantir a prática esportiva segura e saudável. **Metodologia:** o projeto extensionista vinculado a disciplina de cinesioterapia no curso de fisioterapia – Estácio BH. Para este trabalho foi feita revisão de literatura, com busca no Google Acadêmico e PubMed, Scielo usando os termos mobilidade quadril, dor lombar, lesão, esporte, futevôlei. Foram incluídos apenas artigos escritos em inglês e português, publicados nos últimos 9 anos, que relacionam a falta de mobilidade do quadril às lesões de lombar e membros inferiores na prática do futevôlei ou outros esportes que usam os movimentos semelhantes em sua prática. A seleção dos artigos passou por 3 etapas, sendo a primeira a leitura dos títulos, a segunda etapa a leitura dos resumos e a terceira etapa a leitura na íntegra dos artigos. Ao final foram selecionados 6 artigos. **Resultados:** a literatura evidencia que a redução da mobilidade do quadril está relacionada a dores na coluna lombar, podendo levar a movimentos compensatórios e aumentar o risco de lesões. Atletas com dores lombares apresentam menor amplitude de rotação do quadril, indicando uma possível ligação entre a mobilidade reduzida do quadril e as lesões lombares. Exercícios terapêuticos para ganho de mobilidade de quadril foram selecionados e o programa de treino proposto, que será guiado em sessão única como parte do projeto extensionista. **Conclusão:** a partir da literatura verificou-se que existe uma relação entre falta de mobilidade de membros inferiores e a prevalência de lesões na coluna lombar e membros inferiores, sendo então viável a inclusão de exercícios de mobilidade do quadril e membros inferiores no programa de cinesioterapia para atletas amadores de futevôlei do projeto, visto que o objetivo é reduzir o risco de lesões e mantê-los ativos e praticantes da modalidade.

³¹³ E mail: rodrigocardoso.fs@gmail.com

³¹⁴ E mail: talitabarrosqbq@gmail.com

IMPACTO DA GAMIFICAÇÃO NA ADESÃO AO TRATAMENTO E NOS RESULTADOS CLÍNICOS DE PACIENTES COM DOR NA COLUNA

uma revisão da literatura

Andrea de Jesus Lopes³¹⁵

Introdução: A dor na coluna é uma das principais causas de incapacidade e afeta milhões de pessoas em todo o mundo. A adesão ao tratamento é um desafio importante no manejo dessa condição, e a gamificação tem sido estudada como uma estratégia promissora para melhorar a adesão e os resultados clínicos. A gamificação consiste na aplicação de elementos de jogos em contextos não lúdicos, com o objetivo de engajar e motivar os indivíduos. Ela tem o potencial de transformar a forma como os pacientes com dor na coluna são tratados, tornando o processo de reabilitação mais atraente e motivador. Estudos evidenciam resultados positivos da gamificação em outras áreas da saúde, como a melhora da adesão ao tratamento e dos resultados clínicos. No entanto, são necessárias mais evidências sobre a eficácia da gamificação especificamente para pacientes com dor na coluna.

Objetivo: compreender o impacto da gamificação na adesão ao tratamento e nos resultados clínicos de pacientes com dor na coluna. **Metodologia:** Será realizada uma revisão da literatura utilizando bases de dados como *PubMed*, *Scopus*, *LILACS*, *PsyInfo* e *Web of Science*. Serão incluídos estudos que investigaram o uso da gamificação no tratamento de pacientes com dor na coluna, publicados nos últimos 10 anos (entre os anos de 2014 e 2024), incluindo estudos com dados quantitativos a partir de instrumentos padronizados. Os dados foram extraídos e sintetizados em quadro para apresentar impacto sobre adesão e outro sobre desfechos clínicos. **Resultados:** Elementos de jogos podem ser incorporados em intervenções de saúde para aumentar a motivação e o engajamento. A gamificação como parte da abordagem terapêutica apresenta associação com uma maior adesão ao tratamento, bem como a uma redução na intensidade da dor, melhora na funcionalidade e na qualidade de vida dos pacientes com dor na coluna, em comparação com o tratamento convencional. Embora exista uma escassez de literatura e estudos de menor rigor metodológico, existem indícios que a terapia gamificada apresente impacto positivo. **Conclusão:** A gamificação tem o potencial de ser uma ferramenta eficaz no tratamento da dor na coluna, melhorando a adesão ao tratamento e os resultados clínicos dos pacientes. Esta revisão da literatura permitiu reunir e sintetizar evidências científicas sobre o assunto, fornecendo informações valiosas para profissionais de saúde e pesquisadores na área. A eficácia da gamificação no tratamento da dor na coluna se torna uma estratégia terapêutica inovadora e eficiente, capaz de impactar positivamente a condição de saúde e funcional dos pacientes em programa de Fisioterapia.

³¹⁵ Email: andrea.jesus@estacio.br

IMPACTO DO DIABETES MELLITUS NA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS

Um Estudo Comparativo

Tamires Bertoldo Alvarenga³¹⁶
Josei Karly Santos Costa Motta³¹⁷
Daniela Maria da Cruz dos Anjos³¹⁸

Introdução: O aumento da população idosa é um fenômeno global, incluindo o Brasil, trazendo desafios como o crescimento da incidência de doenças crônicas, como o diabetes mellitus. Esta condição, além de impactar o metabolismo, pode influenciar negativamente a função cognitiva em idosos, especialmente em tarefas que exigem habilidades executivas. A interação entre o envelhecimento e o diabetes pode resultar em prejuízos na estabilidade postural e na capacidade de realizar tarefas simultâneas, aumentando significativamente o risco de quedas. Portanto, uma abordagem integrada que considere a avaliação da mobilidade, desempenho cognitivo e função executiva é essencial para promover o bem-estar e a autonomia nessa população vulnerável. Portanto, os **objetivos** deste estudo foram: 1) comparar a mobilidade, o desempenho em dupla tarefa e a função executiva entre idosos com e sem diabetes; 2) verificar a associação entre o tempo de diagnóstico do diabetes, o valor glicêmico, o número de acertos das contas matemáticas feitas durante o Timed Up and Go (TUG cognitivo) com o tempo de realização dos testes de mobilidade funcional e 3) verificar a correlação entre os desempenhos nos testes de fluência verbal e de dupla tarefa. **Materiais e Métodos:** Este estudo transversal exploratório investigou idosos diabéticos e não diabéticos na comunidade. Aprovado pelo Comitê de Ética, envolveu 40 participantes divididos em dois grupos. Os critérios de inclusão foram idade ≥ 60 anos, diagnóstico de diabetes tipo 2 por ≥ 6 anos, marcha independente, sem restrições específicas. Os critérios de exclusão incluíram glicemia ≥ 200 mg/dl, condições neurológicas, déficit visual grave, entre outros. Os dados foram coletados via questionário e testes de fluência verbal e TUG (Teste de Marcha de Timed Up and Go). A análise estatística incluiu teste de Mann-Whitney, regressão simples e correlação de Spearman, com nível de significância de 5%. Os resultados foram analisados no Minitab. **Resultado:** O estudo comparou características demográficas, sociais e clínicas de 20 idosos diabéticos (G1) e 20 não diabéticos (G2), sem diferenças significativas em idade, IMC e gênero. Os idosos com diabetes apresentaram pior desempenho nos testes de mobilidade TUG e TUG cognitivo em comparação com os não diabéticos. O tempo de diagnóstico e os valores glicêmicos não influenciaram os resultados nos testes. No entanto, houve uma correlação negativa moderada entre o desempenho no TUG cognitivo e na fluência verbal apenas no grupo G1. Além disso, os idosos com diabetes tiveram menor número de evocações corretas no teste de fluência verbal. **Discussão e conclusão:** O diabetes mellitus tipo 2 está associado a déficits na eficiência psicomotora, incluindo redução do equilíbrio e marcha instável, especialmente em idosos. Este estudo transversal comparou a mobilidade funcional e a capacidade de realizar tarefas simultâneas (dupla tarefa) em idosos diabéticos e não diabéticos, demonstrando um pior desempenho nos diabéticos, indicando um maior risco de quedas. Os resultados sugerem uma associação entre comprometimento da função executiva, mobilidade e risco de quedas em idosos com diabetes. Embora alguns estudos anteriores tenham apresentado resultados conflitantes, este estudo destaca a importância da avaliação da dupla tarefa em idosos diabéticos para prever o risco de quedas e orientar intervenções fisioterapêuticas. Apesar das limitações, como o tamanho da amostra e o desenho transversal, os resultados enfatizam a necessidade de considerar os efeitos do diabetes na funcionalidade dos idosos e sugerem a inclusão do teste de dupla tarefa na prática clínica para preservar a mobilidade e reduzir o risco de quedas em idosos diabéticos. Parte desses dados foram publicados na revista Brasileira de Fisioterapia, foi feita uma atualização das referências e uma nova coleta. Referência: Alvarenga, P. P., Pereira, D. S., & Anjos, D. M. C. (2010). Mobilidade funcional e

³¹⁶ Aluna da Estácio BH - Email: tamiresbertoldoalvarenga@gmail.com

³¹⁷ E-mail: josei.motta@estacio.br

³¹⁸ E-mail: daniela.anjos@estacio.br

função executiva em idosos diabéticos e não diabéticos. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 14(6), 491-496. ISSN 1413-3555.

Palavras-chave: diabetes mellitus; acidentes por quedas; cognição; limitação da mobilidade.

REFERÊNCIAS

Alvarenga, P. P., Pereira, D. S., & Anjos, D. M. C. (2010). Mobilidade funcional e função executiva em idosos diabéticos e não diabéticos. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 14(6), 491-496. ISSN 1413-3555.

Araki A, Ito H. Diabetes mellitus and geriatric syndromes. *Geriatr Gerontol Int*. 2009;9(2):105-14.

Cassol Ferreira, M., Tozatti, J., Fachin, S. M., Pereira de Oliveira, P., Ferreira dos Santos, R., & Rossi da Silva, M. E. (2014). Reduction of functional mobility and cognitive capacity in type 2 diabetes mellitus. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, 58(9), 946-952.

Gold SM, Dziobek I, Sweat V, Tirsi A, Rogers K, Bruehl H, et al. Hippocampal damage and memory impairments as possible early brain complications of type 2 diabetes. *Diabetologia*. 2007;50(4):711-9.

Han, F., Kong, X., Lv, W., Li, S., Sun, Y., & Wu, Y. (2023). Association of diabetes mellitus with gait and falls in community-dwelling older adults: Serial mediation of vision and cognition. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, 104.

Yang, Y. C., Lin, M. H., Wang, C. S., Lu, F. H., Wu, J. S., Cheng, H. P., & Lin, S. I. (2019). Geriatric syndromes and quality of life in older adults with diabetes. *Geriatrics & Gerontology International*, 19(6), 518-524.

MANEJO DE BRINCADEIRAS TERAPÊUTICAS COM ENFOQUE NA REDUÇÃO DO MEDO INFANTIL EM RELAÇÃO ÀS VACINAS

Leiliane Rodrigues Magalhães
Samara Salomé de Oliveira
Ana Luiza Almeida De Meira
Clarysse Aparecida Liberato
Flavio Junio Papa Falcão
Giuliana Falcão Machado
Kataryne Aryany Silva De Matos
Larissa Yasmin Costa Silva
Thainara Ramos Evangelista

TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA; O brincar é uma atividade indispensável no desenvolvimento infantil, assim como alimentação, higiene, sono, influenciando significativamente aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos das crianças (PIAGET, 1962). Desde os primeiros anos de vida, o brincar desempenha um papel crucial na exploração do ambiente, na construção de habilidades motoras, na imaginação, na resolução de problemas e na interação social. No contexto da saúde infantil, o brincar assume uma importância ainda maior. A experiência de crianças em ambientes clínicos, como hospitais e ambientes de vacinação, pode ser assustadora e estressante, especialmente durante procedimentos invasivos, como a vacinação. (LOPES-JÚNIOR et al., 2018). Porém, a vacinação é reconhecida como uma das mais eficazes estratégias para preservar a saúde da população e fortalecer uma sociedade saudável e resistente. Além de prevenir doenças graves, a imunização contribui para reduzir a disseminação desses agentes infecciosos na comunidade, protegendo aqueles que não podem ser vacinados por motivos de saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). A fase inicial da vida até os 6 anos de idade (pré-escolar), representa uma etapa crucial para o processo de crescimento, aprendizado e social da criança. Estudos apontam que as experiências vivenciadas neste período são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Por isso, é de extrema relevância investimentos positivos nesta fase da vida para garantir impactos positivos no crescimento infantil. (UNICEF, 2019). Nessa conjuntura, o brincar é um dos principais aspectos para desenvolvimento infantil pois é brincando que as crianças se relacionam com as pessoas e o meio em que vive (JULIANI & SOUZA, 2019). Nesse contexto, a brinquedoterapia surge como uma abordagem terapêutica valiosa para mitigar o estresse e a ansiedade em crianças durante procedimentos médicos, incluindo a vacinação. **OBJETIVOS:** desmistificar informações negativas que as crianças sabem sobre as vacinas; diminuir o medo das crianças em relação a agulhas e vacinas; estimular o encorajamento das crianças ao serem submetidos a vacinas. **REFERENCIAL TEÓRICO;** A educação em saúde utilizando o lúdico como ferramenta de estímulo auxilia na redução do sofrimento infantil em relação aos procedimentos a serem prestados. Além de fortalecer o vínculo entre profissionais de saúde e a criança, promovendo uma assistência qualificada (SILVA, 2021). Um estudo conduzido por JULIANI & SOUZA (2019) avaliou o comportamento de dois grupos de crianças em fase pré-escolar durante o procedimento de vacinação. As pesquisadoras realizaram o preparo do primeiro grupo de crianças através da criação de uma história lúdica sobre as vacinas usando uma boneca como ferramenta de entretenimento. Ao fim do teatro, as crianças foram convidadas a praticarem a mesma técnica em uma boneca. O presente estudo evidenciou que as crianças estimuladas reagiram positivamente durante a execução do procedimento. **METODOLOGIA;** trata-se de um relato de experiência acerca da elaboração de um projeto de extensão por acadêmicos de Enfermagem do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte em 2024 que visam desenvolver brincadeiras terapêuticas relacionadas a vacinação em uma instituição de acolhimento a crianças que vivem em situação de vulnerabilidade. **RESULTADOS:** A experiência

vivenciada na elaboração do projeto extensionista atingiu níveis satisfatório. Os acadêmicos compreenderam a pertinência do tema para a atuação como enfermeiros, os benefícios para a formação de profissionais atentos ao atendimento humanizado, adaptando as práticas ao contexto e perfil dos indivíduos assistidos. Espera-se que as práticas que serão desenvolvidas possam contribuir para a diminuição do medo das crianças contempladas relacionados a vacinação. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a utilização da brinquedoterapia como ferramenta de preparo da criança para procedimentos em saúde é de extrema relevância. Ficou evidenciado que esta prática contexto da enfermagem maximiza a colaboração e a redução de traumas infantil.

Palavras-chave: Enfermagem pediátrica; Jogos e brinquedos; Imunização; Vacinas

REFERÊNCIAS

PIAGET, J. Play, dreams and imitation in childhood. New York: Norton, 1962.

LOPES-JÚNIOR, L. C. et al. Effects of Preprocedural Child Life Interventions on Procedural Distress and Anxiety: A Meta-analysis. *Journal of Pediatric Nursing*, v. 42, p. 89-99, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024. Vacinação. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL, 1990. L8069. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

UNICEF, 2019. Desenvolvimento infantil. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 20 abr. 2024.

JULIANI & SOUZA, 2019. O Uso do Brinquedo Terapêutico no Processo de Vacinação. *Revista Pró-UniverSUS*. 2019 Jan./Jun.; 10 (1): 47-50. Disponível em:
<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1629/1182>. cesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Beatriz Lúcio Miranda da, 2021. O lúdico na sala de vacina: promoção de experiências positivas na assistência ao público infantil / 45 f.: il. Universidade Federal de Alagoas. Bacharelado em Enfermagem, 2021. Disponível em:
<https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3854>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA

Patrícia Felismina Leite³¹⁹
Beatriz Aparecida Bertalo Zambon³²⁰
Gabriella Alves Amorim³²¹
Jamille Moreira de Oliveira Andrade³²²
Karol Catarina Oliveira Reis³²³
Luíza Cássia Fernandes Carvalho³²⁴
Maria Helena Pereira dos Santos³²⁵
Márcio Ribeiro Silva³²⁶
Marlon de Paula Silva³²⁷
Vanessa Santos Correa³²⁸

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: No início do ano de 2500 a.C surge o primeiro caso de câncer de mama. Atossa, rainha da Pérsia, descobriu um tumor e sangrante em uma de suas mamas, enfaixava-a para ocultá-la, mas em um dia de fúria, cansada de padecer, mandou um escravo que extirpasse o seu seio com uma faca, e assim surgiu uma forma de mastectomia primitiva (MUKHERJEE, 2014). Em tempos atuais, o Brasil tem acompanhado altas taxas de ocorrências e mortalidade de câncer de mama nos países desenvolvidos. Para o ano de 2010 registraram-se, aproximadamente, 49.240 novos casos de câncer de mama, com risco de 49 casos a cada 100 mil mulheres, e uma taxa de sobrevivência global de 61% após cinco anos. Em 2022, apenas 19.786 mulheres de 56.308 casos identificados tiveram o primeiro tratamento realizado em até 60 dias após o diagnóstico no SUS (RIUL e SILVA, 2011). A enfermagem, assim como toda a equipe da saúde, desempenha um papel vital no tratamento e prevenção do câncer de mama, certas medidas preventivas são de extrema importância, dentre as quais podemos citar: informar a paciente sobre a doença e suas opções de tratamento, promover o autocuidado, apoio emocional, alívio da dor, complicações do tratamento e todo incentivo e coragem que um paciente precisa para enfrentar o câncer e suas possíveis consequências. **REFERENCIAL TEÓRICO:** No Brasil, foram estimados 73.610 casos novos de câncer de mama em 2023, com um risco estimado de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres. O câncer de mama também ocupa a primeira posição em mortalidade por câncer entre as mulheres no Brasil, com taxa de mortalidade ajustada por idade, pela população mundial, para 2021, 18.139 óbitos (BRASIL, 2023). **OBJETIVO:** Promover a conscientização sobre a prevenção, autocuidado e tratamento ao câncer de mama, e o incentivo à busca pela ajuda de um profissional da saúde. **METODOLOGIA:** Formado por acadêmicos de Enfermagem, o projeto teve ensino educativo sobre a prevenção do câncer de mama para mulheres com faixa etária de 40 a 65 anos dentro de uma clínica escola e para

³¹⁹ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: patriciafelismina@yahoo.com.br

³²⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: beatrizzambon@hotmail.com

³²¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: gabriellaamorim7474@gmail.com

³²² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: jamillemoreira04@gmail.com

³²³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: karolcaterina131@gmail.com

³²⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: luizacfernandes16@gmail.com

³²⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: santosmaria9886@gmail.com

³²⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marcioribeiro9378@gmail.com

³²⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: marlonpaula24@gmail.com

³²⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vanessasantoscorreias@gmail.com

os funcionários de uma instituição de ensino superior. Foi elaborada uma apresentação oral e ilustrativa e panfletos informativos foram entregues no final da apresentação para os pacientes da clínica e funcionários. **RESULTADOS:** Os resultados alcançados obtiveram índices satisfatórios através das atividades implementadas pelo grupo. Durante a conversa com os pacientes e funcionários foi sanado dúvidas e realizado orientações sobre autocuidado e detecção precoce. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Evidenciamos que, de modo geral, os participantes não tinham conhecimento prévio sobre o tema abordado e muitos não realizam o exame clínico necessário, mesmo com histórico familiar positivo para a doença. Ressaltamos que a busca pela ajuda profissional é fundamental para o controle da doença e o diagnóstico precoce o que resultará em tratamento eficaz e cura. Sendo assim a enfermagem é fundamental para auxiliar no apoio emocional, promover orientações na melhoria da qualidade de vida e minimizar possíveis agravos e complicações da doença.

Palavras-chave: Câncer de mama, prevenção, saúde, enfermagem.

REFERÊNCIAS

MUKHERJEE, Siddhartha. O imperador de todos os males: uma biografia do câncer. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n.6, p. 1351-1352. jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RLmsjFc6CmWwYR7PQTYW9wf/>

RIUL, Sueli da silva; SILVA, Pâmella Araújo. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce, Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.64, n.6, p.1016-21 nov./dez, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TMQQbvwZ75LPkQy6KyRLLHx/?lang=pt&format=html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer - INCA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/campanhas/2023/outubro-rosa>

OS DESAFIOS DAS TRANSSEXUAIS NO ATENDIMENTO PRIMÁRIO À SAÚDE

Leiliane Rodrigues Magalhães
Bruna Carolina Cassiano dos Santos
Edineuza Borges dos Santos
Frederico José Dias de Oliveira
Larissa Cristina Bonifácio
Laura Christiane Gontijo Reis Nonato
Luana Silva Costa
Rebeca Sousa Santos
Stefanye Araujo Ribeiro

INTRODUÇÃO: É notório que as transsexuais enfrentam diversos desafios na área da saúde, que incluem a falta de acesso aos cuidados de saúde adequados e sensíveis às suas necessidades específicas, despreparo por parte dos profissionais de saúde, escassez de profissionais capacitados em saúde trans competente e as barreiras econômicas que impedem o acesso a tratamentos médicos e cirúrgicos essenciais, como hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual. (Cadernos EBAPE. BR 2008; 6(2):1-14). Além disso, a saúde mental também é uma preocupação significativa devido ao estigma social, ao preconceito e à falta de apoio emocional, o que pode levar a taxas mais altas de depressão, ansiedade e tentativas de suicídio entre pessoas trans. (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS), 2016)

OBJETIVO: A palestra ministrada buscou apresentar as dificuldades e explorar formas de tratativas ideais para o atendimento especializado à comunidade LGBTQIAP+ por meio da fala da professora Duda Salabert e sua representatividade; Trazer pautas vivenciadas pela mesma no ambiente de saúde pública, apresentando suas vivências pessoais, e seu conhecimento herdado ao longo do seu mandato. Instigar reflexões ao futuro profissional em formação, a abordagem crucial para o acolhimento da população e sensibilização sobre o tema no atendimento primário. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Estudos apontam que os principais desafios à garantia do acesso universal ao SUS, pela população trans são: a discriminação nos serviços de saúde, a patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, a qualificação dos profissionais, a escassez de recursos para financiamento do processo transexualizador, políticas de promoção e respeito às identidades de gênero trans, dentre outras (Rocon et al., 2020). Esses desafios destacam a importância de políticas e programas de saúde inclusivos e sensíveis à diversidade de gênero, bem como o fornecimento de serviços de saúde acessíveis, culturalmente competentes e livres de discriminação. Esses desafios resultam em marginalização, violência e exclusão social, destacando a necessidade urgente de conscientização, políticas inclusivas e apoio comunitário para promover a igualdade e o respeito pelos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Ao longo dos anos, a transexualidade tem sido alvo de discriminação, violência e falta de acesso a direitos básicos, mas também tem sido cada vez mais reconhecida como uma parte legítima e válida da diversidade humana. Os dados estatísticos do Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (Antra). Em 2023, a média foi de 12 assassinatos de trans por mês, com aumento de um caso por mês, em relação ao ano anterior. De acordo com o levantamento, dos 145 homicídios ocorridos no ano passado, cinco foram cometidos contra pessoas trans defensoras de direitos humanos. No ano passado, também foram registradas pelo menos 69 tentativas de homicídio – 66 contra travestis e mulheres trans, além de três homens trans (D. Almeida, 2024). **METODOLOGIA:** Trata-se de um

relato de experiência acerca do desenvolvimento do projeto de extensão por meio de uma palestra educativa sobre as dificuldades de acesso das transsexuais à atenção primária à saúde. **RESULTADOS:** O público participante e os acadêmicos da área da saúde compreenderam a relevância do tema proposto e se sensibilizaram pelas dificuldades das pessoas trans na saúde pública, como também, no meio social. Entenderam a necessidade de implementação de medidas sociais para que exista mais equidade e respeito às diversidades. Aumentando a conscientização sobre as questões abordadas, inspirando ações para mudanças sociais, promovendo empatia, educação sobre desafios enfrentados por determinados grupos, incentivo à criação de redes de apoio e incentivo na comunidade. Apresentando para o profissional da saúde formação em meios de comunicação e acolhimento, afinal, ainda não temos uma matéria específica que aborde esse tema tão crucial para o desenvolvimento acadêmico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que os projetos de extensão expandem a atuação dos acadêmicos para além das salas de aula, promovendo ações transformadoras que, de forma significativa integram e modificam a realidade social. A educação nesse projeto é vista com uma ferramenta importante no combate a desigualdade e preconceito buscando equidade e meios de projetos para evolução social da população num todo. Uma atuação que se faz urgente para reduzir o estigma em torno dessa questão. Tal ação pode ser uma chave para discutir valores fundamentais de respeito ao próximo e à dignidade, proporcionando uma visão mais profunda e empática da experiência trans, destacando os desafios enfrentados pela comunidade e a importância do respeito, da inclusão e do apoio para pessoas trans, buscando ao conhecimento da tratativa ideal no atendimento primário à saúde aos futuros profissionais, a qual deve ser exercida por direito a toda população.

Palavras-chave: Transsexualidade; SUS; visibilidade trans; acesso a saúde; prevenção; desafios; mortalidade; desigualdade; equidade; políticas públicas; LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

LUTA pelos Direitos Civis e Reconhecimento Legal das Identidades Trans. **Arco - Ação Regional de Contribuição social e Oportunidades Desenvolvido por CALÚ Comunicação Criativa**, [S. l.], p. 1, 8 fev. 2024. Disponível em https://www.ongarco.org/post/luta-pelos-direitos-civis-e-reconhecimento-legal-dasidentidadestrans?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw7SvBhB6EiwAwYdCAcU_AAIkvOqgR0nfVvnbmDkm9byUtn9xi3ksDme_7LUQBCBxjHMexoC8DQQAxD_BwE. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 Abr. 2022.

BAO, Ai-Min.; SWAAB, Dick F. **Sexual differentiation of the human brain: Relation to gender identity, sexual orientation and neuropsychiatric disorders.** *Frontiers in Neuroendocrinology*. v. 32, n.2, p. 214-226, 2011. doi: 10.1016/j.yfrne.2011.02.007.%2C%20gender,our%20brain%20during%20early%20development. Acesso em: 17 mar 2021.

BOSSI, Runa Maffei.; FREDERICO Giovana.; HAMIDA Abdul Basset Malat. **Especificidades do atendimento ginecológico na população transgênero masculina.** *Revista UNILUS Ensino e Pesquisa* v. 17, n. 48, jul./set. 2020 ISSN 2318-2083

(eletrônico).Disponível em:
<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/1289/u2020v17n48e1289>. Acesso em 17 mar 2024.

PEREIRA, Lourenço Barros; CHAZAN1, Ana Cláudia. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **The Access of Transsexuals and Crossdressers to the Primary Health Care: an integrative review**: Lourenço Barros de Carvalho Pereira1, Ana Cláudia Santos Chazan1, 1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil., p. 1- 16, 2 mar. 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1795](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1795). Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, Ana Karoline; FILHO, Carlos Antonio; MARQUES, Victor Guilherme; CATARELLI, Adriano de Lucena; TARGINO, Laura; LIMA, Romario Yanes; FARIAS, Tatiana Costa; BERNADINO , Amanda. Assistência de enfermagem a população transexual na atenção básica. **Nursing care for the transsexual population in primary care**, [s. l.], p. 1-8, 24 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36239/revisa.v13.n1.p24a31>. Acesso em: 19 mar. 2024.

LARA, Lúcia Alves; REIS, Estella; NADAI , Mariane. Assistência ginecológica aos transgênero **Gynecological carefor transgenders. Gynecological care for transgenders**, 1. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. 2. Faculdade de Odontologia de Bauru, Bauru, SP, Brasil.,p. 1-5, 4 abr. 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnmbpcajpcglclefindmkaj/https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/10/1512430/femina-2022-516-380-384.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Albuquerque, G. A., Garcia, C. L., Quirino, G. S., Alves, M. J. H., Belém, J. M., Figueiredo, F. W. S., Paiva, L. S., do Nascimento, V.B., Maciel, É. S., Valenti, V. E., Adami, L. C. A. F. (2016). Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC international health and human rights*, 16 (2). <https://doi.org/10.1186/s12914-015-0072-9>

Ministério da Saúde. (2013). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília.

Ministério da Saúde. (2004). Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF.

Ferreira, B. O., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2018). Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira Promoção Saúde*, 31(1), 1 – 10. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6726>.

PARALISIA CEREBRAL

Clara Maria Moraes Braga³²⁹

Andrea de Jesus Lopes³³⁰

Tema e problema de pesquisa: A paralisia cerebral (PC) é decorrente de uma lesão no sistema nervoso central, classificada de acordo com a área comprometida, conforme a severidade e de acordo com a distribuição topográfica. A criança com PC pode apresentar déficit postural, hipertonia (sendo 75% com espasticidade), dificuldade motora, hiperreflexia, alteração cognitiva e dificuldade de marcha. A PC pode ocasionar alterações na execução de atividade de vida diária e comprometer a independência funcional do indivíduo. A base do tratamento fisioterapêutico, deve favorecer a melhora da capacidade motora para alcançar o máximo de independência. Avaliar a capacidade funcional é essencial por ser determinante para qualidade de vida, portanto, atualmente os instrumentos de avaliação devem ter relação com a CIF buscando dar prioridade à funcionalidade do indivíduo, buscando analisar a função e estrutura do corpo, participação social e atividades de vida diária. Atualmente classifica-se PC principalmente, de acordo com a independência funcional em funções motoras e aspectos funcionais da marcha. Sendo assim, é imprescindível que instrumentos validados no Brasil sejam utilizados pelos fisioterapeutas para quantificar e registrar alterações funcionais a fim de realizar um atendimento individualizado e acompanhar a evolução do tratamento.

Objetivo: Investigar os instrumentos tipo escalas e questionários disponíveis para avaliar a função motora e a capacidade funcional de crianças com PC. **Metodologia:** Foi realizada uma busca na base de dados SCIELO e PEDro com as palavras chaves “paralisia cerebral, escalas, funcionalidade”, incluindo estudos publicados a partir de 2016, sendo todos revisão sistemática. Foram excluídos estudos que não abordaram sobre ferramentas de avaliação que abordaram sobre outras condições de saúde ou não exclusivos para PC. **Resultados:** Foram selecionados 5 artigos, e neles foram identificados vários instrumentos, sendo os mais utilizados na avaliação de crianças com PC são o PEDI, GMFCS, GMFM e MACS. O instrumento PEDI é padronizado e trata-se de um questionário feito para os pais em relação à autocuidado, mobilidade e função social da criança, o GMFCS classifica os níveis de desempenho motor e ambos, em conjunto, são muito utilizados para avaliar habilidades funcionais. O GMFM mensura a função motora grossa e o MACS avalia a habilidade global da criança de manipular objetos nas atividades de vida diária, ambos são utilizados como complemento na avaliação funcional. **Conclusão:** De acordo com os artigos analisados é fato que existem diversas ferramentas de avaliação para serem utilizadas pelo fisioterapeuta, mas as mais populares e indicadas de fazer parte do repertório de fisioterapeutas que se propõem a atender na área de neuropediatria são GMFCS, GMFM, MACS e PEDI.

³²⁹ Email: claramariamb98@gmail.com

³³⁰ Email: andrea.jesus@estacio.br

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES NA FASE DO CLIMATÉRIO

Roseli Bernardo Bittencourt Araújo Mendes³³¹

Adrielle Carla de Amorim³³²

Franciane Fernandes de Brito e Silva³³³

Lidia Adriana F Rodrigues³³⁴

Maria José Rebelo Horta³³⁵

Maria Victória Oliveira Cruz³³⁶

Maturja Tatiane Madeira³³⁷

Pedro Henrique da Silva Moura³³⁸

Roberta De Souza Cunha³³⁹

Rosiane Rodrigues de Almeida³⁴⁰

TEMA GERAL E OBJETO DE PESQUISA: Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o climatério, é definido como uma fase biológica da vida, e não como um processo patológico, que compreende a transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo. Considerando que no Brasil 10% das mulheres vivem um terço ou mais do total de anos de vida após a menopausa, salienta-se a atenção que deve ser dada às medidas preventivas para doenças que advém deste período. (BEZERRA, et al 2016). Neste contexto, a diminuição dos níveis hormonais no organismo acarreta ciclos menstruais irregulares, entre outros sintomas que afetam o bem-estar da mulher (SILVA, 2015). Entende-se dessa forma, que o climatério é um processo de mudança, sejam elas físicas e/ou emocionais. **PROBLEMA:** Ressaltamos a importância da prática assistencial do Enfermeiro para identificar as necessidades básicas, a partir de uma consulta de enfermagem, coletando informações, visando a promoção da saúde, proteção, recuperação ou reabilitação das mulheres na fase do climatério. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Segundo números divulgados pela OMS (Organização Mundial de Saúde), até 2030, serão 1 bilhão de mulheres atravessando a menopausa. A fase, entre climatério, pré-menopausa até o pós-menopausa, pode durar de 10 a 30 anos, 1/3 da vida da mulher é vivida dentro deste processo. Estimativas com base nos dados do último censo publicadas em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 29 milhões de brasileiras podem estar entre climatério e menopausa, o que totaliza 27,9% da população feminina brasileira. **OBJETIVOS:** Proporcionar o conhecimento e trabalhar a motivação de mulheres no período compreendido como menopausa para mudanças de hábitos com uma alimentação saudável, prática de exercícios físicos e cuidados para prevenir doenças e amenizar sintomas comuns nesta fase da vida. **METODOLOGIA:** trata-se de um projeto de extensão elaborado por acadêmicos de Enfermagem que visam promover uma palestra educativa em um salão da Igreja Batista Amor Perfeito, situado na região Metropolitana de

³³¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: roselia74@yahoo.com

³³² Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: adriellecarla833@gmail.com

³³³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: francianefernandes407@gmail.com

³³⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: lidiaadrídejesus2008@gmail.com

³³⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: mjrhorta@gmail.com

³³⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: vick.oliveira2653@gmail.com

³³⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: maturja@hotmail.com

³³⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: pedrohenriquemoura736@gmail.com

³³⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: robertagiovanna3012@gmail.com

³⁴⁰ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: almeida.rosiane@estacio.br

Belo Horizonte, onde possui maior público com idade acima de 40 anos de idade. Além disso, o grupo confeccionou uma cartilha ilustrativa para distribuição durante a palestra, informando sobre a assistência em Enfermagem no climatério como um aspecto que favorece uma melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento feminino. **RESULTADOS:** como resultados esperados neste trabalho acredita-se que podemos diminuir as dúvidas mais frequentes, esclarecendo sobre as informações relativas à síndrome climatérica estimulando a adoção de hábitos de vida saudáveis bem como desfazendo mitos e tabus sobre este tema tão controverso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** destacamos a importância da atuação do enfermeiro, como integrante de uma equipe multidisciplinar, atuando junto às mulheres na fase do climatério. Por fim ressaltamos a importância da educação continuada e permanente dos profissionais de saúde e de enfermagem envolvidos na atenção básica e no cuidado a estas mulheres, proporcionando atualizações e garantia de boas ações de saúde e assistência prestadas.

Palavras-chave: Climatério, Saúde da Mulher, Assistência de Enfermagem

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. L. R. et al. Diagnósticos de enfermagem do domínio promoção da saúde em mulheres climatéricas com osteoporose. *Ver de Enfermagem UFPE on Line*, v.13, n.3, p.969-76, 2016. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1031564>

SILVA, Giuliana Fernandes, MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos, ALMEIDA, Márcia Valéria Souza, Sá, Selma Petra Chaves, QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo. Influências do Climatério para o Envelhecimento na percepção de Mulheres Idosas: Subsídios para a Enfermagem.ev. *Eletr. Enf. [Internet]*. 2015 jul/set.;17(3). 2105.

PREVENÇÃO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA SAÚDE DA MULHER

Josei Karly Santos Costa Motta³⁴¹
Patrícia Felismina Leite³⁴²
Camila Michelle Santiago de Santana³⁴³
Eliana Porto dos Santos³⁴⁴
Eva Cristina Ferreira Campos³⁴⁵
Karen Horrane Martins Costa³⁴⁶
Laiane Azevedo Lopes de Souza³⁴⁷
Mateus Henrique Lacerda Periard do Nascimento³⁴⁸
Sara Emilly de Tarso Silva³⁴⁹
Thalita de Araujo Rodrigues³⁵⁰

Na América Latina, o número de pessoas infectadas pela Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é de cerca de 1,3 milhões, sendo a maioria mulheres (25%). No Brasil, existem mais de 500 mil portadores do vírus, com mais de 190 mil casos de infecção registrados de meados da década de 1980 a maio de 2000, sendo as mulheres entre 20 e 34 anos responsáveis por cerca de 10% dos casos, segundo o Ministério da Saúde (SALES, 2021). As ISTs são predominantemente disseminadas através da atividade sexual, provocadas por vírus, fungos e bactérias que se propagam durante o contato íntimo (oral, vaginal, anal) desprotegido, representando um desafio de saúde pública. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece uma variedade de recursos para prevenção, conscientização e tratamento, sendo essenciais para conter a incidência e disseminação das ISTs. O uso do preservativo é a única medida que assegura uma proteção dupla, reduzindo significativamente o risco de transmissão do HIV, outras doenças e gravidez indesejada. Muitas mulheres podem sentir-se relutantes em compartilhar suas vulnerabilidades, preocupações e até mesmo detalhes sobre sua vida sexual durante consultas médicas (SALES 2021). **OBJETIVO:** Conscientizar e incentivar a prevenção das ISTs através de campanha educativa em uma academia desportiva. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a vivência dos acadêmicos de Enfermagem. Para alcançar os objetivos, foram realizadas palestras educativas para 15 mulheres na faixa etária de 25 a 50 anos foram realizadas atividades lúdicas para conscientizá-las sobre a importância da prevenção das ISTs, o uso correto de métodos contraceptivos e a realização do teste rápido de HIV. Além disso, o grupo elaborou e disponibilizou uma cartilha ilustrativa, proporcionando aos participantes a oportunidade de expandir seu conhecimento sobre o tema abordado. **RESULTADO:** Os resultados da execução do projeto de extensão foram satisfatórios, conforme indicado pelo índice alcançado durante a campanha educativa e pela participação dinâmica das alunas nas perguntas

³⁴¹ Docente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte josei.motta@estacio.br

³⁴² Docente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte patriciafelismina@yahoo.com.br

³⁴³ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte camilamichelle2017@gmail.com

³⁴⁴ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte elianaporto@gmail.com

³⁴⁵ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte evabarrinha13@gmail.com

³⁴⁶ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte kevenwaysler@gmail.com

³⁴⁷ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte laianeazevedols@gmail.com

³⁴⁸ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte Mateusperiard95@gmail.com

³⁴⁹ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte Detarsosara@gmail.com

³⁵⁰ Discente - Enfermagem – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte thalitaaraujoenf@gmail.com

realizadas. Durante essa campanha, as alunas demonstraram compreender a relevância do tema e a importância da conscientização sobre a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis. Destacamos a importância do autocuidado e da proteção das mulheres na prevenção dessas doenças, orientando-as sobre os riscos envolvidos. Além disso, enfatizamos a necessidade de educação contínua para fornecer informações sobre métodos preventivos e orientá-las sobre onde buscar apoio e tratamento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação em saúde da população é considerada de grande importância para a prevenção e promoção da saúde. A vivência adquirida durante a execução do projeto foi benéfica para o crescimento pessoal e profissional, evidenciando a importância do profissional da saúde capacitado como um intermediador na prevenção de (IST).

Palavras-chave: Mulheres; Prevenção; Infecções Sexualmente Transmissíveis.

REFERÊNCIAS

SALES, Camila Damasceno, Infecções Sexualmente Transmissíveis e Saúde das mulheres. 2021. 27 f. Trabalho (Graduação/Especialização) - Centro Universitário Atenas. Paracatu, Minas Gerais, 2021. Disponível em: www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/INFECCOES_SEXUALMSEXU_TRANSMISSIVEIS_E_SAUDE_DAS_MULHERES.pdf.

PROJETO DE EXTENSÃO NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Leiliane Rodrigues Magalhães
Josei Karly Santos Costa Motta
Amanda Mendes Luiz
Ana Luiza Almeida de Meira
Cintia Ramos Ferreira Silva
Giulene Vieira Sanguinette
Kataryne Aryany Silva De Matos
Larissa Yasmin Costa Silva

TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA: A relevância da saúde mental transcende a simples ausência de doenças psiquiátricas, estando intrinsecamente ligada à qualidade de vida saúde e ao funcionamento social (SANTOS e. al., 2018). A saúde mental pode ser considerada um estado de bem-estar que capacita o indivíduo a lidar com as demandas cotidianas, compreender suas limitações e capacidades, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social (OMS, 2022). Dado o estilo de vida acelerado adotado na sociedade contemporânea, é possível observar que este padrão estabelecido se torna cada vez mais desafiador ser alcançado. A globalização alterou o estilo de vida da sociedade contemporânea, tornando o mundo em um espaço de ritmo acelerado impulsionado por ambientes de trabalho extremamente exigentes e competitivos (GOMES, et. al, 2021). As diversas formas de organização do trabalho podem causar danos à saúde mental, como a diminuição da produtividade, depressão, crises de ansiedade e diversas doenças psicossomáticas (ALVES, 2017). Nesse contexto, é importante relacionar as relações socioculturais que os indivíduos estabelecem com os ambientes em que estão inseridos, como a comunidade e o local de trabalho (SILVA et. al, 2022) **OBJETIVOS:** implementar técnicas de autocuidado psicossocial no ambiente de trabalho e a oportunidade de reflexão sobre a relevância da saúde mental. **REFERENCIAL TEÓRICO:** de acordo com a (OMS, 2022), uma a cada cinco pessoas no trabalho podem sofrer de algum problema relacionado a saúde mental. No entanto a organização internacional do Trabalho (OIT) juntamente com a OMS, estimam que mais de 30% dos trabalhadores dos países industrializados são acometidos por algum transtorno mental. O Ministério da Previdência e Assistência Social Brasileiro (MPS) evidenciam que as doenças mentais são a terceira maior causa de afastamento laboral no Brasil (SOUZA & BERNARDO, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde, dos principais transtornos mentais relacionados ao trabalho destacam-se a depressão e a ansiedade. O custo anual para tratamento dessas doenças atinge cerca de um trilhão de dólares na economia global (GOMES et. al, 2021). **METODOLOGIA:** trata-se de um projeto de extensão elaborado por acadêmicos de Enfermagem em 2024 que visa desenvolver uma campanha educativa relacionado a saúde mental em uma empresa de grande porte com sede em Belo Horizonte. A empresa em questão atua no ramo de atendimento ao público através da venda de eletrodomésticos e conta com um quadro laboral de cerca de 600 colaboradores redistribuídos em todo o país. **RESULTADOS:** a experiência vivenciada na elaboração do projeto de extensão atingiu níveis satisfatório. Os acadêmicos compreenderam a pertinência do tema para a atuação profissional e a impacto que as atividades podem desenvolver na vida dos indivíduos e contribuir para formação acadêmica dos futuros Enfermeiros. Espera-se que após a ação os trabalhadores possam realizar uma autorreflexão acerca do autocuidado como estratégia de melhoria da saúde mental. **CONCLUSÃO:** Dessa maneira, conclui-se que diversos elementos no ambiente de trabalho podem desencadear danos à saúde mental dos indivíduos. Por isso é de suma importância implementar medidas que promovam o ambiente de trabalho como um local saudável e equilibrado visando não apenas a produtividade. Além disso, é fundamental priorizar técnicas de autocuidado e autoconhecimento para estabelecer o equilíbrio biopsicossocial.

Palavras-chave: saúde mental; saúde do trabalhador; ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. R. et al. Saúde Mental: Conceito, Definições e Promoção. In: COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES. Atualização Terapêutica. São Paulo: Artmed, 2018. p. 61-69.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021. O que significa ter saúde? Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-queiro-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 19 abr. 2024.

OMS. WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022. Mental health: strengthening our response. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GOMES AS, SILVA ATCSG, MOURA ACP, PEREIRA DMR, 2021. Perfil de trabalhadores acometidos por transtornos mentais relacionados ao trabalho. Rev enferm UFPE on line. 2021;15:e247900 Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.247900>. <https://www.scielo.br/j/rbso/a/BZfzmT5SM4p4McZfctc8vqn/?format=pdf&lang=pt>.

ALVES, B. / O. / O.-M. “Saúde mental no trabalho” é tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro | Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVA, J., SILVA D.B., NASCIMENTO L.C., GOMES R.A, FREIRE G.G. GONDIM, A.L.M, BRAGA, L.P, 2022. Promoção Da Saúde Mental Dos Trabalhadores Da Saúde: As Práticas Integrativas E Complementares Como Estratégias De Cuidado. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/29054/16195>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a prática de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/BZfzmT5SM4p4McZfctc8vqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS E SERVIÇOS DO SUS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Leiliane Rodrigues Magalhães
Ingrid Michele Pereira
Isabella Vitória Simões Dias
Maria Clara Gomes Rodrigues
Larissa Stephanie Ferreira Lima
Vanessa Silva Santos Sabino

A definição de pessoas em situação pode ser dada por pessoas que não dispõem de uma moradia fixa. Apenas no ano de 2022, havia 236.400 pessoas nessa situação inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais. O alcoolismo e o uso de drogas são apontados como o terceiro motivo mais comum para a situação de rua, afetando cerca de 29% das pessoas. Devido a essa barreira, a desigualdade em relação à saúde mantém-se em constante crescimento. Embora atualmente haja esforços crescentes para mudar essa situação, a Lei Nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024, foi sancionada para garantir trabalho digno e cidadania para a população em situação de rua. Dentre os princípios dessa lei estão o atendimento humanizado e universalizado e transparência na execução dos programas e ações e na aplicação dos recursos a ela destinados como garantia. Outro programa de saúde é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), uma integração que atende pessoas em sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas. De acordo com o Ministério da Saúde, o usuário recebe assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme a situação de cada pessoa. Em algumas modalidades desses serviços, também há possibilidade de acolhimento noturno e/ou cuidado contínuo em situações de maior complexidade. Embora exista toda essa ajuda governamental, ainda se fazem presentes obstáculos para o acesso à saúde para essas pessoas. Por esse motivo, uma ONG se estabelece como um ponto de apoio a essas pessoas em vulnerabilidade, tendo contato com casas de recuperação em Belo Horizonte e região metropolitana, dando assistência para aqueles que gostariam de deixar as ruas ou seguir para um centro de reabilitação. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência acerca da construção de um projeto de extensão desenvolvido por acadêmicos de Enfermagem da Estácio Belo Horizonte. Será desenvolvida em maio de 2024 uma roda de conversa em uma Organização Não Governamental (ONG) com o tema "Promovendo Conhecimento sobre Direitos e Serviços do SUS para Pessoas em Situação de Rua". Nessa roda de conversa, o foco principal será os direitos e serviços básicos assegurados pelo SUS, desde onde tomar vacinas até o atendimento psicossocial nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de álcool e outras drogas, além de outras formas que possam garantir que essas pessoas saiam dessa situação de vulnerabilidade e busquem tratamentos por outros meios. Conclui-se que o desenvolvimento de projetos de extensão podem proporcionar a formação de acadêmicos com um olhar humanizado para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Além disso, espera-se que, através das informações levadas, esses

indivíduos saibam e busquem ativamente seus direitos, garantindo uma saúde mais justa, podendo ser uma importante ferramenta de reintegração psicossocial, autossuficiência e valorização do indivíduo como sujeito de direitos.

Palavras-chave: roda de conversa, população em situação de rua, cuidados de enfermagem

REFERÊNCIAS

BORYSOW, I. DA C.; ODA, W. Y.; FURTADO, J. P. Avaliação da implantação do Consultório na Rua: um estudo de caso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33042, 13 nov. 2023.

LUCAS ALVES GONTIJO; MOREIRA, B.; MARÍA, S. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua no cotidiano da atenção primária: scoping review. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 137, p. 316–332, 1 jan. 2023.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA -Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. [s.l: s.n.]. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>.

VENTURI, V. et al. Dependência química: saúde mental das pessoas em situação de rua. *Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem*, v. 11, n. 33, p. 327–332, 29 mar. 2021.

VIEGAS, S. M. DA F. et al. Quotidiano de equipes de consultório na rua: tecendo redes para a promoção da saúde. *Escola Anna Nery*, v. 25, p. e20200222, 24 fev. 2021.

SARCOPENIA E RELAÇÃO COM DECLÍNIO DA FORÇA EM MEMBROS INFERIORES EM PESSOAS IDOSAS

Jovane Aragão
Marcela de Carvalho Pereira
Natália da Silveira Ananias Lima
Rafaela Cristian Rodrigues
Reysla Dias
Taiz Souza dos Reis
Andrea de Jesus Lopes

Introdução: A população de idosos está aumentando cada vez mais no Brasil e no mundo, resultando em profundas mudanças na dinâmica demográfica. Com o envelhecimento, ocorrem alterações da composição corporal, como aumento da adiposidade e diminuição da massa muscular esquelética. A diminuição do número de fibras é resultante da perda de unidades motoras que tem como consequência atrofia e fraqueza muscular e conseqüentemente perda de força. A sarcopenia é um importante problema que acomete os indivíduos ao longo dos anos e que é potencializada por fatores relacionados a doenças ou a estilo de vida inadequado. De acordo com a definição atual é caracterizada como a redução da massa muscular esquelética, associado a redução da força muscular ou desempenho físico.

Objetivo: Este projeto tem como objetivo identificar os fatores relacionados à sarcopenia em idosos comunitários e proporcionar uma experiência de vivenciar exercícios de fortalecimento muscular e orientar que as práticas dos mesmos podem trazer resultados benéficos em suas vidas diárias a longo prazo. **Metodologia:** O projeto extensionista vinculado a disciplina de cinesioterapia no curso de fisioterapia – Estácio BH. Para este trabalho foi feita revisão de literatura, com busca no Google Acadêmico e PubMed, Scielo usando os termos sarcopenia, idosos comunitário, atrofia, fraqueza e força muscular. Foram incluídos apenas artigos publicados nos últimos 15 anos escritos em inglês e português, que relacionam a sarcopenia do envelhecimento com declínio progressivo da massa e conseqüentemente, da função muscular (força, potência e resistência). A seleção dos artigos passou por 4 etapas, sendo a primeira pesquisas, segunda leitura dos títulos, a terceira etapa a leitura dos resumos e a quarta etapa a leitura na íntegra dos artigos. Ao final foram selecionados 11 artigos. **Resultados:** Segundo a literatura, para indivíduos com Sarcopenia, o treino de força colabora diretamente na melhoria do equilíbrio, no ganho de força, no atraso da perda de massa muscular, na melhora da flexibilidade e em diversos outros benefícios. Ou seja, o treinamento de força se mostrou eficiente na amenização dos efeitos da Sarcopenia. Os idosos que tem força de 4 ou mais no teste de Kendall, o exercício resistido se torna necessário para gerar resultados, promovendo tanto a prevenção, quanto a reabilitação da doença, agindo diretamente na reversão ou atenuação da doença. Exercícios terapêuticos para ganho de força em membros inferiores foram selecionados e o programa de treino proposto, que será guiado em sessão única como parte do projeto extensionista. **Conclusão:** Embora não seja possível alcançar resultados de ganho de força muscular com o tempo de treino que será realizado, nosso intuito será conscientizar e orientar através de palestras educativas sobre os riscos de quedas, avaliações de mobilidade e força muscular, bem como a realização de exercícios específicos para membros inferiores, buscar oferecer interação social e orientações para melhorar a qualidade de vida das idosas.

SAÚDE BASEADA EM VALOR EM SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA

Andrea de Jesus Lopes³⁵¹

Introdução: A Saúde Baseada em Valor (SBV) emerge como uma abordagem promissora para enfrentar as ineficiências no cuidado em saúde. Apesar do reconhecimento da Prática Baseada em Evidências (PBE) como fundamental para a prestação de cuidados eficazes, desafios persistem na entrega de serviços que maximizem os resultados para os pacientes de forma eficiente. A SBV foca na otimização dos resultados clínicos relevantes e na satisfação do paciente, considerando os custos envolvidos, e propõe uma mudança paradigmática para uma assistência mais centrada no paciente e também baseada em evidências. Modelos de cuidado que incorporam a SBV enfatizam a importância da inclusão do paciente na tomada de decisão e na avaliação de desfechos clínicos significativos. Além disso, a implementação da SBV pode oferecer vantagens competitivas, promover a inovação, melhorar a satisfação do paciente e otimizar o uso dos recursos. **Objetivos:** Listar estudos que apresentam a aplicabilidade do conceito na formação acadêmica e treinamento de profissionais e serviços de fisioterapia e reabilitação e difundir o conceito e formas de implementação de SBV na prática profissional. **Metodologia:** Este estudo adotará uma abordagem mista, iniciando com uma revisão sistemática da literatura para avaliar a aplicação e os resultados da SBV na fisioterapia e reabilitação, utilizando bases de dados como *PubMed*, *PEDEro*, *Google Scholar* e *Web of Science*, com artigos publicados nos últimos 3 anos. Foram definidos critérios de inclusão e exclusão claros para selecionar estudos relevantes. Posteriormente foi desenvolvido uma lista baseada nas evidências coletadas e nas melhores práticas identificadas. **Resultados:** O conceito de SBV surge como uma alternativa inovadora para melhorar a eficiência e eficácia dos cuidados em saúde. Este modelo enfatiza a entrega de cuidados que maximizam os resultados para os pacientes, considerando a relação custo-benefício e a satisfação do paciente. A SBV propõe uma mudança de paradigma para práticas mais centradas no paciente, com decisões baseadas em evidências e foco em resultados clínicos relevantes. Aplicar os conceitos de SBV permite estratégias de diferenciação e posicionamento para superar a alta competitividade no mercado na área privada e a necessidade de maior engajamento, adesão e otimização de resultados na área pública. As evidências foram agrupadas e uma lista de estratégias e ações práticas para implementação por profissionais e gestores de saúde, em serviços privados ou públicos, e assim contribuir para a melhoria contínua da qualidade e eficiência desses serviços. A literatura sinaliza implementação da SBV na fisioterapia e reabilitação tem o potencial de transformar a prática clínica, promovendo cuidados mais eficientes, eficazes e centrados no paciente. Incorporar os conceitos e toda a estrutura teórica de SBV a prática é necessário e relevante, devendo ter abordagens que envolvam mudanças na educação, na prática clínica, na gestão de serviços de saúde e na pesquisa. A formação e capacitação de profissionais de saúde para adotarem essa abordagem, e a inclusão efetiva do paciente no processo de tomada de decisão. Além disso, a integração de novas tecnologias e a adaptação de modelos de remuneração que incentivem práticas baseadas em valor são aspectos críticos para a adoção bem-sucedida da SBV. É essencial desenvolver estratégias que abordem tanto a formação profissional quanto a prática clínica. Isso inclui a educação do paciente, a adoção de práticas baseadas em evidências, a utilização de medidas de resultado padronizadas e validadas, e a implementação de tecnologias inovadoras, como a telereabilitação. A adoção da SBV tem o potencial de trazer

³⁵¹ Docente da Estácio BH - Email: andrea.jesus@estacio.br

benefícios significativos para os pacientes e para o sistema de saúde como um todo. Isso inclui a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, através de tratamentos mais eficazes e personalizados, e o aumento da eficiência dos serviços de saúde, por meio da otimização dos recursos e da redução de desperdícios. A SBV também pode contribuir para a satisfação do paciente, a fidelização e a precificação justa dos serviços. É nítida a importância de continuar a pesquisa e o desenvolvimento na área da SBV, especialmente em fisioterapia e reabilitação, onde ainda há um volume limitado de publicações. Estudos científicos que investiguem a implementação da SBV, avaliem os resultados do tratamento sob a perspectiva do paciente, e identifiquem as intervenções mais efetivas e eficientes são fundamentais para avançar na compreensão e na aplicação dessa abordagem no cuidado em saúde. **Conclusão:** A SBV oferece a profissionais e serviços de fisioterapia e saúde a base teórica e um novo paradigma para nortear as ações e forma de conduzir serviços, com centralidade no paciente e impacto positivo na satisfação e resolutividade. Desafios e barreiras também são mencionados na literatura e novos estudos são necessários.

SAÚDE DA CRIANÇA-HIGIENE PESSOAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Leiliane Rodrigues Magalhães³⁵²
Ariele Caroline Neves Cardoso³⁵³
Aurileni Santos de Souza³⁵⁴
Ana Clara Morais Moreira Valadares³⁵⁵
Camila Vitor da Silva³⁵⁶
Fernanda Cristina Roma³⁵⁷
Milleny Keren de Souza³⁵⁸
Natália Ângela de Brito³⁵⁹
Rafaela Ferreira Mourão³⁶⁰
Khauani Pereira Ribeiro³⁶¹

INTRODUÇÃO: As mãos abrigam inúmeros organismos patogênicos, que podem causar diversas doenças infecciosas no indivíduo, sendo algumas delas fatais (GAUER,2017). As crianças representam elevado risco em adquiri-las devido ao seu comportamento social, no entanto, podem ser evitadas com a prática simples da higienização das mãos (VISHWANATH, 2019). Alguns dos fatores seriam a imaturidade do sistema imunológico pela idade das crianças e hábitos que favorecem a propagação de doenças, como: necessidade de contato físico, hábitos higiênicos escassos, forma incorreta de lavar as mãos, compartilhamento de objetos e alimentos. O Brasil é um dos países com o maior índice de parasitoses intestinais, sendo alta a prevalência em crianças de idade pré-escolares, devido aos hábitos inadequados, falta da conscientização dos pais e professores e a falha da prática de higiene (Munareto et al.,2021). Tendo em vista que a escola é um local que proporciona o convívio social e que a incorreta higienização das mãos está associada à propagação de infecções, nota-se um problema de saúde pública e coletiva (SILVA, MARTINS 2022). Conscientizar as crianças sobre a existência de microorganismos, meios de transmissão e as formas de combater a sua disseminação é essencial. **REFERENCIAL TEÓRICO:** De acordo com dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o ato de lavar as mãos pode reduzir em cerca de 40% os casos de contaminação por uma ampla gama de microorganismos, como bactérias, parasitas, fungos e vírus, responsáveis por provocar diversas doenças no ser humano (Goncalves et al., 2021). **JUSTIFICATIVA:** Em virtude dos fatos mencionados mediante a análise de artigos e dados coletados, percebeu-se a deficiência referente ao assunto pela população adulta e das crianças, público alvo deste trabalho. **OBJETIVO:** Instruir estudantes de uma escola pública referente as formas de disseminação de doenças transmissíveis e maneiras de prevenir as mesmas através da lavagem das mãos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência de acadêmicos de enfermagem da Estácio Belo Horizonte acerca do desenvolvimento do projeto de extensão envolvendo

³⁵²Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: leiliane.magalhaes@professores.estacio.br

³⁵³ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: arielenesarielenes@gmail.com

³⁵⁴ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: aurysantos@outlook.com

³⁵⁵ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: amoraismoreiravaladares@gmail.com

³⁵⁶ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: camilavitordasilva@gmail.com

³⁵⁷ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: fernandaroma@yahoo.com.br

³⁵⁸ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: millenykeren31@gmail.com

³⁵⁹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: nataliaangelabrito@gmail.com

³⁶⁰ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: rafaelaferreira280402@gmail.com

³⁶¹ Discente – Enfermagem – Faculdade Estácio Belo Horizonte – e-mail: khauani.pereira.2103@gmail.com

crianças e a higiene pessoal. O público alvo era aproximadamente 70 crianças, com faixa etária de 9 a 10 anos, matriculados no ensino fundamental de uma escola localizada em Ribeirão das Neves /MG. As atividades realizadas abordaram a higiene corporal com ênfase em lavagem das mãos e foram divididas em três etapas: onde a primeira se deu pela busca de uma instituição escolar pública de ensino infantil para realização do projeto. Em seguida foi elaborado um questionário para coleta de dados visando qual seria a maior vulnerabilidade no ambiente escolar. Após o levantamento dos dados, foram executadas atividades educativas de metodologia lúdico – interativo. Sendo elas, uma breve explicação da importância da higiene pessoal, dinâmica abordando a lavagens das mãos, jogo quiz sobre conteúdo abordado e entrega de kit higiene e um informativo. **RESULTADOS:** Tendo em vista os objetivos que pretendeu-se alcançar por meio das ações apresentadas, espera-se que a lavagem das mãos se torne um hábito entre as crianças sugerindo que o risco de doenças seja reduzido e que o conhecimento adquirido por elas possa promover mudanças de comportamento em saúde no âmbito familiar e melhora na qualidade de vida social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Enfermagem tem o papel importante na disseminação de conhecimento, atuando na promoção de saúde, por intermédio de atividades de carácter preventivo e educacional. A educação em saúde objetivou a mudança de hábitos e comportamentos incorretos, visando a escola como cenário favorável para que o entendimento possa ser revertido em ações benéficas e atitudes mais saudáveis. Espera-se ter contribuído para a compreensão da importância da lavagem das mãos como forma efetiva para impedir a propagação de doenças.

Palavras-chave: Higiene Pessoal; Crianças; Mãos; Enfermagem

REFERÊNCIAS

MUNERATO, D. S.; LIMA, A. P. S. de; ZAERDETO - ZABEC, G.; VIEIRA, S. L.V. Parasitosis in preschool children in Brazil: bibliographic review. Research, Society and Development.v. 10, n. 1, p. e1910111195, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11195>. Acesso em: 9 de mar. 2024.

GAUER, D; SILVA, GK da. Análise qualitativa e quantitativa da microbiota das mãos dos funcionários de um posto de saúde. RBAC, v. 49, n. 2, p. 206-12, 2017.

VISHWANATH, R.; SELVABAI, A. P.; SHANMUGAM, P. Detection of bacterial pathogens in the hands of rural school children across different age groups and emphasizing the importance of hand wash. Journal of preventive medicine and hygiene, v. 60, n. 2, p. E103, 2019.

GONCALVES, D.; SOARES, K. D. S.; CORDEIRO SILVA, G.; SOUSA TAVARES, I. I. .;AZEVEDO, Y. D. V. de; ALMEIDA, M. L. C. de; RIOS, M. B. .; GOUVEIA SILVA , L. F. .;OLIVEIRA, M. da G. F. da C. .; CÂMARA, P. P. M. da; SANTOS, J. V. de M.; NOGUEIRA, J.P. D.; WNEYLDSON DA SILVEIRA, J.; CORDEIRO, T. B. .; CARDOSO, M. Q. A The importance of hand hygiene in pre-adolescent health: an experience report. Research, Society and Development. v. 10, n. 11, p. e316101119567, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19567>. Acesso em 9 de mar. 2024.

HIGIENIZAÇÃO das mãos: uma ação preventiva na escola. Brazilian Journal of Development, [S. l.], p. 1-10, 2 fev. 2022.

UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA AS BRASILEIRAS EM SUAS DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS E SOCIAIS diretrizes governamentais x realidade nas diversas comunidades

Christopher Publio Miranda Iria³⁶²
Dannielle Stefany de F. Ribeiro³⁶³
Emanuelle Gonçalves³⁶⁴
Gabriela Côte Braga³⁶⁵
Geovana Guimarães Garcia Leão³⁶⁶
Josiele da Silva Geraldo³⁶⁷
Lina Carla Bernardes³⁶⁸
Ludilany Carvalho Ferreira³⁶⁹
Magali Simone de Souza do Couto³⁷⁰
Michelle Gomes Valadares de Aguiar³⁷¹
Viviane Aparecida Ferreira³⁷²
Rosiane Rodrigues de almeida³⁷³

TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA: O debate sobre a saúde da mulher não é algo novo no Brasil, data anterior à década de oitenta, sendo inserido na Constituição Nacional de 1988. A década de 80 foi o marco de progresso no que cuidou da mulher através do PAISM (MS, 1983). Porém os diversos programas ainda não significam resultados 100% positivos, pelo contrário, nota-se falhas em suas aplicações. Seja influência socioeducativa, mídia, núcleo de convívio, pela sexualização precoce, falta de acesso por motivos variáveis, aparecem lacunas nos programas tanto de prevenção de IST, quanto nos de Planejamento familiar. A evolução histórica da educação e o Direito da mulher dão-se em ondas de avanços e retrocessos. O século XXI herdou um mundo globalizado – (Terceira Onda). Avanços tecnológicos retomaram em todas as áreas do conhecimento e o Brasil não ficou imune às grandes ondas evolutivas. Então nesse quadro como explicar os sobressaltos da realidade escancarada nos contextos em que estamos inseridos!? **OBJETIVOS:** Analisar dentre tantos programas existentes qual a realidade nos núcleos comuns, como por exemplo escolas públicas, hospitais públicos e comunidades. Levar à conscientização do importante papel social dos profissionais da saúde e seus pares sobre a realidade e desafios visando diminuir o vão entre as possibilidades oferecidas pelos avanços da Políticas Públicas e seu público alvo. Neste caso, levar às mulheres as informações dos Direitos adquiridos aos próprios direitos. Se ao corredor dos Direitos e ao corredor daquelas que os possui há esse vão, a ponte que os ligará será

³⁶² Email: tofpublio@gmail.com

³⁶³ Email: danystteffany@hotmail.com

³⁶⁴ Email: manupurple1234@gmail.com

³⁶⁵ Email: gabrielacortebraga@hotmail.com

³⁶⁶ Email: geovanagarcia87@gmail.com

³⁶⁷ Email: nevesjosieledasilva@gmail.com

³⁶⁸ Email: linacarlalab@gmail.com

³⁶⁹ Email: ludilnanyc@gmail.com

³⁷⁰ Email: maggalicouto7@gmail.com

³⁷¹ Email: michellegomes94@icloud.com

³⁷² Email: vivi.ferreira05414@gmail.com

³⁷³ Email: almeida.rosiane@estacio.br

exatamente o contato dos meios através dos profissionais capacitados a amparar conforme as Leis. **REFERENCIAL TEÓRICO:** *Constitui-se num direito do cidadão brasileiro assegurado na Constituição Federal e na Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que regula em seu §7º do Art. 226 da Constituição Federal que o Planejamento Familiar se orienta por atividades educativas, preventivas e clínicas, e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios e métodos disponíveis para concepção e anticoncepção (Brasil, 1996). Segundo MOURA, Fernanda da Silva, SP, 2020, a Alta vulnerabilidade social é compreendida como um fenômeno multidimensional, que apresenta a relação intrínseca entre intensidade dos riscos e o nível de exposição no cotidiano. A construção desse conceito se associa a capacidade de resposta do sujeito às condições adversas versus a ausência ou baixa oferta de oportunidades disponíveis na comunidade.* **METODOLOGIA:** Escolha da Escola para performance dos agentes; escolha do público alvo da pesquisa; apresentação do tema ao público alvo; dinâmicas e apresentação das possibilidades ao público alvo. Questionário quantitativo - Divididos faixas etárias, a saber: alunos de 15 anos a 96 anos de idade. Pesquisa empírica e quantitativa, in loco, dos resultados dos programas de atendimento à mulher, quer na questão da reprodução, quer na questão da prevenção. Os programas funcionam? Quais utilizados e quais resultados? Nosso público alvo é conhecedor dos seus direitos no SUS (Sistema Único de Saúde)? Sabendo-se os direitos, haverá a observação dos fatos tais quais a sua aplicação e realidade na população selecionada para a pesquisa. No entanto, não haverá o aprofundamento científico do tema, mas sim, a observação empírica dos fatos em comparação ao esforço dos programas da saúde da mulher. Quais são as leis, diretrizes, programas, educação, planejamentos no que se refere ao cuidado da mulher em suas diversas fases? Quais os programas de planejamento familiar e quais os programas de prevenção de doenças infectocontagiosas? **RESULTADOS:** Os acadêmicos apresentarão uma proposta de realização de uma palestra educativa na escola, cujo tema central será a educação em saúde da mulher e o planejamento familiar, de acordo com a lei 9.263/1996, da Constituição Federal. No dia 08/05/2024 será disponibilizado duas apresentações da palestra e kits com preservativos masculino e feminino, na Escola EMPEP de Belo Horizonte, MG, para cento e quinze (115) alunos do programa de educação (EJA Educação de Jovens e Adultos) para in loco realizar-se-á essa pesquisa empírica e quantitativa. **CONCLUSÕES:** A informação “ainda é livre em todas as plataformas midiáticas e em contrapartida vemos-nos confrontados aos quadros esmagadores das diferenças sociais e estigmas das classes, ao desequilíbrio fiscal, ao persistente analfabetismo, ao subemprego, a opressão à mulher, a evasão escolar, etc. Os direitos adquiridos constitucionalmente pelas mulheres revelam ao mesmo tempo a outra face do espelho com o alto grau de concepção não desejada e fora de tempo, o alto índice de contagiados com infecções sexualmente transmissíveis como é o caso do HPV, HIV, sífilis, sífilis congênita, em mais um tanto delas. O presente trabalho não desembaraçar essa rede, porém tenciona estreitar as distâncias entre os direitos aos usuários fazendo o seu papel como ponte. Inseridos nesse nicho de trabalho, o profissional da saúde é capacitador da elevação das oportunidades sendo o agente facilitador.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Planejamento Familiar; Constituição Federal; Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM)

ENGENHARIA, E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

Nilton Cesar Marques³⁷⁴
Danusa Campos Teixeira³⁷⁵

A evolução tecnológica tem possibilitado diversas facilidades perceptíveis no cotidiano das pessoas, sobretudo, em relação ao uso dos smartphones e computadores. Seja com objetivo de entretenimento, seja para fins profissionais, o uso da tecnologia tem alterado a rotina das pessoas, as quais passam cada vez mais tempo conectadas e/ou com cada vez mais tempo de tela. As redes sociais, aplicativos de mensagens, serviços bancários digitais, pagamento por aproximação, dentre outros, são apenas alguns dos exemplos das comodidades que são proporcionadas pelo uso da tecnologia associada à internet. Certamente, o advento da evolução tecnológica facilitou imensamente a realização de diversas atividades, no entanto, o acesso à essas facilidades e acesso à diversos serviços, faz-se necessariamente por meio do fornecimento de informações pessoais. As redes sociais incentivam e até remuneram aqueles que obtêm engajamento de outros indivíduos, ou seja, quando maior a interação e alcance com outros usuários das redes sociais, maior a visibilidade, exposição e reconhecimento. Decorrente disso, muitos usuários obtêm sucesso em fazer das redes sociais uma atividade profissional, sendo muito bem remunerados por isso. Tal circunstância faz com que diversas outras pessoas almejem o mesmo, passando a consumir os mesmos serviços ofertados, numa espécie de círculo vicioso. Não obstante, observa-se entre os usuários das redes sociais a comumente exposição das informações pessoais, tais como a localização em tempo real e acesso irrestrito a todos os usuários das publicações realizadas, o que inclui fotografias, postagens, *check-in*, interações, *lives*, etc. Na maioria das circunstâncias, essa ampla disponibilidade de informações teria pouca implicação, contudo, em decorrência da proliferação de usuários mal-intencionados, tais informações são utilizadas para aplicar golpes e obter vantagens financeiras de algum modo. De tal sorte, a divulgação desnecessária de informações pessoais pode até resultar num maior engajamento de usuários, mas também pode facilitar a disseminação de informações para uso indevido. A título de exemplo, a divulgação de fotos de determinada viagem a um outro país, certamente irá trazer grande visibilidade nas redes sociais, mas também poderá denunciar que a do usuário residência possivelmente está sem vigilância, facilitando a ação de criminosos especializados em furtos. Outra possibilidade é a criação de perfis falsos em aplicativo de mensagens, com o objetivo de alcançar pessoas mais próximas com a história de dificuldades com a viagem, sempre pedindo auxílio financeiro. Como forma de mitigar essa exposição a riscos, tem-se alguns mecanismos que podem ser utilizados, tal como a restrição do acesso das determinadas publicações a um grupo de usuários previamente selecionados, bem como medidas de dupla verificação para acesso às redes sociais e aplicativos, com reconhecimento facial, biometria e utilização de códigos de segurança. Além dessas possibilidades de mitigação de acesso indevido, outra importante medida de segurança é a consciência de que a disponibilidade das informações deve ser restrita a quem realmente se destina, evitando-se a divulgação dessas informações sem um propósito específico, independentemente se o uso de faz para fins recreativos ou profissionais.

³⁷⁴ NILTON CESAR MARQUES – DISCENTE - Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: niltoncmarques@gmail.com.

³⁷⁵ DANUSA CAMPOS TEIXEIRA – DOCENTE - Engenharias – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br.

Palavras-chave: Redes sociais; informações; exposição; segurança.

ANÁLISE DO POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DO BIOGÁS NOS ATERROS SANITÁRIOS DE BELO HORIZONTE – MG E REGIÃO METROPOLITANA

Leonardo Aguiar Azevedo³⁷⁶

Danusa Campos Teixeira³⁷⁷

O Município de Belo Horizonte – MG enfrenta desafios significativos com a gestão de resíduos sólidos urbanos. Gera, anualmente, cerca de 643.748,86 toneladas, das quais uma parte não é coletada pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU). Visando explorar um cenário sustentável, analisar o potencial de transformação desses resíduos em energia, especialmente através do biogás, seria uma forma minimizar os impactos e ainda fornecer energia à diversas famílias, com uma produção estimada em 166,745 MWh por ano. Diante dos possíveis benefícios ambientais, o objetivo do presente trabalho é calcular o potencial energético dos resíduos urbanos do município de Belo Horizonte - MG. O processo envolve a decomposição anaeróbica dos resíduos orgânicos, produzindo biogás, uma mistura de metano, dióxido de carbono e outros gases, com alto poder calorífico. Esse biogás pode ser utilizado para gerar eletricidade e calor, reduzindo a dependência de fontes de energia não renováveis e contribuindo para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Cabe ressaltar que uma molécula de metano equivale a 21 moléculas de dióxido de carbono. Diante disso, estequiometricamente, é viável queimar o gás, evitando que as moléculas de metano sejam liberadas para a atmosfera. Além dos benefícios ambientais, a geração de energia a partir do biogás pode gerar receitas adicionais para o município, além de criar empregos na indústria de energia renovável. No aterro usa-se lonas ou geomembranas para impermeabilização do solo, e são feitos alteamentos de terra formando camadas de material em diferentes estados de decomposição. São instalados drenos nas camadas de resíduos, que são conectados as manilhas inseridas nas camadas chamada poço, no qual o gás metano emitido é captado pelos drenos e transportado por tubulações até a usina. O processo da geração de energia a partir do biogás é bem complexo. O gás passa pelo ponto de análise onde é determinada a concentração de gás carbônico, oxigênio e gás metano. As tubulações de captação são transformadas apenas em uma. E o biogás é direcionado para um trocador de calor e desumidificador. Após esses processos, o biogás passa por filtros para a remoção de impurezas e materiais sólidos. Posteriormente, o biogás é bombeado para motores do ciclo de Otto, no qual entra em combustão. A energia gerada segue para o transformador que conecta a estação de transmissão da concessionária de energia elétrica que faz a distribuição para o sistema. Seguindo parâmetros estipulados pela Environmental Protection Agency (EPA), conclui-se que a quantidade de matéria orgânica, varia de 140 a 190 m³/ton no Brasil. Considerando a composição dos resíduos gerados pela capital mineira; estima-se um coeficiente de degradação $K = 0,091/\text{ano}$. Para calcular a emissão de metano gerado por m³ é levado em consideração o potencial de geração de biogás (m³ por kg de resíduo), a quantidade de resíduos depositados no ano, a constante K de geração de metano e a idade média do resíduo/aterro. De posse desses dados e do poder calorífico do biogás (que varia de 8.500 kcal/m³ a 12.000 kcal/m³), é possível calcular a produção estimada de energia. Considerando

³⁷⁶ Discente - Engenheira Elétrica – Centro Universitário Estácio de Sá Belo Horizonte. E-mail: leo_aguiar99@hotmail.com

³⁷⁷ Docente – Engenharias – Centro Universitário Estácio de Sá Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br

10.000 kcal/m³ e sabendo que 1 Wh equivale a 3600 Joules, tendo uma produção anual de 643.748,86 toneladas de resíduo, a eficiência dos equipamentos de conversão de energia em 34%, pode-se obter uma produção de energia aproximadamente 166,745 MWh ao longo do ano. A análise realizada demonstra o potencial significativo da geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos em Belo Horizonte, especialmente por meio da produção de biogás. A abordagem isobárica e a aplicação de tecnologias como os biodigestores destacam-se como soluções viáveis para aproveitar o potencial energético dos resíduos de forma sustentável e eficiente. Os cálculos realizados considerando o cenário específico de Belo Horizonte revelam uma produção de energia estimada de aproximadamente 166,745 MWh ao longo do ano, o que representa uma contribuição significativa para suprir demandas energéticas locais. Além disso, a utilização do biogás proveniente dos resíduos sólidos urbanos não coletados contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a mitigação dos impactos ambientais associados à disposição inadequada dos resíduos. Portanto, conclui-se que a geração distribuída de energia a partir de biogás gerado a partir de resíduos sólidos urbanos não coletados em Belo Horizonte apresenta um potencial promissor para contribuir com a matriz energética local de forma sustentável, eficiente e economicamente viável. Recomenda-se a implementação de políticas e estratégias para incentivar e viabilizar o desenvolvimento desses sistemas, visando benefícios ambientais, econômicos e sociais para a cidade e sua população. Por fim, destaca-se a importância de buscar soluções sustentáveis para lidar eficientemente com essa questão em Belo Horizonte, visando benefícios ambientais e energéticos para a cidade e sua população.

Palavras-chave: Biogás, usina, energia, aterro, metano, sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO METANO (CH₄) GERADO POR SISTEMAS DE TRATAMENTO ANAERÓBIO DE EFLUENTES SANITÁRIOS EM PEQUENAS COMUNIDADES

Danusa Campos Teixeira³⁷⁸
Leonardo Aguiar Azevedo³⁷⁹
Nilton Cesar Marques³⁸⁰

Nos processos de tratamento de efluentes, surge um paradoxo ambiental: a geração de resíduos acompanha a implementação do tratamento. No caso dos tratamentos anaeróbios de efluentes sanitários, a decomposição da matéria orgânica por biomassa bacteriana anaeróbia resulta na produção de metano (CH₄) (HINRICHS et al., 2010). O aproveitamento energético do metano gerado por esses sistemas apresenta benefícios ambientais, econômicos e sociais significativos. A liberação desse gás na atmosfera contribui para as mudanças climáticas, tornando a captura e o aproveitamento do CH₄ uma medida eficaz na redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a captura e queima do CH₄ auxiliam na mitigação dos odores desagradáveis associados ao tratamento de esgotos. A tecnologia mais adequada para climas tropicais e áreas com espaço limitado é o reator do tipo UASB (Upflow Anaerobic Sludge Blanket), que dispensa o uso de decantadores primários, simplificando ainda mais o sistema (VON SPERLING, 1995). O metano capturado pode ser utilizado para a geração de eletricidade e calor, por meio de motores a gás ou geradores que convertem o gás em energia. A eletricidade produzida pode ser utilizada no próprio sistema de tratamento de efluentes ou explorada para a rede elétrica (LOBATO, 2011). O reaproveitamento do metano pode representar um aspecto crucial para a sustentabilidade e a economia local, desde que o sistema seja simples e construído com materiais de baixo custo. Este estudo tem como objetivo desenvolver um sistema de tratamento anaeróbio de efluentes sanitários para pequenas comunidades, com o aproveitamento do CH₄ como fonte de energia. Para isso, serão necessárias tecnologias adequadas para a captação e tratamento do gás, bem como equipamentos de conversão de energia, como geradores a gás. Os sistemas de tratamento e aproveitamento energético devem ser seguros e eficientes, visando à redução da poluição e à segurança da comunidade. Para o desenvolvimento do projeto, será essencial determinar o tamanho da comunidade e calcular a carga de matéria orgânica presente no efluente sanitário. A partir dessas informações, serão dimensionados o reator UASB, a quantidade de matéria orgânica convertida em biogás, o poder calorífico do biogás e o sistema de reaproveitamento energético. Espera-se que este trabalho demonstre a importância do tratamento de efluentes sanitários em comunidades remotas, visando à proteção dos corpos d'água e das águas subterrâneas. Acredita-se que os resultados obtidos confirmaram que o biogás produzido pelo tratamento de efluentes em um reator UASB possui um alto teor de metano, e que as tecnologias de conversão de energia química em elétrica são satisfatórias, contribuindo para a sustentabilidade das comunidades.

Palavras-chave: efluente; reator UASB, reaproveitamento energético; metano.

³⁷⁸Engenharia Civil – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br.

³⁷⁹Engenharia Elétrica – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.

³⁸⁰Análise e Desenvolvimento do Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: niltoncmarques@gmail.com.

REFERÊNCIAS

HINRICHS, R.A. *et al.* **Energia e Meio Ambiente**, Editora Cengage Learning, 4ª. Ed., 2010, p. 679.

LOBATO, L.C.S. **Aproveitamento energético de biogás gerado em reatores UASB tratando esgoto doméstico**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Sanitária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VON SPERLING, M. **Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias – Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos**, v. 01. Minas Gerais, 1995.

DESAFIO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA PARA CONSUMO HUMANO

um enfoque para os alunos de engenharia na Estácio Belo Horizonte

Danusa Campos Teixeira³⁸¹
Leonardo Aguiar Azevedo³⁸²
Nilton Cesar Marques³⁸³

A ameaça de escassez de água no mundo preocupa muitos governos. É possível observar que muitas regiões, que, outrora, não passavam por longos períodos de seca, têm sofrido com a estiagem, o que acaba causando prejuízo para a saúde de suas comunidades. A Organização Mundial de Saúde (WHO) considera que não há acesso à água quando o tempo gasto, de deslocamento da população em busca de água, ultrapassa 30 minutos e quando o volume coletado é inferior à 5 litros por pessoa a cada dia (WHO, 2003). A WHO ainda ressalta que o acesso é considerado básico quando esse tempo está entre 5 e 30 minutos e o volume coletado é inferior a 20 litros por pessoa por dia. Nessa situação, os riscos à saúde continuam altos. Durante a seca, as comunidades recorrem a fontes de água inadequadas para o consumo humano, se expondo a doenças de veiculação hídrica. Estudos apontam que a qualidade da água de chuva possui qualidade superior à de muitos mananciais de água superficiais. De acordo com Gomes et al. (2014), vários grupos de estudo buscam alternativas que possibilitem o acesso a uma água de qualidade e de baixo custo. A água da chuva, quando captada por uma superfície – telhado, laje – que ficou exposta a seca, pode apresentar sólidos sedimentáveis e em suspensão, pois recebe ao longo do tempo folhas, fezes de animais e poeira. Um dos parâmetros analisados para avaliar a qualidade da água é a turbidez. Como forma de complementar a formação dos alunos e agregar conhecimento de acordo com a percepção da realidade, os estudantes da disciplina química tecnológica foram desafiados a desenvolver um projeto de captação de água de chuva, visando a separação de misturas e a desinfecção da água para o consumo humano. Para o trabalho, os estudantes deverão apresentar uma proposta de solução para a captação de água de chuva para residências de dimensões médias brasileiras, que remova parte do material particulado carregado pelas chuvas. Além disso, precisam aproveitar os conhecimentos desenvolvidos em outras disciplinas que já foram finalizadas e as que estão em andamento no curso. De acordo com Cardoso (2009), para se ter uma água de chuva segura é necessário que a superfície de escoamento seja limpa por pelo menos 2 litros de água antes da captação. Assim, o que se espera dos trabalhos a serem apresentados é que os estudantes consigam desenvolver dispositivos que promovam a remoção de contaminantes utilizando filtros e dispositivos de descarte da primeira água de chuva.

Palavras-chave: captação de água chuva; processo de separação de misturas; chuvas; potabilidade.

REFERÊNCIAS

³⁸¹DOCENTE - Engenharias – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: danusa.santos@estacio.br.

³⁸²DISCENTE - Engenharia Elétrica – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: leo_aguiar99@hotmail.com

³⁸³DISCENTE - Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: niltoncmarques@gmail.com.

CARDOSO, M. P. **Viabilidade do aproveitamento de água de chuva em zonas urbanas: estudo de caso no município de Belo Horizonte – MG.** Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Departamento de engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

GOMES, U.A.F.; DOMÈNECH, L.; PENA, J.L.; HELLER, L.; PALMIER, L.R. A Captação de Água de Chuva no Brasil: Novos Aportes a Partir de um Olhar Internacional. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 19, n. 1, p. 7-16, 2014.

WHO – **WORLD HEALTH ORGANIZATION.** (2003) Domestic water quantity, service, level and health. World Health Organization. Geneva, Switzerland, 2003.

KATAK

solução computacional para descarte e reaproveitamento de materiais recicláveis

Gabriel Cardoso dos Anjos³⁸⁴
Guilherme Ricardo Borges³⁸⁵
Helder Rodrigues da Costa³⁸⁶
Matheus Nunes de Carvalho³⁸⁷
Thiago Oliveira Meireles da Cunha³⁸⁸
Yuri Christian da Cunha³⁸⁹

Quando falamos em descarte e reaproveitamento de materiais recicláveis, não há como dissociar de uma coleta ou recolha seletiva, que é o termo utilizado para o recolhimento dos materiais que são possíveis de serem reciclados, previamente separados na fonte geradora. Dentre estes materiais recicláveis podemos citar os principais tipos: papéis, plásticos, metais e vidros. Porém podemos reciclar óleo de cozinha usado, CD's e DVD's, eletroeletrônicos, radiografias e etc. Porém, quando olhamos para os dados no Brasil de coleta seletiva porta a porta, temos que menos de 35,9% da população brasileira é atingida por ela, sendo que pelo menos 21,7% dos municípios brasileiros cobrem mais de 50% da sua população com esse serviço (SNIS-RS 2020). Dentre os municípios que declararam realizar coleta seletiva e informaram os volumes coletados no SNIS-RS 2020, é possível identificar que aqueles que implementam apenas a modalidade de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) têm volume de material coletado seletivamente muito abaixo dos municípios que oferecem coleta porta a porta, passando de 5,3kg (PEVs) por habitante/ano para 22,2kg por habitante/ano (porta a porta). E ainda, pela pesquisa: o custo desse serviço para o município está estimado em apenas R\$ 9,94 por habitante/ano. É um custo relativamente baixo para um serviço que desonera a prefeitura ao reduzir os resíduos enviados para aterro, e que poderia ser incluído na cobrança por manejo de resíduos sólidos determinada pelo Marco do Saneamento Básico. O que se percebe é que os entraves logísticos para unir doadores e catadores de materiais reduzem a velocidade com que se implementa a coleta seletiva, principalmente porque os principais protagonistas desse processo são as organizações de catadores, que representam 71,6% dos agentes executores das cidades da região Norte, 62,3% das cidades da região Nordeste e 53% das cidades da região Sudeste. Percebe-se que o poder público contribui em menor escala no processo de coleta seletiva. E foi pensando em potencializar o processo de coleta seletiva, realizado por essas organizações de catadores que idealizamos o KATAK, um sistema computacional que promete conectar quem quer descartar materiais recicláveis e quem pretende coletá-los para reaproveitamento, de forma descomplicada, direta, sem interferência de serviços públicos e desenvolvido por alunos da disciplina "Programação

³⁸⁴Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.
E-mail: gc.anjos2008@gmail.com

³⁸⁵Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.
E-mail: guiborgescedaspy@gmail.com

³⁸⁶Orientador – Engenharia Elétrica – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: helder.costa@estacio.br

³⁸⁷Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.
E-mail: matheussick@gmail.com

³⁸⁸Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.
E-mail: thiagooliveira08@gmail.com

³⁸⁹Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte.
E-mail: yuri-christian@hotmail.com

Orientada a Objetos em Java”. A ideia é potencializar e otimizar o processo de coleta seletiva pré-existente nas cidades, elevando os índices de reaproveitamento desses materiais ou mesmo prover esse serviço em municípios em que não exista a coleta seletiva implementada. Propõe-se a construção de um aplicativo em que um usuário que queira descartar algum material possa informar o que e quanto de material está descartando, e sua geolocalização. Uma associação de catadores ou uma empresa que utiliza como matéria prima algum tipo de material reciclado poderá rapidamente levantar a localização e o volume de materiais disponíveis para coleta, evitando que sofram danos maiores ao seu completo reuso. Os primeiros protótipos do software desenvolvido estão em desenvolvimento no primeiro semestre de 2024.

Palavras-chave: coleta seletiva, materiais recicláveis, organizações de catadores, resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

ABIPLAST. Perfil 2021: as indústrias de transformação e reciclagem de plástico no Brasil. Brasil, 2022.

ABRELPE. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. São Paulo, 2022.

ANCAT. Atlas da Reciclagem. São Paulo, Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável – ANCAT, 2022.

BOUVIER, M., Dias, S. Resumo Estatístico nº 9. Catadores de materiais recicláveis: um perfil estatístico. WIEGO, 2021.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, Ministério do Desenvolvimento Regional. Diagnóstico Temático: Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares. Brasília, 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil. Brasil, 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. Edição extra. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023. Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. Edição extra. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 2020.

GONÇALVES, J. RECICLAGEM DE RUA: Os catadores de rua e a coleta seletiva informal. Dissertação de mestrado, UFMG. 2017.

3

MÁQUINA DE SABÃO A BASE DE ÓLEO E GORDURA RECICLADA

Marcos de Souza Linhares³⁹⁰
Ana Cláudia Pereira Soares³⁹¹

A realização desse trabalho foi fomentada com a observação do caos ambiental em que a sociedade se encontra, onde a degradação do nosso ecossistema tem se acentuado de maneira exponencial, causada pela poluição ambiental e o mau uso dos recursos naturais, trazendo várias consequências como; desaparecimento de espécies aquáticas, chuvas ácidas, doenças, derretimento de geleiras, falta de água potável, mudança de estações, dentre outras. Este projeto vai tratar a poluição das águas, que em grande parte é feita pelo derramamento de óleos no solo e nas redes pluviais. Muitos condomínios, casas, lanchonetes, não sabem o que fazer com o óleo de cozinha usado, não tem onde guardar, não tem acesso a uma coleta seletiva e acabam por derramar o mesmo no ralo da pia, quando este rejeito do processo está velho, e não tem mais serventia. Sabe-se que aqui não está a solução dos problemas ambientais do mundo, mas a ideia é incentivar grupos e pessoas a aderirem a causa de pensarem de forma economicamente sustentável. Segundo dados do IBGE e da Associação Brasileira da Indústria de Óleos e Vegetais (Estadão 16/09/2021), o Brasil, descarta cerca de 1 bilhão de litros de óleo, de maneira incorreta. Tem-se aqui uma oportunidade de empregar o conhecimento adquirido ao longo do curso acadêmico de engenharia mecânica. Além de empregar os conhecimentos técnicos, é oportuno o desenvolvimento do propósito da engenharia que é o de criar e desenvolver, trazendo o crescimento econômico sustentável e facilitando a vida das pessoas. As habilidades adquiridas até aqui darão condições de desenhar e projetar o equipamento, calcular o volume do tanque, escolher de forma adequada os materiais a serem empregados na fabricação, trazendo em prática o propósito de contribuir com a sociedade. Tem-se como objetivo construir uma máquina capaz de transformar óleo e gordura velha em sabão. A ideia é construir um misturador, constituído por um tanque, uma tampa, uma hélice acoplada a um motor e ligada a energia elétrica que vai misturar alguns ingredientes onde o principal deles é o óleo e gordura usados. O equipamento deve ser leve, de pequeno porte e de fácil manuseio. E transformar um vilão do meio ambiente, o óleo descartado, em fonte de renda e utilidade para as pessoas. Com aproximadamente R\$20,00 de insumos e 6 litros de gordura, pode-se produzir 10 kg de sabão. Este produto é usado nas limpezas diversas do cotidiano ou ainda como fonte de renda. Segundo dados da Sabesp (SABESP, 2024), 1 litro de óleo pode contaminar até 25 mil litros de água; isso, porque suas substâncias não se dissolvem na água e quando despejadas nos cursos d'água, causam descontrole do oxigênio e a morte de peixes e outras espécies. Em contato com o solo, causa contaminação e sujeira. Ao lançar o óleo de cozinha na pia, vaso sanitário ou ralo, o resíduo acumula-se nas paredes dos canos e retém outros materiais que passam pelo local. Além de entupimentos, haverá "infarto" do sistema de esgoto com sérios problemas para manutenção das redes e custos mais altos para fazer consertos e reparos. Deseja-se construir um tanque quadrado medindo 200 mm de largura internamente. Tem-se que o volume dos ingredientes é equivalente a $10.483.800,00\text{mm}^3$, o volume da haste é $22.427,40\text{mm}^3$ e o da hélice $45.986,68\text{mm}^3$. É necessário que venha sobrar um espaço vago para que o tanque onde o sabão vai ser misturado não fique totalmente ocupado. Através dos cálculos, como resultado encontrou-se $h = 275\text{mm}$. Tem-se agora as dimensões internas do tanque. Cada sabão em barra pode ser

³⁹⁰ Discente – Engenharia Mecânica – Unidade Floresta - BH. E-mail: 201808190688@alunos.estacio.br

³⁹¹ Docente – Engenharia de Produção – Unidade Floresta - BH. E-mail: anaclaudia.soares@estacio.br

vendido aproximadamente a R\$3,98 (<https://www.villefortentrega.com.br/>). Essa receita rende aproximadamente 10 kg de sabão, resultando em 50 tabletes de sabão de 200 g. Vendendo os mesmos em um mês, teríamos um retorno de R\$199,00, uma excelente margem direta de mais de 80% em relação ao custo dos ingredientes e um *payback* de apenas um mês em relação aos investimentos dos ingredientes. Nesse âmbito o projeto tem total viabilidade econômica.

Palavras-chave: Máquina de sabão; Óleo; Gordura reciclada; Sabão em barra.

REFERÊNCIAS

BISTAFA, Sylvio R. Mecânica dos fluidos: noções e aplicações. 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2016.

BRAGA, Benedito et al. Introdução À Engenharia Ambiental. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
ÇENGEL, Y. A.; CIMBALA, J. M. Mecânica dos fluidos: fundamentos e aplicações. 3ª edição. Porto Alegre: AMGH, 2015.

FOX, R. W.; MCDONALD, A. T. Introdução à Mecânica dos Fluidos. 8ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
<https://www.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=82#:~:text=1%20litro%20de%20%C3%B3leo%20pode%20contaminar%20at%C3%A9%2025%20mil%20litros%20de%20%C3%A1gua>. Acesso em 30 mar. 2024.

ZERBINI, E. J.; YOUNG, D. F.; MUNSON, B. R.; OKIISHI, T. H. Fundamentos da mecânica dos fluidos. São Paulo: Blucher, 2004.

MÍDIAS PAGAS

uma análise do impacto do tráfego pago em uma micro pequena empresa de finanças

Luidy Stefano Quintão Fonseca³⁹²

Ana Cláudia Pereira Soares³⁹³

Tendo em vista a importância da captação de novos clientes e seu comportamento ao decorrer do tempo, fez-se necessário a adaptação de novos recursos, como o tráfego pago, que consiste em investir para receber maior número de acessos. Usando principalmente as plataformas como o *Facebook Ads*, *Instagram Ads*, *Google Ads*, dentre muitas outras existentes no momento, esse novo mecanismo vem trazendo ótimos resultados para as empresas, sendo que nesta pesquisa foram utilizadas as duas primeiras plataformas *Facebook Ads* e *Instagram Ads*. A partir dessas novas ferramentas, foi possibilitada uma nova maneira de atrair clientes, gerar vendas e elevar drasticamente a produção da empresa. O objetivo deste trabalho foi compreender se o tráfego pago é um fator importante e decisivo para o aumento de conversões de leads qualificados (gerar vendas). Foi feito um levantamento de dados de uma microempresa de finanças, localizada em Belo Horizonte, onde sua principal captação era via ligação, passou a ser 100% mídias pagas, *Facebook Ads* e *Instagram Ads*. Para realização das análises, as métricas utilizadas foram: resultados, alcance, impressões, cliques, CTR, custo por clique, investimento total em reais e rentabilidade. Com a evolução da tecnologia, das plataformas *online* e das redes sociais, foi necessário que o mercado se adaptasse a essa nova realidade. Como dito por Kotler (2021), a tecnologia impulsiona a segunda maior força existente: a globalização. Nesta pesquisa, foram utilizadas as duas primeiras plataformas citadas. As análises das campanhas publicadas mediante as plataformas *Facebook Ads* e *Instagram Ads* foram realizadas por intermédio de uma microempresa de finanças na região noroeste de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais. Foram consideradas para esta parte da pesquisa as metas, a verba disponível, o período de veiculação, o perfil do público-alvo, os posicionamentos – *feed* e *stories* –, as estratégias aplicadas, os criativos e seu design, as *copy*s escritas para os anúncios, os resultados alcançados e os números e dados coletados. O objetivo escolhido para essa campanha foi de mensagens, que foram recebidas através do aplicativo *WhatsApp* de conversas *online*. O orçamento disponibilizado para a propagação da campanha foi de R\$20 por dia. Os anúncios foram veiculados do dia 01/07/2023 até 27/09/2023. O público-alvo escolhido foi de Servidores do Governo de Minas, envolvendo todo estado, de ambos os gêneros. Os posicionamentos selecionados foram *feeds* do *Facebook* e *Instagram*, *stories* de ambos, *marketplace* e explorar do *Instagram*. Foram utilizados criativos para essa campanha, com informações diretas e objetivas para os servidores do Governo de Minas. As *copy*s desenvolvidas são breves, e abordam o tema principal do produto e sua classe de atendimento dentro do órgão, Governo de Minas. Os resultados da campanha de mensagens avaliam o anúncio através das métricas já citadas, além de apresentar os resultados gerais, como o número total de mensagens recebidas (461), alcance (26.072), custo por clique (R\$1,57), custo por resultado e valor total gasto (R\$722,27). Diante dos resultados, de 461 conversas iniciadas, 8 foram clientes qualificados e gerou vendas. O valor investido foi de R\$722,27. O valor total em real das vendas realizadas foi de R\$ 121.633,38. O valor líquido para a empresa foi 10% do valor bruto, totalizando R\$ 12.163,38. Diante dos tópicos analisados e dados coletados, uma campanha bem segmentada, com um bom criativo,

³⁹² Discente – Engenharia de Produção – Unidade Floresta - BH. E-mail: 202209010461@alunos.estacio.br

³⁹³ Docente – Engenharia de Produção – Unidade Floresta - BH. E-mail: anaclaudia.soares@estacio.br

e um público bem selecionado resulta em uma campanha de sucesso com *Leads* qualificados gerando vendas. De acordo com Kartajaya, Kotler e Setiawan (2017), a segmentação é um aspecto fundamental da estratégia de marca, e permite a eficiência dos recursos e um posicionamento mais preciso. Com esta pesquisa foi possível notar que o papel mais importante do marketing digital é promover a ação da marca, com foco em justamente promover esses resultados. Pode-se dizer que os objetivos pressupostos foram atendidos, visto que foi analisado o efeito do *marketing* digital para os negócios, além de analisar as motivações e estratégias utilizadas para gerar os anseios pré-estabelecidos, concluindo que esse tipo de mídia paga é um fator assertivo, porém com algumas ressalvas. Deve-se lembrar de que o tráfego é o futuro, e que cada vez mais os meios de comunicação comuns e já consolidados, como a TV e o rádio irão dar lugar a plataformas on-line que possuem o poder de alcançar mais pessoas, de forma mais simples e mais rápida.

Palavras-chave: Tráfego pago; Tecnologia; Facebook Ads; Instagram Ads.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Gary; KOTLER, Philip. Princípios de Marketing. 9. ed. atual. Prentice Hall, 2003. 593 p.

CANAL TECH. Tudo sobre Instagram. Canal Tech, 2022. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/instagram/>. Acesso em: 23 de out. 2022.

D'ANGELO, Felipe. Pesquisa sobre o Instagram no Brasil: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram. Opinion Box, 14 de fev. 2022. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>. Acesso em: 22 de out. 2022.

ESCOLA DE E-COMMERCE. Redes sociais mais usadas no Brasil: Veja o ranking atualizado e defina a melhor para o seu negócio!. Escola de E-commerce, 31 de ago. 2022. Disponível em: <https://www.escoladeecommerce.com/artigos/redes-sociais-maisusadas-no-brasil/>. Acesso em: 22 de out. 2022.

FREITAS, Bianca. Tráfego pago para iniciantes: o que é, vantagens e ferramentas para seu e-commerce. Shopify, 3 de mar. 2022. Disponível em: <https://www.shopify.com/br/blog/trafeopago#:~:text=O%20tr%C3%A1fego%20pago%2C%20na%20verdade,de%20outros%20sites%20da%20internet>. Acesso em: 23 de out. 2022.

GOTO, Matheus. O que é metaverso? Entenda a origem do termo e saiba como entrar nesse universo virtual. Época Negócios, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tudo-sobre/noticia/2022/04/o-que-e-metaversoentenda-origem-do-termo-e-saiba-como-entrar-nesse-universo-virtual.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

KIRKPATRICK, David. O efeito Facebook: Os bastidores da história da empresa que está conectando o mundo. 1. ed. [S. l.]: Intrínseca, 2010. 416 p.

META. Anúncios do Facebook. Meta, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/ads>. Acesso em: 3 de nov. 2022.

META. Como escolher o objetivo certo do Gerenciador de Anúncios da Meta. Facebook Meta, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/help/1438417719786914>. Acesso em: 3 de nov. 2022.

PETANALYZE

Pedro Lucas Ferreira
Silas Alves Dos Santos
Thiago Gabriel Pereira
Mikael Gonçalves Da Silva
Marcel Philip De Oliveria Reis
Deusvaldo Das Graças De Soares
Wallace Adriano Guerra
Vinicius Rodrigues Miranda
Aaron De Deus Lopes
Cesar Augusto Bacelar Junior
Bruno Santos Azevedo
Israel Perpetuo De Jesus
Matheus Willian Monteiro Ribeiro
Kesler Rodrigues Da Cunha
Luciano Rios Scherrer

O desfecho desta experiência ressalta não apenas os resultados obtidos, mas também a necessidade de contemplar perspectivas adicionais para futuros trabalhos, incluindo possíveis soluções tecnológicas alternativas. No âmbito das partes interessadas, é sugerido manter um diálogo contínuo com a empresa Pet Cães & Cia, visando avaliar a eficácia das soluções implementadas e identificar oportunidades de aprimoramento. Olhando para o horizonte dos projetos subsequentes, há a possibilidade de expandir as soluções desenvolvidas para abranger outros aspectos relacionados aos produtos, como estabelecer parcerias com locais de adoção de animais e a criação de um plano premium para clientes fiéis, proporcionando uma estratégia sólida para a retenção de clientes. É imperativo destacar que o projeto em questão já obteve resultados satisfatórios, atendendo às demandas da empresa Pet Cães & Cia. Entretanto, a busca incessante por soluções inovadoras e a evolução tecnológica contínua abrem espaço para a exploração de novas possibilidades e melhorias constantes. Assim, as considerações finais sublinham a importância de manter uma postura vigilante em relação a oportunidades de extensão e aprimoramento do projeto, bem como explorar alternativas tecnológicas que possam conferir maior eficiência e qualidade aos processos de identificação, além de estratégias para uma compreensão mais aprofundada dos clientes e produtos.

PRIORIZAÇÃO DE RESOLUÇÃO DE DEFEITOS DE SOFTWARE

uma abordagem com técnicas híbridas de aprendizado de máquina

Bruno Rafael de Oliveira Rodrigues³⁹⁴

Tema geral e problema de pesquisa: A predição do tempo de correção de defeitos usando técnicas de aprendizado de máquina, geralmente, é tratada como um problema de classificação. As técnicas utilizam a similaridade entre os defeitos para recomendar quais defeitos podem ser corrigidos mais rapidamente e, portanto, priorizados. No entanto, a pessoa que relata o defeito tem uma influência positiva nos modelos de aprendizado de máquina. Ao tratar o problema como um problema de sistema de recomendação, o sistema pode recomendar quais defeitos podem ser corrigidos primeiro. Quando calculado o tempo para corrigir um novo defeito pela similaridade entre eles, pode-se considerar o processo como filtragem baseada em contexto. Quando computada a similaridade com base na similaridade entre as pessoas que relatam o defeito, tem-se uma abordagem de filtragem colaborativa. Desta forma, este artigo apresenta um modelo híbrido, que leva em conta a similaridade entre defeitos e a similaridade entre as pessoas que relatam o defeito para predizer o tempo de correção de defeitos e indicar os prioritários a serem corrigidos. **Objetivos:** O presente trabalho visa responder a pergunta: *Qual a performance de um modelo com abordagem de sistema de recomendação híbrida para predizer o tempo de correção de defeitos?* **Referencial teórico:** Ramarao et al. (2016) também propuseram prever o tempo de correção de defeitos usando a similaridade entre defeitos e os relatores. No entanto, a similaridade entre relatores é baseada no número de defeitos submetidos e corrigidos. Diferentemente deles, o presente trabalho usa o tempo necessário para corrigir os defeitos em uma escala de um a cinco, que foi chamada de *Ratings*. Rodrigues e Parreiras (2022) propuseram a predição de tempo de correção de defeitos usando a abordagem colaborativa. Porém, diferente deles, o presente estudo usa técnicas híbridas que aplicam tanto a filtragem colaborativa quanto a baseada em contexto. **Metodologia:** Para responder a essa pergunta de pesquisa, foi realizado um experimento com dois conjuntos de dados (Eclipse e NetBeans), comparando seu desempenho para prever o tempo de correção de defeitos usando a similaridade entre defeitos e a similaridade entre as pessoas que relatam o defeito. Os resultados são então comparados aos modelos de aprendizado de máquina com técnicas supervisionadas. **Resultados:** Como resultados, obteve-se que o modelo proposto alcança um *f1-score* de 61% na Plataforma Eclipse e 69% no NetBeans, enquanto as técnicas supervisionadas alcançaram 68% de *f1-score* no Eclipse e 64% na base de dados do NetBeans. O modelo proposto neste trabalho foi superior no conjunto de dados do NetBeans, mas foi o segundo melhor na Plataforma Eclipse, no qual o Random Forest alcançou uma média de *f1-score* de 68%. **Considerações finais:** O presente trabalho contribui com uma nova maneira para predizer o tempo de correção de defeitos, levando em conta as características iniciais dos relatos de defeitos de software e a similaridade entre o tempo de correção de defeitos entre as pessoas que relataram os defeitos. Apesar do resultado na base de dados do Eclipse, o Random Forest tenha tido média maior que o modelo proposto, vale ressaltar que este é um modelo conhecido como *Ensemble*, no qual é um modelo híbrido. Diferente do Random Forest, o modelo proposto

³⁹⁴ Docente – Ciência da Computação – Estácio BH. e-mail: bruno.rafael@estacio.br

utiliza a similaridade tanto das características dos defeitos relatados quanto dos usuários que relataram os defeitos.

Palavras-chave: defeitos de software, predição de tempo, priorização de defeitos, aprendizado de máquina.

REFERÊNCIAS

RAMARAO, P. *et al.* Impact of Bug Reporter's Reputation on Bug-Fix Times. *Em: 2016 INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS ENGINEERING (ICISE)*, 2016, , [s.l.] . **Anais eletrônicos...** [S.l.]: [s.n.], 2016. p. 57–61. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7486274>.

RODRIGUES, B. R. De O.; PARREIRAS, F. S. Predicting Bug-Fixing Time with Machine Learning - A Collaborative Filtering Approach. **Anais do Computer on the Beach**, 13 jul. 2022. v. 13, p. 021–028.

SOLUÇÃO COMPUTACIONAL PARA CÁLCULO E GEOLOCALIZAÇÃO DE MICROBACIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Ana Paula Martins Ribeiro³⁹⁵
Aniel de Melo Dias³⁹⁶
Artur Bomtempo Sales³⁹⁷
Danusa Campos Teixeira dos Santos³⁹⁸
Helder Rodrigues da Costa³⁹⁹
Liliane Cruz Gomes de Souza Santos⁴⁰⁰
Michelle Renata Dias⁴⁰¹
Priscilla Andrade Camargo Neves⁴⁰²
Valessa Lopes da Silva⁴⁰³

Nas últimas décadas as chuvas têm se tornado cada vez mais intensas e causado situações de alagamento e deslizamento de encostas que ceifam vidas e causam prejuízos materiais com maior impacto sobre populações socioeconomicamente deprimidas. Na tentativa de mitigar e reduzir o impacto dessas, propomos a construção de microbacias de contenção de águas pluviais, de forma que pudessem ser construídas em prazo mínimo e custo baixo, em contrapartida com as grandes bacias de contenção existentes e em construção nas metrópoles brasileiras. Como forma de apoiar a construção e distribuição dessas microbacias propõe-se o desenvolvimento de um software que pudesse rapidamente dimensionar essas bacias, baseada em medições da área de captação, ou seja, os telhados das residências onde essas microbacias serão instaladas e também a geolocalização com dados cadastrais de cada reservatório afim de facilitar cálculos, manutenção e comparação de resultados do antes e após a implantação de uma rede de microbacias nas áreas classificadas como de risco de inundação e/ou deslizamento de encostas. A área total de captação de águas pluviais numa região de risco geológico e/ou de inundação é fundamental para que se possa estimar a razão ótima entre a área total de coleta e a área de risco. Essa razão ótima só poderá ser encontrada baseada em fatos históricos de deslizamento de encostas e enchentes, antes e após a adoção da solução técnica adotada. Devemos considerar dados como a maior precipitação histórica já aferida na região de interesse e qual o maior volume de chuvas que tal área poderia suportar, com o mínimo risco de acidentes geológicos e/ou enchentes. A fim de melhor calcular a área total coberta é necessário somar todas as áreas de construções cujos telhados ou lajes direcionam o volume de chuva incidente para microbacias de captação. Porém, tais construções dessas áreas não seguem um padrão de área construída e consequentemente de captação e muito

³⁹⁵Graduanda em Sistemas de Informação – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: anapribbeiro@gmail.com

³⁹⁶Engenharia Civil – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: anieldias@gmail.com

³⁹⁷Graduanda em Sistemas de Informação – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: arturbos2021@gmail.com

³⁹⁸Engenharia Civil– Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E mail: danusa.santos@estacio.br

³⁹⁹Sistemas de Informação – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E mail: helder.costa@estacio.br

⁴⁰⁰Engenharia Civil. – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E mail: lilianecruzsbh@gmail.com

⁴⁰¹Graduanda em Sistemas de Informação – Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: michelle.rendias@gmail.com

⁴⁰²Engenharia Civil - Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E mail: priscilla.neves@estacio.br

⁴⁰³Graduanda em Sistemas de Informação - Centro Universitário Estácio Belo Horizonte. E-mail: valessalopes.silva@gmail.com

menos uma orientação devido a inexistência de um projeto urbanístico antes da desordenada ocupação. Para sermos mais precisos nos cálculos é necessário que se tenha as informações de coordenadas como a latitude, longitude e inclinação com um determinado eixo da Terra. Para tanto, alunos da disciplina de Programação Orientada a Objetos em Java desenvolveram um aplicativo que permite o cálculo volumétrico e o cadastro das microbacias instaladas, sua geolocalização e outras informações que possibilitem a manutenção regular do sistema de captação.

Palavras-chave: alagamentos, geolocalização de microbacias, captação de águas pluviais, deslizamento de encostas.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. M. Captação de águas pluviais como medida de mitigação de enchentes e fonte alternativa de recursos hídricos em áreas urbanas. *Revista de Engenharia Ambiental*, 17(3), 45-58., 2020.

CURY, H. N.(Organizador). *Disciplinas matemáticas em cursos superiores: reflexões, relatos, propostas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FELIX, Rafael (Organizador). *Programação Orientada a Objetos*. 1ª Ed.. São Paulo: Pearson, 2017.

FERNANDES, L. S. Estratégias para a redução dos riscos associados às chuvas intensas em Belo Horizonte. *Revista de Geografia Aplicada*, v. 23, n. 4, p. 78-92, 2018.

SILVA, A. B., & OLIVEIRA, C. D. Captação de água de chuva em residências populares de baixa renda. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*. ISSN 2526-9479, 2017.

SILVA, J. R. S. Variações no volume de precipitação em Minas Gerais nos últimos anos. *Revista de Climatologia*, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2019.

SOUZA, A. C. et al. Impactos dos desastres naturais causados pelas chuvas em Belo Horizonte nos últimos anos. *Anais do Congresso Brasileiro de Geologia*, v. 32, n. 1, p. 154-162, 2021.

PEDAGOGIA E PSICOLOGIA

ALÉM DO SILÊNCIO

Ampliando a Consciência sobre a Violência Psicológica Contra Mulheres no Lar

Kenny de Jesus Lopes⁴⁰⁴
Samantha de Carvalho Costa⁴⁰⁵
Cleideni Alves de Figueiredo⁴⁰⁶

O presente trabalho faz referência ao projeto de extensão universitária, ligado à disciplina Psicologia Ética e Direitos Humanos do curso de psicologia do Centro Universitário Estácio BH. A problemática emerge da necessidade de aprofundar a compreensão sobre a sensibilização do público feminino em relação à violência psicológica no contexto doméstico. Tal demanda foi identificada a partir de observações iniciais da vivência comunitária, ancoradas em números fornecidos por canais de amparo às mulheres, assim como artigos acadêmicos sobre o assunto. O objetivo do trabalho é trazer clareza os mecanismos capciosos que permeiam as relações interpessoais, especialmente no contexto das relações conjugais, onde a progressiva desestabilização e domínio de um dos parceiros sobre o outro resulta na anulação e despossessão da vitalidade, assim como da autonomia do indivíduo. Os números de denúncias de violência doméstica no ano de 2023 foram alarmantes. Dados fornecidos pelo Disque denúncia 180 nos revela que, somente nos dez primeiros meses do referido ano, foram registradas mais de 74 mil denúncias pelo Disque 180, ou seja, em média são 5,83 ligações recebidas por denúncias de violência doméstica. Campanhas de Conscientização com organizações da sociedade civil e instituições de apoio às mulheres, frequentemente lançam em mídia, tanto em televisão, rádio, internet e mídias sociais, quanto em materiais impressos, para informar as mulheres sobre os diferentes tipos de violência, incluindo a violência psicológica, contudo devido ao alto índice apresentado, ainda não suficiente. O referido projeto traz um tema de alta relevância social, devido a necessidade premente de abordar e combater a violência psicológica no contexto doméstico, especialmente direcionada às mulheres. Esta forma de violência, muitas vezes sutil e invisível aos olhos da sociedade, possui impactos profundos na saúde mental, autonomia e qualidade de vida das vítimas. Portanto, compreender a dimensão desse problema e buscar mais estratégias para sensibilizar e capacitar o público feminino é fundamental não apenas para promover a conscientização, mas também para prevenir e interromper ciclos de abuso. Como exposto anteriormente, o objetivo deste projeto é sensibilizar o público feminino e especialmente direcionada às mulheres. Para tanto, serão criados episódios de podcast (Precisamos Falar sobre isso!) sobre a gravidade e complexidade da violência psicológica no ambiente doméstico, utilizando narrativas impactantes e informações embasadas em pesquisas, depoimentos e entrevistas. Diante desse cenário, este projeto busca não apenas disseminar informações sobre a violência psicológica no âmbito doméstico, mas também fomentar reflexões críticas e ações concretas para enfrentar esse problema. Através de atividades de conscientização e debates, pretende-se engajar o público feminino em uma jornada de autoconhecimento, empoderamento e solidariedade, visando não apenas prevenir a violência, mas também promover relações saudáveis, respeitadas e igualitárias dentro e fora do ambiente doméstico. Através de

⁴⁰⁴ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH. Endereço de contato: Kennyadejesuslopees@gmail.com

⁴⁰⁵ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴⁰⁶ Docente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH. Endereço de contato: cleidenifigueiredo@gmail.com

atividades de conscientização e debates, pretende-se engajar o público feminino em uma jornada de autoconhecimento, empoderamento e solidariedade, visando não apenas prevenir a violência, mas também promover relações saudáveis, respeitadas e igualitárias dentro e fora do ambiente doméstico.

Palavras-chave: violência psicológica, conscientização, empoderamento.

COMO VOCÊ SE VÊ?

Uma análise da autoimagem do idoso em uma Organização Não Governamental

Cleonice Martins Queiroz Torres⁴⁰⁷

Dayanna Júlia Ferreira⁴⁰⁸

Maria das Dores da Silva⁴⁰⁹

Maria Luisa Vianna de Miranda⁴¹⁰

Raquel Aline de Souza Pereira⁴¹¹

Raylanne Santos do Carmo⁴¹²

Cleideni Alves de Figueiredo⁴¹³

O presente trabalho faz referência ao projeto de extensão universitária, ligado à disciplina Psicologia Ética e Direitos Humanos do curso de psicologia do Centro Universitário Estácio BH. Tal projeto emerge da necessidade percebida junto ao público idoso, o qual apresenta algumas especificidades, pois a vivência é o resultado e o prolongamento de um processo, que sofreu diversas interferências sociais, culturais, políticas e psicossociais. O tema proposto foi elaborado com a finalidade de levar o idoso a refletir como ele se vê e por meio desse projeto “Como você se vê”, fortalecer o poder interior junto ao público idoso. A prática tem o intuito de produzir um trabalho de sensibilização que possibilite aos idosos um engajamento e reflexão sobre suas questões subjetivas ligadas à produção do seu projeto de vida. O trabalho visa criar uma oportunidade para trocas de experiências, para a elaboração de novos sentidos atribuídos às suas histórias, para o aumento da autoestima, da autoconsciência, autoconfiança e um aperfeiçoamento da autoimagem. A elaboração de um projeto como esse é um processo que visa uma reconstrução, buscando auxiliar o orientando a perceber quais são seus sonhos, desejos, ideias, em consonância com uma realidade possível para o momento e com as perspectivas futuras. A construção de um projeto “Como você se vê”, fortalece o poder interior, auxilia o sujeito a lidar com sua identidade - que é processual - e está em constante metamorfose, e, ainda, associa-se à possibilidade de futuro, a um vir a ser, e que aponta para a inesgotável plasticidade humana (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011). Segundo Santos (1990), em algumas culturas, o idoso é respeitado como um agente portador da sabedoria, pois viveram o suficiente para repassar seus ensinamentos com o aporte adquirido ao longo da vida. Entretanto, nas sociedades capitalistas, a imagem do idoso é desvalorizada e inferiorizada na qual eles sobrevivem, amargando a deterioração da fragilidade de seus corpos em detrimento de uma boa qualidade de vida (BOSI, 1994). Vários estudos apontam que o desenvolvimento de atividades prazerosas que gerem senso de produtividade e criatividade proporciona que os idosos se sintam vivos e pertencentes ao meio social. Lima e Coelho (2011) apontam que um envelhecimento saudável pode estar associado à geratividade, que envolve a dimensão psicossocial do cuidado. Indo além do simples cuidado e preocupação com os outros, a geratividade diz de um olhar para si. Portanto, o aprendizado adquirido através desse trabalho realizados com esses públicos idosos nos proporcionará um grande aprendizado. Desta forma, o objetivo deste trabalho é -

⁴⁰⁷ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴⁰⁸ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴⁰⁹ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹⁰ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹¹ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹² Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹³ Docente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH. Contato: Cleidenifigueiredo@gmail.com

Promover a reflexão, junto ao grupo de idosos, sobre como os mesmos percebem sua identidade, trazendo uma nova perspectiva e valorização da autoimagem, promovendo autocuidado e reforçando a valorização individual de cada um.

Palavras-chave: envelhecimento; autoimagem; autocuidado; valorização da vida.

DISCIPLINA POSITIVA E PARENTALIDADE CONSCIENTE COMO PROCESSOS EDUCATIVOS INFORMAIS

Flávia Graciela de Alcântara⁴¹⁴
Nathália Espíndola Leão Murta⁴¹⁵

A educação pode ocorrer em diferentes contextos e formatos, sendo classificada em três categorias principais: educação formal, educação não formal e educação informal. Essas categorias diferem em relação à estrutura, intencionalidade e contextos em que ocorrem. A disciplina positiva e a parentalidade consciente são abordagens educacionais que enfatizam o respeito mútuo, a empatia e a comunicação efetiva no desenvolvimento humano, desde a infância, configurando-se como modelo de Educação Informal com profunda pregnância ao longo de todo desenvolvimento humano. A educação informal ocorre como um processo contínuo e natural, em que as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e valores através de experiências pessoais, observação, imitação, conversas informais e participação em atividades do dia a dia. A proposta desta investigação repousa sobre a asserção de que a família, enquanto representante central de uma educação informal, exerce uma influência profunda na educação dos filhos, tanto no desenvolvimento de habilidades práticas e conhecimentos acadêmicos, quanto na formação de valores, atitudes e identidade. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar conceitos relativos à Disciplina Positiva (DP) e à Comunicação Não Violenta (CNV), que justifiquem a sua importância no contexto parental e familiar, compreendido como espaço primário de educação informal. Neste contexto, a DP e a CNV despontam como alternativas informais de educação – podendo ser pensadas também nos moldes formais e não formais – que abordam conceitos como gentileza, firmeza, respeito e conexão, se apresentando como eficazes a longo prazo, tanto no ensino de habilidades de vida, quanto no desenvolvimento de capacidades cognitivas escolares. A Disciplina Positiva (DP) foi desenvolvida pela psicóloga e educadora Jane Nelsen (2016), a partir das teorias dos psiquiatras Alfred Adler e Rudolf Dreikurs. Entendida como uma filosofia pensada de maneira a fugir da punição e da recompensa, o objetivo central da DP é a formação de indivíduos capazes de atuar em sua comunidade, cooperando uns com os outros. Segundo Nelsen (2017), a DP não só explicita o que os sujeitos sentem e pensam, mas que também precisa ser reconhecida, direcionada e incorporada na estrutura regular da escola para que o aprendizado seja significativo. A DP promove a ideia de que a educação parental não deve ser punitiva ou baseada em castigos ou humilhações, mas se concentrar no ensino de habilidades sociais, incentivar comportamentos desejados e estabelecer limites claros, valorizando a conexão e a comunicação entre pais e filhos, incentivando a cooperação e o respeito mútuo. A Comunicação Não Violenta (CNV) busca promover a empatia e a compaixão na interação humana, facilitando a resolução de conflitos e o estabelecimento de conexões mais profundas. Rosenberg (2006) descreve quatro passos voltados ao desenvolvimento de uma comunicação mais assertiva e acolhedora: 1) Observação: Descrever fatos objetivos sem julgamentos ou interpretações. 2) Sentimento: Expressar emoções de forma clara e honesta, reconhecendo a responsabilidade pessoal por elas. 3) Necessidade: Identificar as necessidades subjacentes aos sentimentos, de forma a reconhecer e validar as próprias necessidades e as dos outros. Pedido: Fazer pedidos concretos e positivos que estejam alinhados com as necessidades expressas. A CNV promove uma

⁴¹⁴ Docente de graduação da Estácio BH - Email: flavia.alcantara@estacio.br

⁴¹⁵ Discente de graduação da Estácio BH - Email: nathmurta@hotmail.com

abordagem de escuta atenta e uma linguagem que busca conexão e entendimento mútuos, evitando atos de hostilidade e defensividade. Tendo em vista que esta pesquisa está ancorada em uma investigação de diferentes teorias sobre disciplina e educação informal, fica evidenciada a sua natureza bibliográfica. O estudo, portanto, é conduzido por uma abordagem intertextual e interdiscursiva a partir do posicionamento teórico de autores-referência na área. Uma vez definido o foco teórico, o passo seguinte tratou da elaboração e aplicação de um questionário dirigido a famílias de diferentes configurações estruturais e socioeconômicas, via formulário digital, a fim de realizar uma amostragem referente aos conhecimentos sobre a DP e CNV, bem como seu emprego no cotidiano familiar. Realizada a coleta de dados, seguimos para a fase de sistematização, categorização e análise das informações coletadas, as quais encontram-se em andamento. Até o momento foi possível perceber que grande parte das famílias analisadas desconheciam a Disciplina Positiva enquanto teoria capaz de fornecer ferramentas voltadas à educação infantil por meio do diálogo, eliminando quaisquer formas de violência contra a criança, sejam essas de natureza física, moral, psicológica, dentre outras. As famílias participantes da pesquisa têm se mostrado interessadas em conhecer melhor a DP e a CNV e a empregar seus conceitos na rotina de educação parental. Tais resultados indicam a existência de abertura e interesse das famílias em conhecer e se apropriar de recursos alternativos voltados a uma educação parental mais humana e respeitosa, sobretudo na abordagem com crianças. Tais indicativos nos levam a concluir que novas ferramentas e teorias voltadas ao desenvolvimento holístico e respeitoso dos indivíduos têm encontrado abertura e boa aceitação em espaços distintos de socialização, com destaque para os núcleos familiares. Diante das análises já realizadas é possível aferir que a DP e a CNV podem configurar como uma abordagem de grande relevância não só para o educando, mas também para quem educa, além disso, espera-se, em longo prazo, que as orientações relativas a tais abordagens se tornem mais conhecidas para a sociedade em geral, por ensinar habilidades de vida como o respeito, o autocontrole e a resolução de conflitos.

INTERVENÇÃO SOMOS 21

a importância da rede de acolhimento para responsáveis por crianças com Síndrome de Down

Ágatha Vitória Barreto⁴¹⁶
Anna Carolina Ribeiro dos Santos⁴¹⁷
Gabriel Souza Mingerianow⁴¹⁸
Lara Monteiro Mendes⁴¹⁹
Letícia Teles⁴²⁰
Luisa Teixeira Alberti Carnevali⁴²¹
Mariana Dornelas de Oliveira⁴²²
Rafaela César Pessoa⁴²³
Vitória Martins de Matos⁴²⁴
Cleideni Alves de Figueiredo⁴²⁵

O presente trabalho faz referência ao projeto de extensão universitária, ligado à disciplina Psicologia Ética e Direitos Humanos do curso de psicologia do Centro Universitário Estácio BH. A intervenção proposta será concebida com familiares de crianças com Síndrome de Down (SD) do Projeto Somos 21 da Instituição Estácio em Belo Horizonte, que tem por objetivo atender e acompanhar crianças que apresentam a SD, com cuidados no desenvolvimento físico e cognitivo, alimentação, aprendizagem e atendimentos jurídicos. Através de estudos (Hornby, 1995 apud Silva e Dessen, 2002, p. 171), foi evidenciado a diferença na sobrecarga física, emocional e financeira entre genitores com filhos que portam deficiência mental (DM), e pais com filhos em desenvolvimento condizente com a faixa etária. Devido ao contraste dos dois grupos, foi-se escolhido o grupo de familiares com crianças SD, com a finalidade de demonstrar a importância da rede de acolhimento na realidade do dia a dia do grupo em questão, proporcionando ferramentas para assimilação da necessidade de uma rede de apoio, com a finalidade de auxiliar na sobrecarga emocional e mental, fornecendo um espaço que proporcione maior bem estar para os responsáveis por crianças com SD. A família é o primeiro grupo de interação de um ser humano. O desenvolvimento da personalidade de uma pessoa, é ditado através das experiências acumuladas nas relações com os membros e o ambiente de convívio (VYGOSTSKY, 1994). Entende-se que a chegada de um bebê na família, sempre contará com adaptações na estrutura do ambiente e nos relacionamentos entre os membros, uma vez que cada um reagirá de uma forma (BOLSANELLO, 1998). O recebimento da notícia, acompanhada com uma deficiência mental exigirá além da reorganização familiar, um ressignificado sobre criação e responsabilidades (CASARIN, 1999). Sobre o processo de ressignificação, foi destacada uma demanda na sobrecarga emocional e física que os genitores enfrentam, estimulando o grupo a

⁴¹⁶ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹⁷ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹⁸ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴¹⁹ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²⁰ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²¹ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²² Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²³ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²⁴ Discente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH.

⁴²⁵ Docente do curso de Psicologia, Centro Universitário Estácio BH. Endereço de contato: cleidenifigueiredo@gmail.com

procurar entendimento sobre as dificuldades encontradas, e meios para demonstrar na prática a importância da rede de apoio para os responsáveis. O trabalho tem como objetivo proporcionar uma intervenção que forneça ferramentas para assimilação da necessidade da rede de apoio, proporcionando um espaço de acolhida para os pais, familiares e responsáveis por crianças com SD, concedendo um momento onde eles podem ser ouvidos, trocar experiências e se sentirem encorajados. A dinâmica imputada terá o efeito de proporcionar aos membros submetidos a intervenção uma experiência para lidar com a sobrecarga física e mental que o cenário em que estão lhes proporciona, visando fornecer um outro prisma para sua experiência.

Palavras-chave: Síndrome de Down; apoio familiar; acolhimento.

O LÚDICO NA PSICO ONCOLOGIA NO TRATAMENTO DO PACIENTE PEDIÁTRICO

Valdesia de Jesus Almeida⁴²⁶

O tema desta pesquisa é o "Lúdico na Psico oncologia no Tratamento do Paciente Pediátrico". A **problematização** está inserida na importância de salientar o papel e forma abordada pelo psicólogo com pacientes infantis no enfrentamento ao câncer, demonstrando que o lúdico e o brincar são fundamentais na condução desses atendimentos, pois é uma maneira poderosa e eficaz de entender, comunicar e lidar com uma ampla gama de questões emocionais, cognitivas e sociais da criança. O estudo faz-se necessário diante do grande aumento de crianças diagnosticadas com cânceres por ano no Brasil, diante deste fato, a efetividade de uma condução psicoterápica de sucesso com este público está intimamente ligada a forma com que o profissional de psicologia realiza suas intervenções com essas crianças. **Palavras chaves:** Criança; Câncer, Ludicidade; Tratamento; Internação. **O objetivo** geral da pesquisa foi de considerar e enfatizar o papel e a necessidade do trabalho com crianças oncológicas para um melhor enfrentamento da doença, nos aspectos que tangem a importância do brincar e do material lúdico como marcadores na construção e efetividade da psicoterapia no ambiente hospitalar possibilitando compreensão das emoções de forma mais construtiva. Ao adotar essas estratégias o psicólogo será um colaborador que irá em direção a um objetivo comum sendo possível construir um futuro compartilhado de forma que as crianças com câncer possam receber o suporte necessário para enfrentarem os desafios da doença e terem uma vida mais significativa, colaborando para que os paciente possam se preparar para as transições importantes, como mudanças no tratamento, a alta e o retorno a escola, fornecendo informações, apoio emocional e estratégias de mais eficazes. Os objetivos secundários que estão presentes no artigo como, o conhecimento da História da Psico oncologia e sua trajetória no Brasil, o significado da palavra e da origem dos cânceres e algumas particularidades que fazem parte do tratamento oncológico em consonância com o desenvolvimento infantil partem da necessidade de um entendimento mais detalhado sobre os aspectos relacionados a Psico oncologia no Brasil. **Referencial Teórico;** o câncer é o nome dado a um conjunto de 100 doenças que se assemelham por um crescimento desordenado de células que invadem tecidos e órgãos podendo acometer qualquer parte do corpo e no Brasil é considerado a segunda causa de mortalidade infantil. O câncer na infância, não é previsível como em adultos, e dessa maneira torna-se um grande desafio para as ciências, pois é relevante o número de pacientes pediátricos acometidos pela doença sem a possibilidade de cura e a dificuldade aumenta devido ao estágio da doença, tipo ou localização do tumor. De acordo com fontes utilizadas para a pesquisa, no Brasil as leucemias estão em primeiro lugar relacionada ao tipo da doença na infância, seguindo dos tumores no sistema nervoso central. O diagnóstico precoce colabora positivamente para a cura do indivíduo, porém é uma tarefa difícil a investigação do câncer em crianças no início da evolução, porque os problemas de

⁴²⁶ Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica Hospitalar e Institucional, Psicobiologia dos Distúrbios da Ansiedade, Educação Especial e Inclusiva, Graduada em História (UEMG), Biblioteconomia (UNIASSSELVI) e Pedagogia. Atualmente faz parte do Projeto de Extensão, "Queixas Escolares (OQE)" do Programa do Colegiado de Psicologia Aplicada da FAFICH (UFMG), e também está cursando disciplinas que estão vinculadas ao PPG (do mestrado e doutorado), ligadas ao departamento de Neurociência (UFMG) e da Saúde Coletiva do PPG do departamento da Faculdade de Medicina (UFMG) sendo também discente do 10 período do curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio de Sá. Endereço de e-mail: desiaalmeida55@gmail.com

saúde que são comuns a este público dificultam a percepção dos pais ou cuidadores e neste sentido torna-se importante a atenção dos pais, da família e da própria equipe de saúde que por vezes recebe o paciente com queixas de determinados sintomas que não regredem ou que outros elementos são acrescentados ao seu corpo no decorrer do tempo. Alguns sinais podem ser observados na criança e dessa forma poderá acender um alerta para a possibilidade de se realizar uma análise mais detalhada conforme os sintomas que podem ser, nódulos, inchaços, palidez, falta de energia, dor progressiva, febre que não passa, mancar das pernas, dores de cabeça, alterações na visão, vômitos e em muitos casos além da perda de peso também contusões, esses sinais não devem ser negligenciados. No decorrer da pesquisa foi possível ter conhecimento da existência de que determinadas pessoas possuem certos tipos de genes favoráveis a desenvolver alguns tipos de cânceres e que estes podem ser transmitidos por hereditariedade aos filhos. A criança diante de um tratamento de um câncer passa a experimentar a dor dos efeitos colaterais, medo diante do ambiente desconhecido e hostil, a angústia pela demora do tratamento invasivo e evasivo e a ansiedade pela necessidade de voltar para a sua rotina pré adoecimento e esses elementos distratores geram gatilhos que podem de alguma forma contribuir para o pânico, incertezas, inseguranças e ansiedade. Diante do sofrimento muitas vezes ocultos o psicólogo torna-se uma figura central para poder auxiliar essas crianças a explorarem e expressarem seus sentimentos utilizando como recursos o brincar e a ludicidade. Esses mecanismos utilizados pelos profissionais da psicologia, desempenham um papel importante no contexto da Psico oncologia infantil, que oferece uma forma natural e agradável para que possam de forma terapêutica expressar suas emoções, compreendendo as experiências com a doença, promovendo assim um equilíbrio emocional e psicossocial durante o tratamento do câncer. Vários são os estudos que sustentam a importância do brincar na infância como parte de desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Desta forma, os benefícios desse tipo de acompanhamento psicológico dado as crianças oncológicas, são extremamente relevantes por fazerem com que elas adquiram o controle, autoestima, distração, alívio do estresse e desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas como também fortalecimento dos relacionamentos, pois o brincar pode oportunizar novas amizades facilitando a conexão e a interação com a equipe e com outras crianças no ambiente de internação. Para as intervenções, o psicólogo utiliza várias atividades terapêuticas que são adaptadas as necessidades individuais de cada paciente, como contação de história, músicas, artes, brinquedos diversos, fantoches, recursos digitais, relaxamento, filmes seguidos de apresentações teatrais e também esses profissionais contribuem para a garantia do paciente na continuidade do apoio escolar (se esta estiver na idade escolar), colaborando para que o contato seja mantido com os colegas da escola para promover um senso de normalidade e conexão exterior ao ambiente hospitalar. O padrão para o tratamento do câncer é igual para infanto-juvenil como para o adulto podendo ser utilizado a radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e em alguns casos existe a possibilidade do procedimento cirúrgico, porém o sucesso do tratamento depende, como já foi citado neste trabalho, de um diagnóstico precoce. O percurso da doença possui um “desenvolvimento específico e que a quimioterapia, considerando os diversos aspectos de evolução, diagnóstico e entre outros fatores, pode contribuir para uma boa resposta no tratamento. Outro fator importante na condução da efetividade do tratamento é a Família, pois está intuição desempenha um papel central no fortalecimento emocional da criança durante sua jornada de tratamento e recuperação. A família dos pacientes, sobretudo aquelas pessoas que acompanham os filhos (na maioria são as mães) vêm nos hospitais um espaço de esperança e de cura, por outro lado considera-se também este espaço uma via de mão dupla, sendo que ao mesmo tempo este lugar uma representação da angústia, da dor oculta e singular por conviverem cotidianamente com o processo de sofrimento durante o tratamento de seus filhos e que por vezes essas mães esbarram com o medo do futuro por aproximam-se da finitude

que abarrotam os corpos de sua criança que são submetidas a medicalização, protocolos de processos invasivos e ou evasivos, culminado muitas vezes com os cuidados paliativos. Neste contexto, a inquietação experimentada por essas mães devem ser levadas em consideração pelos psicólogos dentro dos hospitais ao realizarem as intervenções com as crianças, afim de que essas mães possam ter além do domínio das suas emoções consigam um reconhecimento de seus sentimentos lidando com os desafios que são cruciais estarem com saúde mental, pois assim conseguirão buscar apoio para lidarem melhor com o estresse e ansiedade associados ao câncer infantil contribuindo positivamente durante o atravessamento e a aceitação do tratamento pelos seus filhos. Para tanto, o psicólogo oncologista deve ter conhecimento teórico e prático dos aspectos inerentes ao adoecimento do câncer bem como a respeito do desenvolvimento infantil levando em consideração a necessidade do trabalho com a família e a equipe de saúde (multidisciplinar) para a efetividade das intervenções que forem necessárias e possíveis. Em se tratando de crianças, como se propôs a pesquisa, as intervenções devem ser mediadas por materiais lúdicos, pois o brinquedo tem o poder de despertar o interesse da criança em expressar suas dores, medos e angústias. A disponibilidade de espaços adequados ao atendimento infantil nos hospitais agrega forte colaboração para a saúde da criança e a oferta desses ambientes equipados com materiais lúdicos possibilitam aos psicólogo promoverem o desenvolvimento emocional, fortalecendo a relação entre a criança, o ambiente e os profissionais. Essas ações tornam-se um fio condutor na recuperação e melhor enfrentamento e aceitação do processo da doença demonstrando seu importante mecanismo para trabalhar autoimagem, emoções e entendimento dessas crianças sobre o porquê estão naquele ambiente desconhecido por longo período de tempo e o porquê as pessoas deixam que elas sofram. **A metodologia** adotada foi a análise de revisão bibliográfica de artigos, periódicos, materiais de bibliotecas eletrônicas (SCIELO) e livros que puderam agregar informações pertinentes a pesquisa que foi realizada. A técnica de revisão bibliográfica é um importante instrumento para pesquisa acadêmica e científica, porque fornece estrutura sistemática para a busca seleção e análise crítica e ou construtiva da literatura que são relevantes sobre o tema a ser pesquisado, fortalecendo assim, a fundamentação as análises, contextualizando as descobertas e gerando credibilidade aos estudos. **Resultados** no decorrer do levantamento bibliográfico foi constatado que existe uma serie de discussões a respeito da Psico oncologia no geral, porém são escassos os materiais a respeito do papel e a forma como os psicólogos buscam realizar suas intervenções com crianças. O problema é a importância relacionado a importância do brincar e do lúdico na assistência psicoterapêutica aos pacientes infantis oncológicos foram contundentes demonstrando na análise dos materiais selecionados unanimidade de que a técnica do brincar está intimamente ligada a facilitação nas intervenção em crianças oncológicas em um ambiente desconhecido e gerador de profundo estresse e ansiedade. O brincar e uma parte importante do desenvolvimento infantil, e que por muitas vezes e a forma mais fácil de se comunicar, e as atividades lúdicas facilitam além do aprendizado, a expressão emocional tornando o processo mais envolvente e divertido possibilitando em situações imaginárias resoluções de problemas presentes nos ambientes hospitalares e o desenvolvimento de dessas soluções é habilidades, na vida real. **Conclusão;** a assistência humanizada a criança oncológica é uma forma de levar ao paciente um entendimento sobre sua saúde contribuindo para sua melhor qualidade de vida, para tanto tratando-se deste público e imprescindível que as abordagens psicoterapêuticas se aproximem do lúdico e do brincar, pois são recursos que tem um potencial de não apenas melhorar a experiência das crianças durante o tratamento do câncer, mas também promover o bem estar emocional, o engajamento ativo no cuidado e a resiliência diante dos desafios enfrentados. Esses tipos de recursos conseguem liberar na criança o afloramento de seus sentimentos de forma mais fácil colaborando para que o psicólogo possa auxilia-los no entendimento das emoções minimizando assim seus medos, estresses, insegurança e sofrimento diante do

desconhecido que foi –lhe apresentado como o sofrimento físico e emocional. Acreditou-se ser relevante a execução desde trabalho para a Psicologia por contribuir com os discursos sobre o papel da Psico Oncologia pediátrica e os recursos utilizados por esses profissionais no ambiente hospitalar para promoção da saúde e bem estar do paciente infantil auxiliando-os a se expressarem cumpriu seu objetivo, ao demonstrar a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil. Sendo assim, o nosso objetivo na condução deste trabalho foi alcançado, justificando-se nos estudos dos referenciais bibliográficos que o brincar colabora efetivamente para as condutas que precisam ser tomadas para o tratamento do paciente pediátrico de forma multidisciplinar ensinando-os a demonstrar suas emoções básicas e secundárias de forma efetiva. Ao utilizarem a técnica do brincar, da fantasia e do acesso lúdico de formas variadas os psicólogos formulam diversos atendimentos estruturados e organizados para a psicoterapia infantil e oncológica. Portanto o aspecto lúdico na psicologia é um importante e eficiente mecanismo de entendimento, comunicação e aprendizado para as crianças lidarem com amplas questões emocionais, cognitivas e sociais que permeiam suas mentes e sentimentos.